



Universidade Federal da Bahia
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

ATA Nº 26

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA), realizada em 03/06/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA no. <numAta/>, área de concentração Antropologia, do(a) candidato(a) ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ, de matrícula 217119616, intitulada "Fazer a vida nas ruas do centro: das políticas de morte ao saber-fazer-viver e habitar a cidade. Às 09:00 do citado dia, Salvador, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof que apresentou os outros membros da banca: Prof^º. Dra. URPI MONTOYA URIARTE, Prof^º. Dra. ROSELENE CASSIA DE ALENCAR SILVA, Prof. Dr. CARLOS ALBERTO CAROSO SOARES, Prof. Dr. Gabriel Osmar Alvarez e Prof. Dr. MARCO AURÉLIO PAZ TELLA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

03/06/24

Dr. Gabriel Osmar Alvarez, UFAL
Examinador Externo à Instituição

Dr. MARCO AURÉLIO PAZ TELLA, UFPB
Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente
MARCO AURELIO PAZ TELLA
Data: 12/07/2024 11:38:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. URPI MONTOYA URIARTE, UFBA
Examinadora Interna



Documento assinado digitalmente
URPI MONTOYA URIARTE
Data: 10/07/2024 16:21:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. ROSELENE CASSIA DE ALENCAR SILVA, UFBA
Examinadora Interna



Documento assinado digitalmente
ROSELENE CASSIA DE ALENCAR SILVA
Data: 09/07/2024 21:14:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. CARLOS ALBERTO CAROSO SOARES, UFBA
Examinador Interno



Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO CAROSO SOARES
Data: 09/07/2024 17:47:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ
Doutorando(a)



Documento assinado digitalmente
ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ
Data: 11/07/2024 15:37:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ

**“FAZER A VIDA” NAS RUAS DO CENTRO:
DAS POLÍTICAS DE MORTE AO SABER-FAZER-VIVER E HABITAR
A CIDADE**

Salvador
2024

ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ

**“FAZER A VIDA” NAS RUAS DO CENTRO:
DAS POLÍTICAS DE MORTE AO SABER-FAZER-VIVER E HABITAR
A CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA), como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Caroso

Salvador
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

P348 Paz, Ana Carolina Amorim da
“Fazer a vida” nas ruas do centro: das políticas de morte ao saber-fazer-viver e habitar a cidade / Ana Carolina Amorim da Paz, 2024.
284 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Caroso
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2024.

1. Antropologia urbana. 2. Pessoas desabrigadas – Cabedelo (PB). 3. Usos e costumes. 4. Habitação. I. Caroso, Carlos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 301

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213

ANA CAROLINA AMORIM DA PAZ

**“FAZER A VIDA” NAS RUAS DO CENTRO:
DAS POLÍTICAS DE MORTE AO SABER-FAZER-VIVER E HABITAR A
CIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA), como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Antropologia.

Salvador, 03 / junho / 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Caroso (Orientador) _____

Examinador 01 (interno): Urpi Montoya Uriarte (PPGA/UFBA) _____

Examinador 02 (interno): Roselene Cássia de Alencar Silva (PPGA/UFBA) _____

Examinador 03 (externo): Gabriel Omar Alvarez (PPGAS/UFAL) _____

Examinador 04(externo): Marco Aurélio Paz Tella (PPGA/UFPB) _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Caroso, pela gentil acolhida, confiança depositada e generosa contribuição intelectual durante o doutorado.

Aos interlocutores participantes desta pesquisa, por compartilhar seus cotidianos, confiarem a mim suas histórias de vida e práticas locais, e principalmente, pela rica parceria no desenvolvimento desta tese. A cada um agradeço a contribuição e experiência de vida.

Ao meu companheiro de vida, Mousinho, por compartilhar as minhas angústias e me apoiar incondicionalmente. A ele agradeço todo o suporte e incentivo para a finalização desta pesquisa e escrita da tese.

Aos meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, por me apoiarem e compreenderem minhas ausências.

Aos meus amigos e companheiros de profissão e luta, que, mesmo aqueles mais distantes geograficamente, sempre estiveram perto, me apoiando, incentivando e compartilhando delírios, angústias, experiências profissionais e/ou projetos de vida. Destaco aqui as instigantes conversas e loucuras vividas com Wilker França, que gentilmente compartilhou comigo moradas em Salvador.

Ao Grupo de estudo e pesquisa em etnografias urbanas GUETU/UFPB, pelo apoio intelectual e fraternal durante meus esforços na Antropologia.

À coordenação do curso e corpo docente pelo apoio e aprendizado durante o doutorado. Estendo o agradecimento ao professor Milton Júlio pela inicial orientação e contribuições na antropologia urbana.

À CAPES, pela bolsa de estudos, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para a concretização desta tese.

A antropologia não lhe diz o que você quer saber;
ela abala os fundamentos daquilo que você pensa que já sabia.
(Antropologia para o futuro. Ingold, 2019)

RESUMO

Esta tese aborda alguns aspectos do modo como a vida nas ruas passa a ser percebida como recurso ou tentativa viável para um melhor viver na cidade, por meio de investigação antropológica etnográfica junto a homens e mulheres adultos que se encontram em “situação de rua” no centro da cidade de Cabedelo/PB. O que nos interessou aqui foi compreender uma determinada forma de inserção e relação com o espaço da rua que perpassa pelas possibilidades de viver e habitar a cidade, e não um segmento social específico. Para tanto, procurou-se identificar e caracterizar os tipos de vivências nas ruas do centro, a partir das particularidades do município, da dinâmica local, territorialidades, conflitos, interesses, práticas e interações cotidianas; elencando as principais percepções das pessoas acerca de suas experiências no mundo; e destacando em suas narrativas e trajetórias de vida as queixas de sofrimento, demandas, expectativas e motivações associados à insurgência desses corpos nas ruas da cidade. A partir disso, pretendeu-se identificar e analisar as agências, táticas e recursos para lidar com as adversidades ao longo da vida, e que revelam meios de resistência e insistência urbana na busca por um bem viver e habitar a cidade. Concomitantemente, enquanto objetivo específico, buscou-se fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre o fazer etnográfico na pesquisa antropológica, especialmente no que tange o tema das vivências nas ruas. A partir dos dados etnográficos, observa-se que o “fazer a vida”, expressão empregada por um dos interlocutores, reportaria a um saber-fazer-viver inventivo, processual, singular e político, caracterizado por uma cadeia de movimentos táticos, utilizando-se do próprio corpo, elementos tangíveis e situações favoráveis, na tentativa de transformar e ultrapassar a condição de precariedade e políticas de morte em direção a novas experiências na cidade. A rua emerge aqui como *lócus* de produção de vida em ambiente de produção de morte. Desse modo, a ocupação dos espaços públicos por esses interlocutores dá a entender que se está reivindicando para si não só a cidade, mas reivindicando o próprio direito à vida.

Palavras-chave: Pessoas em situação de rua. Cotidiano. Habitar a cidade. Etnografia de/ na rua.

ABSTRACT

This thesis addresses some aspects of how life in the streets comes to be perceived as a resource, or a viable attempt, to a better life in the city, through ethnographic anthropological research with adult men and women who are in a condition of a “person experiencing homelessness” in the center of the city of Cabedelo/PB. What interested us here was to understand a particular form of inserting with and relating to street space, which permeates the possibilities of living and inhabiting the city, rather than a specific social segment. To this end, we sought to identify and characterize the types of experiences on the streets of the city center, based on the particularities of the municipality, local dynamics, territorialities, conflicts, interests, practices, and daily interactions. For this purpose, listing the main perceptions of people regarding their experiences in the world and highlighting, in their narratives and life trajectories, the complaints of suffering, demands, expectations, and motivations associated with the insurgency of these bodies on the streets of the city. From this, it was intended to identify and analyze forms of action, tactics, and resources for dealing with life's adversities, revealing means of urban resistance and persistence in the pursuit of a good life and inhabiting the city. At the same time, as a specific objective, we sought to make a theoretical-methodological reflection on the ethnographic practice in anthropological research, especially concerning the theme of street experiences. From the ethnographic data, it is observed that "make a life", an expression used by one of the interlocutors, would refer to an inventive, procedural, singular, and political know-how-to-make-live. It is characterized by a chain of tactical movements, using one's own body, tangible elements, and favorable situations in an attempt to transform and surpass the condition of precariousness and policies of death, towards new experiences in the city. The street emerges here as a *locus* of life production in an environment of death production. Thus, the occupation of public spaces by these interlocutors implies that they are not only claiming the city itself, but also the right to life itself.

Keywords: Persons experiencing homelessness. Daily life. Inhabit the city. Ethnography of/on the street.

RÉSUMÉ

Cette thèse aborde certains aspects de la façon dont la vie dans la rue est perçue comme une ressource ou une tentative viable de mieux vivre dans la ville, à travers des recherches anthropologiques ethnographiques avec des hommes et des femmes adultes qui sont dans une « en situation d'itinérance » dans le centre de la ville de Cabedelo/PB. Ce qui nous intéressait ici était de comprendre une certaine forme d'insertion et de relation avec l'espace de la rue qui traverse les possibilités de vivre et d'habiter la ville, plutôt que de se concentrer sur un segment social spécifique. À cette fin, nous avons cherché à identifier et à caractériser les types de vécus dans les rues du centre, en fonction des particularités de la municipalité, des dynamiques locales, des territorialités, des conflits, des intérêts, des pratiques et des interactions quotidiennes ; en énumérant les principales perceptions des personnes sur leurs expériences dans le monde ; et mettant en évidence, dans leurs récits et trajectoires de vie, les plaintes de souffrance, les demandes, les attentes et les motivations associées à l'insurrection de ces corps dans les rues de la ville. À partir de cela, nous avons l'intention d'identifier et d'analyser les façons d'agir, les tactiques et les ressources pour faire face aux adversités tout au long de la vie, et qui révèlent des moyens de résistance et d'insistance urbaine dans la recherche du bien-vivre et d'habiter la ville. Simultanément, en tant qu'objectif spécifique, nous avons cherché à faire une réflexion théorique-méthodologique sur la pratique ethnographique dans la recherche anthropologique, en particulier en ce qui concerne le thème des vécus dans la rue. À partir des données ethnographiques, il est observé que « faire la vie », expression utilisée par l'un des interlocuteurs, désignerait un savoir-faire-vivre inventif, de procédure, singulier et politique. Celui-ci caractérisé par une chaîne de mouvements tactiques, en utilisant du son propre corps, des éléments tangibles et des situations favorables, dans le but de transformer et de surmonter la condition de précarité et les politiques de mort vers à nouvelles expériences dans la ville. La rue émerge ici comme un *locus* de production de la vie dans un environnement de production de la mort. Ainsi, l'occupation des espaces publics par ces interlocuteurs laisse entendre qu'ils revendiquent non seulement la ville pour eux-mêmes, mais revendiquent aussi leur propre droit à la vie.

Mots-clés: Personnes en situation d'itinérance. Le quotidien. Habiter la ville. Ethnographie de/dans la rue.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Vistas da praça reformada e mercado	15
Imagem 02 – Localização da cidade de Cabedelo/PB	26
Imagem 03 – Croqui da região	27
Imagem 04 – A trama de interlocutores	29
Imagem 05 – Do olho que vê, sente e chora	37
Imagem 06 – Sugestão para ser vista e confecção de camiseta de pesquisa	41
Imagem 07 – O olho que vigia, um lugar vigiado	42
Imagem 08 – Olho que deseja	47
Imagem 09 – Ser visto, estar na mira de uma arma	50
Imagem 10 – O tempo no desenho	60
Imagem 11 – Imagem aérea da cidade de Cabedelo e seu litoral	66
Imagem 12 – Representações do Rio Paraíba do século XVII	68
Imagem 13 – Do forte para o rio	69
Imagem 14 – O centro da cidade	83
Imagem 15 – Mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer da cidade	84
Imagem 16 – Porto Antigo de Cabedelo	89
Imagem 17 – Pessoas cadastradas no Cadastro Único Cabedelo/PB	97
Imagem 18 – Espaços de circulação na história de vida	101
Imagem 19 – Quadro de dicotomias entre a casa e rua	107
Imagem 20 – Motivações e causalidades	122
Imagem 21 – Sociabilidades em torno do consumo da cachaça	127
Imagem 22 – Tecendo uma rede a partir do centro de Cabedelo	132
Imagem 23 – “Quartinho” de Inácio	145
Imagem 24 – Cartografia de um itinerário terapêutico de Plácido	171
Imagem 25 – Magda e sua lata de cerveja	211
Imagem 26 – Resposta do poder público à pandemia	240

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
MOMENTO ETNOGRÁFICO I: PERCURSOS ETNOGRÁFICOS	15
Etnocena I: “Ele morreu ali, deitado no chão”	15
Capítulo 01: O Retorno e o reencontro com um campo de pesquisa	17
1.1. Do passado ao presente: rastros de um interesse investigativo	17
1.2. Delineamento de um novo campo de pesquisa: as vivências e o habitar as ruas do centro da cidade de Cabedelo/PB	20
1.3. Traçando uma justificativa para o espaço de investigação	24
1.4. Emaranhando uma rede de interlocutores: Reencontros com antigos interlocutores e os novos agentes em campo.....	27
Capítulo 02: Entre riscos e rabiscos: etnografia de/com/na rua, desenhos, ética e outros apontamentos teórico-metodológicos	31
2.1. “Os sumidos” e a afetação mobilizadora: ausências, mortes e o testemunhar violências...35	
2.2. “Com todo respeito”: (Des)confianças, relações de gênero e ética na pesquisa	39
2.3. Os desenhos e a produção visual etnográfica	48
MOMENTO ETNOGRÁFICO II: CORPOS INSURGENTES NO ESPAÇO URBANO 64	
Etnocena II: “Aqui é onde está meu negócio”	64
CAPÍTULO 03. Cabedelo e suas águas: um breve resgate histórico.....	66
3.1. De um “porto seguro” a um lugar de “negócios”: a constituição da cidade colonial segregadora	67
3.2. Um lugar “de não habitar”: Nordeste em crise, migrações e o processo de urbanização dos modos de vida	69
3.3. Habitar “fora do lugar”: pobreza, raça e perigo nas ruas da cidade	71
3.4. O “processo civilizatório” modernizador: a configuração do centro de Cabedelo e sua força centrípeta	80
3.5. A oscilação das marés: o contínuo movimento de expulsão e atração centro-margem na industrialização e desenvolvimento de uma cidade-porto	86
CAPÍTULO 04: O empuxo das águas: motivações e causalidades para vida nas ruas do centro de Cabedelo/PB	97
4.1. “Meter a mola”: infância, pobreza, autonomia e a busca pela liberdade.....	98
4.2. “Atrás de brincar”: relações familiares e papéis de gênero.....	101
4.3. “Pulando de casa em casa”, de cidade em cidade, de trabalho em trabalho	109
4.4. “Não vejo outra forma de viver”: sofrimento, itinerância e consumo de bebida alcóolica, do insuportável à rua	114
4.5. “Cabedelo é mais Calmo”: um lugar para aportar	118
4.6. Quando as formas hegemônicas do habitar se encontram com as múltiplas desigualdades socioculturais.....	119
CAPÍTULO 05: “Fazer a vida” nas ruas do centro: táticas de um saber-fazer-viver e habitar a cidade	124
5.1. Redes emaranhadas: as ruas do centro como fonte de recursos, afetos, apoio, proteção e possibilidade de autonomia	124
5.2. “Eu já vivia por aqui”: entre itinerância, ocupações e apropriações do espaço público	133
5.3. De um corpo “fora do lugar” ao habitar “entre” lugares	142
5.4. Uma tentativa de categorização do inefável: dos trajetos emaranhados aos diferentes modos de apropriação do espaço	149
MOMENTO ETNOGRÁFICO III: HABITAR FRONTEIRAS	151
Etnocena III: “... Eles não têm direito”	151

CAPÍTULO 06: Resistência e Insistências urbanas: as políticas do cotidiano entre a rua e as instituições	153
6.1. Algumas políticas públicas voltadas para a presença de pessoas vivendo e habitando as ruas das cidades.....	153
6.2. Viver no centro, habitar uma terra em disputa	162
6.3. Entre a espera e a itinerância: higiene, abstinência e “humilhação” na busca por apoio social e cuidado em saúde	170
6.4. Descompassos entre o cotidiano das ruas e os serviços destinados aos seus corpos	179
Capítulo 07: Entre velhas e novas fronteiras: pobreza, relações étnico raciais, gênero, reconhecimento e violência nas ruas do centro	185
7.1. Os “daqui” e os “de fora”: reconhecimento e desconfiças no processo de hierarquização em campo	185
7.2. “Homens trabalhadores” e “vagabundos”: trabalho, família e papéis de gênero.....	190
7.3. Corpos-predadores e corpos-presas no espaço público: performance de gênero, violências e táticas de proteção na rua	197
7.4. Entre “muito branca” e “preto”: notas sobre as relações étnico-raciais em campo	216
MOMENTO ETNOGRÁFICO IV: DAS PROVOCAÇÕES INICIAIS, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
Etnocena 04: “Ah, vai fazer o quê? A nossa vida é isso aqui!”	221
Capítulo 08. O que a pandemia desvelou acerca do viver e habitar as ruas?	223
8.1. A chegada do coronavírus	223
8.2. Entre as estratégias de enfrentamento à pandemia e as táticas de rua	225
8.3. Da retórica da “falta” de um corpo “fora do lugar” às políticas de vida e morte	231
8.4. A política do cotidiano no fazer viver a cidade.....	238
NOTAS DE CONCLUSÃO.....	241
REFERÊNCIAS	250

INTRODUÇÃO

A presença de pessoas vivendo nas ruas das grandes metrópoles não é um tema novo. Muito já se falou acerca de sua origem, que reporta ao próprio surgimento dos aglomerados urbanos, com registro desde a antiguidade, e facilmente encontramos na literatura a sua relação com a conformação da cidade moderna em sociedades capitalistas ocidentais. Certamente, a percepção sobre essas pessoas foi se transformando ao longo dos séculos e, se muito já foi dito e elaborado sobre a existência desses corpos e suas práticas nos grandes centros urbanos brasileiros, observamos que tal fenômeno continua a despertar grande preocupação social, tornando-se pauta acadêmica e de políticas públicas. Com a chegada da pandemia da Covid-19 e suas consequências no plano socioeconômico, surgiram novas preocupações em âmbito nacional, não só acerca dos impactos desta sobre os corpos daqueles que já habitavam as ruas, mas a probabilidade de um significativo aumento do número de pessoas que passariam a viver nessas condições.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), a população em situação de rua no Brasil cresceu cerca de 38% entre 2019 e 2022, enquanto a população geral, em mais de uma década (2010 a 2022), cresceu apenas 6,5% (IBGE, 2022). Dados obtidos a partir do Cadastro Único demonstram que, em dezembro de 2022, havia 236.400 pessoas em situação de rua, distribuídas em 3.354 municípios, o que corresponde a 64% do total de municípios do país contendo pelo menos uma pessoa em situação de rua, sendo o Sudeste, especialmente em suas megalópoles e cidades de grande porte, com 62% desse quantitativo de pessoas cadastradas (Brasil, 2023). Entretanto, as cidades consideradas de pequeno porte, por apresentarem estreitas relações de comunicação e trocas com cidades de maior porte, reproduzem relações urbanas semelhantes, apresentando número considerável de pessoas habitando suas ruas. Então nos perguntamos o que há de particular e comum nessas diferentes realidades quando se trata de pessoas vivendo e habitando as ruas da cidade?

Guiada por esse questionamento, e tantos outros expostos a seguir no capítulo 01, esta pesquisa se forjou com o objetivo geral de compreender o modo como a vida nas ruas passa a ser percebida como recurso ou tentativa possível para melhor viver, por meio de investigação antropológica etnográfica junto a homens e mulheres adultos que se encontram em “situação de rua” no centro da cidade de Cabedelo/PB. O que nos interessa é compreender uma determinada forma de inserção e relação com o espaço da rua que perpassa pelas possibilidades de viver e habitar a cidade, e não um segmento social específico. Para tanto, procuramos: identificar e caracterizar os tipos de vivências nas ruas do centro da cidade, a partir das

particularidades do município, dinâmica local, territorialidades, conflitos, interesses, práticas e interações cotidianas; e, ao mesmo tempo, elencando as principais percepções das pessoas acerca de suas experiências no mundo, destacando em suas narrativas e trajetórias de vida as queixas de sofrimento, demandas, expectativas, projetos e motivações associados à insurgência desses corpos nas ruas da cidade.

A partir disso, pretendemos identificar e analisar as agências, táticas e recursos para lidar com as adversidades ao longo da vida, e que se revelam meios de resistência e insistências urbanas na busca por um bem viver e habitar a cidade. Concomitantemente, enquanto objetivo específico, buscamos fazer uma reflexão teórico-metodológica sobre o fazer etnográfico e escrita de tese na pesquisa antropológica, especialmente no que tange o tema das vivências nas ruas. Nesse fazer pesquisa e escrita, muitas das vezes extraímos as sensibilidades, afetos e subjetividades, fixamos os movimentos e transformamos os emaranhados em linhas retas, para então construirmos canais objetivos de apresentação e discussão dos resultados e com isso alcançar melhor entendimento. O texto que se segue falha nesse objetivo, admitindo os vieses e se forjando num diálogo emaranhado e confuso entre interlocutores, teóricos e pesquisadora. Nessa tentativa, a tese foi organizada a partir de 04 partes intituladas de Momentos Etnográficos, cada qual iniciada com a apresentação de um relato no formato de Etnocena, trazendo temas para discussão em um conjunto de capítulos subsequentes.

Por meio da Etnocena 01, buscamos realizar uma breve ambientação do espaço das relações em que se deu o processo de delineamento, produção, coleta e análise de dados. Nela, podemos observar o modo como se deu a inserção da pesquisadora em campo, algumas técnicas e estratégias metodológicas adotadas, discutidos no Capítulo 01. Além disso, estão explícitos pensamentos e afetos dessa interação, apontando para o papel das experiências pessoais da pesquisadora na construção de um conhecimento etnográfico, tema do Capítulo 02, no qual também se encontrará uma explanação sobre a produção visual desta tese. Teremos, portanto, no Momento Etnográfico I, uma discussão sobre os percursos da pesquisa; dos interesses profissionais e acadêmicos à construção de um tema, justificativa e delineamento de pesquisa; das inquietações aos deslocamentos epistemológicos; das experiências pessoais e coletivas em campo ao referencial teórico de base. Rastros de um processo que explicitam não só uma descrição e contextualização processual do modo como se deu o estudo, mas, fundamentalmente, um exame teórico-metodológico-político-ético-estético desse fazer.

No Momento Etnográfico II, disparados por fragmentos de história de vida de Plácido, principal interlocutor da pesquisa, e disposto na Etnocena 02, veremos como reminiscências do processo sócio-histórico, cultural, político e econômico na constituição das cidades brasileiras

vem atuando nos processos que levam a insurgência de corpos habitando suas ruas, especialmente o corpo masculino, negro, nordestino e pobre. Uma discussão a partir de uma perspectiva global ao local, do passado ao presente, do geral ao singular das trajetórias de vida de alguns interlocutores. Desse modo, no Capítulo 03, encontraremos um breve apanhado acerca de alguns aspectos da constituição e configuração da cidade de Cabedelo que estariam relacionados a presença de pessoas habitando suas ruas: do caráter colonial aos processos de urbanização, modernização, industrialização e desenvolvimento de uma cidade-porto. A partir deste discutiremos como o porto, o trem e o mercado, enredaram uma centralidade nas relações sociais da cidade, servindo como polo atrativo para as mais variadas atividades e práticas que hoje compõem a dinâmica do seu centro, assim como o movimento de dispersão e periferação de seu território e de certos corpos.

Mais que reminiscências que ligam o passado ao presente, observamos que esses processos históricos são reatualizados, fazendo parte das trajetórias de vida dos interlocutores e cotidiano local, incidindo não só na configuração socioespacial da cidade, mas nos processos de subjetivação, percepção de si, identidades, nos modos de interações, possibilidades de circulação e nas formas de habitar o mundo, como discorre o Capítulo 04. Já no Capítulo 05, veremos que aquilo que desponta como motivações e causalidades para vida nas ruas revela-se um saber-fazer-viver e habitar a cidade. Um processo de deslocamento da noção de um corpo “fora do lugar” para um fazer viável sua existência, por meio de um *continuum* de táticas e astúcias, utilizando-se do próprio corpo, elementos tangíveis e situações possíveis, atuando nas brechas e fissuras, ocupando fronteiras e habitando “entrelugares”, construindo modos inventivos e particulares de viver e habitar a cidade.

Na sequência, o Momento Etnográfico III abordará aspectos cotidianos desse habitar fronteiras e as formas de interação nas ruas do centro a partir da intersecção dos marcadores sociais da diferença. Dos processos de distinção, hierarquização e segregação às relações de reconhecimento, solidariedade, conflitos e violências, especialmente no que tange aspectos de gênero, sexualidade, étnico-raciais e institucionais. O que pode ser visto na Etnocena 03. O Capítulo 06 traz inicialmente algumas políticas públicas voltadas para a presença desses corpos nas ruas, entre avanços e retrocessos, assim como elas incidem nas relações locais e como os sujeitos as reelaboram e respondem no cotidiano das ruas, especialmente entre os anos de 2010 e 2021. Já o Capítulo 07 é dotado de uma discussão mais específica acerca dos descompassos entre o cotidiano das vivências nas ruas e as instituições de apoio e suporte à população em situação de rua. Finalizando esta tese, teremos o Momento Etnográfico IV, com o Capítulo 08, no qual podemos observar o modo como a chegada do coronavírus e a pandemia da Covid-19

incidiu nas relações locais, desvelando de forma evidente, intensa e conclusiva aspectos já discutidos ao longo do texto: das perspectivas gerais acerca do espaço da rua à gestão dos corpos daqueles que a habita; das políticas de vida às políticas de morte; e o que esses sujeitos fazem para viver a/na cidade. Teremos também uma discussão acerca do fazer pesquisa marcada pelo luto, finalizando assim a discussão teórico-metodológica da pesquisa.

MOMENTO ETNOGRÁFICO I: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO ETNOGRÁFICO

ETNOCENA 01: “Ele morreu deitado ali pelo chão”

Na manhã do dia 1º de outubro de 2018 dirijo-me ao centro da cidade de Cabedelo para dar início ao trabalho de campo. O cenário da rua da sede da prefeitura era o mesmo que conheci anos atrás, com seus pontos comerciais, de prestação de serviços e prédios públicos, mas tudo parecia mais calmo. Enquanto caminho, estranho não ouvir a antiga confusão de sons sobrepostos e pungentes das várias músicas do ambiente, do estalo das partidas de dominó, dos chamados dos “alternativos”¹ e dos assédios tão comuns em anos anteriores. Da esquina, vejo que a praça da caixa d’água foi completamente reformada. Novo calçamento, bancos e layout.

Imagem 01 – Vistas da praça reformada e mercado público



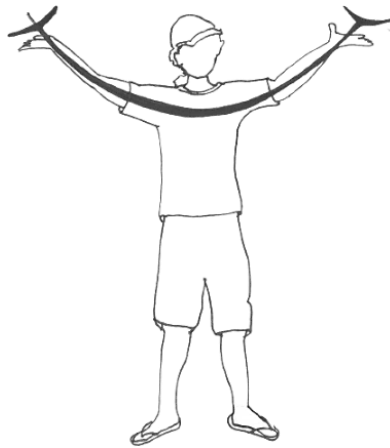
Fotos: Ana Carolina Paz, 2019

A antiga edificação da caixa d’água foi fechada e os boxes de venda foram retirados, não havendo ali o vai e vem dos rapazes do ponto de mototáxi, o colorido das frutas e verduras, o cheiro da comida e o som das músicas que embalavam os corpos embriagados do bar de Severino. Era quase silêncio e monotonia. Nada daquilo que atraía tantas pessoas no turno da

¹ Transporte de passageiro em automóvel particular, geralmente não licenciado para tal atividade e bastante comum na cidade, configurando-se meio alternativo ao sistema público de transporte no trajeto entre as cidades de Cabedelo e João Pessoa/PB. Os motoristas costumam convocar por meio de gritos os transeuntes ao longo da BR 230.

manhã, entre elas, aquelas que viviam nas ruas do centro e que ficavam nos bancos da praça numa sociabilidade confusa de descanso, lazer e trabalho. Vou então ao Mercado Público. Ao longe, logo vejo que na esquina do mercado, outro espaço de aglomeração de pessoas que viviam em situação de rua, agora estava ocupado por um ponto de mototáxi. Por outro lado, o mercado mantinha suas cores, sons, odores e fluxos.

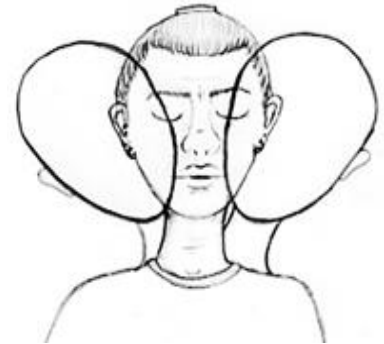
Sigo em direção ao porto. Após algum tempo caminhando pelas ruas do centro sem



encontrar alguém conhecido, sinto-me um pouco frustrada e desanimada. É quando vejo, na calçada do mercado, Inácio², interlocutor da pesquisa de mestrado. Ele parece não me reconhecer. Então o chamo pelo nome. Desconfiado, me encara. Reapresento-me. Ele então se abre em um grande sorriso e com gesto de abraço, fala: “Anda sumida!”.

Posteriormente, chega Renato, que de início também parece não me reconhecer ou,

ao menos, ficar em dúvida. E pergunta: “Carol do CAPS?”. Essa era uma das identidades atribuídas a mim: ex-psicóloga do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Logo depois, chega Plácido, o qual dizia me conhecer, apesar de não recordar dele.



Depois de alguns minutos, pergunto aos três acerca de outros frequentadores do local. Renato relata: “Danilo? [...] Ele morreu deitado ali pelo chão [...] deve ter sido a bebida”. É quando descubro um dos motivos das várias ausências: a morte. Não só de

Danilo. Depois de algum tempo e conversas difusas volto para casa com uma sensação de estranhamento do lugar, de tristeza pelas mortes e desânimo com a pesquisa.

² Todos os nomes citados ao longo do texto são fictícios, de forma a preservar a identidade das pessoas e as possíveis implicações em suas vidas. Em alguns casos relatados ao longo de esta tese, optei por omitir informações, alterar o gênero ou idade, como forma de disfarçar as características dos interlocutores e sua possível identificação.

CAPÍTULO 01: O Retorno e o reencontro com um campo de pesquisa

Essas duas palavras, retorno e reencontro, em seus múltiplos significados, serão fundamentais para compreender o processo de produção, coleta e análise das informações emergidas em campo e analisadas nesta pesquisa. Elas suscitam um antes e um depois nas relações com espaço, que por sua vez, reporta às transformações e permanências, confusões de papéis, temporalidades e espacialidades múltiplas, percepções, sentimentos e significados que auxiliam a narrar uma história acerca das pessoas, do lugar e seus cotidianos.

1.1. Do passado ao presente: rastros de um interesse investigativo

Por meio da Etnocena 01, observa-se que o centro da cidade de Cabedelo e alguns dos seus frequentadores já eram conhecidos da pesquisadora em seu primeiro dia de trabalho de campo etnográfico. Isso decorreu de experiências profissionais e acadêmicas anteriores junto a esse espaço. Ambas as experiências, somadas a outras, construíram um interesse sobre o tema e conduziu um modo particular no desenvolvimento desta pesquisa³. É importante expor que tal percurso aconteceu junto às políticas públicas e engajamento em movimentos sociais, principalmente no campo da saúde mental, saúde coletiva e direitos humanos. Dessa maneira, tal atuação profissional e acadêmica alicerçou-se em um conhecer militante, cuja atuação acontecia em um misto de cuidado, intervenção e investigação (Merhy, 2004), aliando clínica, política e conhecimento científico.

A relação com o campo de pesquisa iniciou-se quando, em março de 2010, passei a atuar como psicóloga em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD). Tal estabelecimento à época localizava-se no centro da cidade de Cabedelo, especificamente em frente à Praça Venâncio Neiva (conhecida popularmente como praça da caixa d'água) e ao lado do mercado público, área que posteriormente viria a se tornar campo de pesquisa de mestrado e doutorado. Vários dos usuários desse serviço eram pessoas que viviam nas ruas da região. Daí a pergunta de Renato no relato acima: “Carol do CAPS?”. Por meio dessa atuação, logo surgiram várias questões decorrentes dessa experiência profissional e discussões vigentes

³ Entre os anos de 2009 e 2017 atuei em serviços da rede de atenção pública à saúde, em Cabedelo (CAPS I, CAPS ad e NASF), João Pessoa (CAPS AD III) e Bayeux/PB (CAPS I), os quais compõem a região metropolitana, desempenhando atividades de assistência, gestão e Educação em Saúde. Concomitantemente, em processos de Educação Permanente em Saúde em outros municípios da Paraíba e estados da federação, como tutora de ensino em Saúde sobre População em Situação de Rua no Rio de Janeiro (ENSP/FIOCRUZ). Também fiz parte de alguns coletivos e associações, como a Associação Cabedelense de Saúde Mental, Frente Paraibana de Políticas sobre drogas e Direitos Humanos, Associação Brasileira de Saúde Mental e Associação Brasileira de Redução de Danos.

sobre a temática em ambiente nacional acerca da presença de pessoas em espaços públicos em torno do consumo de crack. Após outras experiências profissionais, tal interesse retorna culminando em pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, entre os anos de 2014 e 2016, havendo também um retorno ao centro da cidade de Cabedelo.⁴

Foi a partir desse estudo anterior que se deu maior aproximação com o cotidiano das ruas ao conviver com pessoas que faziam destas seu lugar de viver e pertencimento, entre elas, aquelas consideradas e/ou autodeclaradas “em situação de rua”. A designação qualitativa “em situação de rua” apareceu na época como categoria êmica empregada por parte dos interlocutores para descrever sua condição de vida e relação com os espaços públicos do centro da cidade. Tal fenômeno revelara uma apropriação do discurso institucional por aqueles que estabeleciam intermitentes, pontuais e/ou duradouras relações com serviços e políticas públicas. Além disso, as pessoas faziam o uso dessa categoria de forma situacional, empregando-a para obter uma certa inteligibilidade social e acessar às instituições, serviços e direitos (Paz, 2016).⁵

A categoria “em situação de rua” aparece institucionalmente a partir do conceito jurídico trazido pelo Decreto Federal de 25 de outubro de 2006, o qual instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da chamada População em Situação de Rua - PSR (Brasil, 2006). Contudo, é a partir de 2004 que tal categoria começara a surgir em torno da organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), lançado oficialmente em 2005 (MNPR, 2010). A denominação teria sido criticamente apropriada pelo Estado em substituição aos termos e práticas historicamente associados ao habitar as ruas, reunindo em uma mesma categoria um conjunto de pessoas heterogêneas que: utilizam espaços públicos de forma intensa e/ou integral; circulam pelas ruas, fazendo destas, seus locais de sustento e/ou moradia, mesmo que situacionalmente; e pernoitando nestas ou em albergues e instituições.

Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009a) essas pessoas teriam em comum uma condição de vida marcada pela pobreza extrema, a inexistência

⁴ Pesquisa intitulada Entre “papudinhos” e “noiados”: uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em um espaço de consumo de substâncias psicoativas na região central de Cabedelo/PB, sob orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Paz Tella. A pesquisa refletia assim, o interesse e crescimento significativo das produções acadêmicas sobre consumo de drogas vinculado a vivências nas ruas do início do século XX. Tal entrecruzamento já era esperado devido ao contexto em que ressurgiram as discussões e as novas consequências do debate no ambiente nacional. A maioria desenvolvida na área de psicologia, saúde pública e serviço social (Sicari e Zanella, 2018), estando as ciências sociais sem se dedicar ao tema do consumo das drogas como foco principal (Toledo et al, 2017; Sicari e Zanella, 2018). Entretanto, destaca-se os estudos Patrice Schuch (2007; 2015), Frúgoli e Spaggiari (2013), MacRae (2013), Tanile Rui (2014), Lemões (2012, 2014, 2017, 2019) etc.

⁵ Dos 31 interlocutores da pesquisa pretérita, 18 viviam nas ruas do centro de Cabedelo. A qualidade “em situação de rua” era empregada a depender do interesse e do interlocutor a quem se endereçava o discurso.

de moradia convencional regular e vínculos familiares rompidos ou fragilizados, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento. Segundo estudo de Vieira, Bezerra e Rosa (1994), a palavra “população” daria unidade a um universo de cidadãos que não conseguem manter-se no mercado de trabalho formal/legal e desrespeitados em seus direitos sociais, dando visibilidade e valor político à questão. Já a expressão “situação de rua” teria emergido como forma de chamar a atenção para a condição de heterogeneidade e transitoriedade das experiências de vidas nas ruas, rompendo com uma visão simplista e individualizante (Mattos e Ferreira, 2005; Schuch e Gehlen, 2012; Lemões, 2012; Sicari e Zanella, 2018).

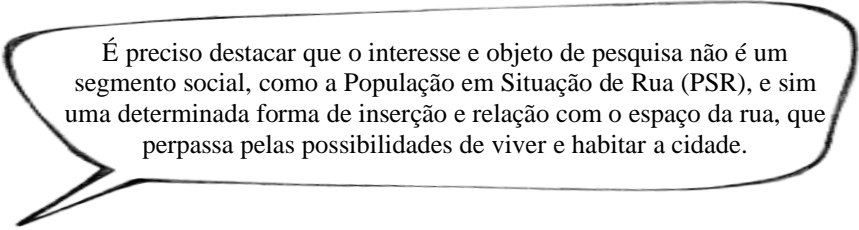
Desse modo, o termo “população em situação de rua” consolidou-se como nomenclatura para designar o fenômeno da vivência nas ruas no contexto brasileiro, não só no campo das políticas públicas, mas acadêmico e movimentos sociais. Entretanto, na literatura sobre o tema podemos encontrar diferentes nomenclaturas, cada qual a partir de suas bases teóricas, enfoques temáticos e circunscritas em determinados contextos espaço-temporais. Todas elas vêm servindo como referência para qualificar um segmento social de nossas cidades composto por pessoas que passaram por processos socioculturais, emocionais, políticos e econômicos excludentes, próprios da produção e reprodução do modo de vida capitalista (Santos, 1982).

Encontramos por exemplo: moradores de rua (Escorel, 1999; Giorgetti, 2006; Silva, 2014; Fernandes, 2015; Caneiro, 2016; Campos e Moretti-Pires, 2016); nômades urbanos, trecheiro e/ou andarilhos (Justo e Nascimento, 2005); sofrendores sociais (Botti et al, 2010); população/populações de rua (Vieira et al, 2004; MNPR, 2010; Barbosa, 2017; Holanda, 2019); população, pessoas, homens, mulheres, crianças e/ou adolescentes em situação de rua (Costa, 2006; Brasil, 2008; Claudino, 2015; Matos, 2016; Pulido et al, 2016; Arruda et al, 2018; Gomes, Salatino e Reyna, 2019; Lemões, 2012, 2014, 2017; 2019); e pessoas que vivem nas ruas (Máximo e Melo, 2016; Priori, 2018). Além destes, encontra-se ainda o termo empregado pela Igreja Católica que se refere a estas pessoas como povo da rua (Silva, 2019).

Assim, ao realizar tal pesquisa anterior, me vi então imersa na temática. Por um lado, lidando com as políticas públicas de atenção e cuidado a essa população a partir da atuação junto a espaços de mediações (associações, fóruns, capacitações de profissionais etc.), por outro, participando do cotidiano de pessoas que viviam nas ruas numa pequena cidade portuária do nordeste do país. Tal experiência fez-me perceber discrepâncias entre esses dois mundos: os macros discursos das instituições (discurso econômico, político, da saúde e da assistência social) e o da experiência na rua (o encontro com os discursos singulares dos próprios sujeitos na/da rua).

Diante disso, algumas indagações surgiram em torno das diversas possibilidades e formas de habitar a rua, considerando as múltiplas relações que estes estabeleciam em seus cotidianos junto ao espaço sociogeográfico da cidade, histórias de vida e as particularidades e semelhanças entre aquilo que se mostrava nos estudos que abordam essa realidade nas metrópoles brasileiras. Suscitaram também questionamentos sobre o fazer pesquisa etnográfica nesse contexto. Tais observações coadunavam, portanto, com novos interesses de investigação, em um movimento de deslocamento do tema do consumo de substâncias psicoativas para a vivência nas ruas. Assim, essa pesquisa anterior não só despertou o interesse, como serviu de alicerce a esta tese, transformando-a em uma continuidade investigativa.

1.2. Delineamento de um novo campo de pesquisa: vivências e o habitar as ruas do centro da cidade de Cabedelo



É preciso destacar que o interesse e objeto de pesquisa não é um segmento social, como a População em Situação de Rua (PSR), e sim uma determinada forma de inserção e relação com o espaço da rua, que perpassa pelas possibilidades de viver e habitar a cidade.

A rua é então tomada aqui não só como o local do viver, mas aquilo que reflete e engendra um modo de pensar, agir e se relacionar. Um modo de existir, cujo espaço atua como elemento simbólico e material na tessitura das redes de relações de proteção e apoio, de lazer e trabalho, entre outros aspectos envolvidos para a produção de vida. Mais do que viver “na” rua, enquanto local, ou viver “da” rua, enquanto fonte de recurso (Magni, 1997), trata-se de um viver próprio, construído singularmente, concebendo aquele que vive nas ruas como agente produtor desse modo de vida específico (Kasper, 2006; Holanda, 2019). A rua aparece então como cenário e agente na articulação de identidades e recursos, que, ao mesmo tempo em que o constitui, também constitui o lugar que habita. Isso porque compreende-se a rua como o traçado representacional e materializado dos fluxos e existências daqueles que a habita (Ferro, 2016) e também escala de intervenção para quem gere a cidade (Vidal, 2008). Por isso, atua como uma linha (fio) que costura e constitui as redes articuladas e emaranhadas das práticas e sentidos que tecem a própria cidade (Durão, 2008). Como já diria Robert Park:

[...] a mais consistente e, no geral, a mais bem-sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo de seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem nenhuma ideia clara da natureza de

sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo. (Park, *apud* Harvey, 2013, p. 27).

Esse fazer cidade não constitui uma entidade ou espaço unívoco. Cada qual, ao seu modo, faz a cidade a partir dos recursos e acessos possíveis, ao mesmo tempo que se refaz. A rua é parte desse mundo, que aqui é abordado como a cidade. Ela é então objeto, lugar, produto e produtor de transformação. Esse tipo de vivência nas ruas traz, portanto, uma dimensão espacial, temporal, relacional e corporal específica do modo de estar, circular e habitar a cidade. É aqui que entra a importância de uma análise interseccional para pensar essas experiências. Sexo, orientação sexual, gênero, classe social, atividade de renda, idade, lugar de origem, rede de apoio, raça, condição de saúde, entre outros aspectos, se interseccionam na maneira como se vivencia a rua e a cidade. Esses marcadores sociais da diferença são dimensões fundamentais nessas experiências assim como o próprio espaço geográfico que ocupam e suas particularidades. Um olhar atravessado pela interseccionalidade, segundo Collins e Bilge (2021), poderia auxiliar nas abordagens de questões e problemas sociais, as quais envolvem diferentes domínios de poder (cultural, disciplinar e interpessoal) e que:

[...] influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. [...]. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins e Bilge, 2021, p. 244 -245).

As cidades, como diria Roy Wagner (2017, p. 118) em seu texto de 1938, *A invenção da Cultura*, “constituem igualmente controles para precipitação da “vida”, de uma vida social e cultural, que não pode ser produzida sem ordem e a ambiência delas”. Assim, a rua, enquanto imagem e parte da cidade, com suas diferentes ordens, percepções e domínios de poder, aparece como unidade significativa de investigação (Magnani, 1996) ou de análise. Dessa maneira, ela nos auxilia na compreensão sobre a cidade, as pessoas que as habitam e os modos de vivê-la. Isso porque a rua aqui se coloca como *locus* estratégico para a observação da vida cotidiana urbana (Cordeiro e Vidal, 2008).

Fruto desses estudos urbanos, a rua se constituiu em símbolo e espaço onde se apresentam as “imagens distópicas mais agudas” da cidade (Fernandes, 2003: 56), e, conseqüentemente, em unidade espacial dos grupos investigados. Do mesmo modo, esta passou também a ser reconhecida como lugar por excelência de produção de conhecimento e de trocas de saberes para a compreensão da vivência na cidade. Como argumentam Graça Cordeiro e Frédéric Vidal (2008: 09), a rua seria o recorte empírico para explorar e compreender os fenômenos urbanos de “baixo e de dentro”. Isso implicaria uma oposição às abordagens diagnósticas, generalizantes e superficiais sobre a cidade. Permitiria escapar das “totalizações imaginárias do olhar” (De Certeau, 1998: 172) e dos “itinerários abstratos” e “dogmáticos” que várias teorias projetaram sobre o social (Pais, 2003: 29), sobre a rua e a vida na cidade. Magnani (2002) chama essa posição como “de perto e de dentro” e, nas palavras de Latour

(2012), um espaço que permite uma visão oligóptica em vez de panóptica. (Paz, 2020, p.29-30).

Esse fazer pesquisa de “perto” e de “dentro” só é possível quando recortamos a unidade de análise, que pode ser um grupo, uma instituição, um lugar ou uma situação, por exemplo. É nesse sentido que podemos dar a rua o sentido de unidade de análise. Um lugar de onde é possível acessar o cotidiano em escala pedonal (Baptista, 2003), por meio das experiências de quem vivem nelas, de como elas as percebem, corporificam e produzem a rua, nos oferecendo uma espécie de diagnóstico sobre aspectos fundamentais da qualidade da vida urbana não só deste determinado espaço, mas o caráter de uma cidade. Como diria Sieber (2008, p. 48), “o poder da rua como uma janela de observação sobre a cultura urbana”, sem ignorar questões teóricas mais abrangentes, sejam elas contextuais ou críticas.

Ao voltar a atenção para o cotidiano da rua pode-se ter acesso não só à pluralidade das suas práticas e interações que caracterizam tal espaço de relações, mas também os sentidos e particularidades dessa vivência, desvelando representações, corporalidades e modos de agir através das quais esses sujeitos criam e reivindicam seu lugar na cidade. Sendo assim, sigo as indicações de Machado Pais (2003, p. 29), do cotidiano como uma “rota de conhecimento” para traçar um diálogo com a literatura sobre cidades e vivências em “situação de rua”. É por meio do cotidiano, narrado, presenciado ou vivido, que podemos perceber as negociações existentes entre as estratégias lançadas pelas estruturas de poder e controle e as táticas desenvolvidas pelas pessoas nas relações mais próximas e rotineiras (De Certeau, 1998), desvelando assim as agências e autonomia dos sujeitos, os modos como lidam com as situações e fenômenos urbanos globalizados, e trazendo à superfície os movimentos que subvertem, burlam e escapam a essas forças macroestruturais.

Como nos esclarece Baptista (2003, p. 37) há aspectos da vida cotidiana que são “afetados pelas dinâmicas globais, mas posicionados de modos diferentes” de acordo com os diversos capitais sociais, materiais e simbólicos que são associados e acionados pelos sujeitos locais. Dessa maneira, a noção de vivências e habitar as ruas permitiria agrupar coerentemente elementos fundamentais nos quais esta pesquisa se apoia. Esta transcende a noção de vidas nas ruas como um problema social e urbano para tornar-se um problema de investigação sobre a cidade. Ou seja, a vivência nas ruas como experiências urbanas, partindo da trama emaranhada que constitui o cotidiano da cidade e da própria vida, em suas contradições, desigualdades, conflitos, solidariedades e reivindicações. Trata-se de um olhar para a rua como espaço existencial (Schuch e Gelhlen, 2012), tecido por agências e conexões (Tarde, 2007; Latour, 2014), deslocando ou ultrapassando perspectivas alicerçadas nas retóricas da falta (Rui;

Martinez; Feltran, 2022, p. 16), perdas, rupturas e ausências para se deter nas inventividades, potencialidades e reivindicações desse viver.

Ao analisar a vivência e o habitar as ruas a partir do cotidiano está em ênfase, por um lado, a relação, e de outro, os “modos de operação ou esquemas de ação” que apontam para uma lógica operatória das “astúcias” (De Certeau, 2014), daqueles que habitam as ruas. Destaca-se as maneiras como as pessoas fazem a vida e uma cidade possível para si. Nesse sentido, considera-se interessante também trazer o conceito de viver e habitar de Ingold (2015) e de Heidegger (1989; 1954), para falar da existência de sujeitos que adotam os espaços públicos das cidades como meio/ambiente (Ingold, 2015), mundo (Heidegger, [1953] 1989) e ou contexto cultural (Wagner, 2011) de vida. Todavia, um viver imerso em sistemas de convenções, normas e ordens. Um viver diante de um leque restrito de oportunidades, muitas privações, violências e interesses diversos, que convive imbricada com políticas e práticas geradoras de sofrimento e morte.

Essas políticas, seja da ordem de um biopoder (Foucault, 2016), de inclusões perversas (Sawaia, 2001) e/ou mesmo de uma necropolítica (Mbembe, 2018), apontam para uma produção de vidas precárias (Butler, 2019a; 2019b) e “experiências contemporâneas de destruição humana” (Mbembe, 2018, p. 11), tendo a morte como uma dimensão da vida. Rodrigues (2006, p. 115), nos alerta ao dizer que a história é tanto “produto da vida dos homens em sociedade” como é “resultado da morte deles”. Assim, não só pela vida se acessa as diferentes maneiras de viver, o modo como a trilha, a maneira como se habita o mundo, mas também via a morte e as formas de resistir a ela, já que o “morrer, por sua vez, exprime o modo de ser” (Heidegger, [1953] 1990, p. 28). E como disse Vânia Rosa, ex-moradora de rua, militante e ativista dos direitos humanos da população em situação de rua em Seminário "População em situação de rua" - Resistir e Existir (no Rio de Janeiro, em 19/08/2021): “Existir na rua só é possível por meio de resistências”. Todos esses temas serão trabalhados ao longo da tese.

Para tanto, tornou-se fundamental alargar e emaranhar, ou mesmo implodir/transgredir, certas fronteiras estanques disciplinares. Certos objetos ou temas de estudo pedem, demandam, suplicam olhares mais do que multifacetados, trans e interdisciplinares. Coaduna-se antropologia, filosofia, psicologia, urbanismo, geografia, história, o campo do direito e da saúde, pois todas as dimensões da existência estão expostas quando o tema é a vivência e o habitar as ruas. Entretanto, nos alerta Barthes, citado por Clifford (2016):

O trabalho interdisciplinar, tão discutido hoje em dia, não se refere ao confronto entre disciplinas já construídas (nenhuma delas, na verdade, quer deixar desfazer). Para

fazer alguma coisa interdisciplinar, não basta escolher um “objeto” (um tema) e colocar a sua volta duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em criar um novo objeto que não pertence a ninguém. (Barthes, *apud* Clifford, 2016, p. 31).

Ingold (2019), em seu texto *Antropologia para o futuro*, aposta em um novo horizonte para produção de conhecimento na antropologia ao defender a ideia de uma “antidisciplina”:

Pois ela não aceitará o tipo de colonialismo intelectual que divide o mundo do conhecimento em partes isoladas para o domínio de cada disciplina. [...]. A paisagem do conhecimento assim como a da própria vida social, é contínua. Nela, os antropólogos seguem seus instintos, farejando fontes e linhas de investigação promissoras. [...] a tarefa da antropologia é focar o entrelaçamento de aspectos da vida que poderiam, de outra forma, ser repartidos entre diferentes disciplinas para seu estudo isolado. (Ingold, 2019, p. 66).

É bem verdade que essa discussão sobre as fronteiras do saber antropológico não é um assunto novo, por isso mesmo não pretendo aqui prolongar tal discussão, apenas alertar o leitor para esse esfumaçamento das fronteiras disciplinares ao longo do estudo.

1.3. Traçando uma justificativa para o espaço de investigação

Diante do exposto, o campo etnográfico se deu circunscrito em duas noções fundamentais: retorno e reencontro. A palavra retorno não significa apenas regresso no tempo e/ou espaço. Temos a ideia de repetição e reiteração, assim como a de recompensa ou compensação diante de um favor ou dádiva, como uma espécie de devolução, restituição (Houaiss, 2001). Já o termo reencontro se coloca como um movimento que leva ao “tornar a achar”, descobrir o que estava perdido ou redescobrir (Houaiss, 2001, p. 2410). A escolha da temática e definição do centro da cidade de Cabedelo como *locus* investigativo segue esses dois princípios. Primeiramente, como um retorno, inclusive geográfico, mas especialmente ao tema mais amplo da vivência nas ruas, reiterando o compromisso investigativo, político e ético com o avanço das discussões acerca da temática e com as pessoas que fazem parte desse universo.

Ao desenvolver pesquisa no referido local possibilitaria retomar questões observadas e não analisadas, como perceber algo que sempre esteve presente e não possível de apreender anteriormente. A possibilidade de redescobrir, tornar a ver tanto algo que já era conhecido, como passar a ver e a conhecer o que não se tinha percebido. Aliás, ao acompanhar uma mesma região e suas relações locais (pessoas, interações, práticas, espaços, seus corpos etc.) ao longo dos anos, haveria a possibilidade também de observar as transformações, trazendo à tona outros elementos de discussão. Apesar de campos distintos, as informações produzidas anteriormente somadas aos novos dados produziriam um maior acúmulo de informações em uma

temporalidade mais longa. Esse retorno também possibilitaria uma forma de agradecimento e retribuição pelas experiências compartilhadas na pesquisa passada.⁶

Além disso, nesse retorno às ruas do centro de Cabedelo, reitera-se o interesse em compreender as vivências nas ruas em cidades de menor porte e suas particularidades, em especial do nordeste do país, para, a partir disso, fazer aproximações e distanciamentos com diferentes realidades já investigadas. Vale salientar que aquilo que conhecemos sobre o tema foi e ainda é produzido e reproduzido majoritariamente a partir de experiências tácitas, observações e estudos realizados em contextos hipervisibilizados, como as grandes metrópoles. Isso certamente decorre, entre outros fatores, do fato de serem nas maiores cidades (aqueles com população acima de 100 mil habitantes) onde está a maior concentração de pessoas em situação de rua, sendo mais de metade situada na região sudeste do país e apenas 18,5% em municípios pequenos ou médios, revelando a necessidade de se pensar tal realidade nessas localidades (Natalino, 2020).

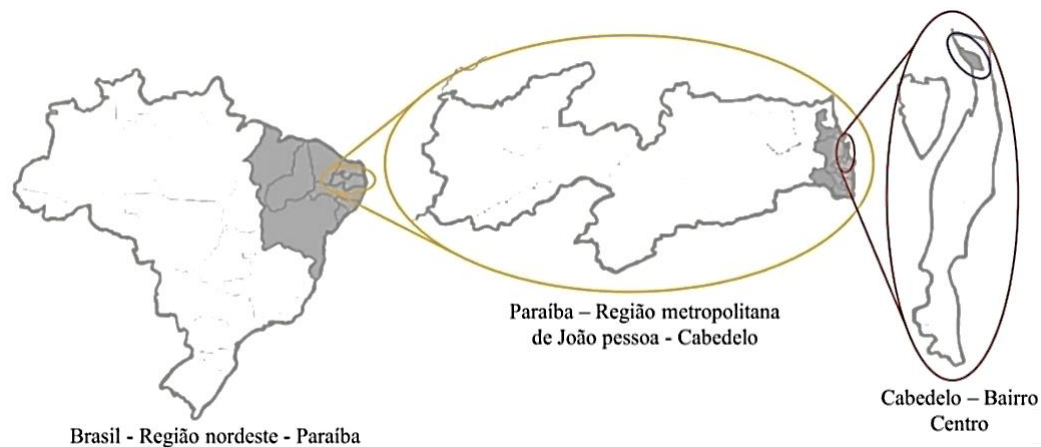
Em revisão dos artigos dispostos no banco da CAPES contendo como descritores os termos “moradores de rua” e “em situação de rua” no campo da “antropologia”, realizada em setembro de 2019⁷, observa-se que há uma concentração de pesquisas realizadas em instituições federais do sul e sudeste, assim como em seus campos de investigação: cidades com mais de 100 mil habitantes localizadas nessas regiões do país (Claudino, 2015; Fernandes, 2015; Arruda et al, 2018; Gomes, Salatino e Reyna, 2019; Lemões, 2014, 2019). Esses dados poderiam demonstrar que acumulamos um vasto conhecimento sobre a temática a partir das experiências de vidas nas ruas em tais realidades, nos fazendo questionar até que ponto esses estudos contribuem para compreender o fenômeno em cidades de menor porte e/ou de outras regiões do país.

⁶ Ao retornar, havia a intenção da manutenção dos vínculos, compartilhar as repercussões da pesquisa passada, construir uma nova pesquisa a partir de seus cotidianos, e a possibilidade de atuação junto às suas demandas.

⁷ Busca de artigos realizada dia 06/09/2019 na base de periódicos da CAPES e publicados nos últimos 5 anos. Teve-se como critérios de inclusão descritores contidos no título, resumo, palavras-chave e/ou objetivos, em qualquer língua. E como critério exclusão artigos repetidos, não disponibilizado na íntegra *on line* e/ou publicados em período anterior a 2014. Foram encontrados um total de 26 artigos, lidos e analisados os resumos, palavras-chave e considerações finais para verificação da temática geral e sua relação com a questão da vivência nas ruas por sujeitos adultos em situação de rua, descartando 12 pesquisas. Houve a leitura na íntegra dos trabalhos para verificação da possibilidade de contribuição para o tema, sendo constatado a não relação direta com o tema investigado e critérios de inclusão de 04 destes. Dos 10 artigos restantes, 01 abordava a infância e adolescência, sendo posteriormente descartado. Do total de 9 artigos: 04 pesquisas foram realizadas em cidades da região sul; 04 em cidades do sudeste; 01 em cidade do nordeste do país. Isso também pode ser encontrado na revisão de literatura realizada por Sicarli e Zanella (2018), que aponta a maioria das pesquisas desenvolvidas no Brasil vinculadas a universidades públicas dos estados de São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul, abordando principalmente a temática nas grandes metrópoles do país.

Tal conhecimento produzido não só retratam essas realidades como produzem experiências, influenciando nossas percepções acerca de determinados fenômenos. Entretanto, a presença de pessoas vivendo nas ruas de cidades de diferentes escalas guarda particularidades que as distinguem, singularizando-as diante das possibilidades e recursos de apoio, renda, proteção, redes de interações e sociabilidades, tanto em número quanto o lugar social que estes podem ocupar, entre outras especificidades. Uma dessas especificidades é o fato do município de Cabedelo ser uma cidade portuária, com um pouco mais de 66 mil habitantes, considerado, portanto, uma cidade de pequeno à médio porte, localizado no Estado da Paraíba, região Nordeste do Brasil⁸.

Imagem 02 - Localização da cidade de Cabedelo/PB



Desenho: Ana Carolina Paz, 2023

Como podemos observar no relato do primeiro dia de campo, próximo ao porto estão situados vários prédios públicos administrativos, assistenciais, de saúde, comercial, de transporte e de entretenimento. Trata-se da região central da cidade. O perímetro formado pelo porto, rodovia federal BR 230, a estação ferroviária e Praça da Caixa D'água (Pç. Venâncio Neiva) constitui o núcleo das interações do centro e onde está localizado o mercado público. Portanto, um lugar de possibilidades de encontros e múltiplas conexões entre coisas, pessoas, produtos, substâncias, interesses e práticas, que atraem transeuntes de diferentes origens, esporádicos e regulares, bem como frequentadores assíduos das atividades lá desenvolvidas. Por tais características, essa região tornou-se espaço no qual se agregam parte das pessoas que vivem em situação de rua no município (PAZ, 2016).

⁸ Dados do Censo de 2022, IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/panorama>. Este mesmo órgão segue uma tipologia dos municípios pelo número da população e tamanho demográfico, sendo aqueles com menos de 100mil habitantes considerados como cidades de pequeno porte (IBGE, 2017b). Já o IPEA classifica como: pequeno I, até 20 mil habitantes; pequeno II, entre 20 e 50 mil habitantes; médio, entre 50 e 100 mil habitantes; grande, entre 100 e 900 mil habitantes; e metrópole, 900 mil habitantes ou mais (Natalino, 2020).

Imagem 03 – Croqui da região

Por ser uma região onde já havia o estabelecimento de vínculos anteriores, trânsito por determinados espaços e relações, havia elementos que supostamente poderiam facilitar a chegada e realização do trabalho de campo. Por esses motivos, o centro da cidade de Cabedelo tornou-se base inicial para o trabalho de campo etnográfico de pesquisa, para de lá seguir pessoas, objetos, conflitos e situações, acompanhando os movimentos e processos que aconteceram ao redor do tema investigado (Ingold, 2015), percorrendo diversos espaços, seguindo o modelo de uma etnografia multisituada (Marcus, 2015) e constituindo-se em um fazer peripatético. O termo peripatético significa “ambulante” ou “itinerante” (Houaiss, 2001) e decorre da Escola Filosófica de Aristóteles, a qual se distingue pelos seus ensinamentos ao ar livre e durante caminhadas. O termo foi apropriado por Lancetti (2008) para referenciar um modo de fazer clínica, sem relação com tal escola filosófica, no qual tomo como referência para pensar o fazer pesquisa etnográfica em movimento nos espaços públicos.

1.4. Emaranhando uma rede de interlocutores: reencontros com antigos interlocutores e os novos sujeitos em campo

Mesmo tendo certa familiaridade com o local, pessoas e práticas do centro da cidade, trata-se de uma nova pesquisa, com novo enfoque temático, novos objetivos e em novo período investigativo, necessitando assim, estratégias de reinserção para o desenvolvimento do trabalho de campo etnográfico. Inicialmente, essa reinserção se deu a partir de caminhadas e observação direta, seguindo indicações de Magnani (1996), para o reconhecimento do local, identificação preliminar das relações existentes, considerando os cenários, seus atores e suas regras. Tais

modos de deslocamento e observação proporcionaram uma visão ampla das paisagens e fluxos atuais de vários espaços e seus diversos grupos sociais. Essas caminhadas foram intercaladas gradativamente por períodos de insistências, voltando sempre aos mesmos lugares e em um demorar-se por certo período. Enquanto a caminhada possibilita errâncias e seguir fluxos, o parar, sentar e demorar-se permite o reconhecimento e o sentir os ritmos locais (Biase, 2013).

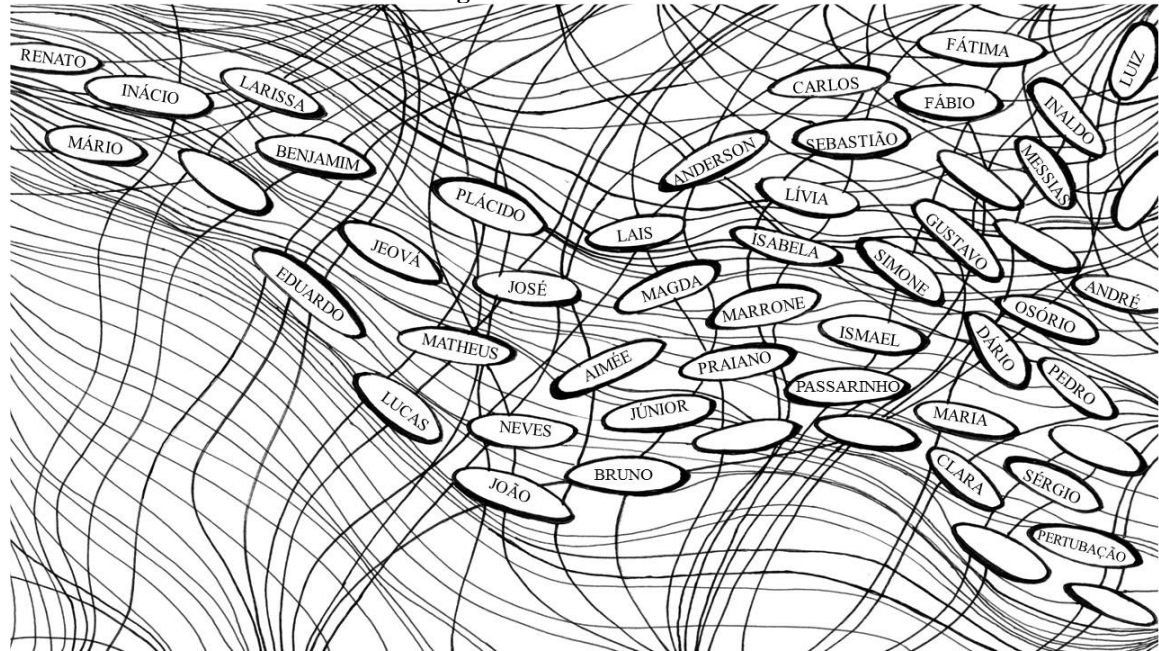
Em ambos, apesar de não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas permanecendo disponível e a fim apreender o inesperado, considerando todas as possibilidades emergidas em campo (Fonseca, 1999, p. 68), este olhar aparentemente “vadio” (Pais, 2003), feito de uma “observação flutuante” (Pétonnet, 1982), tinha um objetivo evidente: reconhecer e ser reconhecida. Ao deslocar-me e demorar-me havia a dupla intenção de apreender o espaço, reencontrar antigos interlocutores e de engendrar novos contatos, e ao mesmo tempo, tornar minha presença reconhecível, familiar e habitual. Assim, de outubro a dezembro de 2018, as idas a campo se deram em média duas vezes por semana, em dias e turnos alternados para melhor acompanhar a dinâmica local, ter contato com um número maior de pessoas e atividades e observar as temporalidades, diária e semanal, do lugar. Geralmente a permanência no local durava entre 06 e 08 horas, salvo algumas exceções de maior permanência.

Nessa circulação inicial já foi possível observar algumas alterações no espaço físico e dinâmicas específicas no que tange às vivências nas ruas. Reencontrei 08 dos interlocutores da pesquisa passada, fui informada do falecimento de 05 e prisão de um deles. Desses, 07 passaram a contribuir como interlocutores da nova pesquisa. Algumas dessas pessoas já eram conhecidas desde 2010, enquanto psicóloga e trabalhadora do CAPS, posteriormente, como antropóloga pesquisadora. Havia assim “uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente” (Rocha; Eckert, 2008, p. 3), em que o passado se atualizava e o papel de antropóloga pesquisadora emaranhava-se com os demais. Marcada por uma confusão de papéis, os caminhos e/ou trajetórias profissionais e pessoais entre pesquisadora e interlocutores teceram não apenas uma rede de conexões entre uma coisa e outra, mas foram se constituindo nessa relação, constituindo “uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento” (Ingold, 2012b, p. 27).

Esses antigos interlocutores, por sua vez, foram apresentando outras pessoas e assim por diante, resultando na chamada técnica “bola de neve” ou *snowball sampling* (Biernacki e Waldorf, 1981). Desse modo, os próprios interlocutores atuaram como intercessores de reinserção em campo de pesquisa, tecendo uma cadeia de referências e rede de novos interlocutores, dispensando assim a articulação com instituições e coletivos de atuação local como estratégia de aproximação e facilitação de inserção em campo de pesquisa. Essa estratégia

é comum e necessária em pesquisas de rua e/ou em contextos marcados por práticas consideradas na fronteira do moral/imoral, lícito/ilícito e legal/ilegal, e que pode ser vista em diversos estudos do gênero (Frúgoli Jr., 2008; Rui, 2014; Gomes, Salatino e Reyna, 2019; Fernandes, 2019).

Imagem 04 – A trama de interlocutores



Desenho: Ana Carolina Paz

Havendo bem mais pessoas com as quais mantive contato na região, a pesquisa se alicerçou a partir de 46 sujeitos interlocutores: homens e mulheres adultos que viviam nas ruas do centro de Cabedelo; de diferentes faixas etárias; que trazem uma experiência de vida nas ruas como espaço primordial das suas relações; com os quais desenvolvi um contato mais regular; que se interessaram pela pesquisa; que concordaram em disponibilizar seu tempo e sua companhia para participar do estudo; e que apresentavam o potencial de representatividade e heterogeneidade das pessoas, relações e maneiras de habitar e viver nas ruas da região. Tal delimitação seguiu também observações de Mintz (1984, p. 50): habilidade para descrever verbalmente seus “arredores, sua cultura e si mesmo; entendimento sobre o desenvolvimento da pesquisa, por meio de experiências anteriores ou não; e simpatia mútua”. Acrescenta a recorrência, observando a saturação das informações obtidas.

Já a adoção do termo sujeitos interlocutores para referenciar essas pessoas parte de duas concepções. Para Santos (1982), o termo sujeito possui uma polissemia contraditória, revelando sua condição de ser autônomo e, ao mesmo tempo, dependente da vontade de outrem. Ou seja, aquele que tanto deseja, possui e constrói autonomia e direitos, como aquele que está submisso a deveres e contratos sociais. Uma condição de existência ambígua que faz da interlocução meio

de negociação (Charaudeau, 2020, p.287) para pôr em prática seus direitos como submeter-se aos deveres. Assim, a interlocução coloca esse sujeito em interação e comunicação (Neiva, 2013), destacando sua condição de ser relacional, gregário e/ou social, dotado de agência e numa prática de articulação do “poder fazer a partir do desejo”, como uma conquista diante e apesar da subordinação às normas sociais (Butler, 2019a, p. 25).

A maioria dos sujeitos interlocutores é constituída de homens, pardos e pretos, com idades entre 26 e 75 anos, oriundos da própria cidade ou cidades próximas, de baixa escolaridade, com histórico de emprego formal, consumidores crônicos de bebidas alcóolicas e vivem há muitos anos na região. Tais características se aproximam daquelas encontradas no Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistema do Governo federal, de agosto de 2023, onde consta maioria sexo masculino (87%), adultos (55% têm entre 30 e 49 anos), negras (68%, sendo 51% pardas e 17% pretas), que já tiveram emprego com carteira assinada (68%) e, quando se fala da região nordeste, vivem no mesmo município em que nasceram (54%) (BRASIL, 2023).

Esses sujeitos interlocutores desenvolvem diversas formas de sociabilidade relacionadas à fonte de renda, apoio, proteção e outros recursos para manutenção da vida nas ruas do centro, seja pernoitando regularmente ou não em suas ruas; e aquelas que pernoitam nas ruas, mas frequentam diurnamente serviços públicos assistenciais voltados para a população em situação de rua. Nota-se a presença de um cachorro denominado Perturbação, de forte presença e influência nas relações locais, assim como aqueles que não viviam nas ruas, mas que participam de diversas formas do cotidiano local, como feirantes, moradores da vizinhança e ex frequentadores assíduos do local. Também foram realizadas conversas com familiares, moradores da vizinhança e trabalhadores da região, agentes de caridade e profissionais de instituições públicas, destacando-se aqueles lotados no Centro POP, Secretaria de Assistência Social, Serviço de Assistência Especializada (SAE), Hospital e Maternidade Pe. Alfredo Barbosa, CAPS ad, UBS Roberto Borges e Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLAH).

Continuaremos no capítulo seguinte outras discussões teóricas-metodológicas.



CAPÍTULO 02: Entre riscos e rabiscos: Etnografia de/com/na rua, afetos, ética e outros apontamentos teórico-metodológicos

Vimos no capítulo anterior que a rua pode ser tomada aqui como unidade investigativa por ser reconhecido como espaço por excelência de produção de conhecimento e de trocas de saberes para a compreensão acerca das diferentes formas de vivenciar a cidade. Tal compreensão não é algo novo:

Desde os *flâneurs* do século XIX, passando pela Escola de Chicago, até as pesquisas atuais, das obras literárias às científicas, a rua se apresentou como *locus* privilegiado de observação da cidade, do modo de vida urbano e seus problemas sociais. (Paz, 2020).

Se os primeiros “olhares” dos *flâneurs* sobre a cidade e o modo de vida urbano despertou em muitos um fascínio, nostalgia, angústia ou pessimismo diante das intensas transformações sociais do século XIX, despertou-se ainda mais o interesse nos fenômenos compreendidos à época como problemas sociais⁹. Logo, a rua passa a ser problema também de investigação, tornando-se, portanto, de grande interesse das ciências sociais, tornando-se lugar estratégico para a observação da vida cotidiana para teóricos do início do século XX e servindo de inspiração para aquilo que hoje conhecemos como Antropologia Urbana¹⁰. Assim, a produção do conhecimento antropológico foi, por meio da etnografia, fundando-se no encontro com o outro e na observação participante, não apenas no longínquo espaço-tempo-cultural, mas próximo, na cultura, sociedade e/ou cidade do pesquisador (Magnani, 1996). Tais pressupostos foram servindo de suporte teórico-metodológico para a produção antropológica sobre a/na cidade e o cotidiano dos diferentes coletivos urbanos.

Estar na rua, parafraseando o “estar lá” de Geertz (2009), seria o que possibilitaria, uma aproximação com as múltiplas e contrastantes experiências de rua e de cidade daqueles que a vivem, a habitam e a dinamizam. Pautada nessas premissas, a etnografia urbana feita na rua ou

⁹ O *flâneur*, interessado por aquilo que acontecia na cena exterior, a princípio, por meio do olho e à distância, observava a rua. No entanto, em *O Homem da Multidão*, conto de 1840 de Edgar Allan Poe (2008) e em *A alma encantadora das ruas*, de 1908 de João do Rio (2012), esse observador adentra à rua, mobilizando todo seu corpo e assumindo uma postura ambulante, fornece um modo de apreensão e retrata a cidade, sua temporalidade, atividades e tipos sociais. Ainda assim, mesmo interagindo, o *flâneur* observa à distância e com julgamento moral a vida nas ruas (Benjamin, 1989). Essa experiência de cidade e apreensão produziu uma imagem de cidade agitada e caótica, de intenso fluxo de mercadorias e pessoas, marcada por diferentes classes sociais, cada qual procurando seu espaço na cidade, destacando-se os contrastes, os pobres e os problemas urbanos.

¹⁰ É preciso destacar que as tentativas iniciais de se pensar conceitualmente a cidade esbarravam-se em sua complexidade. Enquanto a sociologia focava seu interesse na supremacia das forças macroestruturais de produção do espaço urbano e suas consequências na organização social, os estudos antropológicos, em contraposição, interessavam-se nas particularidades de certos grupos populacionais demarcados espacialmente. Até então, as cidades eram compreendidas como um todo e, para a antropologia da época, só poderia ser acessada por suas partes, preocupando-se assim em estudar os segmentos populacionais como um microcosmo isolado.

concebida como de rua, aposta na presença do corpo do pesquisador na rua para então construir uma interação entre a experiência vivida junto às pessoas que a habitam e os modelos teóricos de referência (Nascimento, 2016). E isso se faz acompanhando os sujeitos urbanos em suas práticas cotidianas, redes de sociabilidade, modos de vida, conflitos locais e movimentos que fazem na cidade, pautando-se nas narrativas e seguindo os rastros e conexões (Latour, 2012) que tecem em seus deslocamentos e experiências urbanas (Arruda et al, 2018). Desse modo, temos uma tentativa de analisar as dinâmicas socioculturais a partir das trajetórias singulares de pessoas e seus coletivos, das lógicas, saberes e fazeres produzidos por elas (Rocha e Eckert, 2003).

Assim, entre março e agosto de 2019, buscou-se estabelecer como estratégia a dedicação ao particular das relações junto àqueles que se encontram em situação de rua, que por sua vez, levou a traçar outros caminhos dentro e para fora da cidade de Cabedelo. As idas ao centro de Cabedelo ocorreram uma vez por semana, sempre no mesmo dia e horário, com o objetivo de estabelecer regularidade na presença e facilitar o encontro com alguns interlocutores. Os outros dias aconteciam de forma não regular, de acordo com situações, movimentos e processos do campo¹¹. Nesse período procedeu-se a observação sistemática do cotidiano e participação nas atividades rotineiras dos grupos investigados, numa relação dialógica, permeadas por entrevistas (semiestruturadas não gravadas) e conversas (grupais e individuais). Isso acontecia na rua, calçadas, bares, barracas de feira, “barracos”, “quartinhos”, instituições, em momentos de trabalho, descanso, consumo de substâncias psicoativas, lazer, alimentação, práticas de cuidado, higienização, viagem, entre outros. Portanto, se deu por meio de um conjunto de métodos, técnicas e estratégias de acesso ao saber local (Rocha e Eckert, 2003), pautados em um arcabouço teórico-metodológico e ético próprio da antropologia.

Como citado no capítulo 01, as conversas, individuais e coletivas, ganharam destaques na feitura da referida pesquisa. Parte dessas conversas, serviram como elemento disparador para discussão coletiva, a posteriori, no formato (adaptado) da técnica grupo focal. Esses têm como proposta produzir e registrar dados a partir da formação de um grupo em que são fornecidos elementos disparadores da conversa pelo pesquisador, focados em temas específicos e com duração controlada (Carlini-Coltran, 1996; Backes et al, 2011). Assim, ao introduzir elementos disparadores do diálogo — como: as próprias situações vividas em determinados momentos da

¹¹ A permanência à noite se deu apenas para acompanhar as formas de interação junto às atividades de caridade de distribuição de janta. Após a refeição, por volta das 21h, a maioria dos interlocutores relataram dormir, sendo o horário de acordar às 4h da madrugada, junto com os primeiros raios de sol e primeiras atividades junto ao mercado. Apesar de algumas tentativas, não houve acompanhamento presencial da dinâmica local entre 22h e 05h, tanto por questões referentes à segurança como pelo incômodo para os interlocutores.

interação, em tempo real ou trazidos do passado; temas cotidianos recorrentes observados ou narrados pelos interlocutores; a exposição de fotografias e desenhos realizados durante a pesquisa, por exemplo —, pôde-se observar a interação entre os participantes em suas opiniões compartilhadas e particulares, revelando ideias comuns e opostas, o movimento de agregamento e conflitos de interesses e pensamentos.

Quanto às entrevistas, estas foram compostas por roteiros de perguntas sobre suas histórias de vida, percepção sobre si e o habitar as ruas, tendo como intuito apenas provocar a conversa, deixando o entrevistado discorrer sobre sua percepção e interpretação da realidade particular, apontando os pontos que considerava mais significativos de suas experiências. Geralmente estas foram realizadas quando já havia uma certa regularidade de contato, tempo de acompanhamento nas relações cotidianas e o estabelecimento de vínculos de proximidade e confiança¹². Portanto, empregadas com o objetivo de complementar as informações obtidas nas inúmeras conversas e observações realizadas em seu cotidiano, não acontecendo de forma isolada nem independente da situação de pesquisa. Tinha “como motor a relação social particular que é a relação pesquisador-pesquisado” (Beaud e Weber, 2007, p. 120).

Estas situações não foram gravadas em meio digital, nem áudio nem vídeo, pelo potencial de inibições que provocavam (Bernardo, 1998; Frangella, 2009). Optou-se por curtas anotações de diálogos e expressões significativas (recorrentes ou que causavam estranhamento, por exemplo) durante essas conversas, dando prioridade as anotações logo após ao campo pelo motivo supracitado. Entretanto, nem todas as palavras que deixam “impressões na memória” (Agier, 2015) foram anotadas no caderno de campo ou gravadas em áudio, durante ou logo após o campo. Destaca-se ainda o uso de histórias de vida para registro e compreensão de trajetórias pessoais. Essas informações pessoais compartilhadas coletivamente e aquelas endereçadas particularmente à pesquisadora, juntaram-se a outras informações acessadas ao longo dos anos e coletadas de forma fragmentada a partir de outras narrativas e observações em campo, possibilitando uma compreensão mais ampla acerca da sua relação com a vivência nas ruas.

É por meio desses relatos sobre suas trajetórias pessoais que os interlocutores expõem os elementos mais significativos na construção de suas subjetividades, articulando memórias de situações, interesses e afetos passados com elementos presentes do cotidiano da vivência nas ruas e, por sua vez, projeções e perspectivas de futuro. Na concepção de Holanda (2019), analisando as narrativas individuais podemos acessar a complexidade relacional existente entre

¹² Entretanto, quando a pessoa se auto identificava como andarilha ou, mesmo sem conhecer, suspeitava-se que este vivia em situação de rua e estava de passagem pelo centro (como por exemplo portar mochila durante o dia), logo tentava-se iniciar entrevista, pois poderia não mais encontrá-la no local.

as práticas e as reflexividades dos sujeitos. Trata-se de um movimento de observar o particular em sua relação com o ambiente, suas forças e estruturas, desvelando aspectos da subjetividade dos sujeitos e as singularidades das formas de existências nas ruas. Dessa maneira, esses relatos dos sujeitos interlocutores dizem tanto de si como dos espaços e relações, podendo assumir um caráter mais pessoal ou político, e até mesmo como um direito de fala (Agier, 2015).

Todavia, a apresentação dos interlocutores e suas trajetórias de vida não aparece no texto para exemplificar uma regra ou exceção a ela. Seguindo indicações de Veena Das (2011), tais trajetórias de vida assumem uma centralidade para expor e pensar como os sujeitos colocam as normas sociais para si mesmos. Ou seja, como as pessoas se relacionam com as macroestruturas, normas ou condições sociais, revelando o modo como as imaginam, como aplicam a si mesmas, como as subvertem, criam novas regras a partir das experiências ao longo da vida e vão engendrando novas formas de pensar e agir no processo de “autocriação do viver” (Das, 2011, p. 18). Ou melhor. Essas narrativas pessoais nos dizem como essas condições mais amplas incidem em seus cotidianos, na percepção de si, dos outros e na construção do ambiente.

Outro aspecto importante considerado como dado de pesquisa está não só no dito e no observável, mas por meio de outros sentidos perceptivos, como as ausências e os silêncios, sons, cheiros, texturas e cores. Mas do que ver, sentir. Como bem nos alerta Freud (1974), Le Breton (2006) e Ingold (2015), cada qual com sua base teórica específica, só tomamos consciência de si e do mundo através do sentir. E é através disso que se presentifica aquilo que deixa de ver, fazendo das ausências uma presença em falta. Assim a pesquisadora “sumida” e os interlocutores ausentes se fazem presentes pelos rastros deixados no e pelo sentir, por meio de marcas retidas nas memórias daqueles que participaram das relações. Trago assim a importância das percepções sensoriais como forma de apreensão do ambiente da rua, tanto a partir do modo como seus habitantes os significam em suas relações (Pulido et al, 2016), como a própria experiência da pesquisadora junto aos interlocutores (Peirano, 2014; Rosaldo, 1991; Favret-Saada, 2005). Numa tentativa em dizer o que seria a antropologia, Goldman (2006) aponta:

O cerne da questão é a disposição para viver uma experiência pessoal junto a um grupo humano com o fim de transformar essa experiência pessoal em tema de pesquisa, que assume a forma de um texto etnográfico. Nesse sentido, a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal. (Goldman, 2006, p. 167).

E se é da ordem do sentir, estamos falando de algo que é atravessado pelo e no corpo. É preciso destacar que estar na rua e fazer etnografia é colocar seu próprio corpo em cena, e por

meio dele fazer pesquisa, tornando-o em um instrumento privilegiado (Mitchel, 1997; Pussetti, 2018; Paing, 2020). Não só a partir dos olhos e/ou ouvidos, para ver e escutar o que diz o campo, mas com o corpo todo. Pés, pele, rugas, sexo e subjetividade estão, portanto, presentes no sentir, interagir e viver esse encontro com o outro. Assim, é por meio da experiência pessoal, ou melhor, corporal, que apreendemos e aprendemos sobre as coisas mundo, que construímos conhecimentos e habilidades. Cada corpo traz consigo uma experiência e uma maneira de se relacionar e fazer pesquisa. Por outro lado, estar na rua é também um lugar de encontros com a alteridade, e isso pode ser tomada como uma experiência de potência, aprendizagem e paixão, como também de vulnerabilidades, perigos e riscos.

Sabemos que a rua tem suas próprias regras de conduta e meios de controle. É preciso apreender seus códigos para transitar e aproveitar o que ela oferece. É por isso que é tão importante expor com honestidade o modo como ocorreu o trabalho de campo, pois ele diz dos limites e possibilidades de análise na construção de um conhecimento. Este sempre é produzido de forma situada, com espaços, temporalidades, pessoas, situações, relações e corpos específicos, entre outros aspectos. Este capítulo propõe, portanto, apontar alguns aspectos desse encontro com o outro da vivência e habitar as ruas, no qual se suscitou emoções, sentimentos, afetos, vulnerabilidades, potências, riscos e limites que toda e qualquer pesquisa, consciente do modo como foi produzida, possui.

2.1. “Os sumidos” e a afetação mobilizadora: ausências, mortes e o testemunhar violências

Retornemos ao relato do primeiro dia de retorno ao centro de Cabedelo, em 2018, exposto na abertura desse Momento Etnográfico I, quando recebo a notícia de falecimento de Danilo. Nessa conversa havia recebido a notícia de morte de mais 04 pessoas¹³. Algumas delas eu conhecia há pelo menos 10 anos. Eram pessoas que eu vinha acompanhando as trajetórias nas ruas desde a época que atuei como psicóloga do CAPS ad (2010-2012), posteriormente na pesquisa de mestrado (2014-2016) e que pretendia manter relações de pesquisa agora no doutorado. Diante das ausências, o que inicialmente se esboçou como pesar, logo se transformou em uma forte angústia ao saber das mortes. Não conseguia mais conversar. De Certeau (2014, p. 265) dirá que diante da morte “não se pode dizer mais nada ali onde nada

¹³ Dessas 05 pessoas, 04 viviam em situação de rua e foram interlocutores da pesquisa passada, havendo, portanto, pretensão que elas fossem interlocutoras da pesquisa de doutorado. Os 04 faleceram por complicações de saúde decorrente do consumo intenso de bebida alcoólica, associadas a outras comorbidades clínicas e agravadas pelos hábitos e condições de vida. A 5ª pessoa, apesar de ser conhecida desde 2010, de manter contato na época e de circular pelo espaço, não chegou a participar da pesquisa como interlocutora.

mais pode ser feito”. Contudo, posteriormente essa angústia esbouçando-se em um sentimento de culpa.

Esse lugar de psicóloga, a partir da escuta profissional em instituições de saúde havia proporcionado um vínculo de confiança, que possibilitou o compartilhamento de questões e situações íntimas. Como pesquisadora a convivência se fazia mais de perto em seus cotidianos na rua, desenvolvendo relações mais estreitas e de apoio mútuo (trocas). Essa escuta cotidiana dava lugar a lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas, “memórias marginais” que só são transmitidas em “comunicação informal” e, que muitas das vezes, passam “despercebidas pela sociedade englobante” (Pollak, 1998, p. 09)¹⁴. Impacientemente, testemunhava seus interesses e hábitos, as vulnerabilidades diante da condição de vida e rechaço social, situações de pobreza extrema, várias formas de violência, de amores não correspondidos, solidão, doenças crônicas e terminais, entre tantas outras situações e sentimentos que geravam intenso sofrimento, os fragilizavam, degradavam gradativamente seus corpos e existências, compelindo-me a intervir e, ao mesmo tempo, sentindo-me impotente.

Ao fazer pesquisa em tal contexto tornara-me cúmplice das inúmeras violências e sofrimentos? Estaria o direito à vida, ou melhor, o dever de viver, sobreposto ao direito à liberdade, à tomada de decisão e autonomia no gerenciamento de suas próprias vidas? Tais questionamentos emergiram porque, muitas das vezes, fora oferecido auxílio na busca de tratamentos em saúde e proteção social e, em alguns casos, sendo recusado, pois diante de seus quadros clínicos, hábitos e condições de vida, seria necessário a internação. O que era visto como privação da liberdade e com repulsa, como aconteceu com Danilo. Desse modo, quando ligado a essa crença humanitária da necessidade de preservação da vida, a angústia que sentira passou a ter sentido, não só ao atrelar-se ao um sentimento de culpa e impotência, mas ao próprio horror diante da morte, da finitude, das violências de tal contexto de vida, da vulnerabilidade humana, e um não saber lidar com isso.

Esse horror da morte seria um sentimento ou emoção não só diante da consciência da finitude do outro e a perda que ele representa, mas também por desvelar a sua própria vulnerabilidade, sua finitude, solidão e desamparo de ser só um corpo no mundo. Norbert Elias (2001) dirá que o insuportável da morte se dá “exatamente porque a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte”, da nossa fragilidade e finitude enquanto indivíduo. Para

¹⁴ A escuta não se reduz a uma operação receptiva e atenta, mas uma sensibilidade e cuidado para o dito não retornar para o sujeito como culpa e que este não seja punido pelo que diz. Esse autor afirma, por exemplo, que na memória do nazismo, muitos se viam como culpados de sua condição de vítima (por fugirem, ter adotado uma resistência passiva etc.) (Ibidem).

Morin (1950), trata-se de uma perda irreparável da individualidade do outro e da sua própria. Morrer seria deixar de ser um ser coletivo e enveredar por destinos incertos, e para os vivos restaria apenas um nó desatado nesse laço entre os mortos e os vivos. Nós foram desatados na feitura da pesquisa. Enquanto elaborava o luto, lembrei das palavras de Peirano, sobre a difícil tarefa da etnografia. Segundo esta autora: “A etnografia abala nossos estilos de vida e nossas ideias de existência [e humanidade]; abala nossa crença moderna na referencialidade dos sentidos e impõe uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida” (Peirano, 2014, p. 385).

Nessa reaproximação com o campo de pesquisa, inevitavelmente fui levada a pensar sobre a minha relação com este e o lugar da morte em nossa sociedade. Das (2011), traz uma importante discussão acerca do ato de testemunhar a violência, como um ato de falar em nome das relações de morte. Essa posição de testemunho estaria associada a situações em que os direitos se opõem, questionando os limites de um direito sobre o outro, se um direito pode subsumir tudo. Disso, segue-se para a noção de limite, não entre os direitos, mas os limites de cada sujeito e situação, aquilo que pode ou não acontecer, que é ou não suportável e possível. Diante disso, algo da ordem do indizível se coloca como uma verdade difícil de encarar, um conhecimento insuportável: a violência da ordem social sobre o ser único (Das, 2011). Desse modo, os olhos que veem, são os olhos que também choram:

O que é dar testemunho da criminalidade da regra social que entrega a natureza única do ser ao eterno esquecimento pela descida à vida cotidiana – não simplesmente para articular a perda através de um gesto dramático de desafio, mas para habitar o mundo, ou habitá-lo outra vez, num gesto de luto? É nesse contexto que podemos identificar o olho não como o órgão que vê, mas como o órgão que chora (Das, 2011, p. 15).

Imagem 05 – Do olho que vê, sente e chora



Desenho: Ana Carolina Paz

Fui sim afetada e abalada pelo campo. Ser afetada, diz Favret-Saada (2005) constitui uma dimensão central do trabalho de campo, que ultrapassa a dimensão do observável para uma dimensão da própria experiência pessoal, e não de uma condescendência da experiência do Outro. Eu sentira angústia e depois culpa, eles não. Era eu quem não sabia lidar com a impotência e com a morte e esses outros sentimentos. Contudo, como diria o antropólogo e psicanalista Devereux, citado por Grossi (1992, p. 13) “é pela angústia que é possível produzir

conhecimento”. Fazer da angústia dado de pesquisa, tendo a sensibilidade e capacidade para rastrear aquilo que parte da ordem do mais íntimo e da radicalidade da aproximação, e fazer advir o que essas mortes revelavam sobre as vivências e o habitar as ruas. Veja. A presença da morte sempre esteve lá, mas só nesse momento, quando fui atravessada por sensações e sentimentos singulares que foi possível apreendê-la, a partir desta experiência particular de sofrimento.

As mortes eram “pegadas”, estavam lá, mas antes não conseguira sentir. Hirano (2019, p. 64) em sua tese com os artistas Ingas em Bogotá e no Valle de Sibundoy, Colômbia, diz que as pegadas são marcas formadas por acúmulo e que resistem ao tempo. Ela “indica a existência de algo ali, camuflado; um rastro que aparece para quem sabe percebê-lo – ou dele se recorda, de alguma maneira”, e só posteriormente e através do trabalho, aqui no caso a pesquisa etnográfica, “as pegadas reaparecem, indicando um caminho a percorrer” (Hirano, 2019, P. 64). Renato Rosaldo (1991) apontar essa a experiência pessoal como aquilo que torna a experiência do Outro um pouco mais acessível, a partir de uma afetação mobilizadora. Um movimento de partir da angústia rumo à compreensão acerca de dinâmicas sociais e culturais. Por sua vez, isso só seria possível quando esses pensamentos incorporados estão marcados pela consciência do envolvimento que se estabelece em certas situações de interação (Almeida, 1996).

Talvez esse tenha sido, logo de início, o momento de “sacada” trazido por Magnani (2009) em seu texto sobre a etnografia como experiência. A morte aqui como aquilo que deu sentido a um acúmulo de experiências, dando pistas para um modo de entendimento para as relações locais. O luto, esse modo de ser afetada, me recolocou/reposicionou em campo, fazendo-me questionar o lugar da presença da morte, ou melhor, do sofrimento, vulnerabilidades e a ameaça à vida nas relações locais. Uriarte (2012) dirá que a etnografia pode ser vista como um processo de desestabilização que afeta o próprio eu, atravessado, como aponta DaMatta (1978, p. 07), pelo “sentimento e a emoção”. Lidar com o sofrimento e as vulnerabilidades em campo é diferente de tentar controlá-los, abafá-los. É traçar caminhos possíveis para o fazer etnográfico atento às, não tão novas, questões do trabalho de campo. Grossi (1992) afirma que só se encontra o outro encontrando a si mesmo. A questão estaria em como essa “auto-busca” seja ela, permeada ou não pela dor humana, influi na produção e análise dos dados.¹⁵

¹⁵ Para Goldman (2006, p. 169) o trabalho do antropólogo possibilita expandir e aprofundar uma experiência cultural por meio de outra estrangeira, elaborando a nossa própria cultura, “aprofundando nosso autoquestionamento e colaborando para a própria transformação”. É claro que o tema e as experiências de vivências nas ruas não compreendem uma outra cultura ou outra sociedade, ela é parte do mesmo ambiente de vida da pesquisadora, porém em “mundos” distintos (Velho, 1978). E, nesse sentido, há uma aproximação com aquilo

Tal atravessamento, levou à investigação do modo como aquelas pessoas, em seus cotidianos, nas relações próximas e rotineiras, lidam com as estratégias e políticas geradoras de intenso sofrimento e mortes, destacando suas agências, práticas em busca de um bem viver por meio de táticas de resistência, insistências e dissidências no espaço urbano. Abordar a vulnerabilidade humana não é o mesmo que as tratar como vítima, destaca Das (2011). As relações de opressão estão presentes, mas há uma certa distância entre a incidência de uma norma em seu estado bruto e o modo como os sujeitos a imaginam e tomam para si. Há modos singulares de como as experimentam, negociam, subvertem e criam normas para si e para os outros (DAS, 2011). Todas essas situações que provocam um deslocamento de si e uma desestabilização do pensamento (Goldman, 2006) podem assim ser pensadas como uma espécie de rito de passagem etnográfico.

2.2. “Com todo respeito”: (Des)confianças, relações de gênero e ética na pesquisa

A experiência em trabalho de campo é marcada por um lugar de vulnerabilidade. Sente-me vulnerável por ser pesquisadora mulher realizando trabalho de campo etnográfico sozinha nas ruas, em meio a homens e práticas consideradas na fronteira do moral-imoral e/ou lícito-ilícito. Ou melhor. Por ter um corpo feminino, estar sem a companhia de pessoas (ou instituição) de confiança (pelo menos inicialmente) e exposta às adversidades das ruas. Se no imaginário social a rua é lugar do masculino (DaMatta, 1985), e tendo uma imagem predatória da cidade (Fernandes, 2003), qual é o lugar da pesquisadora mulher em contexto urbano? como corpos femininos podem e fazem pesquisas etnográficas nas ruas das cidades?

Na etnografia, pesquisadores e pesquisadoras são classificados e manipulados seja qual for o campo de pesquisa. No entanto, nós mulheres somos levadas a uma condição de vulnerabilidade quando estamos nas ruas sem um visível aparato institucional e/ou sem a companhia de um homem, seja na elaboração de uma pesquisa, seja na vida cotidiana. Estamos o tempo todo sendo julgadas, questionadas e classificadas: o que faz uma mulher ali sozinha, naquele local e com aquelas pessoas? Problema levantado por Rute Landes ainda na primeira metade do século XX, o qual denominou como “o perigo da sexualidade feminina” ao evidenciar o que seria uma mulher sexualmente disponível fazendo pesquisa sozinha sem a

que aponta DaMatta (1978; 1981) de tornar “o exótico” [o estranho] em familiar e/ou “o familiar” em exótico, para se fazer perceber e conhecer sua própria cultura. Já Merleau-Ponty considera que: “[...] assim nos tornamos etnólogos da nossa própria sociedade quando tomamos distância dela [...] trata-se de aprender a ver como estrangeiro o que é nosso, e como nosso o que nos era estrangeiro” (Merleau-Ponty, 1984, p. 129).

presença de um marido (Grossi, 1992). Acredito que muitas pesquisadoras mulheres, em especial aquelas que desenvolvem etnografia de/com/na rua, em algum momento, se não constantemente, já se viram implicadas em pensar sobre isso diante de suas experiências.¹⁶

Ora, esse assunto não é novo, já fora bastante discutido e hoje reconhecemos nossa biografia e subjetividade como aspectos que influem sobre essa relação em campo, produção e análise dos dados. O conhecimento antropológico estaria assim alicerçado no modo como se produz o encontro com o outro e as implicações desse encontro na construção de um conhecimento. Todavia, é a partir da década de 80, segundo Grossi (1992), que encontramos pungentes questionamentos sobre as pesquisas feitas por mulheres, tanto sobre a qualidade ou o modo como ocorre sua presença em campo, como o tipo de acesso às informações e os resultados de suas pesquisas. Passaram-se 40 anos e este tema parece-me ainda relevante. Como evocado anteriormente, os interlocutores constantemente enquadram os pesquisadores conformes suas categorias. Nesse sentido, enquanto pesquisadora mulher me aproximaria das outras possibilidades de ser mulher naquele espaço relacional.

Veremos mais adiante, que tais corpos femininos apareciam geralmente associados a noção de companheira de alguém, adoção de performances masculinas (de virilidade), consideradas ou “maliciosas”, não “se davam o respeito” e/ou “davam liberdade”. Entretanto, os próprios interlocutores reconheciam uma diferença entre a pesquisadora e as demais mulheres: a pesquisadora não vivia nas ruas do centro de Cabedelo (nem em situação de rua, nem como trabalhadora ou moradora da vizinhança). Ela era “de fora” e carregava consigo diversos signos e código de não pertencente às práticas locais. Inicialmente, a presença estranha gerou curiosidade e preocupação, havendo questionamentos se eu era “irmã” de igreja ou funcionária pública de serviços de saúde ou socioassistencial, como pudemos ver em diálogo sobre as confusões de papéis no capítulo 01. Eram essas as possibilidades de enquadramento

¹⁶ Sem dúvida aqueles que fazem etnografia tem várias histórias para contar acerca dos reveses, inseguranças e riscos durante o trabalho de campo, estando presente não só nas pesquisas feitas por mulheres em meio urbano, mas podemos dizer que faz parte do próprio ofício antropológico: a ideia do perigo em campo como algo desafiador e superável. Embutida nessa suposição, certifica-se sua presença e investimento no encontro com o Outro, atesta-se sua habilidade e capacidade de fazer etnografia, dá-lhe credibilidade entre os pares e certa autoridade sobre a produção do conhecimento (Fleischer e Bonetti, 2007; Vieth, 2018). Tal crença partiria da existência de alguns mitos fundadores da disciplina antropológica acerca do trabalho de campo, que são: a do “antropólogo herói”, este que é pura potência, virilidade e que se arrisca; o “antropólogo assexuado”, que não tem sexo nem desejo, e mais, não tem corpo (quando sabemos que ele era masculino, branco, nível sociocultural relativamente elevado e numa relação de poder assimétrica com os grupos investigados); e o mito do “antropólogo neutro”, aquele pautado na neutralidade e objetividade em campo para produção de um conhecimento científico sobre o Outro (Grossi, 1992; Fleischer e Bonetti, 2007). A “emoção” e esses desafios do trabalho de campo equivaleria então ao pensamento colonizador do homem branco (McNeil-Willson, 2020).

que os interlocutores identificavam a partir do modo de inserção do meu corpo em campo. Não me encaixar de fato nessas categorias, por outro lado, motivara desconfiança em alguns.

Certa vez, um senhor, o qual vamos chamar de Sérgio, aproximou-se e perguntou o que eu estava fazendo ali naquele grupo (Diário de Campo, 25/10/2018)¹⁷. Inácio me apresenta como pesquisadora. Desconfiado, ele pergunta pelo “crachá de pesquisadora”. Digo ter uma declaração da instituição na qual estava vinculada. Ele então alerta: “é muito arriscado você estar fazendo pesquisa aqui, menina. [...] é melhor você não fazer [...] você pode ser confundida com P2 [policial disfarçada]. [...] Você pode levar uma bala de graça (Ibidem). Prontamente, os demais intervêm, comentando que eu era conhecida e de confiança, dando minhas referenciais. Sérgio senta-se então ao meu lado e em tom ameaçador conta com satisfação sua história de vida, o quanto era conhecido e temido na cidade, inclusive pela polícia. Após horas de conversa, chama um rapaz negro, aparentando menos de 20 anos, e o apresenta como “o dono” da região¹⁸. Em tom de brincadeira peço: “por favor não me confundam com P2”. Todos riem. Ele então comenta que eu poderia ficar despreocupada, pois havia procurado saber sobre mim e que vinha me vigiando há dias (ibidem). Sérgio, juntamente com outros presentes, passa então a sugerir meios para garantir minha segurança, como vestir uma blusa com identificação, chegando a um consenso viável.

Imagem 06 – Sugestão para ser vista e confecção de camiseta de pesquisa



Desenho e foto: Ana Carolina Paz

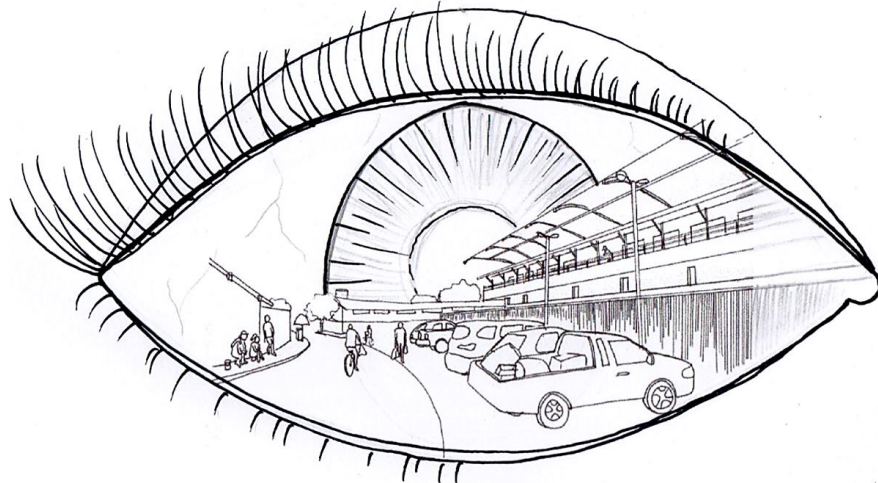
Observa-se que as informações circulam rapidamente pela região, tornando-se de conhecimento geral e servindo de estratégia de controle e segurança no local, pois não é qualquer um que pode saber e participar de certas práticas. Há uma seleção invisível compartilhada a partir da desconfiança/confiança. Para Elias e Scotson (2000, p. 122), tal

¹⁷ Nesse momento dois interlocutores, que estavam tentando acessar a pedra de crack junto aos fornecedores locais, haviam me convidado para o “barraco”, onde iriam fazer uso de forma mais privada.

¹⁸ Todas as informações levaram a acreditar que este não era o “dono”, e sim um dos vários rapazes responsáveis pela distribuição da “pedra” (crack) e controle comercial da região, estando estes, trabalhando para o fornecedor que detém o mercado de drogas local.

estratégia, chamadas de fofocas ou boatos, seriam canais de transmissão de interesse público local e dependem das relações comunitárias, suas normas e crenças coletivas, servindo não só como medida de controle e proteção, mas também como de entretenimento local. Por outro lado, à medida que minha presença se tornava habitual, menos estranhamento, curiosidade e preocupação geravam às pessoas locais. Alves (2013), reconhece que em campo de pesquisa marcado por práticas e pensamentos considerados “moralmente condenáveis”, quanto mais vezes o pesquisador for visto, menos estranhamento e preocupação tende a causar às pessoas envolvidas. É preciso salientar que a vivência nas ruas se dá para alguns em meio a práticas consideradas moralmente controversas, ilícita e/ou legalmente condenáveis.

Imagem 07– O olho que vigia, um lugar vigiado



Desenho: Ana Carolina Paz

Nesse contexto observa-se que a circulação, o registro e a publicização de determinadas informações, práticas e identidade das pessoas envolvidas poderiam representar risco para elas, para a pesquisadora e para o desenvolvimento da pesquisa (Oliveira, 2010a). Para os interlocutores envolvidos com práticas ilícitas há o receio de serem identificados, e conseqüentemente, receberem sanções referentes às suas condutas, tanto por meios dos pares, como do Estado. Soma-se a isso, o receio de serem identificados como delatores de tais práticas. Muitas das vezes, durante conversas em grupo certas informações eram omitidas ou alteradas, mesmo quando era fato já sabido localmente ou anteriormente compartilhado em momentos privados. As vezes um silêncio desconcertante atingia o grupo. É preciso salientar que não se tratava apenas de uma informação se tornar pública, mas se tornaria público aquele que a publicizou.

Como reconhecido por Sennett (1988), em certas situações, o silêncio em público é a única maneira pela qual se pode vivenciar o público sem se sentir “esmagado”. Havia certo constrangimento e/ou preocupação com o que se dizia em público, não só pela informação em

si, mas pelo risco de ser apontado como delator¹⁹. Como previamente mencionado, existe um fluxo intenso de notícias de uns sobre os outros que atuam no controle local. Entre as sanções, ou formas de esmagamento, estavam a prisão, a expulsão do espaço, o linchamento e a ameaça de morte. Para além da noção de risco, a identificação dos sujeitos estava permeada por constrangimentos acerca de sua condição de vida e vergonha pelo estado situacional decorrentes do viver nas ruas. Assim, qualquer possibilidade de registro era vista com receio pelo potencial de exposição/identificação/sanções. Tais registros serviriam não só como meio de circular informações, mas ligar o conteúdo ao emissor e como prova ou atestado de sua legitimidade.

Por outro lado, para a pesquisadora, havia o receio de ser punida por eventuais atitudes inconvenientes à ética local, mesmo sem intenção. Tendo como experiência a pesquisa anterior, a atitude de demonstrar curiosidade (o que é diferente de demonstrar interesse), fazer perguntas, fazer anotações e comentar fonte de informações, poderia evocar suspeitas e preocupações. Em certas ocasiões, foi preciso intervir para que alguns interlocutores, quando em grupo, não nominassem as pessoas ao falar sobre suas práticas ilícitas, ou mesmo, desviar-me do testemunho de tais práticas com intuito de salvaguardar os envolvidos de maiores constrangimentos²⁰. Assim foi necessário desenvolver meios que garantissem o compromisso ético, necessitando cautela para obter tais informações desejadas, assim como nas formas de registro. Nesse sentido, optei mais uma vez por fazer anotações fora do campo de pesquisa, pois estes além de gerarem inibição, preocupação e curiosidade, poderiam gerar riscos.

Houve também a escolha pela não exposição do registro de imagens fotográficas²¹ no texto da tese, a não gravação de entrevistas, o não uso de recursos audiovisuais e o não emprego do termo de consentimento livre e esclarecido. Nesse ambiente, muitos não sabiam escrever (assinar), alegavam não “falar direito”, demonstravam vergonha de sua condição e aparência, demonstrando constrangimento quanto ao registro, apesar de interesse em participar da pesquisa, comentar sobre sua vida e compartilhar sua privacidade. Além disso, houve aqueles que se apresentavam por apelidos ou nomes fictícios no local, pelo mesmo motivo de não identificação, o que colocaria sem validade o documento de consentimento, seja escrito ou oral. Em respeito à privacidade e integridade desses interlocutores, se fez necessário lançar mão de

¹⁹ Dessa forma, os dados trazidos aqui são um acúmulo de informações colhidas de forma fragmentada, ressonância de diversas vozes, situações observadas e vividas durante o trabalho de campo.

²⁰ Tal tática não impediu o acesso às informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de uma postura que resguarda a intimidade individual e o segredo do grupo, ao mesmo tempo que protege a sedução da cumplicidade diante de atos ilícitos, o qual não era objeto de pesquisa. Não se colocar num lugar de cumplicidade de práticas ilegais, nem passividade diante de violências e agressões. Um limiar que requer um manejo delicado diante do compromisso ético com aqueles que fazem parte da pesquisa.

²¹ Apenas como dispositivo de discussão nos grupos focais, trocas e fortalecimentos dos vínculos.

arranjos inventivos e formas criativas de registro das experiências em campo, entre estes o desenho, como veremos no tópico a seguir.

Tal decisão está em consonância com o Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), ao estabelecer ser direito do antropólogo preservar informações confidenciais que porventura a pesquisa contenha, e direito dos participantes na pesquisa exigir a “preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais” e a “garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado” (ABA, 2011/2012). Além do mais, o documento termo de consentimento livre e esclarecido não é garantidor da ética na pesquisa, e sim os valores éticos de justiça e respeito com as populações investigadas, principalmente com as populações vulneráveis (Fonseca, 2010).

Por outro lado, tal compromisso atuou no limiar entre ciência e militância. Diante de populações vulneráveis, das demandas que surgem em campo e dos testemunhos da violência, não é possível estar isento. Insatisfação e crítica frente ao cenário de desigualdade e injustiça social emerge, sendo necessário organizar tal experiência e transformá-la em uma produção de conhecimento engajada. Ou seja, colocar-se ao lado e como instrumento dos interlocutores em suas reivindicações (como mediadora, por exemplo) e realizando pesquisas que lhes sejam úteis (Martins, 2004; Sarmiento, 2020). Contudo, devemos estar atentos aos dilemas éticos da pesquisa quando nos identificamos humanamente e politicamente com os grupos investigados, para não passarmos de cientistas a militantes de uma causa ou de um movimento.

Em situações de extremas violação de direitos, violência e miséria, as fronteiras tornam-se borradas, os papéis de antropóloga pesquisadora, psicóloga, mediadora e militante se confundem. Em uma discussão anterior (Paz, 2017), aponte que em tal ambiente e relações permeados por intensos processos de vulneração o pesquisador pode ser visto como alguém que pode mediar situações em favor de seus interlocutores na pesquisa. O pesquisador adquire familiaridade com a linguagem e estilo de vida de grupos vulneráveis e, ao mesmo tempo, conhece a estrutura e linguagem das instituições, podendo interceder e mediar entre “domínios que são diferenciados por desigualdades de poder profundas e historicamente entrincheiradas” (Chatterjee, 2004, p. 146)²². Diante de tal condição de vida marcada por violações de direitos,

²² Tal concepção sobre esse lugar de mediação endereçado a pesquisadora se aproxima com o destacado por Partha Chatterjee (2004) ao abordar questões acerca das reivindicações de grupos vulneráveis. O autor enfatiza a função da mediação como elemento indispensável para que estes grupos acessem seus direitos junto às entidades governamentais, pois este é versado “em procedimentos legais e administrativos”, sendo também “parte orgânica da comunidade” (Ibidem, p. 145). Teria a função de interceder na burocracia a partir do que seria a demanda desses grupos, e por outro lado, o papel de explicar as decisões e procedimentos do governo às populações.

violências, pobreza extrema e preconceitos o lugar de mediação se impôs como devir à função de pesquisadora, emaranhando mais uma vez os papéis assumidos em campo.

Assim, a presente pesquisa partiu em primeiro lugar, de um compromisso e respeito com os sujeitos interlocutores. Em segundo lugar, o desenvolvimento da pesquisa aconteceu sob constantes trocas junto aos interlocutores: as pessoas conheciam os motivos da minha presença no local, não só permitindo a permanência, mas atuando ativamente no desenvolvimento da pesquisa. Este parece ser o real consentimento dos interlocutores da pesquisa, pois de acordo com o Código de Ética da *American Anthropological Association*, trazido por Cardoso de Oliveira, é “a qualidade do consentimento, não o formato, que é relevante” (AAA *apud* Oliveira, 2010b). Nesse ponto, observa-se um “viés” que diferencia a Antropologia de outras ciências. Segundo Ingold (2019), nela temos a possibilidade de realizar um estudo com pessoas e não sobre pessoas. Inseridos em suas vidas, imerso em seus cotidianos, com eles, desenvolvendo atividade conjunta, aprendemos a ver, ouvir e sentir coisas a partir do que os interlocutores, enquanto detentores do saber em campo, e companheiros de empreitada, fazem (Ingold, 2019, p. 14-15).

Por fim, esses riscos representam risco para a própria pesquisa, pois ao menor sinal de concretização dessas ameaças pôr-se-ia fim ao trabalho de campo incidindo no desenvolvimento e qualidade do trabalho. Isso também representava a dissolução dos vínculos criados entre pesquisadora e interlocutores e a possibilidades de mediação de situações que lhe pareceriam caras naquele momento. Foi preciso a criação de estratégias de segurança nas relações estabelecidas. Uma dessas maneiras encontradas pelos próprios interlocutores foi demarcar a diferença do lugar da pesquisadora sob a forma de parentesco: “sobrinha”, “filha” e “mãe”. Certa vez, por exemplo, Benjamim pergunta a Plácido: “Ei, ele [João] é mesmo o pai dela, é? Ele disse que era o pai dela” (Diário de Campo, 17/04/2019). Trata-se não só de uma maneira de apresentar mais ou menos proximidade, como também de responsabilidade e domínio. Parentescos no qual o homem protege e que os outros precisam respeitar.

Uma outra tática adotada pelos próprios interlocutores foi tentar enquadrar a pesquisadora na categoria “casada”, para assim deixar evidente que esta não estaria disponível para investidas sexuais. Constantemente perguntavam meu estado civil e queriam conhecer meu “marido”. Não era compreensível uma “mulher casada” estar só ali. Havia sempre uma desconfiança. Diante disso, certa vez, ao precisar ir ao cartório de Cabedelo, localizado próximo ao mercado, juntamente com meu marido, aproveitei para apresentar-lhe a alguns interlocutores. Em conversas posteriores, alguns interlocutores comentavam: “Ela é casada, eu conheci o marido dela” (Diário de Campo, 08/04/2020), afirmou João. Quando estávamos combinando viagem

para um balneário em Itapororoca/PB, alguns interlocutores insistiam para que fosse acompanhada pelo meu “marido”. Tratava-se não só de uma estratégia de proteção, como de estreitamento de vínculos e demonstração de intimidade.

Contudo, a estratégia mais comum era o uso da expressão “com todo respeito” ao elogiar minha aparência. Uma relação ambígua, onde pode “brincar” e se aproximar, mas não passar do limite com importunação sexual. Quando alguém ameaçava ultrapassar esse limite, os próprios interlocutores repreendiam as atitudes. Às vezes, elas aconteciam de forma enfática e ríspida. Em outras, inseria-se o humor, inclusive da minha parte, tanto para introduzir “o respeito”, como resposta diante das situações tensas. Nesses momentos, o humor, quando possível, entrava em cena, pondo-me objeto risível pela minha inadequação e falhas diante dos outros espectadores com quem travava conversas, partilhando comigo do tom humorístico. O emprego do humor aparece como denúncia e estratégia, mas também como defesa. Certa vez, Renato comenta:

Renato: Deixe para vir na segunda que é o dia da sopa. [...] Mas venha de biquíni, viu, para a gente ir lá para as pedras do dique.

Carol: Oxe, tu quer me levar para o dique como tu faz com tuas namoradas?²³.

Inácio: Olha o respeito! [diz irritado e repreendendo Renato]

Uma forma de lidar com o dado ameaçador que poderia causar angústia e sofrimento diante dos perigos da pesquisa realizada nas ruas. Uma forma de não me deixar ser afetada, quando já afetada pelo campo. Tal estratégia surge não intencionalmente, mas como resposta diante do estímulo da ameaça e risco, como ação possível diante de tal mal-estar, numa tentativa de esvaziá-lo, tirando-lhe sua importância (mas sem negá-la). O humor traz uma leveza às situações tensas. É uma forma de denunciar a tensão existente, sem deixar ser esmagada por esta. Uma maneira de transformar as narrativas da dor em zonas habitáveis. Aprendi essa tática nas ruas, com os próprios interlocutores. Assim, como diria Freud (1974, p. 191) “o humor não é resignado, mas rebelde”. Veremos ao longo do texto como humor se insere nas relações locais. Eles são elementos de desmonte, pois denunciam e desestabilizam as “quimeras sociais”.

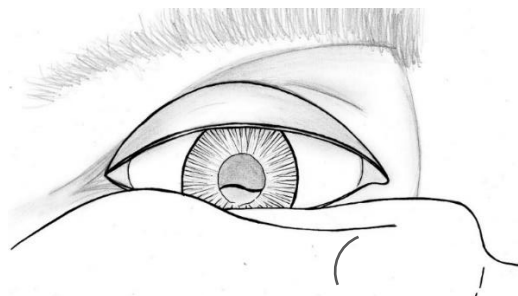
O humor desconstrói ilusões e mentiras dos papéis sociais, mostrando de forma engraçada como nossa existência parece ser baseada em mentiras e ilusões. [...] nos conduz também à crítica social, à crítica dos valores morais que petrificam subjetividades e lugares (Leon, 2021).

²³ Momentos antes, Renato, ao falar de uma mulher na qual estava interessado sexualmente, havia comentado que pretendia comprar uma pedra de crack e chamá-la para fumar no dique, próximo à Fortaleza Santa Catarina. Segundo ele: “Lá tem o dique e uma pedra no farol que é bom para namorar. Lá a pessoa fica sossegada, bem tranquila, tira a roupa, mergulha, vai nadar” (Diário de Campo, 10/10/2008).

Desigualdade social e de gênero, são algumas denúncias que surgem no diálogo acima. Apesar das “brincadeiras”, investidas e assédios, que me faziam ter consciência do meu corpo feminino, me sentia protegida. Isso porque “o respeito” inseria esse limite e os interlocutores se colocavam como guardiões constantes. Como na fala de Marrone: “Não se preocupe. Ninguém vai mexer com senhora aqui” (Diário de Campo, 18/10/2018). Todas as situações de tensões e ameaças reais que sofri em campo foram prontamente dirimidas pelos próprios interlocutores, que atestavam ser eu uma pessoa de confiança e protegida, apesar da minha posição ambígua em campo (como de pesquisadora, psicóloga, e tantas outras imaginadas). Essa posição ambígua é uma condição do próprio fazer etnográfico (DaMatta, 1978; Goldman, 2006). Como vimos, ao mesmo tempo recebia conselhos e orientações de como deveria me comportar diante dos códigos de condutas locais, desde roupa a comportamento: “Você não pode dar liberdade, não. Fique ligada!”, alerta Plácido (Diário de Campo, 29/07/2019).

Atenta ao que Lagrou (1992) apontou sobre os comportamentos de uma estranha em campo de pesquisa entre os Kaxinawá, assumi uma postura inicial de observação antes de agir, perguntar e intervir. Às vezes, uma postura de espera como aprendizado, estando atenta as orientações trazidas. Conselhos estes sempre vindo de interlocutores homens. Estava, portanto sempre sob vigilância masculina e meus comportamentos controlados. Caso não assumisse as normas de conduta, estaria sem a proteção daqueles homens, seria considerada uma mulher sozinha como qualquer outra que ocupa aquele espaço. Isso significava estar apta a receber investidas sexuais de olhares desejanter ou mesmo ser confundida com P2 (policia disfarçada), e conseqüentemente, sofrer as sanções locais.

Imagem 08– Olho que deseja



Desenho: Ana Carolina Paz

De certa forma, a posição de antropóloga pesquisadora, psicóloga, mediadora, aprendiz e “casada” serviu para desviar dúvidas sobre a credibilidade e proteger-me contra atenção sexual indesejada. Tais táticas colocadas pelos próprios interlocutores, por si só, desconstroem essa imagem do mito do antropólogo como alguém poderoso e assexuado, trazida por Grossi (1992). Aquilo que poderia ser visto como minha suposta vulnerabilidade e

fragilidade em campo foi reconhecida desde sempre. Como disse Renato no relato que abre este momento etnográfico: “Você é mulher e pronto!”. É com isso que se fez a pesquisa e “pronto!”. É com esse corpo feminino, cis, branco e nordestino que se fez a pesquisa. Um corpo situado. Por outro lado, essa posição traz restrições. Foram inúmeros os momentos em que fui convidada a participar de certas práticas (fumar dentro do barraco, ir a determinados lugares, ficar próxima à desconhecidos etc.) e tive que recusar porque alguns interlocutores diziam para não ir ou porque não me sentia segura para tal.

De toda forma, com ou não essa dita proteção/restrrição, os lugares percorridos em campo nem sempre seguiam a fluidez das situações, pois não era possível para mim entrar em qualquer beco e/ou com qualquer companhia. Nós mulheres, deixamos, em inúmeras ocasiões de circulação pela cidade, de seguir situações e pessoas por receio, como estratégia de autopreservação, tanto na vida como na pesquisa. Corpo e subjetividade, percepção, sensações, emoções, sentimento, afetos e impressões sentidos pela pesquisadora dão pistas e se fazem dados de análise pelo seu potencial revelador das relações estruturadas em campo. Chu May Paing (2020) chama a atenção para o fato de que antropólogos e antropólogas usam seus corpos para adquirir conhecimento, sendo necessário intensificar a consciência desses encontros corporais e afetivos em campo. Nesse sentido, a segurança pessoal e vulnerabilidades/riscos é um terreno comum entre pesquisadores e pesquisados numa empreitada investigativa (Chia, 2019).

Aquilo aparentemente entendido como vulnerabilidade, enquanto seres humanos, com subjetividade e corpos situados e inteiros (não só olhos que veem o outro), não pode ser encarado como fraqueza, inexperiência ou incapacidade profissional. Geertz (2001, p. 93) reconhece que é nessa confusão que cerca o trabalho de campo que reside a nossa “força”. Não como um viés de interpretação, mas um diálogo entre aquilo que o campo suscita no pesquisador, a partir das experiências junto aos interlocutores, e as experiências dos outros. Peirano (2014) argumenta que a etnografia se materializa exatamente no diálogo teórico sobre determinados temas, mas principalmente, nesse encontro entre pesquisadora e pesquisados, nos contrastes e dimensões que tal contato revela.

2.3. Os desenhos e a produção visual na pesquisa etnográfica

As questões éticas também atravessaram as possibilidades de produção visual no desenvolvimento desta pesquisa. Considerando que toda e qualquer forma de registro, incluindo imagens por meio da fotografia e do audiovisual, geravam insegurança e era visto com

preocupação por alguns interlocutores, os desenhos surgiram inicialmente como possibilidade criativa de produção imagética que poderia “fazer ver”, citando Fabiana Bruno (2019), os encontros, diálogos, observações e percepções sobre a vida social investigada sem gerar identificação dos sujeitos interlocutores. Tratou-se inicialmente de uma tentativa de realizar imageticamente uma leitura sintética de um conjunto de eventos significativos, como apontara Santos e Vogel (1985), capazes de evocar graficamente ideias e vivências de pesquisa, numa nova narrativa que poderia auxiliar no desafio de compreender o cotidiano, relações e tais práticas no referido espaço urbano (Kuschinir, 2014).

Na concepção de Wagner (1938, p. 49) o trabalho de campo exige uma experiência criativa, pois o pesquisador entende que "afinal das contas, o trabalho de campo é um tipo de "trabalho": é uma experiência criativa". A experiência etnográfica é atravessada por situações que emanam atos inventivos e improvisados, de acordo com o acúmulo de conhecimento biográfico do pesquisador e as circunstâncias, possibilidades e recursos que se apresentam no encontro com o outro. No fazer etnográfico antropológico estamos o tempo todo lançando mão de uma variedade de instrumentos, técnicas e recursos que nos auxiliem conhecer, descrever, registrar, analisar, elaborar e produzir conhecimento. Contudo, para além da câmera que produz a foto (ou vídeo), e conseqüentemente a possibilidade de identificação, a produção de visibilidade a partir de certas imagens poderia ter efeitos desastrosos nas vidas de certas pessoas.

Sabemos que as imagens, enquanto artefatos em um sistema sociocultural, são produzidos pelo homem “visando à representação visual de algo” (Campos, Brighenti e Spinelli, 2011, p. 02) a partir de suas próprias convenções socioculturais e visões de mundo (Brandão e Paz, 2020). Dito isso, as imagens são constructos socioculturais que também produzem realidades, pois elas são produtos e produtoras de discursos e práticas. Assim, toda e qualquer produção de visibilidades é atravessada por essas visões de mundo (contexto sociocultural, teorias, discursos, interesses etc.), nas quais as imagens vem reafirmar e/ou produzir realidades e verdades, ao hiper visibilizar certos aspectos em detrimentos de outros. As imagens podem e vêm então legitimar ações de acordo com os interesses em jogo e possibilidades de manipulações. Chamo a atenção, portanto, para o fato dessa produção de visibilidades ser influenciada por relações de poder e de interesses dos diversos atores envolvidos em sua percepção, produção, divulgação e possíveis usos.

Esses aspectos merecem atenção quando o objeto visível está em contexto de violência, injustiça, miséria, sofrimento e/ou com populações vulneráveis. Num mundo habitado pelo imediatismo e profusão de imagens, estas aparecem como “um modo rápido de apreender algo

e uma forma compacta de memorizá-lo” (Sontag, 2003, p. 23) e, diferentemente de um relato escrito, que traz uma complexidade de pensamento, de referências e de vocabulário, com diferentes níveis de acessibilidade, “uma foto só tem uma língua e se destina potencialmente a todos” (Ibidem, p. 21). Essas imagens, especialmente a fotografia, como destaca a autora acima, adquiriu uma autoridade maior do que qualquer relato verbal, suplantando narrativas complexas. Em contexto de intensa violência e miséria, esse caráter de compactação e memorização instantânea das imagens, congela e isola fatos em um processo de reducionismo da experiência da desigualdade e vulnerabilidade humana. Tornam-se unidades básicas para pensar tal realidade, como rótulos que destacam aquilo que o outro precisa saber e sentir.

frente ao insuportável do sofrimento humano e injustiça, a palavra falta, fica difícil simbolizar, reinando as imagens. Essas imagens “reiteram. Simplificam. Agitam. Criam a ilusão de consenso” (Sontag, 2003, p. 12). E com essa hipotética experiência compartilhada, cria-se indignação e demanda-se intervenção. Imagens de sofrimento, vão dizer Kleinman e Kleinman (1996), são apropriadas para apelar emocional e moralmente, tem potencial para mobilizar o sentimento popular e a ação coletiva. Tem-se assim variadas formas de intervenção, principalmente aquelas hetero estabelecidas, com distintos níveis de engajamento e participação local, com diferentes intenções e perspectivas e, conseqüentemente, com múltiplos efeitos na vida dos retratados. Essas imagens podem “*servir para unir o para separar personas, para curar o para herir. La conclusión final revierte en qué queremos que sea para nosotros*” (Barranco, 2018, p.01).

Imagem 09 – Ser visto, estar na mira de uma arma



Desenho: Ana Carolina Paz

Alerta-se assim para determinados efeitos que podem recair como intensificadores do processo de vulneração de populações já marcadas por desigualdades, injustiças e violências. Olivar (2017, p. 01), acerca das imagens no contexto da prostituição, diz que "a máquina fotográfica é uma arma" e, em determinados contextos, uma "arma de Estado, de violência, de

controle e de verdade”. Aspectos estes que também apontados no trabalho de Calil (2016) sobre Relatos e imagens da “cracolândia”, em São Paulo. Assim, gradativamente a preocupação esboçada como risco foi dando lugar a uma noção de ética mais ampla, referindo-se à intenção de não causar constrangimentos e/ou agredir aqueles homens e mulheres que fizeram parte da pesquisa. É preciso lembrar que os desenhos também produzem imagens, memórias e pensamentos sobre fenômenos, encontros e o outro. Não só para aquele que desenha, no ato de desenhar, mas também para quem acessa o desenho. Ele também é produto e produtor de imagens e verdades.

Abriu-se então espaço para um renunciar àquilo que eticamente não poderia ser visto, assim como a intromissão de novos elementos que deveriam ser expostos. Não como forma de esconder ou manipular imagens, mas considerando o que a ausência revela, assim como as pegadas deixadas pelos “sumidos”, tema abordado anteriormente. Desta feita, memórias e condensações teceram e mimetizam criativamente aquilo que se tornaram imagens por meio dos desenhos nesta tese. Entra em cena aqui a discussão acerca da dimensão processual e criativa da feitura dos desenhos, o poder de representar do autor (Landa, 2014) ou a autoridade do desenho etnográfico, os possíveis usos dessas imagens depois que elas habitam o mundo e essa propriedade do desenho de produzir visibilidades, invisibilidade e hipervisibilidades. Essas são questões éticas, políticas e estéticas que se somam aos processos teóricos e metodológicos do fazer etnográfico.

Alguns autores vêm se dedicando ao resgate desse modo de representação ao longo da história da disciplina em diferentes contextos, questionando o porquê de antropólogos desenharem e seu estatuto ao longo do tempo (Azevedo, 2016). É certo que muito se vem discutindo sobre o emprego do desenho na antropologia, pelo seu apelo observacional e reflexivo (Garcia e Bezerra, 2020). Nessa discussão o desenho assume diversas possibilidades: registro de acontecimentos em caderno de campo; como estratégia de aproximação e comunicação, meio de inserção, material para disparar discussões; técnica de resgate da memória do grupo investigado; um modo específico de observar e conhecer; elemento de análise; produção imagética representacional; entre tantas outras. (Afonso, 2004; Manoel Ramos, 2004; Taussig, 2011; Causey, 2012; Kuschnir, 2012; Kuschnir e Gama, 2014, Azevedo, 2016).

Dito isso, poderíamos destacar a qualidade do desenho nessa relação entre o lugar do pesquisador/desenhador e o modo como se constrói e narra um conhecimento, a partir de dois elementos que considero principais: o desenho enquanto processo/mediação e como produto imagético/narrativa. Muitas das vezes o termo desenho vem na Antropologia acompanhado da

qualidade de etnográfico. Desse modo, suponho, inicialmente, que haja uma diferença entre o desenho etnográfico de outros tipos de desenho que poderiam fazer parte de um texto antropológico, como desenho científico, artístico etc. Mas o que faz um desenho ganhar o estatuto de etnográfico? Será que todos os desenhos feitos de etnografias têm esse caráter etnográfico? Ou ele pode ser apenas um instrumento, uma técnica ou uma ilustração?

Como diria Azevedo (2016, p. 17) o termo “desenho etnográfico” pouco diz sobre si, apenas que ele é concebido por etnógrafos em trabalho de campo, cuja distinção remete “mais a uma época remota da antropologia”, onde o desenho seria uma práxis necessária, e na qual aflorou em uma série de denominações tipológicas, tais como: desenhos de cultura material, desenhos anatômicos, esboços nos diários de campo, entre outros. O que gostaria de trazer aqui seriam então algumas propriedades do desenho que não só possibilitam esses diferentes usos, mas os qualificam como etnográficos. Assim como Atkinson (1990) fez com a tal escrita etnográfica, concebendo-a como um gênero de pesquisa e escrita.

A expressão “gênero etnográfico” serviria para o referido autor acima, não para pensar os tipos de textos em termos classificatórios por meio de temas, assuntos, convenções estilísticas etc. Ele serviria para pensar a sua função comunicacional, a construção e recepção de um texto. Para Atkinson (1990), a escrita etnográfica não é um texto neutro, é um modo de persuasão textual e retórica pela qual a realidade é construída, tendo como produto uma representação cultural realizada através da perspectiva da cultura do próprio autor. Ramos (2019) reconhece que, quem conta, conta segundo sua subjetividade, seu imaginário e contexto cultural, mesmo que descrevendo objetivamente um determinado fenômeno e o relativizando pelo “ponto de vista do outro”.

O texto é, portanto, assim como a imagem e qualquer outro produto cultural, um artefato da convenção e da invenção. Isso porque a escrita abarca processos complexos de construção e reconstrução da realidade, não sendo assim uma representação literal da situação social. Há um componente criativo e artístico, onde as descrições, personagens, vocabulários, formato e ilustrações assumem uma determinada combinação dentro de um contexto de persuasão e plausibilidade, sendo a narrativa como algo da ordem do singular, inventado. Insere-se aqui a questão da autoridade etnográfica e o poder de representar implicados nessa construção da realidade. Além disso, é preciso considerar o modo como o leitor irá também interpretar o texto a partir de suas competências, conhecimento e vivências. (Atkinson, 1990).

Pretendo, portanto, pensar o desenho naquilo que o distingue, não o concebendo apenas como um recurso, instrumento, técnica, habilidade pessoal e suas variantes a serem empregados para contribuir na etnografia, muito menos em suas tipologias representacionais. E sim pensá-

lo como materialização de um modo específico conceber, construir e expor um processo de conhecimento. Ao falar aqui desses desenhos, refiro-me então ao desenho que está produzindo um conhecimento sobre o “outro” a partir desse encontro entre pesquisador e interlocutores, e atento ao lugar e papel do pesquisador nessa produção e construção de uma realidade. Esta é uma discussão do próprio fazer etnográfico para a antropologia, como bem resume Montoya (2012), no seu texto *O que é fazer etnografia para os antropólogos*. Entende-se esse fazer etnografia não como “trabalho de campo”, mas todo o processo ou etapas da produção de conhecimento, que vai da formação inicial ao produto final. Seja ela texto, seja imagem.

O desenho se coloca aqui nessa discussão a respeito da posição do pesquisador ao fazer etnografia, que culmina na produção e compartilhamento de uma narrativa acerca desse encontro com o “outro”. Como diria Santos e Vogel (1985, p. 16) décadas atrás, o processo de feitura dos desenhos revelará “a reação de um observador especial [no caso, a etnógrafa] em suas tentativas de envolvimento e interação com os meios e acontecimentos frente aos quais é um estranho”. Não o outro como estranho, mas a experiência do encontro que se apresenta como nova: o tema, teorias, as pessoas, situações etc. Ele seria, portanto, um tornar-se imagem essa vivência de encontro com o outro. Se concebidos como um modo de se aproximar, conhecer, construir e expor um processo de conhecimento, podemos perceber que eles acontecem em “contiguidade contextual, ontológica e agencial entre o ato de escrever e desenhar” (Ramos, 2019). E mais. Uma contiguidade entre o fazer etnografia e a produção de conhecimento antropológico.

Entretanto, quando falo dessa contiguidade, não me refiro aquilo que Ingold (2015) vai dizer da conexão do olho, mente, mão e desenho do ato da escrita cursiva e o desenhar a mão livre, como movimentos fluidos e contínuos. Até porque, nesta pesquisa, os desenhos foram mediados por recursos tecnológicos e digitais na sua execução e apresentação. Além do desenho à mão livre, foi feito uso de fotografias, imagens e elementos tipográficos de internet, com sobreposição de elementos e técnicas. Trata-se de um vai-e-vem manual e digital, que não deixa de ser artesanal. O mesmo ocorreu com o próprio caderno de campo textual, cujas anotações foram priorizadas em meio digital e gravação de áudio em smartfone e não manuscrito em caderninho de bolso. Ambos, desenho e texto, feito a posteriori e com base na memória, num processo de interrupções e continuidades.

Refiro-me então a essa contiguidade, que o próprio Ingold (2015) vai chamar de “encontros” encadeados, que por sua vez, deixa rastros e fornecem uma descrição precisa do que se passa. Uma cadeia metonímica entre o estar lá e cá, o outro e o eu, passado e presente, o observável e o “sumido”. Entre a observação e a descrição, teorias e prática, a mente e o mundo,

memória e imaginação, o manual e meio digital. Entre o que se vê, o que se escuta, texturas e cheiros. Entre o que sente, os olhos, que vê, a mão que desenha, escreve ou digita, a boca que fala e os suportes empregados (papel, smartfone, caneta, teclado do computador, tela etc.). E assim por diante. Os desenhos não são, portanto, tratados como ilustração ou projeção de imagens, mas como “peregrinação” (Ingold, 2015): um movimento contínuo, intuitivo, improvisado e rítmico. Mas também trabalhoso, que há dispêndio de energia intelectual e motor, que se faz desenvolver certas habilidades e um conhecimento sobre o percurso de produção do conhecimento.

Nesse sentido, tomo esses desenhos, assim como a própria tese, como processual, artesanal, em sua dimensão de fabricação e que revela uma maneira de fazer (o que implica uma maneira de ver, sentir, pensar, usar, elaborar, analisar etc.). O desenho aparece como materialização daquilo que escapa ou vaza seus usos prescritos e lança meios mais criativos, algo próximo ao que Certeau (2014) nomeia como as artes do fazer²⁴. Em seu texto *Introduction: Notes on seminar culture and some other influences*, Gell (2006, p. 08-09), por exemplo, comenta que: “sempre desenhei e pintei, então para mim o canal gráfico da expressão é natural - na verdade, é mais natural - do que a escrita”²⁵. Acerca do tema, Azevedo (2016) conta que tais desenhos e diagramas em suas publicações fazem parte da própria familiaridade do autor com essa linguagem, revelando sua maneira de pensar primeiro graficamente, depois em textos escritos (Azevedo, 2016). Aqui, esse “canal gráfico” auxilia na organização das ideias, dados, análise e conclusões, canalizando o material mental e textual em desenhos (mapas, fluxogramas, etnocenas etc.)

Nessa peregrinação, nesse movimento próprio de caminhar e fazer, o desenho atua como uma forma de conectar o texto escrito à imagem por meio do movimento do próprio corpo (Ingold, 2105). Inspirando-se em Merleau-Ponty (2013) em seu texto *O olho e o espírito*, de 1964, no qual aborda-se a relação do pintor com o mundo e sua obra, poderíamos dizer que o desenhista “emprega seu corpo” nessa feitura, entregando-o ao mundo e transformando esse mundo em desenho. Esse corpo, por sua vez, é sensorial, sendo a dimensão visual algo muito mais além do que aquilo dado pela visão das coisas. Schneider (2019, p. 399), considera que “quando vemos algo, outros sentidos estão também envolvidos”, não só porque o mundo oferece isso a partir de cheiros, texturas, temperatura e sons, mas também porque as imagens provocam sensações, evocam memórias e sentimentos, afetam, fazem os sentidos se entrecruzarem e vivenciar experiências sinestésicas.

²⁴ Ingold (2015) e Agier (2015) trazem também essa dimensão pessoal e artesanal no trabalho etnográfico.

²⁵ Tradução minha.

Por outro lado, o traço que se faz desenho e imagem, a partir do movimento corporal do riscar, é, para Ingold (2015), a materialidade de um gesto. A gestualidade, para Charadeau e Mainguenau (2020), é aquele movimento corporal (postura, olhar etc.) que emerge numa interação, sendo este perceptível para seu interlocutor, assumindo o papel importante de expressão e comunicação (intencional ou não) de determinadas informações. Contudo, como diria Geertz (2014, p.07) em suas descrições de piscadelas, um gesto é apenas o princípio. Há toda uma série de estruturas significantes nos quais estes são produzidos, percebidos e interpretados. E quando esses gestos são materializados por meio dos desenhos, não comunica apenas uma imagem, seu conteúdo e possíveis significados. Essa comunicação se difere, pois há um elemento que se insere ao se utilizar de mecanismos poéticos e estéticos em sua feitura. Há uma intenção. A sua função poética é expressar e comunicar uma maneira de olhar, um outro ponto de vista, que por sua vez diz de um modo de pensar, se posicionar e se relacionar com o outro. Trata-se de uma nova relação com a produção imagética.

Poder-se-ia dizer, segundo os estudos de performances trazidos por Langdon (2006), que os desenhos etnográficos se colocariam como gestos performáticos que provocam um olhar não-cotidiano sobre a vivência nas ruas e sobre os diferentes modos possíveis de investigar esse tema, possibilitando outras percepções e imagens acerca de tais experiências. Na tese, as linhas traçadas produzem contrastes e contornos ao longo do texto, produzindo momentos de comunicação onde a experiência está em relevo, provocando uma ruptura do fluxo habitual do texto acadêmico. A cada momento da sua aparição, o desenho engendra uma espera e introduz o espectador, neste caso o leitor, à cena. Uma ruptura como abertura para interpretar e prosseguir com a explanação. Esse processo é denominado por Langdon (2006) como metacomunicação para a performance.

Na concepção de Schechner (2003, p. 25), “qualquer evento, ação ou comportamento pode ser examinado ‘como se fosse’ performance”, e por que não os desenhos etnográficos?!... Segundo o autor, “tratar o objeto, obra ou produto como performance significa investigar o que esta coisa faz, como interage [e se relaciona] com outros objetos e seres” (Ibidem). Pensar os desenhos como gestos performáticos seria então estar atento o modo como eles interagem e se relacionam com os vários elementos envolvidos na própria pesquisa (trabalho de campo, teorias, escrita, interlocutores, pesquisadora, espectadores/leitores etc.). Por outro lado, fazer performance ou performar seria um ato de “mostrar-se fazendo”, de apontar, sublinhar e demonstrar a ação (Ibidem, p. 26). Segundo Bião (2011, p. 351), a etimologia da palavra performance deriva *to perform*, tornar real, realizar, sendo derivado do francês *parformer*, cujos

sentidos remetem a noção de “pela forma de”, “por fazer” ou “por fornecer, exprimir, expressar”.

Temos então uma relação intrínseca entre a forma, o conteúdo, ação e comunicação. O desenho etnográfico seria também uma materialização de um gesto “etnográfico” performático de produção e comunicação de um conhecimento etnográfico acerca de determinados fenômenos. Um gesto que comunica o encontro com o outro e os vários elementos desse processo na construção de um conhecimento. A partir disso, trato parte desses desenhos contidos aqui como etnocena. Cenas etnográficas que evocam uma metacomunicação performática e que propõe uma ruptura espetacular, valorizando um olhar particular e estético sobre aquilo que se apresentou nessa experiência de encontro com o outro. Parto conceitualmente inspirada nos estudos da etnocenologia²⁶, que segundo Bião (2011) articula noções de cena, corpo e presença a partir de uma visão não etnocêntrica sobre os comportamentos especulares ou aquilo que se enquadraria como estudos de performance.

Pradier (1995, p.01), traz como “espetacular” uma maneira de se apresentar no espaço (comportamento, gestos, vestimentas, relações, práticas etc.) “que se destaca das atividades banais do cotidiano ou as enriquecem essas atividades ou ainda lhes dá sentido”. Mas não um olhar sobre, de “fora”, diante da pesquisadora desenhista, pois este nasce nas coisas, nessa relação (Merleau-Ponty, 2013). No caso das vivências e o habitar as ruas, esta não se qualifica como algo fora do cotidiano do centro da cidade de Cabedelo. Elas se destacam a partir de um olhar estético acerca do objeto de pesquisa (as vivências e o habitar as ruas), por estar junto dela. Torna-se “espetacular” não por ser algo extraordinário, mas porque o olhar de pesquisadora, nas relações com as coisas do campo, deu esse caráter. Tanto ao tê-lo como objeto de estudo, como ao assumir um ponto de vista singular, destacar determinadas percepções e apostar na sua materialização em desenhos etnográficos.

A concepção de parte dos desenhos como etnocenas aparecem então como gestos etnográfico e performáticos que propõe trazer como cena a dimensão corporal das vivências nas ruas em campo e nos desenhos: o corpo do outro, da pesquisadora (no envolvimento em

²⁶ A etnocenologia se funda e se desenvolve de forma disciplinar, aliada aos saberes de um leque diversificado de estudos que apostam na alteridade como princípios norteadores de investigação, tendo como as principais correntes investigativas a brasileira, com Armindo Bião como seu principal expoente, e a francesa, liderada pelo Jean-Marie Pradier (Amoroso, 2010; Veloso, 2016). A etnocenologia seria o estudo das diferentes práticas e dos comportamentos humanos espetaculares organizados (PCHEO), tendo como caráter conceitual a noção de “espetacular”, valorizando o olhar estético sobre seus objetos de estudo (Pradier, 1995). Como orientação metodológica tem-se a reprovação do etnocentrismo, a valorização do qualitativo e a importância das intersubjetividades para a compreensão de um grupo de pessoas, trazendo um olhar particular e estético com relação às formas de expressão culturais. Para Pradier (2013, p. 105), a contribuição da etnocenologia para a antropologia residiria em “sua preocupação em prestar atenção tanto ao observador quanto ao sujeito que ele observa, a fim de colher e interpretar as inevitáveis deturpações do olhar”, das distorções da descrição à análise.

campo e na feitura dos desenhos) e o corpo do leitor/espectador (aquele que observa, percebe e testemunha)²⁷. Esses desenhos que assumem formato de etnocenas estariam, por outro lado, também inspirados na “análise situacional” ou “análise de caso detalhado”, pressupostos teórico-metodológicos empregado pela Escola de Manchester²⁸. Mitchell (2010, p. 366) descreve esse método como sendo o isolamento de elementos importantes de um fenômeno observado por meio da descrição detalhada, para em seguida, ao destacá-lo e contextualizá-lo no ambiente do qual faz parte, demonstrando assim, a relação existente entre o fenômeno (microescala) e o sistema social em questão (macro escala).

Já Gluckman [1958] (2010) propunha sair da descrição das relações sociais particulares locais, para abstrair e alcançar as relações sociológicas. Aqui, temos como um “truque de escrita” e de análise, como afirma Fry (2011), ao destacar o desenrolar de uma determinada situação, trazendo questões teóricas para serem examinadas detidamente em capítulos posteriores, ordenando descrição e análise de maneira interessante. Aqui soma-se os desenhos também como forma de descrição de uma situação. Ou melhor, uma etnocena desenhada, texto e imagem, que trazem questões de análise. Essa forma de organizar um texto possibilitaria ao leitor logo se torna familiar com o material a ser analisado, facilitando a sua compreensão da análise que segue. Assim, a análise situacional, aqui a partir de etnocenas, poderia oferecer ao leitor parte do material etnográfico, e com isso, avaliar a coerência da argumentação e conclusões extraídas do material apresentado (Van Velsen [1967], 2010).

Lembrando, evidentemente, que tais desenhos não se pautam na exatidão, na imitação do visível, como uma cópia representacional. Trata-se de um “tornar visível”, assim como sugere Merleau-Ponty (2013, p. 47) a partir dos pintores Klee e Matisse. O desenho etnográfico, no geral, seria então uma maneira de fazer ver, fazer conhecer e fazer comunicar por meio de uma outra possibilidade gráfica para além do texto. É nesse sentido que trago o desenho como análogo à escrita etnográfica, como registro gráfico que surge de um modo de pensar, fazer e construir conhecimento. Na forma de texto, permite-se a inserção da linguagem no domínio visual, mas enquanto escritura, não se está restrito a representação da fala (Godoy, 1979). Contém e produz, portanto, conteúdo não verbal. Desse modo, alguns autores preferem chamar, o desenho como grafias (Garcia, 2020, Ramos. 2019, Ingold, 2015). O termo grafia, que se

²⁷O leitor/espectador é aquele que “projeta igualmente sentido sobre o estímulo visual. Reagindo ao estímulo visual, esse sentido que ele lhe dá é, de certa forma, uma projeção dele próprio” (Pradier, 2013, p. 107).

²⁸ Enquanto Van Velsen (2010) prefere a denominação de análise situacional, Gluckman (2010) denomina tal método de observação e tratamento dos dados como relato e análise de “caso detalhado”.

origina do grego *graph(o)*, de *graphein*, segundo o dicionário etimológico de Cunha (2019), poderia ser pensado como escrita, descrição, desenho.

Os desenhos como produção imagética, processo, maneira de fazer conhecer e comunicar, materialização de gestos etnográficos ou grafia, não se colocam como tentativas de representação do real, eles atuam no limiar da verossimilhança. O diálogo íntimo entre o olho-mão no ato de desenhar, apesar de contínua, não é uma relação direta e objetiva. Na tentativa de trazer uma representação imagética do que acontece como verdade única, ele fracassa. Daí muitas das vezes a escolha por outros meios imagéticos os quais supostamente retratariam objetivamente uma realidade factual, e que veio relegar o desenho no final do século XIX. Suposição de certa forma superada, mas que povoa o senso comum, principalmente acerca da fotografia²⁹. No desenho, seja de observação ou de memória, há um complexo processo mental que envolve: a experiência sensorial; a atenção flutuante e seletiva; a percepção, apreensão e assimilação de informações; elaboração, reflexão e memorização.

Em ambos, temos processos cognitivos que trabalham particularmente as informações e as reorganizam continuamente enquanto se desenha. Como nos lembra Causey (2017), há uma série de escolhas e decisões, inconscientes e/ou intencionais, do que se olha, do que se desenha e no modo como se desenha. Podemos dizer que a tal folha em branco diante do desenhista, no início do processo, pode até representar algo do vazio a ser preenchido diante do mundo que se olha, mas sua mente não está. As coisas que vão para o papel só se apresentam ali, como dia Merleau-Ponty (2013, p. 21), porque “despertam um eco em nosso corpo, porque este as acolhe”, o faz ver, sensivelmente, o visível, cercando e projetando o que dentro dele se vê. Como um olho-eco. E mais. Como “instrumento que se move por si mesmo, meio que inventa seus fins, o olho é aquilo que foi sensibilizado por um certo impacto do mundo e o restituiu ao visível pelos traços da mão” (Merleau-Ponty, 2013, p. 23).

Isso serviria tanto no desenho como qualquer outra produção imagética, mesmo aquelas que não se projetam pelo traçado da mão sobre o papel, como a fotografia. O desenho que nasce dessa experiência empírica é resultado desse olhar advindo das interações e da vivência pessoal do pesquisador/pesquisadora em campo (Miller, 2014). Além disso, como citado anteriormente, ambos, anotações e desenhos, foram desenvolvidos fora do campo de pesquisa (local do trabalho de campo). Foram feitos da memória de quem traça no papel. Trata-se de um mergulho

²⁹ Sontag (2003, p.26) traz uma importante discussão sobre o tema ao abordar pontuações de Virgínia Woolf (1938) acerca das fotos de guerra, na qual entendeu a princípio as fotografias não como um argumento, mas “simplesmente a crua constatação de um fato, dirigida ao olho” (Sontag, 2003, p.26), que permite um registro objetivo de um testemunho pessoal, podendo ser uma cópia, transcrição, mas fundamentalmente interpretação. Azevedo (2016) também discute o tema, ao fazer um resgate sobre a história do desenho na antropologia.

nas águas profundas das lembranças dessa experiência de campo, possibilitando a evocação de informações não só vistas, mas sentidas e apreendidas singularmente por esse corpo (do que se via, ouvia e sentia, percepções, sensações, pensamentos etc.).

Assim como passos em uma peregrinação deixam marcas no solo, as conversas, palavras, imagens, impressões, afetos (entre outros), vão deixando marcas no inconsciente. Muitas das vezes essas informações, a princípio, poderiam estar submersas, esquecidas ou não serem possíveis de acessar anteriormente. Ao tentar recordar, seja para a escrita textual ou do desenho, essas lembranças emergiam. Nesse exercício de tentar recordar, as lembranças iam literalmente ganhando contornos e contrastes, seja na escrita textual ou na elaboração do desenho, associando-se a outras memórias, dando sentido e forma, quase que simultaneamente, às informações em processamento. Assim, a escrita e os desenhos, mostraram-se servir como estímulo mútuo e acesso ao passado, possibilitando permanecer mais tempo com aquilo que havia vivido em campo.

Observa-se que no desenho de memória acontece então um prolongamento dos tempos de observação, mesmo não estando espacialmente em campo. Diferentemente, do que ocorre no desenho de observação, cuja produção possibilita um prolongamento do tempo a partir de uma maior entrega sensorial do antropólogo ao momento vivido. O que Causey (2017) vai dizer que difere do que ocorre com a instantaneidade da fotografia. No desenho de memória, esse tempo de observação acontece durante e pós campo. Isso porque a cada tentativa de retorno à memória novas coisas emergiam, saltavam do campo, mesmo não estando mais presencialmente lá. No rastro do que alegara Klee (*apud* Merleau-Ponty, 2013, p. 26), era como se essas coisas se mostrassem, falassem, guiassem os traços, numa relação que supera a divisão texto/desenho, as coisas do campo/memória da vivência, quem faz/quem é feito, presente/passado. Ao mesmo tempo, retornar e ver os desenhos, era um se ver através deles. A visão da pesquisadora sobre determinadas coisas. O que engendrava novos movimentos de elaboração, desenvolvimento e transformação.

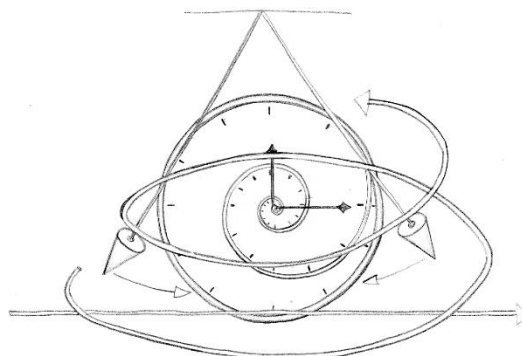
Dessa maneira, o desenho, concebido dessa forma, está em constante mutação, vivo, inacabado. O desenho nunca está finalizado durante o processo da feitura da etnografia, como bem nos alerta Ingold (2015). Está sempre elaborando e sendo elaborado pela vivência etnográfica, aberto à criação, se desenvolvendo, representando e evocando realidades. O autor/desenhista apenas designa o momento de expor, mas que prossegue em construção de sentidos na circulação desta imagem, por ele e por outros. Poderíamos dizer que os desenhos etnográficos desta tese foram concebidos como traçados de memória e rastros da vivência em campo. Por sua vez, estes se colocaram como: estímulo e acesso ao passado; um meio ou

recurso para elaborar o vivido; auxiliar na compreensão dos fenômenos emergidos nesse encontro etnográfico; e produtor de conhecimento numa relação de complementaridade às anotações de caderno de campo. Além disso, incide aí uma outra relação espaço-temporal quando se aposta no desenho de memória, pois alonga-se os tempos e espaços da experiência de campo.

Ao trabalhar com essas imagens, da memória e no papel ou tela do computador, estende-se os tempos de observação, percepção e elaboração, o que possibilita não destacar ou dividir o tempo das situações significativas (Benjamim, 1980), da vivência geral em campo etnográfico. Taussig (2011) considera que a potência do desenho reside fundamentalmente nessa condensação dos tempos e espaços, capaz de unir múltiplos aspectos e acontecimentos que ocorreram em momentos e espaços distintos e, ao mesmo tempo, enquadrar o que se ouve, vê e imagina. Exatamente aquilo que escapa à fotografia (Azevedo, 2016). Ou seja, possibilita trazer imagens mentais, as quais Merleau-Ponty (2013, p. 22) chama de “textura imaginária do real”, evocada por uma “visão de dentro”, produzido pelo “terceiro olho”. Desse modo, as imagens desenhadas não seriam apenas do domínio do olhar, trazendo uma complexidade sensível, histórica, relacional e que insere o sujeito, aquele que vê e desenha, numa dimensão física-óptica e mental, como aponta Belting (2005) acerca da arte.

Ramos (2019) vai dizer que o desenho é como uma porta giratória entre o mundo e nossa mente, onde o novo e o velho, passado e o futuro, é lembrado e esquecido, entram, passam, se encontram e algo sai por essa porta, não como entrou, mas alterado por esses encontros constantes. O desenho seria assim multicrônico. Eu diria, que ele nem é linear, nem cíclico, nem de alternância/pendular, aproveitando a discussão trazida por Leach (1973) sobre percepções do tempo na antropologia. Mas um processo em que o tempo se apresenta de forma caótica, agregando o tempo linear da duração, a repetição cíclica e a alternância pendular do processo de estar lá e cá, por exemplo.

Imagem 10 – O tempo no desenho



Desenho: Ana Carolina Paz

Não só os desenhos desta tese têm tais características de confusão temporal (diria espaço-temporal, de papéis etc.), mas a própria construção da pesquisa como indicado no capítulo anterior. Assim, seguiu-se toda sua feitura: trabalho de campo; os usos das teorias nas análises; o produto, desenho e escrita; a sua própria narrativa. Todavia, o desenho teria em sua materialidade a propriedade de congelar o tempo e aplainar o espaço (Ramos, 2019). É nesse sentido que Benjamin (1980) nos chama atenção ao fato de que a imagem associa dois elementos: a unidade e a duração. Assim, a imagem condensa ideias, tempos e espaços, e ao dar-lhe forma visível cria uma certa estabilidade, este seria o caráter de duração e poder de transmissão da imagem.

Entretanto, assim como aponta Barthes (2012) em seu texto *A câmera clara*, acerca da fotografia, a imagem congelada produzida pelo desenho poderia trazer não só a qualidade da forma, mas a intensidade do tempo. Na apreensão do presente, fixada sobre o papel/tela, traz um passado embutido e está um futuro: “isso será, isso foi”, destaca Barthes (2012, p. 87). Assim, o desenho se faz pelo acúmulo histórico e sociocultural, individual e coletivo, e não por um momento particular, simplesmente. Daí sua capacidade de subverter a ordem temporal linear. Ele coaduna passado, presente e futuro, mente e mundo, de maneira contínua e embaralhada. O conjunto de desenhos e texto, constitui-se assim em numa narrativa: um modo ou maneira particular de explicar, ordenar e estruturar uma série de acontecimentos, reais ou imaginados, coordenando-os em diversas relações de encadeamento, oposição, repetição etc., podendo, inclusive, substituir a ordem causal pelo encadeamento cronológico particular (Trask, 2015; Genette, 2017; Charadeau e Mainguenu, 2020).

Por isso uma mesma história pode resultar em inúmeras narrativas. As imagens produzidas pelos desenhos, mais do que representações do visível, transmitem uma ideia, conta uma história, evocam pensamentos e sensações, tornam visível o invisível e o indizível. Todavia, a quantidade e qualidade dos traços, seleção de contorno, intensidade das sombras, técnicas, entre outros aspectos, serão empregados para representar visualmente com honestidade e verossimilhança o que foi observado e vivido, e por sua vez, comprometidos eticamente com aqueles que estão sendo retratados. Posto isso, esses desenhos surgem com um gesto particular, um ato de conhecimento individual, no qual vem expressa a maneira de ver o mundo (Gomes, 2016; Ramos, 2019) daquele que observa, desenha e escreve, daquele que narra. Ele se inscreve na ontogênese desse observador/pesquisador/desenhador (Pradier, 2013). Essa maneira de ver o mundo está situado em esquemas próprios do contexto cultural e da sociedade em que está inserido o autor e que constituiu o seu olhar (Koury, 1999).

A produção desses desenhos não escapa, portanto, às influências teóricas, ideológicas, políticas e valores daquele que desenha (Landa, 2014). Desse modo, uma outra propriedade do desenho etnográfico que gostaria de trazer é o fato de que rabiscar é se arriscar, como nos aponta Bruno (2018, p. 01), ao chamar atenção para o desafio de abrir antropologicamente o visual aceitando a experiência “de ser olhado por aquilo que se vê”. Isso, porque apreende-se um olhar, apesar do real ser a fonte de onde se enquadra ou se enfoca o objeto a ser capturado. O desenho expõe, portanto, o pesquisador, e essa não é uma tarefa fácil diante de ambientes de violência e vulnerabilidades. Sontag (1984) diz bem ao falar da violação do objeto pela imagem que dela se apreende. Pois na violação nunca se retrata o objeto em si, mas o olhar sobre ele. Essa autora dirá que o gozo da realidade recortada é de quem a submete ao olhar e aos olhares nas diversas formas de apreensão possível. O que se está presente é o gozo-olhar dos violadores (Sade, 1988).

Os objetos violados nunca se reconhecem na violação submetida, a não ser como olhar posterior sobre si mesmo. Olhar que revela a si próprio através do outro, daquele que introduz a violência simbólica do seu olhar sobre a cena que esquadra, sobre a cena que revela, sobre a cena que evoca (Koury, 1999). Além disso, aquele que acessa tais informações, o leitor/espectador, irá produzir sentido ao texto e ao desenho a partir da sua adesão imaginária ou contexto sociocultural. Algo próximo do inconsciente visual de Benjamim (1980). As imagens produzidas a partir dos desenhos seriam concebidos como uma construção social, por embaralhar nos diversos olhares que a compuseram, singularidades imaginárias da constituição de um grupo³⁰. Assim, apresentariam os elementos necessários a uma compreensão comum de olhares singulares sobre o mesmo conjunto e, ao mesmo tempo, institui a diferença pela especificidade que cada olhar possui (Koury, 1999, p. 65).

Resumindo, aqui os desenhos não podem ser entendidos como uma verdade no sentido de uma evidência, do campo/tema, práticas e pessoas. Os desenhos emergiram para dar forma visual à experiência de pesquisa. Não obstante, se o desenho comunica uma elaboração (análise) acerca do encontro etnográfico através e por meio do corpo, trazendo consigo o campo relacional que não se restringe aqui ao que vê, mas o que sente e percebe, podemos dizer que ele é algo que se constrói ao juntar-se a esse campo, fazendo parte dele. Contudo, feitos por uma pessoa em particular, a pesquisadora, evocando, portanto, suas percepções, sensações, sentimentos, emoções, memórias, elaborações e compreensões, tudo isso mediado pela teoria,

³⁰Uma prática que revela a polifonia de possibilidades na constituição de um mundo comum (Koury, 1999)

conhecimento tácito e em outros contextos, pelas verdades dos outros envolvidos na pesquisa e pelas experiências intersubjetivas do fazer pesquisa etnográfica.

Por meio do desenho, dos seus traços e do modo como foram concebidos revelou-se algo desse processo do fazer etnográfico: um fazer em constante transformação, o movimento pelo qual se constrói o próprio conhecimento antropológico. Assim, o desenhar etnograficamente, assim como outras ações etnográficas, acontece como um movimento irradiado desse processo de encontro com o outro. O corpo do pesquisador se move e o movimento se desenvolve, numa relação mútua de movimento e desenvolvimento junto aos demais (coisas e pessoas).

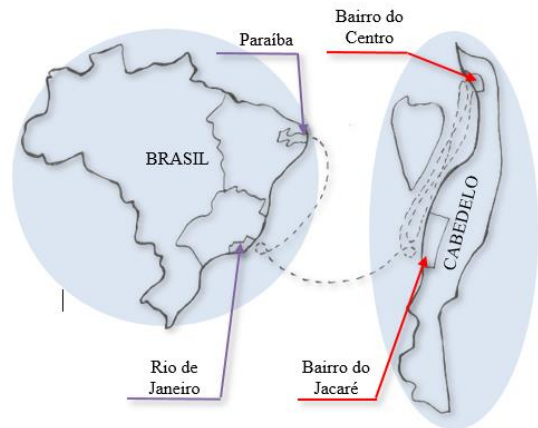
[...] As palavras de uma história não podem ser recolhidas em qualquer lugar; antes, elas devem abrir percursos, levar onde as coisas estão; elas devem ser, nesse sentido, como desenhos (e fronteiras). Os procedimentos de pintar um quadro e escrever não serão alheios a isso, pois em ambos os casos as coisas se criam a partir de certos deslocamentos, através dos quais chegamos àqueles lugares onde o que antes se concebeu fica momentaneamente esquecido, à espreita. Encontrá-los é seguir pegadas.” (Hirano, 2019, p. 67).

Por fim, aponto que a maioria dos desenhos não foram discutidos pelos interlocutores da pesquisa, devido a chegada da pandemia e as barreiras sanitárias adotadas em tal contexto. Abordaremos tal impossibilidade no último capítulo. Por ora, trago apenas que havia a perspectiva de, assim como foi feito com os desenhos da dissertação, fotografias e desenhos iniciais da tese, os demais fossem levados ao campo para a apreciação dos interlocutores e a partir dele disparar conversas sobre as situações cotidianas evocadas pelos traçados no papel e os usos de imagens.

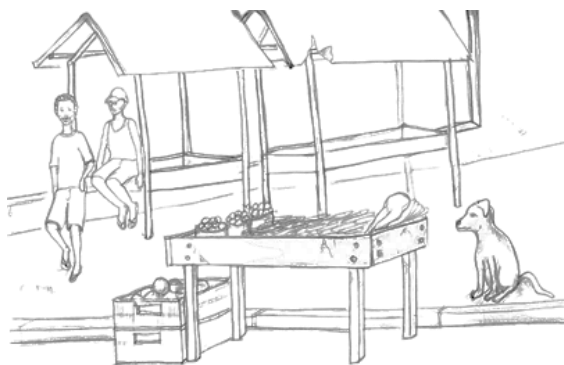
MOMENTO ETNOGRÁFICO II: CORPOS INSURGENTES NO ESPAÇO URBANO

Etnocena 02: “Aqui é onde está meu negócio”

No dia 26 de março de 2019, fim de tarde, enquanto conversávamos sobre relações amorosas, Plácido, homem “preto”, com então 57 anos, aposentado e natural de Cabedelo, relatou que foi casado por quase 40 anos. A partir de então, discorreu sobre sua história de vida. Ao seu modo, contou que quando jovem se viu com pouca oportunidade de sustento em sua cidade natal, decidindo ir para Rio de Janeiro/RJ, onde morava uma tia. Lá passou a residir em área periférica da cidade e trabalhar de “bicos”, destacando o de motorista de uma “família rica”.



Com o falecimento da tia e sem vínculo estável de trabalho, Plácido retornou à Cabedelo, residindo no bairro do Jacaré, situado na região limítrofe oeste do município, entre a BR 230 e o Rio Paraíba, e próximo a capital João Pessoa, sul do município. Contara que passou a morar às margens do rio, desenvolver atividade de pesca artesanal de subsistência e que chegou a possuir duas casas. Em uma delas morava a enteada com os netos, e na outra, ele com a esposa. À medida que a atividade de pesca sofria perda de produtividade, e sem a possibilidade de outra fonte de próximo ao local de moradia, passou a desenvolver atividades de trabalho complementar no centro da cidade, especialmente em serviços junto ao mercado público, como a função de carregador ou fretista, carga e descarga, serviços gerais, entre outros.



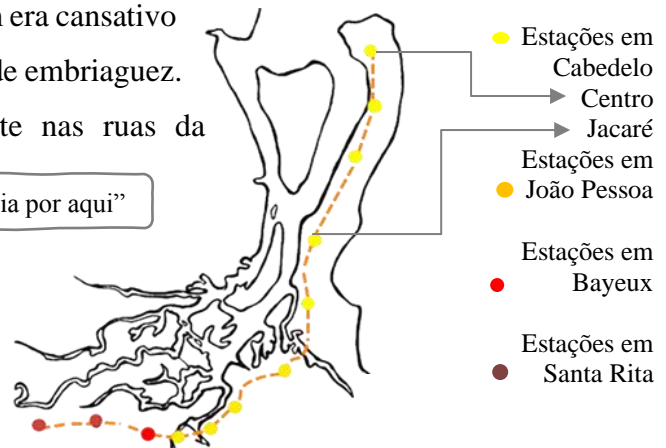
Gradativamente foi intensificando sua permanência no centro. Contudo, o traslado centro-bairro era visto com incômodo e dificuldade, pois grande parte de seus ganhos era gasta com a passagem de trem, mesmo este sendo o meio de transporte mais barato e próximo de sua casa. Além disso, muitas vezes sentia necessidade de ficar mais tempo no centro, ultrapassando o horário do último trem que saía por

volta das 18:30h. Como alternativa, Plácido tentou fazer uso da bicicleta. No entanto, fazer esse translado diário de aproximadamente 8 km era cansativo e, às vezes, impossível devido seu estado de embriaguez.

Passou então a pernoitar constantemente nas ruas da região, alegando:

“Eu já vivia por aqui”

“Aqui é onde está meu negócio. Onde trabalho, tiro dinheiro e consigo viver a vida com a cachaça. Onde ficam minhas coisas. Aqui todo mundo me conhece. Estava ficando complicado ficar saindo para o Jacaré [bairro] todo dia”



Entretanto, houve uma situação em particular para sua mudança definitiva para o centro. Após uma “chacina” em sua comunidade, da qual foi testemunha, começou a se sentir ameaçado. Segundo seus relatos, logo após a uma suposta batida policial, que resultou em 04 assassinatos, a polícia o perguntou se havia visto algo. Com medo, respondeu que não, explicando que estava bebendo em casa e que apenas tinha ouvido os “tiros”. Então, o agente da polícia teria escrito seu nome e depoimento em um papel e lhe dado R\$10,00 para ele continuar a beber. Para ele, a ida da polícia ao seu encontro era para inibir e certificar-se de que ele não iria denunciar os envolvidos na chacina. Receoso, decidiu afastar do bairro temporariamente, juntamente com a esposa, indo viver integralmente nas ruas do centro.³¹

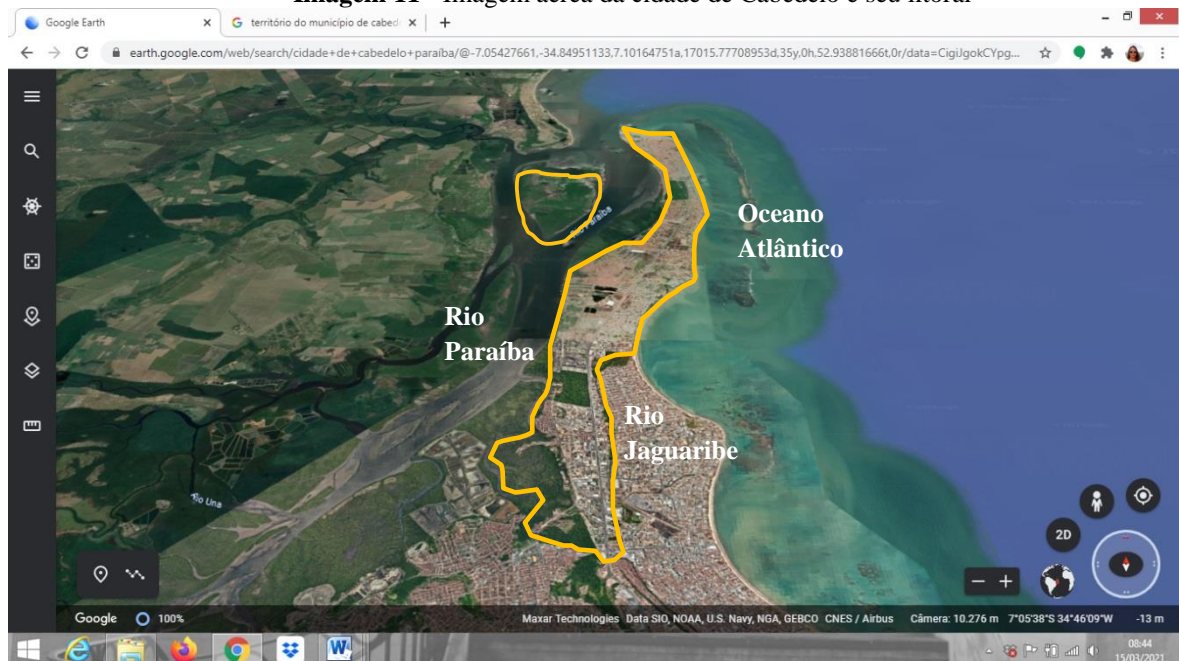
Esses são apenas alguns fragmentos da trajetória de vida de Plácido. Através da sua história de vida e morte, situações do cotidiano e os rastros deixados em seus percursos dentro e fora de Cabedelo, juntamente com as trajetórias de outros interlocutores, sobre os quais destacarei diversos aspectos e processos envolvidos no fenômeno aqui identificado como vivências e o habitar as ruas do centro de Cabedelo. Inicialmente, contextualizaremos, por meio da noção de “negócio”, os movimentos de vida em relação a dinâmica urbana e processos históricos, socioculturais, políticos e econômicos das cidades brasileiras, especialmente de Cabedelo. Nessa discussão emergem percursos comuns de uma parcela da população que vem sofrendo com as diversas desigualdades socioculturais e político-econômicas excludentes, no passado e presente. E mais. Aponta aspectos da constituição das próprias cidades e modos de vida urbano.

³¹ Vários aspectos do ocorrido foram ocultados aqui para preservação da vida dos envolvidos.

CAPÍTULO 03. Cabedelo e suas águas: um breve resgate histórico

Na imagem abaixo, produzida pelo Google Earth, podemos observar que a cidade de Cabedelo ocupa uma longa e estreita faixa de terra margeada por águas, sendo ao norte e a leste pelo Oceano Atlântico, a oeste pelo rio Paraíba e ao sul pelo rio Jaguaribe. Agrega-se ao território a ilha da Restinga, situada no rio Paraíba. Perfaz assim, aproximadamente 15 km de faixa de praia marítima, além de extensa área de praias fluviais e mangues. Foi na margem do Rio Paraíba que Plácido passou a residir ao retornar à Cabedelo. E foi nas águas desse rio que ele encontrou a possibilidade de adquirir parte de seu sustento por meio da pesca artesanal de subsistência, como vimos na etnocena 02.

Imagem 11 - Imagem aérea da cidade de Cabedelo e seu litoral



Fonte: [https://earth.google.com/web/search/cidade+de+cabedelo+para%
c3%adba/@-7.0542766,1,-34.84951133,7.10164751a,17015.77708953d,35y,0h,52.93881666t,0r/data=CigiJgokCYpgN3weLhvAESugiQDwaRzAGSCicxItUUHAIUKnlLSHh0HA](https://earth.google.com/web/search/cidade+de+cabedelo+para%c3%adba/@-7.0542766,1,-34.84951133,7.10164751a,17015.77708953d,35y,0h,52.93881666t,0r/data=CigiJgokCYpgN3weLhvAESugiQDwaRzAGSCicxItUUHAIUKnlLSHh0HA)

As águas caracterizam não só a geografia do território como marcam a história da cidade e de seus habitantes, apontando para importância do seu litoral nos modos de ocupação e cotidiano local. Segundo Falcão et al (2005), as principais atividades desenvolvidas no município têm ligação direta ou indireta com as suas características litorâneas, da pesca artesanal às atividades portuárias e turísticas. O movimento de povoamento, urbanização, modernização, industrialização e desenvolvimento de Cabedelo foi precipitado exatamente por sua localização geográfica, a importância das suas águas e potencialidade como porto. Um lugar estratégico, desde sua ocupação pelos povos indígenas originários (Pimentel, 2015a).

3.1. De um porto seguro a um lugar de negócios: a constituição da cidade segregadora

Segundo o historiador Altimar Pimentel (2015a), quando a frota do colonizador português Tristão Cunha chegou ao Rio Paraíba (batizado à época de São Domingos), em 1509, se deparou com uma paisagem semelhante a uma cidade portuguesa, nomeando o território com seu mesmo nome, Cabedelo. Tal termo significa elevação de areia que se forma na foz de um rio, podendo assumir forma de um pequeno cabo ou promontório (Houaiss, 2001; Cunha 2010). É exatamente nessa região, na parte onde o Rio Paraíba se encontra com o mar, o ponto de partida de origem, desenvolvimento e expansão de Cabedelo. Repara-se que o mito fundador de origem reporta assim ao período de expansão colonial europeia, quando o território brasileiro passou a ser subjugado a uma dinâmica global e uma política econômica portuguesa, marcada pela invasão do território, despossessão, escravização e genocídio das populações locais originárias, exploração e extração dos recursos naturais presentes no litoral do nordeste (Rocha e Guimarães, 2015).³²

Antes da chegada dos europeus, o território era palco de encontro e trocas entre os povos indígenas Potiguaras e Tabajaras (Pimentel, 2015a), caracterizando-se como uma “praça de negócios” entre os povos originários (Monié e Vasconcelos, 2012, p.15). A dinâmica colonial se instala marcada por conflitos não só por parte de portugueses, mas também por outros povos europeus (franceses, holandeses e espanhóis), tendo como pano de fundo, alianças e conflitos com esses povos indígenas locais (Pimentel, 2015a). Diante disso, a coroa portuguesa sentiu a necessidade de ocupação do território com o objetivo exclusivo de defender seu domínio (Schümann, 1999; Guimarães, 2018), dando início a construção de fortalezas no estuário do rio que levava à Cidade de Nossa Senhora das Neves, atual capital paraibana João Pessoa. Do lado direito da margem foi então erguida, em 1589³³, o Forte de Cabedelo, fundando um povoado como ponto estratégico da invasão, conquista, defesa do domínio territorial e como entreposto de troca (Carvalho, 2008).

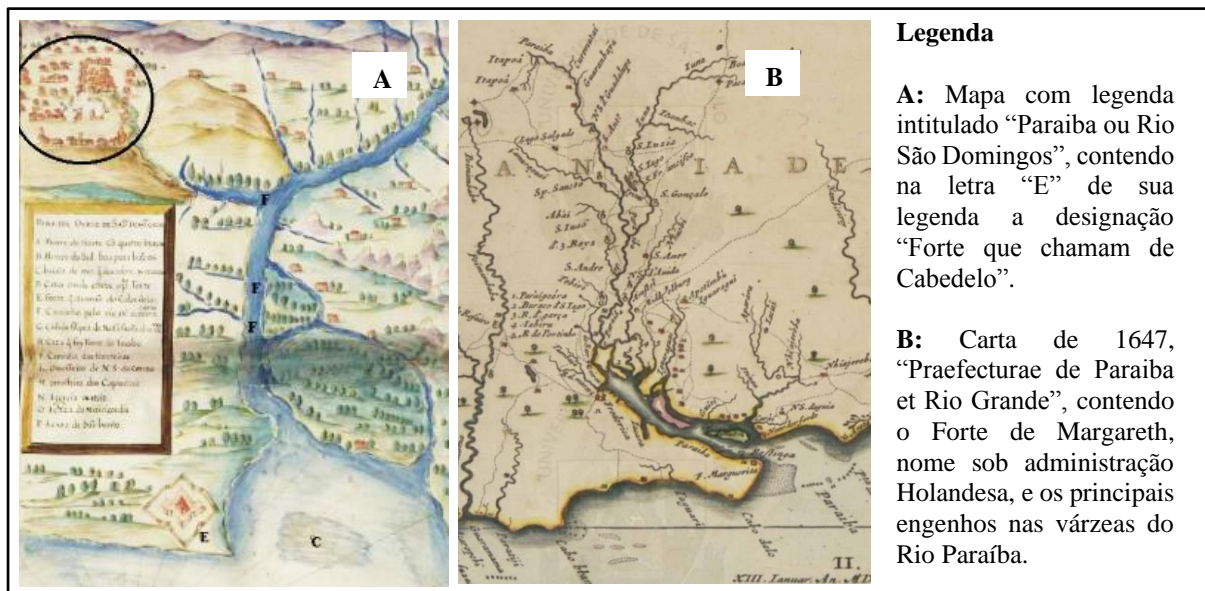
Seu surgimento e constituição, portanto, advém sob a lógica de proteção do domínio português no território invadido, consolidando o externo por meio da violência, impondo sua presença e defendendo o seu domínio contra o inimigo, o “outro” (Ibáñez, 2016). Só então se

³² Esse aspecto nos conta a história não só da cidade, mas está diretamente ligado à origem do estado da Paraíba e nos revela um pouco da própria história do país, da América latina e do processo político-econômico de mundialização entre os séculos XV e XVI engendrado por países europeus. Dados importantes para a compreensão dos processos étnico-raciais e desigualdades econômicas e sociais relacionadas à presença de pessoas em situação de rua no Brasil.

³³ A bibliografia consultada apresenta diferentes datas para a fundação do Forte: 1585 (Pimentel, 2015a); 1586 (Barretto, 1958); 1589 (Carvalho, 2008).

iniciou o processo de cultivo da cana de açúcar e a construção dos primeiros engenhos na região, em um projeto de expansão e ocupação territorial por meio da produção econômica das *plantations* (Rocha e Guimarães, 2015). Uma estrutura sociocultural etnocêntrica se ergue, marcada pela estratificação étnica racial e econômica, assentando-se no latifúndio (monocultura canavieira) e no trabalho escravo (indígena e negro), tendo um dinamismo centrado no campo (agrário) e voltado para os mercados europeus. Inicia-se assim o processo de constituição de um cidade colonial latino-americana, portanto, segregadora (Ibáñez, 2016).

Imagem 12– Representações do Rio Paraíba do século XVII



Fonte: Montagem com imagens recortadas de: A- Pereira (2017, p. 145); B- Disponível em: http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=660&lang=br

De forma genérica, o posicionamento do povoado junto ao Rio Paraíba tornava parada obrigatória para todos os barcos e navios que subiam o rio, pois através dele se escoavam as safras de açúcar e as madeiras para Coroa, e por onde se transportavam alimentos e gêneros manufaturados de outras capitanias para os moradores locais (Rocha e Guimarães, 2015). A alta produção açucareira no século XVII fez com que os povoados da Parahyba crescessem, colocando este povoado sob destaque local (MARTINEZ, 1985, *apud* MENESES, 2001). Dessa forma, o povoado que vinha gradativamente se expandindo do Forte em direção à praia da Ribeira (foz do rio onde havia um atracadouro natural seguro), sob administração holandesa (entre os anos 1634 e 1647), passa então a se concentrar nessa região, hoje conhecida como centro de Cabedelo (Santos, 2013).

Imagem 13 – Do forte para o rio



Desenho: Ana Carolina Paz

É preciso lembrar, segundo Guimarães (2018, p.175), que Cabedelo não constituía o único porto por qual a Parahyba se conectava, mas seria “o principal, sobretudo, no que diz respeito à inserção no Mundo Atlântico”, com a entrada e saída de diversos produtos, pessoas e informações, inclusive de africanos escravizados. Assim, Cabedelo constituiu-se em um “elo privilegiado das interações espaciais de longo alcance geográfico que marcaram a crescente inserção da economia nas redes do capitalismo mercantil” (Monié e Vasconcelos, 2012, p. 05). O mercado (internacional), por meio das atividades portuárias, torna-se então característica fundamental de Cabedelo. A própria origem da palavra porto remete a local de passagem, travessia, entrar/sair e transportar, trazendo desde o início “uma ideia de movimento” (Houaiss, 2001, p. 2265), e ao mesmo tempo, a possibilidade de conexão e “estabelecer contatos” (Cunha, 2010, p. 513), estando aí sua relação intrínseca com a noção de mercado.

Em suas acepções ainda encontramos a noção de armazenamento e “local onde alguém pode descansar e se sentir seguro, refúgio, guarida, proteção” (Houaiss, 2001, p. 2267). A nova centralidade do povoado de Cabedelo emerge então como lugar de abrigo seguro, um elo entre mundos, marcado pelo movimento e fluxo constantes de mercadorias, interesses e diferentes grupos étnico-raciais. Ponto nodal de convergência e, ao mesmo tempo, um lugar de dispersão marcado por divergência, conflitos, disputas de poder, hierarquização e segregação entre povos.

3.2. Um lugar “de não habitar”: o Nordeste em crise, as migrações e o processo de urbanização dos modos de vida

Com as mudanças processadas na economia a nível internacional, alguns territórios do nordeste sofreram forte declínio econômico, conhecida como crise da sociedade canavieira. Grosso modo, com essa crise e ascensão de outras atividades econômicas na região sudeste do país, principalmente as minas, a centralidade da colônia migra da região nordeste para o sudeste.

O que veio a acarretar, no século XVIII, a mudança da sua capital, de Salvador para o Rio de Janeiro. Observa-se nesse processo de ocupação do território brasileiro que, gradativamente, a política sociocultural, econômica e de urbanização foi alterando sua atenção do mundo agrário para a centralidade das cidades (Schümann, 1999). Segundo Maricato (2000), entre os séculos XVI e XVIII a urbanização das colônias brasileiras mantinha-se lenta e incipiente, com crescimento demográfico modesto. Mesmo já tendo cidades coloniais de grande porte, foi só a partir da crise da “sociedade do açúcar” e a “crise da seca”, entre o final do século XVIII e o início do XIX, que a urbanização passa acontecer de forma acelerada e descontrolada (Maricato, 2000).

Sem ter passado pelo processo de modernização, a capitania da Paraíba teve sua produção açucareira em declínio, passando a ser anexada à capitania de Pernambuco (Rocha e Guimarães, 2015; Guimarães, 2018)³⁴. Cabedelo perde então seu destaque econômico local por ter restringido sua capacidade de escoamento da produção, que passou a ser preferencialmente via Recife. Com isso, e diante do seu isolamento geográfico, condições e recursos socioculturais, o território passou a ser considerado um lugar de “não habitar” (Pimentel, 2015b), mesmo mantendo uma pequena população local (Guimarães, 2019). Por outro lado, o interior da Paraíba, agreste e sertão, vinha desenvolvendo uma economia respectivamente advinda do algodão e pecuária (Oliveira, 2005, Guimarães, 2018). Esse foi o período em que a Paraíba iniciava considerável aumento demográfico, especialmente entre a população pobre mestiça e negra (escrava e livre), quando passou por um período de forte estiagem (Araújo e Melo, 2019).

Na ausência de maior preocupação por parte do setor governamental com as populações dos estados nordestinos e não havendo qualquer ação de combate às secas (Ferreira et al, 2005), verificou-se intenso movimento de fuga e migração para as capitais próximas, localizadas no litoral, e para as grandes cidades situadas no Sudeste, no novo centro sociocultural e político-econômico do país. Apesar de não haver contabilização censitária efetiva sobre a Paraíba na época (Oliveira, 2005; Guimarães, 2018), registou-se, entre 1782 e 1805, importante queda populacional “devido aos períodos de grandes secas, caracterizados por muitas mortes e forte migração (Guimarães, 2018). Já em meados do século XIX ocorreu a crise do algodão e, como consequência, as populações dessas localidades nordestinas se viram mais uma vez sofrendo um processo de empobrecimento e expulsão de suas terras (Oliveira 2005), sendo a migração em busca de melhores condições de vida um fenômeno inevitável por décadas.

³⁴ Segunda província mais populosa do país, ficando atrás apenas da então capital Salvador (Schümann, 1999).

É preciso ressaltar que desde o final do século XVIII, a população negra livre teria crescido consideravelmente no país, apesar do aumento da população escrava (Schwartz, 2001). De acordo com Chalhoub (2010), no recenseamento de 1872 a população brasileira era de 84,78% na condição de pessoa livre e 15,21% como escravos, sendo a população livre “de cor” 42,75%, o que demonstrava a existência de contingentes importantes de negros libertos na população brasileira oitocentista (Ibid). Por outro lado, é preciso lembrar que as populações indígenas do leste do país sofreram inúmeros processos de extermínio na ocupação colonial — diante dos conflitos engendrados pela invasão, conquista, ocupação e expansão territorial branca europeia, por doenças contraídas no contato interétnico, diversos processos de miscigenação e/ou negação identitária e cultural —, construindo-se um imaginário de seu desaparecimento ou extinção, resultando numa lacuna representacional nos dados censitários, aparecendo principalmente como mestiça, parda ou pessoas “de cor” (Oliveira, 2004; Palitot, 2020a).

Em uma sociedade com intensa concentração dos bens e propriedade da terra, a vida no campo para aqueles se fazia em difícil empreitada para os pobres, especialmente negros, pardos e mestiços, resultando em mais um movimento em direção à urbanização. Esse movimento de migração em busca de oportunidades de sustento e melhores condições de vida surge então como ondas que vão e vem para a realidade nordestina pobre, “de cor”. Se antes esses deslocamentos faziam parte de dinâmica dos povos originários, indígenas que habitavam a região, com a invasão do território pelos povos europeus, tal processo se daria pela intensificação das desigualdades socioeconômicas, políticas e étnico-raciais, levando-a à urbanização dos modos de vida. O que se observou nas décadas seguintes foi o crescente inchamento populacional dos centros urbanos.

3.3. Habitar “fora do lugar”: pobreza, raça e perigo nas ruas da cidade

A maioria das cidades do século XIX não dispunham de uma estrutura que comportasse seu crescimento populacional em decorrência desses processos de mudanças econômicas, políticas e movimentos migratórios. O que se viu foi uma urbanização desordenada, marcada pela falta de infraestrutura e absorção precária do contingente de trabalhadores na economia local. A Parahyba (capital) foi descrita na época como:

Uma rede urbana carente de meios de comunicações eficientes; ruas sem possuírem um traçado regular que lhes desse uma feição de cidade; falta de cuidados no que tange à saúde pública em relação ao escoamento de matérias pútridas; [...]. Continuava carente de estradas que a comunicasse com as áreas vizinhas. O porto continuava

relegado a segundo plano, necessitando de uma reforma radical – tanto no cais do Varadouro, quanto o de Cabedelo. [...]. (Fernandes; Amorim, 1980; *apud* Guimarães, 2018, p.218).

Não obstante o que se observava na paisagem urbana da época era um intenso trânsito de pessoas negras nas ruas das maiores cidades brasileiras, desenvolvendo as mais variadas atividades, geralmente carregando dejetos, alimentos, pessoas e mercadorias (Reis, 1993). Havia uma prática comum, mas não generalizada, de escravos que viviam ou eram enviados para a cidade para desenvolverem atividades econômicas com remuneração, os chamados ganhos de rua (Matté, 1935; Soares, 1988; Reis, 1993). Uma das principais atividades desempenhadas pelos homens era a de carregador, enquanto as mulheres se detinham à comercialização de alimentos. Curiosamente, tal função consiste na ocupação ou fonte de renda de grande parte dos interlocutores desta pesquisa, como vimos com Plácido. Essas atividades geralmente eram organizadas e distribuídas em grupos nos espaços das cidades, reguladas por severas leis de conduta e circulação, marcadas por parâmetros de distinção, tarifas e punições, intensos conflitos de interesses e disputas entre o poder governamental, comerciantes, senhores e outros trabalhadores (Soares, 1988; Reis, 1993).

Enquanto escravos, esses trabalhadores eram obrigados a destinar os rendimentos a seus proprietários e ao pagamento de impostos (Reis, 2016). Aqueles que não viviam sob abrigo do seu proprietário, pagavam-lhe as quantias determinadas, sendo seu pequeno excedente usado para custear suas despesas na cidade (Van Der Linden, 2016). Havia também aqueles alforriados, que mesmo sob a condição de trabalhador livre, mantinham encarnadas as restritas possibilidades de viver, estando sob uma série de restrições constitucionais aos direitos políticos, que iam desde práticas de concessão condicional à liberdade, possibilidade de revogação de alforrias e prisão entre outras práticas e condições de “precariedade estrutural da liberdade” no Brasil do século XIX (Chalhoub, 2010). Tal cenário engendrou uma situação confusa e legalmente reconhecida de diversas relações intermediárias entre a escravidão e a liberdade, entre o escravo e o trabalhador livre.

É preciso aqui demarcar que até então, do contexto colonial ao imperial, havia se estabelecido a fusão do negro como escravo e branco como livre. No entanto, segundo Maggie (1996, p. 227), não era comum o emprego do termo negro, pois o escravo era definido por sua “origem africana ou crioula” e “preto e escravo eram quase sinônimos”. Só na segunda metade do século XIX o termo negro passa a ser mais utilizado, geralmente designando o escravo “fora do seu lugar”, aquele rebelde e/ou foragido (Maggie, 1996, p. 227). Quando negros escravizados puderam virar pessoas livres, *status* que era dos brancos, abriu-se uma fratura na

organização social que tinha esta como referência de distinção. Se instalou um esfumaçamento de tais fronteiras hierárquicas, pois nas relações cotidianas, tais categorias apareceriam de forma ambígua e situacional, até mesmo aparentemente mutável. Reis (2016) destaca, por exemplo, a existência de ex-escravizados que obtiveram certa ascensão financeira e prestígio social, alguns passando a ser proprietários de escravos, e outros, nem assim galgaram status de prestígio. Isso porque o negro livre poderia alcançar um status de “quase branco”, mas a depender do status social alcançado, riquezas, alianças e mérito pessoal (Hofbauer, 2007; Munanga, 2020; Oliveira, 2005).

Salvo as exceções, o que se observou na época foi que a população pobre, homens e mulheres, adultos e crianças, negros e “mestiços”, retirantes do nordeste ou do local, escravizados ou livre, na cidade, foram compelidos a buscar alternativas de existência nas ruas. Vivendo sob intensa pobreza e ocupando *status* social inferior, habitavam cortiços, pensões abarrotadas ou até mesmo calçadas, realizando atividades sem prestígio social, algumas reprovadas moralmente ou consideradas ilícitas, como prostituição, pequenos delitos e mendicância. A criminalidade, vadiagem/vagabundagem, adoecimento e contágios (Ferreira et al, 2005) se evidenciaram. Nesse processo de urbanização acelerada e seu adensamento populacional numa estrutura social assentada na concentração de poder e riquezas e manutenção de fortes desigualdades socioculturais (étnico-raciais, regionais, de gênero etc.), intensificou-se inúmeros problemas urbanos, sanitários e sociais relacionados à questão da pauperização da população, que vinha até então sendo renegada pelo Estado.

A emergência desses problemas urbanos, juntamente com o esfumaçamento das fronteiras de *status* entre as categorias negro/escravo – branco/livre, ao se fazer aparecer, trouxe preocupações, insatisfações e engendrou mobilizações sociais questionando a condição de cidadania e nacionalidade brasileira (Correia, 1987), inclusive por parte de uma elite branca que ansiava estabelecer novos critérios de distinção que viesse a salvaguardar a manutenção do seu poder e privilégios. Diante disso, cresceu a necessidade em compreender as origens de tais problemas que acometiam a sociedade nos novos aglomerados urbanos, principalmente aquilo que tangia a questão da pobreza e pessoas habitando as ruas das cidades³⁵. Apesar de tal

³⁵ De acordo com Monteiro (2003, p. 7), o termo pobreza corresponde, de forma simples e objetiva, à “condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras”. Já em Osório et al (2011, p. 09) encontramos pobreza como “estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir”, sendo a categoria pobreza extrema empregada em situações de indigência e fome. A pobreza poderia então ser compreendida com uma categoria política para reafirmar a condição de não acesso a direitos sociais fundamentais, e a pobreza extrema, como parâmetro para políticas públicas de distribuição de renda (Ibidem). Essas definições obedeceriam a conceitos políticos administrativos que levariam em conta a renda das famílias e custo estimado para aquisição das necessidades humanas básicas.

fenômeno surgir junto à vida em sociedade, estes só ganharam relevância a partir do século XIII, quando a consciência dos seus efeitos passou a ser vista como ameaça a ordem estabelecida, gerando desconforto e incertezas sobre a vida das pessoas (Cândido, 2006).³⁶

É interessante lembrar que até então, a vida pública para os abastados significava estar em espaços de uso coletivo entre pessoas de mesmo status, sendo as ruas para essas pessoas apenas lugares de passagem (Sennett, 1988). Não havia assim, uma grande preocupação com o que seria ordem pública. Entretanto, com a dissolução do trabalho servil, o surgimento das cidades industriais e a consequente migração em massa do campo para as cidades, o espaço urbano passa a ser marcada pelo movimento e fluxo cada vez maior de coisas, pessoas e informações. A rua foi se tornando um espaço de circular, não só para cruzar a cidade, mas para conhecer o mundo e as diferenças, para ver e ser visto, para estar. Os espaços urbanos passaram a gradativamente agregar aqueles possuidores de bens, que se abriram para a vida pública na cidade (Ibidem). Concomitantemente, entre os séculos XIII e XIV, teria sido também a época em que houve o aumento acentuado de pessoas vivendo nas ruas, homens, mulheres e crianças das camadas populares, trabalhadores pobres, desempregados, boêmios e doentes. Segundo Fatela (1989), é nesse período que aparece as primeiras noções acerca da vagabundagem.

A vagabundagem era vista nessa época como uma recusa ao trabalho, responsável pelo aumento da “domesticidade ou do vício”, levando às pessoas às ruas, ao ócio, aventuras, adultério e arruinando a família (Fatela, 1989, s/p). Assim, o vagabundo era considerado um “homem mau”, pois, ao “preferir” viver do ócio e de esmolas, estava recusando “tudo o que representa um pólo de resistência aos valores dominantes de integração social [...]” (ibid). Ou seja. Aquele que rompia com o ideal social de trabalho e família para viver na mendicância, sob condições miseráveis e degradantes. Entretanto, foi com o advento da Revolução Industrial, quando o trabalho assume uma moral dominante e houve o aumento da desigualdade social, que o sujeito sem trabalho, ocupando o lugar oposto ao do operariado industrial (Fernandes, 2019), ascende à figura do perigo à sociedade e ordenamento da cidade. Paulatinamente, a ideia de violência e crime foi se relacionando à depravação moral ligado a ausência de trabalho regular e renda estável fruto do seu labor e a rua percebida como perigosa e fonte dos problemas urbanos (Cândido, 2006).

Forjava-se aí a percepção de que qualquer um nas ruas da cidade industrial poderia ser vítima da ação predatória inesperada, difusa e marcada pelo anonimato (Fernandes, 2003). Foi

³⁶ Na literatura histórica sobre as cidades medievais, por exemplo, encontramos diversos relatos sobre a mendicância, a circulação daqueles considerados miseráveis e o modo como as sociedades vigentes lidavam com esses corpos. Sobre o tema, ver Hubermam (1981).

nesse momento que a tensão pela ordem pública se intensificou e se instalou a necessidade de processos de urbanização para melhor abrigar e atender os anseios da nova classe dominante (Sennett, 1988). Na Europa e nos Estados Unidos, desde o século XVIII, o processo de urbanização dos modos de vida e os problemas sociais advindos da condição fabril já tinham despertado grande interesse de *flaneurs* e estudiosos. Na Alemanha, no início do século XIX, alguns desses estudos focaram exatamente na vida da nova classe trabalhadora assalariada e não trabalhadora do sistema capitalista. Emerge o termo proletariado, cunhado em 1830, inicialmente, para descrever a situação das pessoas que não possuíam propriedades privadas, aqueles que ocupavam o estrato “mais baixo” e “profundo” da sociedade, descritas e composta na época por “trabalhadores, mendigos, ladrões e mulheres públicas” (Cassagnac, 1838 *apud* Van Der Linden, 2013; 2016; Mirragiz, 2018)³⁷.

Pouco tempo depois, Marx e Engels [1848] (1998) delimita esta categoria como sinônimo de classe trabalhadora moderna, excluindo os demais grupos populacionais, agrupando-os sob categoria de “lumpemproletariado” e caracterizando-os como:

[...] “classe perigosa”, o lúpem-proletariado, essa massa que apodrece passivamente, repudiada pelas camadas mais baixas da antiga sociedade, pode, aqui e ali, ser arrastada para o movimento por uma revolução proletária. Suas condições de vida, contudo, preparam-na muito mais para o papel de uma ferramenta subornado de intriga reacionária (Marx [1848], 1998, p. 25-26).

[...] os vagabundos, soldados desligados do exército, prisioneiros libertos, forçados foragidos da galés, chantagistas, saltimbancos, *lazzaroni*, punguistas, trapaceiros, jogadores, *maquereaus* [alcoviteiros/cafetões], donos de bordel, carregadores, *literati*, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de faca, soldados, mendigos – em suma, toda a massa indefinida, desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam de la *bohème* (Marx [1852], 1978, p. 366).

Tal prefixo associado ao termo proletariado viria então nomear grupo social constituído de trabalhadores marginais, sem profissão regular, que vivia na miséria extrema e, supostamente, não teria consciência política (Casteleiro, 2001, Borba, 2002)³⁸. De acordo com

³⁷ O termo advém da Roma Antiga e servia para designar o cidadão da classe social mais baixa, que sobreviveria da remuneração insuficiente pela sua força de trabalho, não pagava impostos e cujos filhos serviriam ao exército (Houaiss, 2001; Michaelis, 2017; Mirrajiz, 2018). Ao longo do seu trabalho, Marx aprimorou tal conceituação de proletariado, definindo-o como trabalhador livre que “pode dispor de sua força de trabalho como sua própria mercadoria”, e que “por outro lado não possui nenhuma outra mercadoria para vender” (Marx, 1867, p.179 *apud* Van Der Linden, 2016).

³⁸ De acordo Mirrajaz (2018, p. 09), em sua revisão bibliográfica do conceito histórico-linguístico e etimológico do termo lumpemproletariado, seu prefixo adverbia do alemão *lump* ou *lumpen*, onde o primeiro referia-se à trapaceiro, canalha, crápula e miserável, e o segundo, farrapo ou trapo, passando a ser aplicado também ao grupo de pessoas consideradas “desprezíveis” em algum momento da história. Teria sido a partir desse conceito que se fundamentou a “eugenia socialista” no final do século XIX e começo do XX (Schwartz, 1994, *apud* Van Der Linden, 2016). No Brasil, a noção de *lumpen*, para caracterizar pessoas vistas como parte da classe trabalhadora que sofreram processos de pauperização extrema e marginalização diante do sistema capitalista se revelou uma categoria homogeneizadora (Barbosa, 2017).

Van Der Lindem (2013; 2016), o lumpemproletariado não teria sido apenas uma categoria analítica, e sim moral. Ele emerge diante de uma diferenciação e hierarquização dos grupos populacionais, desvalorizando aqueles que, sem trabalhar e sem consciência política de classe, atuariam na manutenção da desigualdade social, passando a considerá-los como um estrato social inferior, sendo uma forma de restituição da moral ou punição, o trabalho. Em Portugal, o “vadio” e sua restituição ao trabalho adquire um estatuto jurídico por meio do seu Código Penal de 1886:

Aquele que não tem domicílio certo em que habite, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mester em que ganhe a sua vida, não provando necessidade de força maior que o justifique de se achar nestas circunstâncias, será competentemente julgado e declarado vadio, e punido com prisão até seis meses, e entregue à disposição do Governo, para lhe fornecer trabalho pelo tempo que parecer conveniente” (Fatela, 1989, p. 89).

No Brasil, a realidade apresentava-se de forma distinta das questões vigentes na Europa daquela época quanto às origens da pobreza e dos problemas sociais urbanos. No final do século XIX as principais cidades brasileiras e da América Latina ainda eram vistas como atrasadas, dominados pela produção agrária e pré-fabril (Schümann, 1999, Maricato, 2000). Por outro lado, era um momento que o país vinha almejando intensas transformações econômicas, políticas, intelectuais e culturais, de transformação da sociedade escravista rumo à modernização das relações societárias. Suas questões orbitavam o processo colonial, principalmente em torno da grande população negra e “mestiça”, oriundo principalmente do sistema escravista canavieiro e pobres migrantes do interior do Nordeste (Maciel, 1999). Gradativamente, foi se construindo uma associação desses problemas urbanos e sociais às questões étnico-raciais, visto que tais perturbações estavam inseridas nos núcleos de pobreza onde se encontravam grande parte dessa população.

Nessa época, na Europa e Estados Unidos, estavam em curso as teorias evolucionistas e começavam a ascender as discussões sobre superioridade racial a partir das teorias eugênicas. Em meio às ideias revolucionárias da seleção natural de Charles Darwin, Francis Galton, desenvolveu uma ciência da hereditariedade com o intuito identificar os melhores indivíduos da espécie humana e com isso estimular a sua reprodução, bem como evitar a reprodução dos indivíduos que portassem características “degenerativas” (Del Cont, 2008). Tratou-se da chamada Eugenia, caracterizada como um conjunto de ideias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana”, por meio do manejo e aprimoramento na transmissão de características entre as gerações (Maciel, 1999). Mais do que isso, o movimento eugênico surge como estratégia discursiva e prática legitimada pelos governos para justificar e impor políticas

de dominação da raça branca, considerada superior e ideal por um saber dito científico, sobre outros considerados inferiores e ameaçadores, restringindo-lhes direitos e a condição de cidadania (Bizzo, 1995).

Tratava-se de uma estratégia assentada na concepção de uma supremacia branca, que, para Hofbauer (2003), teria sua origem no discurso moral/religioso europeu, principalmente católico romano medieval, no qual se alicerçavam as concepções de povos em superiores/inferiores, assentando-se nas simbologias dicotômicas referentes às noções de branco como o bem, puro, elevado e divino, e de outro, o negro como encarnação do mal, da escuridão, do pecado e do diabólico. Originário do latim *niger*, *nigra* e *nigrum*, no século XIII, o termo negro era empregado como adjetivo referente à preto, sujo e lúgubre (Cunha, 2010), associando-se ao impuro e, portanto, ameaçador. Como adverte Douglas (1969, p. 20), “o sagrado e o impuro são polos opostos”, sendo “a impureza uma ofensa contra a ordem” (p. 14), tendo na evitação e eliminação das impurezas uma forma de organizar o meio. Tal noção veio servir de instrumento ideológico para legitimar a escravatura, vista como punição pela imoralidade praticada, e para o aniquilamento de sua cultura e tradições (Hofbauer, 2003).

Posteriormente, aliaram-se tais pressupostos moral-religioso ao econômico-político na formação e funcionamento do sistema colonial, consolidando uma concepção do negro como condição inferior e escravo e, de outro lado, o branco com seu status de livre e portador dos ideais humanos (Hofbauer, 2007). Isso aconteceu não só com povos africanos como também com as populações indígenas no nordeste do Brasil no processo de ocupação de suas terras pelos povos europeus cristãos no século XVI, que, por sua vez, incorreu no processo de genocídio dessas populações. Ainda de acordo com Hofbauer (2003), só posteriormente, no século XVIII, com a ascensão da ciência, é que se forja as primeiras concepções raciais, desatrelando gradativamente o que poderíamos dizer de um conhecimento pretensamente científico do religioso. Inicialmente, tendo a geografia e o clima como elementos de influência e origem natural/ambiental da cor da pele, sendo esta mutável e passível de branqueamento de acordo com a migração de regiões quentes para frias. Em seguida, assumiu-se uma concepção biologicamente inata, numa visão determinista da cor da pele, sendo sua transformação apenas por meio da miscigenação.

Portanto, o discurso racial seria aquele que surge no século XIX a partir de concepções consideradas científicas e ancoradas na biologia (Hofbauer, 2003; 2007). Ambas concepções e discursos, o moral/religioso e o racial/científico, incluindo a geografia espacial e climática, emergem no contexto europeu, estando alicerçadas no etnocentrismo de povos brancos, vindo a erigir os discursos ideológicos racistas sob a noção de uma supremacia racial branca. Todorov

(1993) define o racismo como uma “ideologia” ou doutrina referente às raças baseada na: existência de diferenças físicas entre os diversos grupamentos humanos (cor da pele, estatura, traços fenótipos etc.); em contiguidade às características morais, costumes e sistemas de valores (religiosos, políticos e econômicos) os quais se identificam e se moldam; tendo a percepção que seu próprio grupo étnico-racial é possuidor dos ideais corretos e a maneira “natural de ser”; concebendo-os como valores universais da humanidade e modelo de existência a ser seguido; e estabelecendo uma classificação, hierarquização entre as diferentes raças e definição quanto ao seu grau de humanidade, quem seria mais ou menos humano, quem é ou não humano (Todorov, 1993).

Rocha (1988) considera que pensar a diferença de forma etnocêntrica traz no plano afetivo sentimentos de estranheza, medo e hostilidade. Assim, do outro lado, estariam aqueles não só que se diferem, “seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece” (Nogueira, 1985, p. 79), mas considerados inferiores, desviantes e ameaçadores do padrão a ser seguido (Matos; Tella, 2012). Os membros de grupos étnico-raciais dominantes, de poder político, econômico e bélico, ou seja, os brancos, passam não só a defender seu modo de vida e raça, desenvolvendo políticas para manutenção de seus ideais, como naturalizam sua dita superioridade sobre o outro, estigmatizando-os, desqualificando-os, hostilizando-os, discriminando-os, criando restrições, meios de segregação e legitimando mortes. Assim se baseia a ideologia da supremacia racial branca, o preconceito racial e suas práticas de racismo.

Foi então, em meio os esses discursos “científicos” e transformações societárias da época, que gradativamente houve uma substituição da dicotomia livre/escravo para as categorias “essencializadas” brancos/negros (Hofbauer, 2003). Mariza Corrêa (1987), aponta que antes o lugar do escravo era o de objeto, sem direitos. Só com a possibilidade de tornar-se livre que passa a ser visto como negro, um ser biologicamente definido e racializado. Esse teria sido o período em que o “negro, e não preto”, passara a ser empregado na literatura sobre o tema, definindo aqueles que eram “biologicamente inferiores” aos brancos (Maggie, 1996). O negro poderia não mais ser escravo, circular entre os brancos, galgar certo prestígio e ter posses, entretanto estaria, mais uma vez, “fora de seu lugar” natural, pois preservaria uma condição biologicamente inferior.

Alicerçadas nessas teorias racistas clássicas, a noção ideológica de raça permitiu assim a “naturalização” das diferenças sociais (Schwarcz, 1994), emergindo como critério social para posicionamento de classe (Souza, 1983, p. 20) e forjando categorias de inclusão e exclusão a partir da noção de brancos, negros e mestiços. Por outro lado, nesse discurso eugênico, a miscigenação era tida como ameaça à pureza racial, encarada como fator de degenerescência

humana e degradação da sociedade, sendo os mestiços considerados “degenerados” e piores que aqueles de “raça pura” (Maciel, 1999, p. 124), responsáveis pela pobreza, contágio de doenças e criminalidade (CORREA, 1987; Schwarcz, 1994; Maciel, 1999; Hofbauer, 2007). Como o país era descrito na época como uma grande nação de mestiços, a elite brasileira se viu receosa e preocupada com o futuro da nação, pois não só via a pluralidade étnico-racial como a razão do “atraso ou não progresso do país” (Maciel, 1999), como também, ameaça à construção de uma identidade nacional (Munanga, 2020). Em sua visão, isso colocaria em xeque a viabilidade de um país moderno (Hofbauer, 2003).

Intelectuais e políticos brasileiros, diante da verificação empírica do grau de mestiçagem nacional, o qual encaravam como irremediável, passaram a questionar o teor condenatório dada à nação pelo projeto eugênico e começam a assumir um tom mais nacionalista, adotando o ideário científico da diferença ontológicas e hierarquização entre as raças, porém aceitando a hibridização como característica nacional. Nesse cenário, a miscigenação passou a ser enxergada como uma maneira possível de branquear, moral e fisicamente, a população brasileira (Schwarcz, 1994). Forja-se assim o ideário ou “mito do branqueamento” (Maggie, 1996, p. 226) como “salvação nacional” (Maciel, 1999, p. 123), a partir de uma “adaptação das teorias raciais clássicas à situação brasileira” (Hofbauer, 1993, p. 69). Tal ideologia não só fundiu *status* social elevado com a “cor branca” e/ou “raça branca”, mas projetou uma possível “metamorfose” da raça (Hofbauer, 2007, p. 04).

O intuito era transformar a raça negra, tida como inferior, em superior (Hofbauer, 2007), por meio de critérios “pseudocientíficos” de aprimoramento do sangue e clareamento da cor, partir do controle do casamento interracial, acreditando com isso alcançar o suposto “amelhoramento da raça” (Maciel, 1999, p.126). Apostou-se então na integração e miscigenação entre negros e brancos, que com o tempo (gerações) deveriam dissolver a raça negra e transformariam uma nação mestiça em branca (Maggie, 1996; Hofbauer, 2007). Surge então no Brasil o ideário de branqueamento como política de Estado, aliando ideologia eugênica, saúde social e o campo do direito em um projeto político, sanitário e de viabilidade econômica.

Estava em curso um “processo civilizador” (Maciel, 1999) de controle social, responsável pela mudança societária e construção de uma nação moderna, que deveria seguir o modelo europeu, tanto como parâmetro urbanístico/arquitetônico das cidades como cultura e modo de vida de seus habitantes (Villaça, 1999). Assim, tendo a ciência eugênica, a noção de civilização branca como ideal e a urgência de modernização, arquitetou-se um novo projeto de estratificação social e higienização do país (Maciel, 1999) e, ao mesmo tempo, de manutenção da velha estrutura de poder (Hofbauer, 2003), procurando-se, “nessas teorias justificativas para

expulsar a parte gangrenada da população, sem deixar de garantir que o futuro seria branco e ocidental” (Schwarcz, 1994, p. 147).

3.4. O “processo civilizatório” modernizador: a configuração do centro de Cabedelo e sua força centrípeta

O processo habitualmente designado como modernização, na visão de Featherstone (1990), refere-se ao desenvolvimento social alicerçado na industrialização, expansão da ciência e tecnologia, consolidação do Estado-nação, no mercado capitalista mundial, urbanização e outros elementos de infraestrutura. Aliando tal concepção aos ideais civilizatórios baseados nas estruturas sociais e valores tradicionais de uma cultura ocidental branca, o projeto modernizador civilizatório brasileiro do final do século XIX e início do XX, assume três focos de atuação por parte do governo central: a aposta em projetos urbanísticos baseados nas intervenções de infraestrutura e de embelezamento das grandes metrópoles europeias do final do século XIX; as intervenções sanitárias e ações de combate à criminalidade com base na eugenia³⁹; e a ideia de modernização atrelada à inserção do progresso tecnológico em regiões do interior do país, no Norte, Centro Oeste e Nordeste do Brasil.

Esse último foco estava assentado numa busca de equilíbrio regional entre o campo e a cidade para evitar novos processos migratórios das populações negras e mestiças pobres e, conseqüentemente, inchamento das cidades do sudeste e seus conseqüentes problemas urbanos. Apostava-se no projeto de interiorização com vistas no desenvolvimento econômico, alicerçado no racismo e preconceito regional. Segundo Ferreira et al (2005), tal projeto só seria possível por meio da constituição de uma rede viária de âmbito regional, construção de açudes e barragens, entre outros equipamentos fundamentais para a fixação do homem no campo e, ao mesmo tempo, a circulação de suas riquezas. Ou seja, fixar essa população em seus territórios, e ao mesmo tempo, estabelecer controle local e explorar economicamente essas regiões. Por sua vez, isso dependia “[...] do rápido desenvolvimento dum bom sistema circulatório, bem traçado e bem aparelhado, na terra, na água e no ar [...] larga, ampla e fácil circulação para pessoas, cousas, pensamentos e ordens. (Reis, 1920, p.230 *apud* Ferreira et al, 2005).

³⁹ Schwarcz (1994) relata que nesse período havia intensa disputa pela hegemonia intelectual no país entre as Escolas de Direito e as Escolas de Medicina. A medicina concentrando esforços nos temas de medicina criminal e higiene pública, e o Direito, na elaboração de um código unificado para legisladores, sobre o exercício da Lei, reger a nação. Na escola de medicina da Bahia emergia a antropologia criminal e o combate ao doente, e na do Rio de Janeiro, a medicina tropical com seu combate à doença. Já a escola de Direito do Recife preconizava declaradamente a miscigenação como unificação nacional, enquanto na de São Paulo, assumia-se um liberalismo de fachada, acionando o discurso racista para defender hierarquias e explicar desigualdade (Schwarcz, 1994).

É em meio a esse discurso que se inicia a construção da ferrovia no trecho da capital Parahyba (hoje João Pessoa) até Cabedelo, ligando seu porto natural a diversas cidades do interior do Estado com o objetivo de melhorar o escoamento das mercadorias, incrementar o comércio e promover o desenvolvimento econômico da Parahyba. Construção autorizada pelo governo imperial em 1880 e só inaugurada nove anos depois (Pimentel, 2015b)⁴⁰. Paralelamente à chegada da estrada de ferro à Cabedelo, chegaram também equipamentos para drenagem do rio, a partir de 1893, e com isso aumentar sua capacidade portuária (Cavalcanti et al, 1996; Pimentel, 2015b)⁴¹. Nessa mesma década há a divulgação do fim do sistema escravista brasileiro, em 1888, e no ano seguinte (1889) é então proclamada a República (Neves, 2003). Assim, com o final do século XIX vinha a promessa de modernização dos hábitos de vida na sociedade industrial, atraindo mais ainda pessoas em busca da efervescência e oportunidades que as cidades ofereciam.

Ao mesmo tempo, negros ex-escravos que não foram absorvidos no campo se dirigiam à cidade, em um “violento êxodo rural” (Ribeiro, 2015, p. 150) na busca de melhores condições e oportunidades. A Parahyba (capital) passou então a ser local de moradia permanente de senhores de engenho, fazendeiros e escravos libertos, havendo um rápido aumento da população urbana, que em 1900 atingira aos 28.793 habitantes (PMJP, 2005). Cabedelo inicia também um processo de ocupação considerável do seu território após construção da linha férrea, ganhando novamente certo destaque local. Impulsionado pela emergência do trabalho livre, Proclamação da República e desenvolvimento industrial que, segundo Maricato (2000, p. 22), o processo de urbanização e industrialização da sociedade brasileira efetivamente começa a se consolidar. Observa-se que a cidade surge aqui como aquilo constituído por esses aspectos econômicos, socioculturais e políticos-ideológicos acerca do modo de vida em um sistema capitalista em ascensão.

Se desde sua origem ela parece como um lugar concentrador, de negócios e de poder, por meio das trocas do excedente e de transformação da matéria-prima, é na era moderna que ela atinge o ápice dessas características. Como nos diz, Lefebvre (2001, p. 15), “a cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas,

⁴⁰ Disponível em: < <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/cabedelo.htm> >.

⁴¹ Entretanto, o porto natural de Cabedelo sofreu apenas pequenos e gradativos projetos de melhoramento. Por questões políticas (PIMENTEL, 2015b), e marcada por denúncias de corrupção por desvio de recursos, houve a priorização do Porto do Capim (situado rio acima, na capital paraibana), apesar de laudos técnicos e econômicos apontarem o ancoradouro natural de Cabedelo como a melhor opção (CAVALCANTI et al, 1996). De acordo com a Companhia das Docas da Paraíba, o projeto para a construção do porto com cais de 400 metros só foi aprovado em 1905 e iniciado em agosto de 1908, contudo sofreu diversas paralisações. Informações disponíveis em: <<http://portodecabedelo.pb.gov.br/porto/historia/>>

matéria prima, mão-de-obra”, entremeando vida social e produção econômica, potencializando as relações de trocas e do capital. Um processo que tal autor afirma estar alicerçado em com dois aspectos inseparáveis e, no entanto, conflitantes, que alia “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social.” (Ibidem, p. 16). Segundo Michel Agier (2008, p. 17) essa noção de cidade “capitalista industrial” tornou-se gradativamente o “símbolo e ao mesmo tempo uma das principais formas materiais” da organização social ocidental moderna. Em países com raízes coloniais, era também a possibilidade de “civilizar-se”, tendo a cidade como meio e *locus* para o progresso, afastando-se do mundo rural, vista como atrasado e resquícios do mundo colonial.

As cidades concentraram esse imaginário modernizador-civilizador, profundamente colonial. O sucesso, o acesso ao conhecimento, as possibilidades ilimitadas das iniciativas econômicas, a criatividade artística, o contato com o “mundo” e a experimentação concentravam-se no espaço urbano. A possibilidade de ascensão e de civilização convergia na cidade, lugar de realização (Ibáñez, 2016, p. 307).

A vida urbana teria assim, entre outras qualidades, esse atributo de fazer-se habitar, participar de uma vida social de uma comunidade (Lefebvre, 2001), mesmo esse território cabedelense mantendo as condições de vida precárias em sua totalidade. De acordo com Ferreira et al (2005, p. 01), o incentivo a construções de linhas para facilitar o desenvolvimento econômico, não refletia uma preocupação de fato com a possibilidade de melhoria das “condições vitais do meio”⁴². Pimentel (2015b) considera que a ligação ferroviária trouxera mais navios e mercadorias, e com esses vieram também novos postos de trabalho e renda, conseqüentemente, mais dinheiro circulando no comércio. Também lhe trouxera visibilidade e importância, com isso, veio sua emancipação política da Capital em 1908 (Cavalcanti et al, 1996). Entretanto, fomentou-se o desenvolvimento econômico e a ocupação do espaço em detrimento de obras de infraestrutura, como água potável, esgoto, energia elétrica e pavimentação (Pimentel, 2015b).

Por outro lado, a construção da estrada de ferro veio a consolidar a centralidade da cidade na região do ancoradouro natural, onde posteriormente foi construído equipamentos de estocagem de mercadorias destinadas à importação e/ou exportação. É nessa região que a vida comercial vai então se desenvolvendo entre a antiga Rua da Frente e a Rua do Molhe, hoje Rua Presidente João Pessoa e Rua Dr. João Mata, respectivamente, onde ainda encontramos os antigos trilhos do trem (Cavalcanti et al, 1996), e antigamente acontecia uma feira (Pimentel,

⁴² Esse autor afirma que entre as obras de infraestrutura, havia construções de linhas consideradas marginais, aquelas que passavam por vilas e cidades de acordo com as conveniências da “politicagem”, ignorando as decisões técnicas, potencial de benefícios locais e gastos do Tesouro Nacional (Ferreira et al, 2005).

2015b). Com o crescimento e urbanização gradual da cidade, a feira foi se deslocando em direção à atual Rua Aderbal Piragibe e, posteriormente, foi construído um prédio para abrigar o Mercado de Peixe, tendo aos fundos e lateral uma extensa feira de produtos variados, que veio a originar o atual Mercado Público de Cabedelo.

Imagem 14 – O centro da cidade



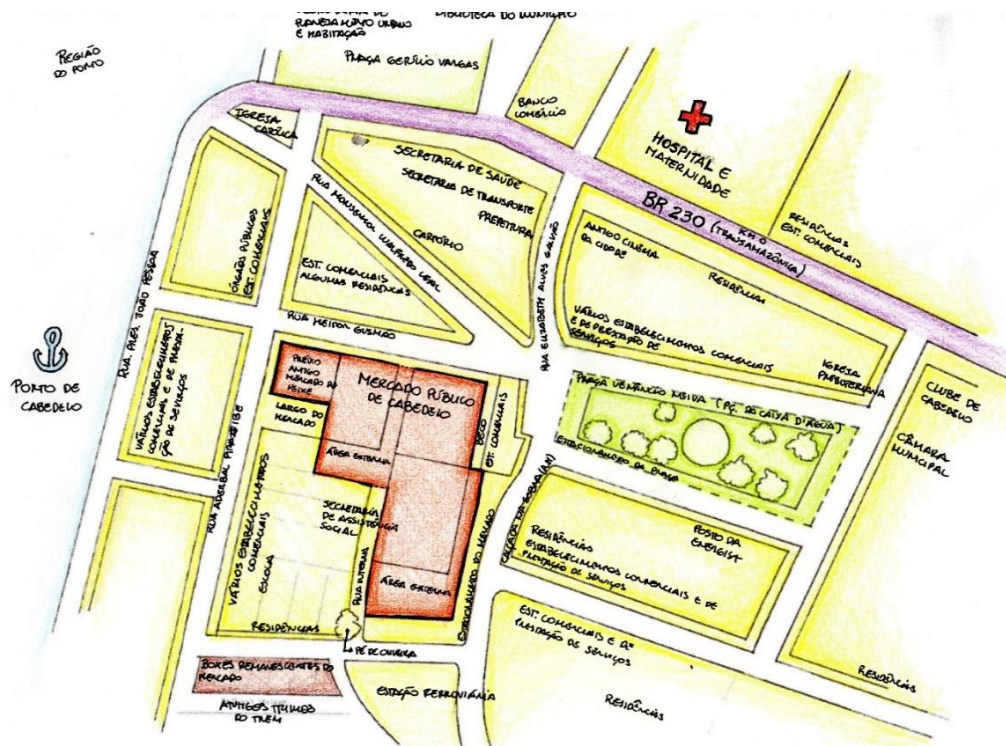
Fonte: <https://www.google.com/maps/@-6.9723043,-34.8377243,18z>

Por sua vez, as atividades econômicas precisaram ampliar e diversificar para atender a demanda local, assim como a melhoria da infraestrutura pública. Gradativamente os aspectos urbanos passam a modificar o ambiente, havendo a construção de casas amplas em alvenaria, a implantação de iluminação, edificação de monumentos, equipamentos comunitários e sedes de poder (religioso, Estatal e econômico). Como diria DaMatta (1985, p. 38), “tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida social num sistema fixo de valores e de poder”. Tal processo seguiu ao longo dos anos, sendo erguidos contiguamente diversos empreendimentos, concentrando até hoje: a sede da Prefeitura Municipal, Secretaria de Saúde, Secretaria de Transporte, Secretaria de Ação social, Casa da cidadania, Câmara de vereadores, Cartório, hospital e maternidade e outros órgãos da gestão municipal, estadual e autarquias. Lá estão dispostos também diversos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços como posto da fornecedora de energia, de gasolina, bancos, padarias, supermercados, lojas de moda, movelaria, farmácias, clínicas, restaurantes, entre outros.

Essa região ainda comporta várias instituições religiosas, biblioteca pública, praças, o clube de Cabedelo, estações de vários meios de transporte (ferroviário, fluvial e rodoviário) de concessão pública e privados (diversos pontos de mototáxi e o chamado transporte

alternativo)⁴³. E no centro disso tudo está o mercado público municipal que agrega em seu interior uma variedade de serviços e produtos para comercialização. Esses diversos estabelecimentos e as atividades dispostas em suas órbitas geraram assim uma centralidade na vida da cidade: um lugar no qual as pessoas se encontram e onde acontecem diversas modalidades de trocas. Segundo César, um comerciante local, o mercado e região circunvizinha é considerado “o centro de tudo”, “onde todo mundo vai”, “onde todo mundo negocia” (Paz, 2016). E era lá, como vimos anteriormente, onde estava o “negócio” de Plácido.

Imagem 15 – Mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer da cidade



Desenho: Ana Carolina Paz

Lefebvre (2001, p. 20) nos chama a atenção para a potencialidade dos antigos centros nas relações de troca e o seu valor de uso em razão da disponibilidade de espaços para atividades de consumo de diversas ordens, estabelecendo o duplo papel: “lugar de consumo e consumo do lugar”. Um lugar de acesso a inúmeras experiências de cidade por meio de seus equipamentos urbanos e múltiplos usos do espaço, proporcionando conexões e intenso cruzamento entre diferentes pessoas, informações, produtos e interesses e possibilitando uma diversidade de práticas e interações, constituindo-se assim como um “lugar ativo” (Augé, 2012). Tais

⁴³ Vale salientar que o sistema ferroviário passou por várias alterações, como substituição do sistema de transporte de mercadorias para pessoas e diminuição do seu itinerário, ligando atualmente apenas 04 municípios (Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita).

construções (simbólicas e materiais) foram surgindo em decorrência do entrecruzamento das diversas linhas de interesses e práticas que as pessoas foram fazendo em seus itinerários, sendo o centro da cidade o ponto de intersecção e integração entre elas.

A disposição espacialmente concentrada dessa diversidade de estabelecimentos e atividades criou contornos visíveis de fácil identificação pela população em geral. E por estar localizada estrategicamente entre os vários meios de transporte, ela se tornou de amplo acesso às pessoas de várias procedências, não só da cidade, mas de outros municípios próximos, especialmente aqueles ligados pela linha férrea. Essa estabilidade espacial e temporal da paisagem urbana, propiciada pela contiguidade e delimitação espacial e simbólica desses equipamentos e atividades plurais, somada a sua fácil identificação e acesso (que a tornou referência para determinadas práticas), e a grande circulação de pessoas, fizeram da região aquilo que Magnani (1996; 2002) denominou de “mancha”. Teríamos assim uma mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer da cidade (Paz, 2016).

Portanto, essa região central não só se tornou referência para as atividades de trabalho e renda, administração pública, assistência, saúde e cidadania, comércio e consumo, convívio, entretenimento e lazer, mas fundamentalmente, ao passar a ter forma, volume, textura, cores, sons e cheiros, atuaram nos modos de perceber, sentir, viver e elaborar a cidade ao longo dos anos. A transformação não só ocorreu no espaço físico, mas nas pessoas e no social, por meio de novas experiências que a cidade proporciona. Robert Park (1987), em seu texto de 1916, já relatara sobre essa capacidade da cidade de moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana, como uma espécie de particularidade ou “espírito” que caracterizaria uma cultura citadina, constituída por um corpo de costumes e tradições organizados, de sentimentos e atitudes específicos, ultrapassando assim as características espaciais de aglomeração e suas instituições formadoras.

Assim, essa região central passou a se constituir não só um espaço assistido de infraestrutura e possibilidade de acesso a serviços e bens, mas um lugar que viria a fixar os valores da cidade, servindo como núcleo de referência para a vida (subjetividades e identidades, interações e práticas, modos de ser e se relacionar) e, ao mesmo tempo, estabelecendo maior controle da vida social. Um “centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural” (Wirth, 1938), não só atraindo diversos povos e interesses, mas se constituindo um lugar de poder. Como explica Lefebvre, “este centro que reúne a formação e informação, as capacidades de organização e de decisões institucionais surge como projeto, em vias de realização, de uma nova centralidade, a do poder” (Lefebvre, 2001, p. 20). Nesse sentido, o centro da vida urbana cabedelense se constitui, simbolicamente e materialmente, como um

espaço no qual se disputa o poder sobre a cidade, e tendo como alicerce o capital econômico. Um lugar “sagrado” não só como foi para elites coloniais (Ibáñez, 2016), mas também no mundo moderno.

O centro torna-se sinônimo de acesso, não só em relação à infraestrutura urbana, mas à ascensão social e status na configuração local, comparando-se com as regiões periféricas. Nesse imaginário cosmopolita, à medida que o centro se esboçava como símbolo do acesso ao mundo moderno local, tornava-se símbolo do contraste, da desigualdade e estratificação social entre ele e suas margens, amplificando seu caráter segregacionista. Uma relação que se estabelece no antagonismo e interdependência centro-margem.

3.5. A oscilação das marés: o contínuo movimento de expulsão e atração centro-margem no desenvolvimento e industrialização da cidade-porto

À medida que houve fortes incentivos à industrialização e modernização dos modos de vida no início do século XX, não houve qualquer preocupação pública em prover meios materiais e morais para a nova condição do negro no país pós-escravidão. Pior. Paralelamente, houve forte estímulo à migração de populações europeias por meio de políticas de imigração de mão de obra branca qualificada para os centros urbanos em ascensão, como forma de promover o branqueamento da população e transformar o Brasil numa nação branca. Entre 1877 e 1930, aproximadamente quatro milhões europeus, em sua maioria, de Portugal, Itália, Alemanha e Japão chegaram ao país (Schwarcz, Starling, 2015; Wermuth, 2020). Muitos negros que migraram para as áreas urbanas em busca de emprego nas indústrias, passaram a enfrentar não só a concorrência dos brancos e não brancos brasileiros no mercado de trabalho, como dos imigrantes europeus. Em uma sociedade racista, os brancos assumem preferência nos postos de trabalho (Hofbauer, 2007), numa evidente aliança entre a elite patronal branca e a classe trabalhadora branca (Bento, 2022).

O Brasil se viu assim com um imenso contingente de pessoas negras e mestiças, sem trabalho remunerado, em sua maioria, advindo do interior do país (Andrade e Freitas, 2019). Sem acesso a renda, essas pessoas passaram a viver em situação extremamente precária, juntando-se a tantos outros que já ocupavam a cidade. Observa-se que a falta de um programa de reparação sociocultural juntamente com a implantação dessas medidas excludentes e segregacionistas, manteve a população negra e mestiça às margens da estrutura social vigente, desde as novas estratificações de classe que se desenhavam no mundo industrializado, aos espaços geográficos de circulação, ocupação e habitação nos novos centros urbanos. Com

efeito, seguia em curso a preocupação política, econômica e social, ascendendo uma crítica às permanências nas relações de poder dos setores dominantes com a sociedade. Para Leão (2012), essa realidade passara a ser confrontada principalmente diante das mudanças engendradas pelo ciclo da cafeicultura, o ciclo da borracha, uma industrialização crescente e o desenvolvimento das cidades e seus problemas urbanos.

Segundo Ianni (1992), um impasse se desenhava entre: a vocação agrária *versus* possibilidades de industrialização; demandas regionais x nação; a idealização de uma multiplicidade racial x um povo unitário; capitalismo x socialismo; a modernidade x tradição; entre outros. Assim “os prenúncios do Brasil moderno” esbarrava nas heranças do escravismo, coronelismo e clientelismo, criando intensas rachaduras internas e uma realidade anacrônica diante das desigualdades raciais e de classe. Nesse cenário, emergiu: uma crítica à centralização do poder pelas oligarquias agrárias e tradicionais, encabeçadas por São Paulo e Minas Gerais (Bassul, 2002); a necessidade de desenvolvimento moderno, concebendo materialmente as “cidades modernas” (Castro e Mello, 2009); e a efetivação do processo de integração nacional a partir de investimentos descentralizados do eixo sudeste (Azevedo, 1988). Havia assim a reiteração de um imaginário nacional moderno capaz de homogeneizar definitivamente o imenso território e acabar com as desigualdades sociais entre as regiões (Castro e Mello, 2009).

Nesse momento, o estado da Paraíba tinha se tornado espaço de intensas lutas políticas, dando projeção nacional a gestão do então presidente da Parahyba (capital), João Pessoa. Em seu governo tornara-se fundamental superar os entraves oriundos da subordinação econômica a Pernambuco (Araújo, 2015). Para tanto, necessitava reorganizar politicamente as fronteiras internas do estado, sendo a reintegração de Cabedelo à capital, enquanto cidade-porto, estratégica. Em 1928, Cabedelo retorna à condição de distrito da capital, tirando-lhe o título de município. Nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, com João Pessoa como vice-presidente, concorre às eleições tendo como pauta o projeto de unificação nacional e a quebra da manutenção do poder pelas oligarquias agro comerciais tradicionais. Com a morte de João Pessoa, a qual precipita na Revolução de 30, vê-se a tomada do poder por Getúlio Vargas. Seu governo assumiria uma mudança quanto às preocupações com as questões sociais (Azevedo, 1988), adotando uma política interna industrializante, investindo na criação da infraestrutura industrial e substituição das importações por meio da mão de obra nacional⁴⁴.

⁴⁴ Nessa época teriam surgidos frutíferos projetos teóricos, ideológicos e políticos de intervenção urbana mais pautados no desenvolvimento social e de planificação regional da distribuição dos recursos que atendesse os interesses do Estado, aportes técnicos modernistas e necessidades sociais (Gorelink, 2005; Castro e Melo, 2009). Contudo, uniu-se Estado, razão e ciência com um conjunto de ideias fundamentais da classe dominante, numa tentativa de “facilitar a dominação” por meio da ideia de desenvolvimento nacional (Villaça, 1999, p. 183). Trata-

É nesse período que se assenta a noção de uma democracia étnico-racial na constituição de um povo mestiço como característica e identidade nacional. Fabulava-se a noção de uma nação constituída pela presença do branco europeu, do indígena (ameríndio) e do negro africano, fundando seu mito de origem com base no processo de colonização (DaMatta, 1987; Maggie, 1996). Com isso, fomentou-se uma noção de distribuição étnico-racial na formação do território nacional e fez emergir um imaginário sobre a constituição de um “povo brasileiro”. Nesse contexto, a figura do mestiço assume um lugar central na identidade nacional, fazendo surgir, estrategicamente, a imagem do sujeito brasileiro como mulato, moreno e/ou pardo, símbolo que uniria as diferenças nacionais nesse projeto de progresso e desenvolvimento via industrialização. Ela tornou-se tema de grande importância social e de influência no cotidiano, explicitando “o pensamento racial” da época (Hofbauer, 2007) e atuando como “operador lógico” que veio a organizar a sociedade brasileira (Maggie, 1996, p. 232).

Teóricos acreditavam numa uniracialidade mestiça e a reafirmavam uma suposta democracia racial, pautada pelo mito do branqueamento e justificada pelo mito de origem, simbolizada na linguagem da mistura, pela harmoniosa relação interracial e saudável interação sexual. Assim, a noção de uma nação como “paraíso racial” (Maciel, 1999), constituído pela mistura de um povo, cuja “formação é acentuadamente heterogênea” (Skidmore, 1989, p. 225, *apud* Hofbauer, 2007, p.11), foi tomado como discurso para negação das desigualdades e preconceito racial. Gilberto Freire foi um desses expoentes teóricos a ressaltarem a mestiçagem como um “mito social, ideário de união nacional”, acreditando na existência de um etos brasileiro, com cultura própria e concebido como totalidade orgânica, coesa e homogênea, considerando, portanto, qualquer mobilização identitária étnico-racial como “ato subversivo” e de desestabilização da coesão nacional (*Ibidem*). Sendo assim, essa noção de democracia racial também criou uma “consciência falsa da realidade social”, silenciando as reais assimetrias e discriminações que ocorria nas relações interraciais (HOFBAUER, 2007, p. 16).

Esses três mitos, resultantes da convergência socio, econômico, político e psíquico, atuaram, como diria Souza (1983, p. 23), com o “objetivo de escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história”. Nesse interim, segundo Oliveira (2004, p. 63), a presença indígena teria sido “diluída na temática da miscigenação” e a descendência indígena desaparecido nos censos sob a forma de mestiços e pardos. A questão indígena passou a ser tratada apenas como uma relíquia histórica, objetificada, calcada no passado e no exotismo e restritamente localizada, fruto de um regime de memória construído em contextos assimétricos de dominação

se do período em que a burguesia industrial assume a hegemonia política, sem haver, no entanto, uma ruptura com os interesses hegemônicos e das raízes coloniais.

e poder (Palitot, 2020a)⁴⁵. Foi a noção de cosmopolitismo e mestiçagem no processo de urbanização democratizadora e consolidação do estado-nação, que fez as cidades, não só brasileiras, mas do continente sul-americano, serem carregadas de imaginários funcionais ao capitalismo moderno. Para ser moderno, era preciso ser branco e urbano, deixar de ser indígena e/ou negro e contribuir para a sociedade de consumo (Ibáñez, 2016).

E um dos setores alvo desta política econômica e social industrial de espraiamento e unificação nacional foi, mais uma vez, o desenvolvimento portuário, visto que “as principais cidades portuárias eram *loci* de poder político-administrativo, jurídico e fiscal, sendo enclaves estratégicos para construção do Estado Nacional brasileiro” (Honorato, 2019, p. 67). É nesse ambiente nacional que se dá início de fato a construção do porto de Cabedelo, sendo as obras retomadas em 1931, e apenas em 1935, após 46 anos da construção da via férrea, o porto de Cabedelo foi finalmente construído e inaugurado, juntamente com uma infraestrutura para que acontecessem as suas atividades. Com seu desenvolvimento surgiram indústrias, refinarias, depósitos, ampliação do comércio, dos meios de comunicação, entre outros elementos de suporte às atividades da zona portuária.

Imagem 16 – Porto Antigo de Cabedelo



A: Foto de 1946. Fonte: <http://portodecabedelo.pb.gov.br/Porto-Old/Porto%20de%20cabedelo%20bkup/portodecabedelo.pb.gov.br/historia.html>



B: Foto de 1957. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/historico>

Ducruet (2008) chama atenção para essa característica de centralidade, nodalidade e reticularidade da relação entre cidade e porto. A centralidade seria o caráter de ponto nodal que assume o porto em uma rede de relações em seu em torno, como indústrias, refinarias e todo um complexo de atividades da que constitui a região portuária, cujas atividades econômicas expressariam um grau de complexidade funcional, conferindo-lhe um poder de atração e de

⁴⁵ Vindo a ressurgir como identidades étnicas e culturais especialmente a partir do processo de redemocratização no Brasil, quando mobilizações indígenas apresentam reivindicações por garantias de direitos étnicos e ambientais coletivos, tendo os processos de territorialização como base fundamental (Palitot, 2020).

geração de fluxo. Já a nodalidade seria “situações de encruzilhadas” nessas redes, os pontos de intersecção de diferentes fluxos de mercadorias, pessoas e economias, enquanto a reticularidade seria a propriedade de um local ou espaço para criar a rede ou fazer parte de uma rede (Ibidem). Assim, essas propriedades do porto não acontecem apenas em termos econômicos, mas também culturais, devido ao impacto que tais características atuam no modo de vida dos cidadãos dessas cidades portuárias.

Ao longo dos anos, Cabedelo manteve essa dinâmica econômica e de mundialização assentada numa relação com um porto ativo localizado em sua região central. Dessa maneira, a cidade foi se caracterizando pela justaposição e imbricação entre ambas as estruturas, cidade-porto, e em um jogo de interação, complementariedade e interligação (Hery, 2006). Ao se desenvolverem em uma relação historicamente simbiótica, esta mantém uma interdependência física e funcional entre o porto e o tecido urbano (Ducret, 2008). A fronteira entre essas duas estruturas se faria porosa, compartilhando e reproduzindo características urbanas, econômicas e socioculturais identitária a partir dessa trajetória comum e íntima (Vasconcelos, 1994; Matias, 2018; Hoyle, 1997). Todo esse processo de desenvolvimento foi intensificado, posteriormente, na década de 50, pela política econômica industrializante de forte investimento no mercado interno, pautado na produção e consumo de bens duráveis, principalmente eletrodomésticos e automóveis. O que veio gerar uma mudança substancial no modo de vida urbano e econômico do país.⁴⁶

Os estados e cidades nordestinas com grande potencial econômico, como Cabedelo, passam por inúmeras obras de construção de usinas elétricas, investimentos nos portos, ampliação da estrada de ferro, aberturas de rodovias etc.⁴⁷. Para se ter uma noção, Pancsó (*apud* Cavalcanti et al, 1996), afirma que até o ano de 1963 a movimentação das atividades portuárias na cidade de Cabedelo era intensa, chegando a ocupar a 12ª posição entre os portos brasileiros⁴⁸. O fluxo de entrada e saída da cidade se tornou mais intenso, tanto de mercadorias que chegavam e saíam através do porto e suas indústrias, mas também de pessoas de várias procedências que apostavam na atividade da zona portuária como forma de emprego, trabalho, renda e ascensão

⁴⁶ Com a massificação do padrão de consumo desses bens, houve uma alteração dos valores e do ambiente socialmente construído, desde ambientes internos à paisagem urbana das cidades (MARICATO, 2000). Avenidas e garagens subterrâneas públicas precisaram ser construídas para abarcar os automóveis. As casas passaram a ter garagens e muros baixos para expô-los à vizinhança, intensificou-se a construção de edifícios residenciais com plantas mais abertas, cozinha estilo “americana” e utensílios domésticos como objetos de decoração (PAZ, 2004).

⁴⁷ Em cinejornal informativo de 1959, disponibilizado como acervo digital do Arquivo nacional, podemos observar os investimentos realizados em cidades nordestinas, inclusive Cabedelo. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_eh/0/fil/cji/0221/br_rjanrio_eh_0_fil_cji_0221_d0001de0001.mp4>

⁴⁸ Atualmente é considerado um porto de pequeno porte, ocupando 31ª posição no ranking dos portos brasileiros, atendendo 08 estados em transações internacionais (IPEA, 2009).

social (Paz, 2016). Muitos que chegavam à Cabedelo passaram a morar em seu centro, que é a região portuária, e outros se espalharam pela cidade a depender da localização dos empreendimentos que os empregavam e/ou das condições econômicas para acesso à terra.⁴⁹

Com isso, veio à necessidade de investimentos de todo um conjunto de infraestrutura de transporte, lazer e habitação espalhada pela cidade, recebendo investimento federal em energia elétrica, abastecimento de água (poços, açudes, barragens etc.), entre outros equipamentos urbanos para atender a demanda industrializante. Em 1952 a estrada que ligava a capital à Cabedelo recebeu a tão esperada pavimentação asfáltica (Santos, 2013) para atender o escoamento de mercadorias e demanda de uma população que habitava a cidade para trabalhar em repartições públicas como alfândega, a capitania dos portos, entre outros (Cavalcanti et al, 1996). Com a construção dessa estrada, atual rodovia federal BR 230, também conhecida como Transamazônica, houve não só a melhoria do acesso à cidade, como também a interligação de suas zonas e consequente circularidade em seu território. A beleza natural e as possibilidades de atividades de lazer nas paisagens costeiras da cidade ganharam visibilidade e passaram a atrair cada vez mais pessoas, disparando a ocupação das praias oceânicas por veranistas a partir da década de 50 (Dutra, 2006).

Com estas transformações, a emancipação política e administrativa de Cabedelo acabou acontecendo novamente em 1956 (Cavalcanti et al, 1996). Enquanto nessa parte leste da cidade instalavam-se sazonalmente pessoas de classe média e alta, oriundas de outras cidades, em suas amplas casas de veraneio, na margem oposta, do “outro lado da BR 230” — expressão local empregada para especificar regiões próximas ao rio e separadas pela estrada, numa divisão simbólica e socioespacial bem delimitada —, habitava uma população que, até a década de 70, vivia das atividades tradicionais e de subsistência de pesca artesanal e extração vegetal, principalmente coco e caju (Cavalcanti et al, 1996). Entretanto, sob o impacto das políticas de modernização no setor pesqueiro nacional, iniciadas na década de 60, houve gradativamente intensas alterações no tipo de produção desenvolvida por pescadores artesanais.

O Regime ditatorial militar-civil (1964-1985) tinha adotado uma política econômica de investimento na industrialização voltada para o mercado externo, para atividades exportadoras (Bielschowsky, 1998), entre a pesca industrial. De acordo com Medeiros (2012), houve assim grande estímulo e investimentos nas cidades litorâneas que desenvolviam atividades pesqueiras, visando a transformação dos sistemas de produção, captura e beneficiamento do pescado para exportação. A pesca artesanal teve, portanto, que conviver com os elementos da “pesca

⁴⁹ Além da possibilidade de emprego qualificado que o porto passou a oferecer se instalaram estruturas de apoio à zona portuária que também veio a oferecer trabalho temporário, informal e/ou de pouca qualificação profissional.

moderna”, como o emprego de novas tecnologias, aumento dos custos dos insumos, intensa flutuação do mercado e a disponibilidade cada vez menor do pescado (Ibidem)⁵⁰. Essas políticas de industrialização e projetos desenvolvimentistas impactaram fortemente a vida daqueles que viviam não só da pesca artesanal, como do extrativismo, agricultura e pecuária de subsistência.

A orla da praia, que permaneceu por muito tempo com plantações de coqueiros, gradativamente, foi dando lugar a habitações de veraneio e, à medida que João Pessoa crescia, foi se tornando uma espécie de bairro dormitório da capital. Logo, esses bairros foram sendo ocupados por condomínios fechados, horizontais e verticais, de alto padrão, tornando-se os bairros mais valorizados da cidade, demandando investimentos de infraestrutura, constituindo-se terras com maior valor no mercado imobiliário, assim como ocorreu com seu centro. A partir dessa ocupação do solo pelo mercado imobiliário, que antes servia ao extrativismo, pecuária e agricultura de subsistência, assim como os impactos da pesca industrial, o acesso a seus recursos ficava cada vez mais difícil e a vida ribeirinha se desvalorizando. Havia no imaginário social, desde o período moderno, a associação entre cidade e desenvolvimento, o modo de vida urbano e civilização, colocando a cidade, ou melhor, seu centro, como o lugar de oportunidades, acesso a bens, *status* e ascensão social, em contraposição ao mundo rural, periférico, de ascendência negra e indígena (Ibáñez, 2016).

Nesse ambiente regido por essas crenças e morais urbano-civilizatórias cosmopolita e racista, pautada no acúmulo de bens socioculturais a partir de valores e trocas monetárias, essa população cabedelense capaz de produzir vida em consonância com o meio ambiente por meio da atividade de subsistência, passou ainda mais a ser vista como atrasada e arcaica, e seu lugar a periferia da cidade. É preciso primeiro entender que os termos periféricos e periferia “só tem sentido em relação à noção de centro” (Augé, 2010, p. 31). Assim, ele não é sinônimo pobreza, já que esta se encontra também nos espaços centrais. Periférico associa-se a noção de margem tanto em termos geográficos como político e social, a partir do processo de marginalização dos modos de vida. Ou seja. Sem ter o centro, enquanto núcleo hegemônico de poder, moral, valores, regras e leis, referência de vida, e como um processo decorrente da urbanização e desenvolvimento pautado em políticas socioeconômicas excludentes que originou e empurrou certa população desfavorecida à região periférica da cidade, que associou pobreza, criminalidade de rua, “classes perigosas” e habitar à margem espacial da cidade (Augé, 2010).

⁵⁰ Havia um aumento da integração econômica brasileira à economia internacional, e consequente interdependência das políticas econômicas internas e externas, como bem registrou Malan e Bonelli (1983) em relatório do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA).

Nader (2013) traz a noção de hegemonia como um poder alcançado por uma combinação de forças e consentimentos, fomentado por instituições regulatórias e educativas. Estas últimas com a evidente função de difusão das ideias (originárias de um poder religioso, econômico, científico, político etc.) e assimilação desse poder como o correto a se seguir, como uma ideologia hegemônica. Essa ideologia fomentou a valorização do mundo urbano e branco em um sistema capitalista de produção e reprodução da vida. Periférico e margem marcam, portanto, uma relação de distanciamento e aproximação com o centro, situam-se nas bordas do que é hegemônico. Com isso, essas atividades de trabalho e renda tradicionais, caracterizada por alguns como subsistência, foram por muito tempo associadas àquilo que se atrela ao campesinato pobre, enquanto uma forma de trabalho que oferece apenas o estritamente necessário à sobrevivência (Cunha, 2006).

O termo subsistência advém do latim *subsistere*, que significaria “existir na sua substância” (Cunha, 2010), “existir como substância” ou “existir independentemente do espírito ou do sujeito pensante” (Abbagnano, 1962), trazendo um sentido de esvaziamento do sujeito atrelado à duração, um persistir da matéria ou de sua dimensão corporal. A atividade laboral de subsistência seria, portanto, aquela que garante o mínimo para que haja a manutenção da vida biológica. Não seria, portanto, considerado um ideal de existência civilizada. Estaria ela em um nível inferior numa suposta relação hierárquica de existências? Uma sub-existência? Disso decorreria implicações importantes de como a sociedade vê, entende e lida com tais formas de trabalho, pessoas e suas existências: modo de vida precário, basilar, obsoleto e restritivo; sujeitos deficitários, destituídos de posses, saber e poder; portanto, sem autonomia e sem escolhas. Implicações não do modo de vida e formas de sustento, mas das fortes restrições impostas do modelo de desenvolvimento urbano que se delineou.

Como consequência, parte dessa população se viu tendo que apostar nas novas formas de trabalho assalariado nas indústrias, atividades portuárias, comerciais e de prestação de serviço. Entretanto, muitos dos postos exigiam mão de obra qualificada, e, sem perspectivas, as pessoas sem qualificação suficiente foram impelidas a ocuparem subempregos, com baixa remuneração, carga horária extensa e vínculo instável. Outros, tiveram que migrar para fora da cidade em busca de oportunidades de renda e ascensão social, assim como fez Plácido décadas depois. Já aqueles que ficaram, tanto os novos assalariados e os que insistiram nas atividades tradicionais, passaram a conviver com precarização da vida diante das possibilidades de sustento e renda que tinham acesso. Por outro lado, aqueles que antes ocupavam áreas centrais e praiana, e que não dispunham de bom poder aquisitivo, acabaram também migrando para essas áreas menos valorizadas. Com isso, observou-se o aumento da população de baixa renda nessa região oeste

e sudoeste, às margens dos rios, erguendo-se habitações com estrutura precária e desconfortáveis, construídas com mão de obra e materiais improvisados, instalação elétrica, sanitária e climatização deficitária, tamanho e quantidade dos cômodos insuficiente para o quantitativo de pessoas.

Parte dessas habitações foram construídas de forma ilegal e/ou zonas de risco: ocupando em terreno alheio, público ou privado; Área de Preservação Permanente (APP), como margens de rios, mangues, reserva ambiental; faixa de domínio de ferrovias, rodovias ou de linhas de transmissão de alta tensão; entre outros. Dessa forma, em sua maioria, emergiram de forma desordenada e/ou densa, fora dos padrões de urbanização vigentes, com pouca ou sem saneamento, iluminação pública, abastecimento regular de água, acesso a meios de transporte, carentes de serviços públicos essenciais próximos etc. Situações de ocupação que poderiam ser classificadas como “subnormais”, segundo tipificação do IBGE (2010). Observa-se assim, não só uma tentativa de migração das populações ribeirinhas para áreas mais urbanizadas, como também a inserção de elementos travestidos de um tipo de “urbanismo” precário nessas regiões. Até 2010, Cabedelo possuía apenas 51,1% de seus domicílios com saneamento adequado e ínfimos 8,1% de domicílios (urbanos) em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2010).

O bairro do Jacaré, onde Plácido foi residir ao voltar do Sudeste, se constituiu a partir desse processo de urbanização e expansão da cidade, apresentando-se com tais características. Entretanto, paulatinamente, tornou-se reconhecido como um dos principais pontos turísticos do estado da Paraíba (pôr do sol do Jacaré), emergindo estabelecimentos comerciais (lojas e restaurantes), casas de shows e marinas que recebem tripulantes de vários países. Com o avanço do mercado imobiliário, os condomínios horizontais acabaram ocupando também esse lado da estrada, e juntamente com eles faculdades particulares, hipermercados, grandes magazines etc. Atualmente é habitado, por um lado, de uma classe média alta, em seus condomínios horizontais de luxo, e de outro, por uma população de baixa renda, em conjuntos habitacionais com infraestrutura e urbanização precária, e aqueles que ainda vivem tradicionalmente da pesca artesanal e do marisco, estando lá uma associação de pescadores.

Assim, o capital adentrou à região por meio do turismo e expansão mobiliária, e, por sua vez, fez segregar as populações mais pobres, empurrando-as cada vez mais para perto do rio, espremendo-os entre a linha do trem e área de maré, entre as construções da classe média/alta e o mangue, fazendo-as conviver com a forte desigualdade social. Ou mesmo expulsando-as de vez. Observa-se que os planos urbanísticos das cidades tendem a “expulsar os setores populares das novas margens”, que passam a ser tomadas pelas elites que abandonaram os centros antigos

(Ibáñez, 2016, p. 303), criando novas centralidades na cidade em um processo contínuo de expulsões. As áreas mais urbanizadas e mais bem localizadas sempre foram reservadas para as camadas médias e altas, cujo poder de inserção no mercado de consumo pode garantir a aquisição da terra valorizada. David Harvey (2012) nos esclarece que o processo de urbanização sempre foi uma questão de classe, pois desde seu surgimento, a cidade teve seu desenvolvimento aliado ao projeto capitalista de ampliação do consumo, criando demandas e oferecendo bens e serviços para aqueles que podem pagar para acessá-los, expulsando os demais.

A cidade seria então o *locus* de implementação de tecnologias e formas de organização que autorizam a exclusão de pessoas considerados inferiores, fragmentando-se diante da grande desigualdade de concentração do capital, sendo o Estado e seu aparato legal aliado nesse processo, ordenado segundo interesses do capital e dando legitimidade à lógica privativa (Trindade, 2012). No contexto brasileiro (e cabedelense), de raízes coloniais, a questão de classe alia-se a questão étnico-racial. Se esse processo possibilitou a modernização no modo de vida, no ambiente construído e nas comunicações, o acesso a certos serviços e oportunidade de trabalho para uns, por outro lado, gerou o aumento do subemprego, agravando as desigualdades econômicas, políticas e sociais (Granado, 2010), aumentando os níveis de vulnerabilidade socioeconômicos para muitos. Ao mesmo tempo em que houve um fortalecimento do mercado interno brasileiro, assalariamento crescente, modernização da sociedade e a construção da nação, estes foram alicerçados em fortes desigualdades regionais (Maricato, 2000).

O acesso a serviços Estatais, como educação, saúde e infraestrutura não alcançavam grande parte do território nacional, o acesso ao emprego e direitos sociais seguiu de forma excludente e as leis estavam marcadamente subordinadas às relações de poder (Gorelik, 2005). Observa-se que, o que já era existente em todo território nacional desde a sua colonização, império e república, só fez aumentar diante dessa destituição engendrada pela racionalidade modernizadora, industrial e desenvolvimentista (Cândido, 2006). Isso teria decorrido da adoção de políticas que não visavam o rompimento com os interesses hegemônicos de raízes coloniais, como a concentração da propriedade privada e exploração da mão de obra (Maricato, 2000; 2005). Tais dinâmicas não democráticas marcam a constituição das cidades brasileiras, e da América Latina, concebendo-as de forma segregada, fragmentada e desiguais (Araújo, 2022, p.49).

Com efeito, temos uma cidade marcada pela “segregação socioespacial, exclusão territorial e degradação urbanístico-ambiental, punindo em especial as camadas empobrecidas da sociedade” (Trindade, 2012, p. 143). Diante disso, como o contínuo movimento das marés,

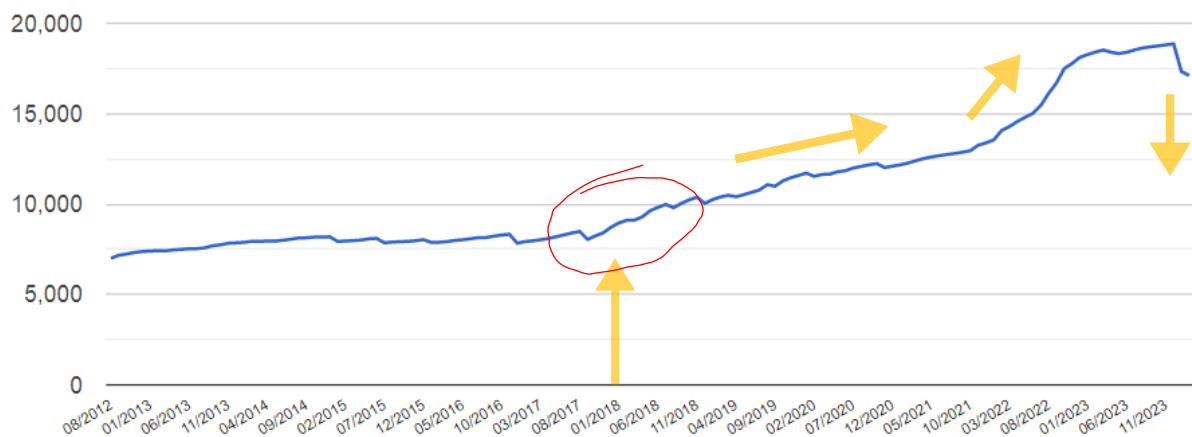
de atração e expulsão, de convergência e dispersão, parte da população cabedelense se viu mais uma vez tendo que migrar em busca de melhores condições de vida. Um processo perverso para a população mais pobre (Granado, 2010) e que é reatualizado ao longo dos anos, presente em nossa contemporaneidade. Essa “ordem mundial estabelecida desde a colônia nos condenou a essas dinâmicas”: o caráter extrativista dos recursos dos territórios, extraindo suas riquezas e explorando violentamente suas populações, invadido, penetrado e saqueado seus territórios, despossuindo-os e expulsando-os (Ibáñez, 2016, p. 304).

CAPÍTULO 04: O empuxo das águas: motivações e causalidades para vida nas ruas do centro de Cabedelo

Cada insurgência é experiência de ruptura transitória com o lugar; cada insurgência instabiliza os hieróglifos espaciais, monumentos, ruas, edifícios, ao redor dos quais acontece. Toda e cada insurgência explode a lógica subjacente ao urbano desenhado e planejado (Velloso, 2017, p. 45).

Em toda a área em volta do mercado público e ruas adjacentes, foi possível encontrar grupos de pessoas que estavam vivendo em suas ruas. Segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Ação Social do município, em 2019, este possuía aproximadamente 260 pessoas, entre homens e mulheres adultos, vivendo nas ruas da cidade. Entretanto estes dados se restringem àqueles cadastrados em seu serviço especializado, o Centro de Referência em Assistência Social para a População em Situação de Rua – CENTRO POP. Além disso, eles foram obtidos antes da incidência da pandemia de Covid-19 e o aprofundamento da crise econômica que marcaram o país a partir de 2020, quando houve um aumento do número do desemprego e da pobreza, e conseqüentemente de pessoas habitando as ruas das cidades brasileiras (Natalino, 2020). Por meio do Cadastro Único, podemos ter uma noção do agravamento do número de famílias de baixa renda vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, que atualmente é de 11.382 (67%) famílias em Cabedelo, nos dando indicação sobre o aumento da população em situação de rua.

Imagem 17 – Pessoas cadastradas no Cadastro Único Cabedelo.



Fonte: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>

Observa-se na imagem acima, que, entre os anos 2012 e 2017, houve certa estabilidade no número de famílias cadastradas no município, apresentando um aumento exponencial a partir de então. Isso pode ser um reflexo da ampliação dos serviços em assistência social do município e, conseqüentemente maior acesso e alcance na identificação, cadastro e ação junto

a essas famílias. Mas também pode ser reflexo da mudança de projeto de governo e as políticas públicas adotadas a partir de 2018, assim como a chegada da pandemia e seus impactos na vida daqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, resultando no aumento da pobreza nos municípios mais carentes. No final de 2023, esse número apresenta importante declínio. Quanto àqueles que habitam integralmente as ruas, como esclarece a literatura sobre as tentativas de contabilização desta população, tais dados podem se apresentar imprecisos devido à extrema dificuldade operacional de categorizar e contabilizar informações censitárias desta população, sendo, portanto, este número subestimado (Natalino, 2016a; 2016b).

Como indagou-se Fatela (1989, s/p), “Como é possível quantificar a actividade daqueles cuja vida errante [...] apaga os vestígios dos seus passos? Se para a avaliação estatística seria uma tarefa quase que impossível, antropológicamente, as coisas não são mais fáceis”. Trata-se de vivências e práticas difusas, de contornos imprecisos, de diversas formas de viver e estar na rua, o que torna de difícil categorização, identificação e notificação. Desse modo, haveria uma certa ilegibilidade dessas pessoas que vivem e habitam as ruas das cidades enquanto uma categoria populacional. Para Scott (1998, *apud* Schuch, 2015), essa ilegibilidade limita o acesso ao registro, monitoramento e fazer estatal. Mais do que quantificar, interessa-nos abordar o modo como acontece essa entrada e permanência nas ruas, como veremos a seguir com os fragmentos de trajetórias de vidas de alguns interlocutores.

4.1. “Meter a mola”: infância, pobreza, autonomia e busca pela liberdade

Inácio, natural da Zona da Mata pernambucana, vivia há pelo menos sete anos nas ruas de Cabedelo e já tinha passado por várias cidades. Ele contara que, com o falecimento da mãe na infância, passou a transitar por casas de parentes e quando seu pai faleceu, aos oito anos, passou a trabalhar no canavial para contribuir com seu sustento e renda familiar, a passar o tempo nas ruas e a consumir bebida alcóolica. Segundo Sarti (1994) tal trajetória seria intrínseca à dinâmica de desigualdade social de pequenas comunidades e municípios, onde é comum e tido com certa “naturalidade” a circularidade de crianças de família de baixa renda para serem cuidados por avós, tios, irmãos e comadres. Nesses casos de morte, separação, não responsabilização da paternidade, instabilidade financeira e/ou falta de políticas públicas eficazes quanto ao tema, a criança deixa de ser uma responsabilidade exclusiva da mãe e/ou do pai, e passa ser de toda a família próxima.

A criança, por sua vez, passa assumir uma série de responsabilidades, que vão desde a contribuição financeira à ordem da casa e cuidados com os mais novos, em um processo que

vão inserindo-as no mundo dos adultos (Sarti, 1994). Observa-se que essa alteração gradativa da dinâmica familiar desencadeou uma ampliação dos espaços de circulação não só entre casas de familiares, como também entre espaços de trabalho e afazeres, inserindo-o no mundo da rua (em um ambiente rural), a partir da inserção da responsabilidade e necessidade de sustento quando ainda muito jovem. Essa passagem antecipada da infância para o mundo adulto é vista por alguns autores como ruptura com a infância, casa e família (Voguel e Mello, *apud* Lemões, 2012). Contudo, Gregori (2000) nos aponta que o trabalho não insere necessariamente um rompimento dos vínculos escolares, lúdicos e familiares, e sim uma familiaridade precoce com o mundo da rua e substituição gradual dos espaços de referência. Muitas das vezes, a própria família atua como modelo de vinculação com a rua, controlando e orientando nessa inserção.

No caso de Inácio, ao alterar a configuração familiar, gradativamente foram se alterando as demais e vice-versa, num processo confuso (no sentido de fusão infância/vida adulta) e contínuo entre esses três domínios (trabalho, família e lúdico). Essa a ampliação dos espaços de circulação e sua inserção no espaço da rua, antes mesmo de passar a habitá-la integralmente, aconteceu paulatinamente a partir da busca por melhores meios de vida, sendo essa uma importante fonte de elementos que careciam, como ampliação da rede protetivas, apoio afetivo, recursos, alimentação, renda, sensação de aventura, fuga de algum tipo de violência doméstica, liberdade etc. Roberto (2016) denomina esse processo de “rualização”, termo que pega emprestado de Prates et al (2013) para falar da aproximação e vinculação gradativa com a rua, forjando-a como espaço de convivência, participação e familiaridade, muitas das vezes a partir da infância.

Assim, Inácio foi estabelecendo relações com o meio e se desenvolvendo junto às dinâmicas e códigos dos ambientes em que estava inserido, assimilando regras e normas, adotando práticas, criando hábitos, interesses e organizando sua identidade em torno de padrões de atitudes (pensamento e comportamento) concernentes ao seu contexto de vida (Becker, 2008). Tal processo atuaria na construção de suas subjetividades, perspectivas sobre o papel de gênero, modo de se relacionarem e as possibilidades de experimentar os espaços citadinos a partir de seu “círculo de sociabilidade e socialização” (Moreira et al, 2015, p. 1054), em um movimento gradativo que toma o espaço da rua, práticas e pessoas como referência identitária. Para Albuquerque Junior (1999), em ambiente sociocultural, econômico e geopolítico nordestino, rural e pobre, constituída imaginariamente de homens “cabras machos” (sujeitos trabalhadores, fortes e autossuficientes, que enfrenta em nome da honra e da justiça), esses meninos necessitariam aprender a ser destemidos, corajosos e impor sua força para ser homem.

Haveria assim uma associação entre masculinidade, nordestinidade e agressividade, aliando identidades regional e de gênero a práticas de rebeldia e violência (Ibidem). Com isso, observa-se o desenvolvimento não só da responsabilidade, autonomia e independência, mas também da maturidade, tendo o exercício da virilidade, a iniciação sexual e o consumo precoce de bebidas alcólicas como parte da constituição da masculinidade desses meninos. Por outro lado, a autonomia e independência propiciada pelo mundo dos adultos, responsabilidades e trabalho leva a criança a questionar as restrições e tensões no convívio familiar e buscar a total independência, desencadeando-se no enfrentamento da autoridade dos responsáveis e o desejo de liberdade (Lemões, 2012; Brasil, 2019). E foi alegando a busca por “liberdade” e não mais ser possível morar com os familiares, que Inácio, aos 14 anos, decidiu ir para capital Recife/PE. Para Andrade, Costa e Marquetti (2014, p. 1250), a liberdade é considerada exatamente esse “estado de pessoa livre e isenta de restrição externa ou coação física ou moral”.

Arendet (2007, p.40) ao analisar a relação entre casa e família na pólis, na cultura ocidental antiga, destaca que, diferente das obrigações e necessidades que compunham a vida no lar, a esfera da polis era a esfera da liberdade. Essa por sua vez, seria tomada como uma dimensão que transcende à necessidade vital (aquela referente à manutenção biológica da vida), só encontrando-a no social, exclusivamente na esfera política (Ibidem). Viver a cidade seria então viver para além da sobrevivência e com liberdade, desatrelado da família, podendo trilhar caminhos mais condizentes com seus interesses, desejos, necessidades e demandas pessoais. Como diria o provérbio alemão “Os ares da cidade libertam! (*Stadtluft macht frei!*)”, trazido por Fortuna (1994, p. 209), para destacar o desejo de grupos populacionais de romper os vínculos comunitários, familiares, morais e de trabalho que os submetiam ao jugo dos poderosos:

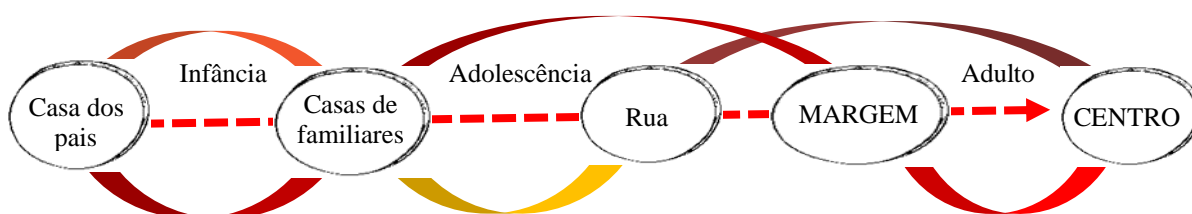
Quebrar tais vínculos e alcançar a cidade, entendida como espaço libertador e promessa de salvação, era uma aspiração radical. Nela estariam contidas uma ambicionada autonomia individual e a livre afirmação pessoal. Por ela se garantia e dava forma ao desejo de se tornar outro. Antecipava-se o tempo, mudava-se de lugar, enfim, construía-se uma nova identidade (Fortuna, 1994, p. 209).

Entretanto, chegando na capital, Inácio passou a viver integralmente nas ruas diante da falta de uma rede apoio e trabalho, fazendo confluír sentimentos de liberdade, acolhimento e independência, mas permeada de desprazeres de uma vida de privações, dificuldades, incertezas e falta de perspectivas por não oferecer suporte ideal e pela exposição às adversidades (Moura et al, 2009; Souza et al, 2016). A rua emerge, portanto, sobre sentimentos paradoxais, ao mesmo tempo antagônicos e complementares. Ainda assim, para muitas pessoas como Inácio, é nela onde sentem menos cobranças e “maior liberdade, ainda que relativa” (Andrade, Costa,

Marquetti, 2014, p. 1254). Inácio nos conduz àquilo que Latour (2015, p.128) diz ao afirmar que “a questão não é saber se devemos ser livres ou não, mas se somos bem ou mal vinculados”. Ou seja, a qualidade e natureza da vinculação, cabendo ao sujeito selecionar e construir para si laços bons e duráveis para si.

É preciso ressaltar que esse processo de vinculação com a rua vem marcando a trajetória de vida de pessoas em contexto sociocultural de grande desigualdade social, oriunda de famílias mais pobres da estratigrafia socioeconômica brasileira, e cujo aparato social de proteção à criança e adolescente não se fizeram suficiente para evitar a culminância de vida nas ruas quando adultos (Roberto, 2016). A maioria dessas crianças, adolescentes e adultos é: do sexo masculino; cuja família vive em contexto de extrema pobreza; marcadas por conflitos familiares, violências domésticas e uso precoce de bebidas alcólicas e/ou outras drogas; gradativo abandono da escola e inserção precoce ao mundo do trabalho (Ibdem). Assim, esse processo revelaria que esses adultos provavelmente deveriam ter tido contato com algum tipo de política pública eficiente de proteção na infância, que os possibilitassem tornar-se adultos com maiores oportunidades de acesso a direitos e inserção social.

Imagem 18 – Espaços de circulação na história de vida



Desenho: Ana Carolina Paz

4.2. “Atrás de brincar”: relações familiares, papéis de gênero e o lugar das mulheres

Como pudemos ver na trajetória de vida de Inácio a busca por “liberdade” foi um fator tangente motivacional atrelado aos interesses pessoais, condição de vulnerabilidade social e conflitos familiares. Magda, mulher branca, com 48 anos e natural de Cabedelo, relatara que, assim como ele, também saiu de casa aos 14 anos em busca dessa “liberdade”. Ao falar da sua trajetória de vida, dissera ter saído de casa “atrás de brincar, beber e dos gringos”, passando a viver nas ruas de diversas cidades do nordeste (Diário de Campo, 29/07/2019). Na época, mesmo tendo uma vida relativamente confortável, financeiramente, Magda via o viver nas ruas como possibilidade de fugir das regras e pressões de sua família religiosa evangélica. Fora uma maneira de lidar diante desse mal-estar repressor em direção a experimentar e inventar outras

possibilidades de existência. Magda nos dá pistas de que há outros fatores envolvidos na dinâmica familiar, que abrangem valores e morais, que ampliam o entendimento sobre a desigualdade social nas relações familiares, sendo fundamental debruçar-se sobre o tema.

Observa-se que existe um certo mito da família nuclear unida como algo positivo e edificante que incidem em nossas percepções sobre aqueles que decidem ou são levados a distanciarem ou mesmo romperem tais laços familiares. Como problematiza Fonseca (2006, p. 72), há “uma premissa explícita de que existe uma família ideal — feliz e natural [...]” que corresponderia à família patriarcal, “em que todo mundo morava, harmoniosamente, debaixo do mesmo teto”. Esse tipo de imaginário social alimentou as denúncias sobre a “desagregação da família” como motivação/causalidade para vida nas ruas (Ibidem). Retornemos então a Engels (2021) em seu texto de 1884, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, onde traz uma análise sobre o tema ao associar papéis de gênero, trabalho e poder. Para esse autor o lugar dado ao homem emerge com advento do direito paterno, associado à divisão dos papéis de gênero no trabalho, surgimento da propriedade privada e ao sistema matrimonial monogâmico. Aspectos que, em um processo gradual evolutivo, deu ao homem a posse e poder sobre os bens e os integrantes da família, reservando seu lugar de provedor e protetor, o que, por sua vez, teria levado ao modelo patriarcal.

Na sua explicitação evolucionista das organizações de parentesco e família, temos inicialmente um modelo matrimonial não monogâmico, em que a moradia era compartilhada por homens e mulheres que gozavam de certa liberdade sexual e, com isso, a paternidade biológica era uma incógnita, sendo os filhos verdadeiramente *gens* da mãe. Nessa relação, era a mulher que teria a responsabilidade pelo cuidado e o direito sobre seus descendentes, sendo a moradia familiar seu espaço de atuação e lhes pertencendo os apetrechos domésticos. Os homens, por sua vez, teriam que prover a família, encontrando os recursos na floresta, sendo esse seu espaço de atuação e suas ferramentas, instrumentos e materiais de trabalho de sua propriedade. Com a introdução do cultivo e rebanho, assim como da propriedade da terra e de escravos, houve uma maior produção de riquezas e excedentes. Foi aí que houve a “primeira grande divisão social do trabalho”⁵¹ e uma “revolução na família” (Ibidem, p. 194-197).

Como o homem era o proprietário dos instrumentos relacionados ao provimento e trabalho, ao passar para o campo, passou também a ter a posse do gado, da mão de obra e, conseqüentemente, da produção. Assim, o trabalho produtivo do homem vai ganhando uma posição mais elevada na família enquanto o trabalho doméstico perdia sua importância. Essa

⁵¹ Não se pretende aqui fazer uma discussão acerca da divisão social do trabalho trabalhado pelo referido autor, apenas trazer uma contextualização breve da relação entre trabalho, casa, gênero e poder contido nesta obra.

teria sido a origem da distribuição da propriedade e desigualdades de poder entre homens e mulheres. Partindo da origem da palavra família, advindo do termo *famulus*, que remeteria ao escravo doméstico, Engels (2021, p. 70) explicita que inicialmente a família significava “o conjunto dos escravos pertencente a um mesmo homem”, constituindo-se em um patrimônio de herança. Contudo, diante do direito materno, os bens dos homens não pertenciam a seus filhos, já que estes não seguiam a linhagem paterna. Então, seria necessário abolir o direito materno e instituir o direito paterno para que seus filhos se tornassem seus herdeiros.

Nesse contexto, a monogamia entraria como aquilo que viria a garantir a fidelidade da mulher e, conseqüentemente, a paternidade indiscutível dos filhos (que um dia herdariam suas posses), dando-lhes o direito paterno. Para tanto, a relação extraconjugal da mulher passara a ser proibida e punida severamente. A monogamia teria sido inserida com o intuito de obter controle total sobre a família. Daí a transformação do termo família, vindo nomear a organização social onde o homem, responsável pelos provimentos e chefe da família, mantinha seu poder sobre os escravos, ferramentas de trabalho, riquezas, bens materiais, filhos e a mulher. Nesse ambiente, a mulher “viu-se degradada”, assumindo o papel de servidora doméstica, destinada ao cuidado da casa, dos filhos e servindo-se sexualmente aos homens para a procriação (Ibidem, p. 69). O homem, por sua vez, exercia atividades não só no campo, mas também em meio público, podendo exercer sua sexualidade de diferentes formas e parcerias.

Ter-se-ia de um lado o modelo matrimonial da monogamia imposto à mulher e, de outro, o heterismo concedido ao homem. Observa-se com isso a relação entre papéis de gênero, moradia, trabalho, família e propriedade a partir das bases econômicas da monogamia, chegando à dita “civilização” como modelo de matrimônio assentado na “supremacia do homem sobre a mulher e a família individual como unidade econômica da sociedade” (Ibidem). Mais tarde, enquanto o processo de urbanização dos modos de vida avançava rumo ao crescimento das cidades industriais do século XIX, forjava-se o “maior progresso moral” moderno, o amor sexual individual, o grande responsável pelo adultério no casamento burguês (Ibidem, p. 83)⁵². Sobre o tema, Freud (1969) destaca que havia uma “dupla moral” na constituição da cidade capitalista moderna, onde se estabeleceu uma série de restrições e inibições feitas às mulheres e estendidas aos homens por meio do casamento monogâmico. Entretanto, essa “moral sexual civilizada”, relativizava e dava ao homem imposições menos severas às transgressões devida a uma suposta diferença sexual “natural”, a partir da noção do

⁵² Especialmente por parte das mulheres, contudo, salvaguardado ao homem à paternidade e seu direito sobre a prole (Engels, 2021).

sexo masculino como tendo necessidades particulares, chegando a incentivar os homens jovens a experimentarem a cidade, o mundo das ruas, seus espaços, práticas e relações (Ibidem).

Vale salientar que, como vimos no capítulo anterior, enquanto a burguesia se abria para a vida pública e se erguia espaços destinados ao trabalho para alguns, as ruas tornavam-se locais de habitar para os mais pobres e marginais do sistema de produção capitalista, aqueles cujo tempo não estava destinado ao trabalho (espaço da fábrica) nem à família (espaço da casa), aqueles que teriam recusados esses dois grandes pilares morais e de organização social. Assim, o espaço público foi gradativamente se tornando como “domínio imoral”, “onde se corria o risco de perder a virtude”, estando “o público e a ideia de desgraça” intimamente ligados (Sennett, 1988, P.39). Com isso, cresceu-se a preocupação em controlar e moldar a vida pública e, ao mesmo tempo, a necessidade de se proteger do heterogêneo e abrigar-se entre os iguais. A família se consolidaria como lugar de refúgio e proteção, tornando-se parâmetro moral e o pilar da ordem social, tendo a casa seu lugar materialmente concebido (Perrot, 2009).

Estabeleceu-se assim uma hierarquização entre o mundo da família/casa, e o mundo da vida pública/rua, sendo o primeiro “um refúgio idealizado, um mundo exclusivo, com um valor moral mais elevado do que o domínio público” (Sennett, 1988, p. 35). Com isso, o homem decente (Anderson, 2000), ajustado às normas hegemônicas e incluído socialmente não passaria seu tempo produtivo na rua. Ele seria o homem que trabalha e é dedicado à família, ocupar-se-ia privilegiadamente dos espaços de trabalho e a casa. No entanto, de acordo com a dupla moral sexual civilizada, o homem burguês poderia circular em domínio público de acordo com seus interesses e desejos, não só em relação a sua sexualidade, mas experimentar a liberdade das pressões e responsabilidades do mundo privado (enquanto marido, pai e provedor do lar), exercer a política e outras dimensões da vida (Sennett, 1988). Já para as mulheres, ao aliar tal moral a uma concepção do corpo feminino como vulnerável e a rua como *locus* das mazelas sociais e do imoral, o espaço público materializaria o lugar do perigo e da desgraça, em oposição à unidade doméstica (casa/família) como lugar de proteção.

Já em meados do século XX, de acordo com Sieber (2008), a classe burguesa teria se enclausurado em uma esfera privada contra a esfera pública, provocando um acirramento ainda maior da divisão social do espaço urbano diante da associação automática entre a rua, homens de classes baixas, extratos étnico-raciais, desajustes sociais, práticas ilícitas e violência⁵³. Desse

⁵³ Temas bastantes abordados nos estudos norte-americanos da escola de Chicago, onde Fábricas, instituições e grupos étnicos tornaram-se objetos de inúmeras pesquisas, mas foi a rua, como assinalado anteriormente, o espaço que mais vinha refletindo os processos de marginalização. À medida que rua se tornava o lugar dos desviantes e da margem, a sociabilidade de rua transformava-se no objeto “exótico” de diversas pesquisas sobre a cidade em substituição ao universo primitivo dos estudos antropológicos. Podemos dizer, a partir desse autor, que o interesse

modo, o processo que atribuiu o espaço público da rua como lugar dos homens livres, pobres e do perigo, e o espaço privado da casa como o lugar protegido e, portanto, de permanência para as classes abastadas, possui suas raízes fincadas no efeito da metropolização das cidades capitalistas ocidentais. Entretanto, observa-se que tal imaginário e representações sociais sobre o mundo privado/público, papéis de gênero e delimitação espacial não se limitaria a tal universo, segundo apontara Bordieu (2013) em seu texto de 1970 sobre a casa Cabila. Numa visão estruturalista (numa ontologia ocidental), o autor interpreta que tal distribuição estaria organizada segundo oposições homólogas e complementares no interior da casa e entre esta e o resto do mundo.

Nesse ambiente, segundo o autor acima, o mundo masculino “é fora” da casa, à céu aberto, assumindo uma vida pública e de convivência com outros homens, onde este trabalharia no campo e exercitaria a política na assembleia, enfrentando os demais homens para assim ser respeitado. Pois, “Ele é homem entre os homens” (Bordieu, 2013, p. 445). Já as atividades biológicas (comer, dormir, procriar etc.) estariam relegadas à intimidade da casa, escondidas, assim como viveriam as mulheres, na vida privada. A partir disso, o autor chama a atenção para a honra masculina nessas relações familiares, sendo essa um elemento axiomático para todas as operações de éticas que orientam as práticas e alianças sociais. Ela seria o que possibilitaria a reciprocidade, em nome da honra, que, por sua vez, implica o reconhecimento de igualdade em honra. Sendo assim, o motor da dialética desafio/resposta e dom/contradom não seria um axioma abstrato e sim um senso de honra, o qual dá sentido e oferece um domínio prático.

O estabelecimento das normas e regras de honra com a família seriam uma dessas práticas convenientes a maioria do grupo, ou pelos menos daqueles que hierarquicamente detém mais poder (Bourdieu, 2013). Trata-se de uma norma de honra que o grupo legitima para se auto ordenar numa espécie de censura cruzada a despeito da honra e reciprocidade. Para tanto, há uma disposição inculcada e constantemente reforçada pelo grupo ao longo da vida, que se faz inscrita no corpo, na linguagem e no pensamento (ibidem) quanto aos papéis de gênero e

antropológico sobre a cidade se revelou na necessidade de abordar o *ethos* dos pobres, da classe operária e minoria sociais que se faziam visível nas ruas e despertava interesse da sociedade em geral. Havia uma crescente demanda social de investimentos para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas de ordenamento social diante dos problemas decorrentes da presença desses grupos populacionais nas ruas. Desse modo, observamos uma relação entre o que seria uma questão de pesquisa de interesse social (das ciências sociais) e a percepção pública de um problema social, que vieram a forjar os objetos de pesquisa nos estudos urbanos no contexto americano. A pesquisa assumiu, grosso modo, o papel de diagnóstico desses problemas sociais, ao elucidar modos de vidas particulares que auxiliariam a melhor compreensão desses fenômenos em evidência. Por mais que essa não objetivasse responder a tais problemas, propondo uma solução a eles, a pesquisa antropológica em contexto urbano se forjou na relevância pública de seus temas de pesquisa.

deveres com a família. Esses autores acima, trazidos aqui de forma bem resumida, destacaram as bases socioculturais e historicamente construídas acerca da família e papéis de gênero que vem influenciando nossa vida em sociedade. Os aspectos destacados podem ser lidos como mitos que expressam e reproduzem crenças, valores, moral, imaginários e normas socioculturais que vem inspirando as percepções sobre o tema e na qual se estruturariam as sociedades que sofreram dominação colonial, como o Brasil.

DaMatta (1985), trouxe alguns desses elementos apontados acima em contexto brasileiro, a partir das diferenças simbólicas entre o espaço da casa e o da rua, que, associado ao imaginário social acerca das representações do feminino e do masculino, estabeleceria o que seria o espaço do homem e da mulher em nossa sociedade. A casa, enquanto espaço destinado à família, associa-se à concepção de lar, remetendo ao lugar do pertencimento, de confiança e proteção. Assim, em meio a sua família, a mulher estaria protegida dos “outros”, ocupando um lugar central de atuação em seu interior. Já a rua, aparece como sendo o lugar do heterogêneo e impessoal, onde os diferentes se encontram. Seria, portanto, o espaço onde se exerceria a política e da boemia, das leis, dos prazeres e do perigo, local este onde o masculino circula e domina (Ibidem). É preciso destacar que tal texto foi escrito há mais de 35 anos. Enquanto Antônio Cândido, segundo Sarti (1994), argumentaria que esta formação social brasileira deixaria de fazer sentido com a urbanização dos modos de vida, esta autora contrapõe ao destacar que os estudos sobre as camadas populares apontam a manutenção destes valores e sua força simbólica como padrões morais de nossa sociedade.

Haveria uma noção e padrão de homem forte o suficiente para trabalhar, prover e proteger sua família. Um padrão moral do papel masculino, onde sua honra associa-se a noção de cumpridor de suas obrigações (financeira e sexual) e responsável por sua mulher e seus dependentes (Sarti, 1994; Fonseca, 2006). Observa-se que o lar, mesmo sendo o lugar destinado a mulher, centra-se na figura do “pai” (Perrot, 2009). Esse papel central dado ao homem veio a corporificar a ideia de sua autoridade, estando a família sustentada no papel social e simbólico dos homens a partir do seu trabalho, poder e honra. Concomitantemente, as mulheres tiveram emudecidas estrategicamente suas atuações, vozes e possibilidades de enxergar sua a força e agências cotidianas, na rua e na casa. Vimos que as representações sociais sobre os espaços públicos lhe conferiram o título de lugar privilegiado do mundo masculino, onde os homens vêm exercendo suas masculinidades, conquistas e força (não só através da política) e protagonizando episódios e acontecimentos da história mundial, nacional e local, mas também por meio das práticas sexuais e do trabalho cotidiano, ocupando assim papéis de destaque na construção desse espaço.

Como nos alerta Ibáñez (p. 303, 2016) “as cidades foram construídas com base na dominação masculina”, sendo o espaço público, desde o seu nascimento, pensado e organizado a partir de suas necessidades, servido a seus interesses e como demonstração de seu poder. Os monumentos de heróis fundadores, intelectuais, detentores de posses, guerreiros e/ou gestores foram postos estrategicamente nas principais praças para fixar e transmitir uma ideia e produzir memória acerca do poder etnocêntrico do homem europeu cristão e branco europeu para as populações citadinas da época e gerações subsequentes (Ibidem). Desse modo, esses monumentos emergem como artefatos de uma cultura, de um projeto de sociedade, materializados e fixados no tempo e espaço, cuja intencionalidade é demarcar a relação de hierarquia sociocultural, fazer perpetuar uma moral, valores e crenças, entre elas a branquitude e o patriarcado, e fazer garantir que esta torne-se hegemônica. São esses corpos de carne e pedra, e o que eles representam, que ocupam e foram enaltecidos nos espaços públicos das cidades. Suas imagens sólidas atuam vigilantes para resguardar seu domínio.

Essas representações sociais acerca da família, papéis de gênero, sua relação com a vida pública e circulação na cidade não só promoveu uma dicotomização radical entre o espaço público e o privado como veio servir para se medir o domínio público das cidades a partir de uma hierarquização: tendo como crivo a noção de ameaça e segurança, cristalizou-se a imagem da rua como ameaçadora e perigosa, sendo assim o público “inseguro” e o privado “protegido”. Desse modo, os espaços públicos, especialmente a rua, passaram a ser encarados sob o prisma da contraposição aos espaços privado da casa e semiprivados do trabalho, sucedendo-se numa série encadeada de dicotomias. Como consequências, tais antagonismos injetaram uma segregação de classe, étnico-racial, de gênero e de práticas na cidade, incidindo qualitativamente na divisão espacial e social do espaço urbano contemporâneo, atuando no modo de circulação e ocupação espacial das pessoas, inclusive nas maneiras de habitá-la.

Imagem 19 – Quadro de dicotomias entre a casa e rua

Público	Semiprivado	Privado
rua	fábrica	Casa
Pobreza/vagabundagem/ boemia/Criminalidade/ prostituição/doenças	Trabalho digno	Família/trabalho doméstico/ atividades fisiológicas
Masculino		Feminino
Diferenças / heterogêneo		Silenciamento das diferenças
Política / lei do Estado		Lei paterna
Estranho/anonimato/infamiliar	Familiar / conhecido	
Desviante	Adaptado às normas	
Pretos/pardos/mestiços	Brancos	
Excluído	Incluído	
Perigo	Protegido/seguro	
Dominação masculina		

Elaboração: Ana Carolina Paz, 2023

Observa-se que, mesmo ocupando consideravelmente o espaço público, desenvolvendo papéis importantes no sustento da família e de destaque na comunidade, as mulheres foram tomadas como coadjuvantes, quando não forçosamente silenciadas ou ausente, na construção social do espaço da rua (Pinheiro, 2018). Isso porque suas presenças fora da casa foram vinculadas a práticas sexuais imorais, como adultério ou prostituição e outras formas de trabalho penoso e de descrédito, que na percepção da sociedade representava uma decadência de status, moral, social e/ou financeira. O que por sua vez, dizia de uma degradação de seu corpo e sua alma, e por conseguinte, da família, do papel masculino, da Igreja e outras instituições estruturantes do ordenamento social as quais deveriam estar subjugadas (Ibidem). Nessa perspectiva, a mulher desvalorizada como ser frágil e inferior haveria perdido sua autonomia, tendo seu papel social restrito ao mundo doméstico, sendo o casamento e o cuidado dos filhos, marido e familiares idosos, como destinos prescritos (Sousa e Sirelli, 2018; Campanella e Oliveira, 2020).

Em uma sociedade que reprime e segrega as mulheres ao ambiente da casa, a rua emergiu para Magda como uma maneira de burlar essa “alienação normatizadora de gênero”, trabalho doméstico e família (Nobre et al, 2018), abrindo-se para outras possibilidades de existência. No entanto, diante da saudade da família, Magda, anos depois, retornou a sua cidade natal. Apesar do constante contato e relacionamento familiar “tranquilo”, ela relatou preferir permanecer nas ruas, devido a seus hábitos de vida e para evitar maiores conflitos, como uma tática de manutenção dos vínculos (Diário de Campo, 29/07/2019). Dessa forma, a vivência nas ruas passa por uma questão de lar, das normas e imperativos culturais que são criadas e reforçados pela ideologia da família nuclear (Pássaro, 1999; Varanda e Adordo, 2004). Ideologia esta que incide nas subjetividades e constituem diferentes corporalidades. Assim, não podemos conceber um olhar para a cidade e seus espaços públicos, em especial a rua, sem considerar o lugar da família e papéis de gênero.

Podemos observar que as representações de gênero ao longo da história são empregadas não só para dar sentido às experiências, mas também para articular regras, comportamentos e práticas de interação social, como nos alerta Scott (1989). A categoria gênero aqui, emerge então para falar dessas relações entre experiências masculinas e femininas, indagando-se como o gênero dá sentido, funciona e organiza as relações. Essa categoria atravessa o espaço construído do trabalho, moradia e família, os quais estariam submetidos a temporalidades e relações de poder, que exigiria uma série de atitudes correspondente ao papel de cada integrante no interior das relações, tanto para acessá-los como para permanecer neles. Por sua vez, tais

interações nos falam de desigualdades de poder, que estão organizadas, no mínimo, segundo a articulação desses três eixos: classe, raça e gênero (Ibidem).

4.3. “Pulando de casa em casa”, de cidade em cidade, de trabalho em trabalho

Teodoro, um homem negro de aproximadamente 40 anos, nascido em Cabedelo, vivia “em situação de rua” desde que se divorciou da esposa. Na época, ele vinha intercalando o pernoite na casa de amigos e na “mata” (Parque Natural Municipal de Cabedelo)⁵⁴. Ele contou que “há muitos anos” não tinha residência, “morando de favor” na casa de “conhecidos”. Perdera sua mãe na infância, sendo criado por seu pai e transitando por casa de familiares paternos em Fagundes (praia do município de Lucena, localizado na outra margem do Rio Paraíba). Quando jovem, antes da maioridade, saiu de lá para trabalhar numa usina de cana e depois foi para Cabedelo, onde conheceu uma “moça” e com ela teve dois filhos. Até que se viu desempregado, motivo pelo qual aponta como estopim para crises conjugais. Para Sarti (1994, p. 47), a centralidade dada ao papel do homem veio “fragilizando socialmente a família”, que, por diversas razões, não tem um homem “provedor”, “de teto, alimento e respeito”.

Se a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, fragilizando-a em face desse mundo que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenças sexuais, o *status* central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Esse fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. (Sarti, 1994, p. 48).

Teodoro, enquanto um trabalhador periférico, aquele que faz pequenos serviços e os desempregados crônicos, encarnava assim a trajetória de vida de um homem negro, pobre e nordestino que encontra forte dificuldade de concorrer e se manter no mercado de trabalho formal, digno, estável, submetido aos direitos trabalhistas e bem remunerado. Há por excelência como condição do sistema capitalista de produção e reprodução da vida a própria exclusão. Em uma sociedade com raízes escravocrata, sob comando do capital e do Estado, essa exclusão se fomenta por meio de políticas socioeconômicas racistas, de manutenção do poder e concentração financeira, portanto, patrimonialista e segregadora, inscrevendo profundas

⁵⁴ Cabedelo tem duas Áreas Protegidas (AP) ou Unidade de Conservação ambiental (UC) localizadas entre a BR 230 e o Rio Paraíba. A Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, mais conhecida como a Mata do Amém, possui 28km² e está localizada mais próxima à divisa com João Pessoa (SOUZA, 2000), e o Parque Natural Municipal de Cabedelo, antiga Mata do Estado, mais próximo ao seu centro. Segundo Lima (2015), a área do parque corresponde à antiga Estação de Tratamento de Água, construída inicialmente para o abastecimento da cidade e Porto de Cabedelo, até a década de 1990. Esta área pertencia à União, sendo nesse período repassada ao estado e, posteriormente, administrada pelo município de Cabedelo.

desigualdades socioculturais que se expressam em todas as dimensões da vida. Nesse contexto, observa-se que o acesso e a manutenção do trabalhador no mercado de trabalho estão diretamente ligados ao ambiente de grande concorrência (relação oferta-demanda, onde há muita mão de obra disponível e poucas oportunidades de emprego formal) e injustiça social.

Tal disputa emerge diante de: vagas restritas; desigualdade de formação e acesso a tecnologias, onde poucos têm acesso a ensino de qualidade, formação suficiente e recursos para aquisição de gadgets e internet; investimento na aparência (vestimenta seguindo a tendência da moda, cuidados com o corpo); racismo e outras culturas discriminatórias (como a de gênero, origem, faixa etária, capacitismo etc.). A dificuldade de empregabilidade tornou-se ainda maior com a flexibilização dos vínculos empregatícios e instabilidade das relações de trabalho, aquilo que Sennet (2015) denominou de “capitalismo flexível”⁵⁵. A proporção de pessoas ocupadas, trabalhando ou que tem trabalho, em relação à população total, é em 29,63% em Cabedelo⁵⁶. Observa-se assim que parte da população se mantém desocupada ou desempregada⁵⁷. Ou seja, em situação em que as pessoas que se encontram em idade regulamentada pela lei para trabalhar (acima de 14 anos), estão disponíveis, gostariam e procuram trabalho, mas não conseguem ser empregadas ou desenvolver trabalho formal.

Como bem aponta dos dados do IBGE (2008; 2010), há uma relação direta entre nível de instrução formal e renda, resultado da relação educação/acesso a trabalho e, conseqüentemente, renda/qualidade e localização da moradia. É justamente na Região Nordeste que se concentraria a maior taxa de analfabetismo (11,7%), mais elevada que a nacional (5,5%), enquanto o Sul, seguido do Sudeste, concentraria a mais baixa taxa, por volta de 3%, segundo informações do PNAD Continua Painel⁵⁸. Também é no Nordeste a região com maior medida de subutilização da força de trabalho e as maiores taxas de desocupação (11,3%), também maior que a taxa de desocupação do país (8%), no 2º trimestre de 2023⁵⁹. A Paraíba, por sua vez, chegou a ocupar

⁵⁵ No “capitalismo flexível”, segundo esse autor, o trabalho está pautado não só no enxugamento da mão de obra, investimento em tecnologias de informação e maquinários, mas principalmente na informalização e flexibilização dos vínculos empregatícios como sinônimo de liberdade para moldar suas vidas. Segundo Antunes e Pochmann (2007, p.200), tais sistemas ainda exigem do trabalhador um perfil “mais desespecializado” e “multifuncional” para atender “ritmos e processos, tempos e movimentos” que o explora mais intensamente.

⁵⁶ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/panorama>>. Acessado em 05/04/2024.

⁵⁷ Pochmann (1996), nos alerta para as diferentes modalidades de desemprego. O estrutural seria aquele que está na estrutura da economia e decorre de vários fatores como a rápida mudança técnica e dinamismo econômico, a desregulação, a carência educacional etc. Já o desemprego conjuntural, seria aquele atrelado a conjuntura do mercado e atividade econômica (períodos de seca, produção sazonal, preço do petróleo, variação dos impostos etc.). E por último, o desemprego que o autor denomina de disfarçado, aquele caracterizado pela impossibilidade de o trabalhador encontrar mecanismos que lhe propiciem renda adequada, buscando alternativas de geração de renda complementares, com relações de trabalho precárias e sem reconhecimento legal.

⁵⁸ Disponível em: <<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acessado em 05/04/2024.

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acessado em 12/11/2023.

a 6ª colocação no *ranking* nacional (IBGE, 2022). Juntando a esses percentuais, taxa e índices de desocupados aos “desalentados”, aqueles que gostariam de trabalhar, mas perderam a esperança e não mais procuram empregos, esse número de pessoas sem acesso ao trabalho formal certamente só aumentaria.

Em relação a cor ou raça encontramos os brancos com 6,8%, pretos com 11,3% e pardos com 10,1% de desocupados⁶⁰. Adotando o parâmetro do IBGE (2010) para qualificar população negra como a soma de pretos e pardos, temos assim a maioria de desempregados no país como negra. No censo de 2010, quando indagados acerca de como a cor ou raça influenciava a vida das pessoas negras, 71% dos entrevistados apontaram o “trabalho” (IBGE, 2010). Vale salientar que 39,1% dos entrevistados do censo nacional sobre a população em situação de rua (Brasil, 2008) haviam se declarado pardos e 27,9% pretos, tendo então a maioria da população em situação de rua como negra (67%). Comparando esse índice com da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do mesmo ano, na qual computava 50,64% como população negra (IBGE, 2008), pudemos observar que na época havia uma maior proporção de pessoas negras vivendo nas ruas do que aquela de residentes em domicílio (IBGE, 2010). E é região Nordeste aquela que apresenta a maior proporção de pessoas declaradas preta (11,9%) e pardas (62,5%) no país (IBGE, 2020).

Contudo, dados do último Censo (IBGE, 2023) apontam uma diminuição do número de pessoas domiciliadas autodeclaradas branca e pardas, e o aumento da população preta, comparadas aos dados compilados de 2012 e 2022, em nível nacional e regionais. Mesmo que tais números apresentados aqui apareçam confusos ou inconclusivos, variem de acordo com as diferentes fontes e/ou alterem-se ao longo dos anos, eles nos servem para ilustrar e ressaltar uma constância acerca da correlação entre raça/cor, gênero, trabalho e vida nas ruas. É a população nordestina, pobre, com pouca instrução formal, parda e negra a que mais sofre com tais desigualdades e restrições de trabalho e renda. E mais. Nos indica que o homem negro nordestino é aquele que apresenta maior probabilidade de passar a viver em situação de rua. Trata-se, portanto, de reminiscências das políticas socioculturais e econômicas discriminatórias (racistas) e excludentes, adotadas quanto a região Nordeste e a população negra ao longo da história do país, desde o período da colonização, e atualizadas consecutivamente. Tais políticas

⁶⁰ Disponível em: <

vieram a alicerçar a falta de investimento na Região Nordeste, a cronificação dos seus problemas sociais e a construção de uma relação intrínseca entre raça/cor, classe e região.

Como vimos no capítulo 03, na constituição de uma nação brasileira, solidificou-se um imaginário acerca da distribuição étnico-racial de sua população, a qual, Oracy Nogueira (1985), no final da década de 50, havia descrito como: predominância no Norte e Nordeste de descendentes indígenas, mestiços ou “não brancos”; nos estados do leste com predominância de origem africana (negros escravizados); e no Sul, de “brancos” com origem europeia. Estava aí as bases de um processo de distribuição geográfica étnico-racial que funda o imaginário de um sul/sudeste “branco”, e as demais regiões habitadas por pardos e pretos. Contudo, tal distribuição não se limitaria ao geográfico, havendo uma distribuição étnico-racial dos recursos, oportunidades e acesso a direitos. Ter-se-ia: de um lado, a concentração de poder por uma elite branca, instruída e com melhores oportunidades de renda e condições de vida, localizada ao sul (sul e sudeste) do país; e de outro, localizados mais ao norte (nordeste, norte e centro-oeste), uma população “mais escura”, que foi impedida de acessar tais recursos, teve desvalorizada suas culturas e veio a ocupar “o extremo oposto da pirâmide de classe” (Ibidem, p. 71).

Resta para grande parcela dessa população apenas os postos de trabalhos mais insalubres, de pouco prestígio, carga horária extensa, gasto excessivo da energia corporal, instável, remuneração baixíssima e comumente sem direitos trabalhistas. Essas pessoas vão de um emprego precário e instável a outro, passando por longos períodos de desemprego ou até mesmo sendo excluídas de vez de tal concorrência. O uso do termo desemprego vem supondo que a população sem emprego formal com o tempo vai ser reempregada. No entanto, a condição estrutural do mercado de trabalho não tem como absorver toda essa mão de obra disponível (Carvalho, 2014). Tal condição vem suscitando insegurança não só profissional. Ela incide nas relações familiares e em sua subjetividade, a partir do lugar social do homem enquanto pai e provedor da família. Teodoro tivera sua autoridade masculina questionada e sua dignidade abalada por não conseguir garantir alimento e teto para sua família, culminando na dissolução do casamento e saída de casa.

No processo de separação, a ex-esposa e filhos ficaram morando com a mãe dela e ele, desde então, voltou a “morar na casa de pessoas conhecidas, amigos, colegas. Pulando de casa em casa, alugando quartos, contribuindo com feira, com gás, energia, essas coisas” (Diário de Campo, 10/04/2019). Sem uma renda estável e suficiente, não conseguir pagar pensão alimentícia e era ciente que os “cento e poucos” do Programa do Governo Bolsa Família⁶¹ não

⁶¹ Programa de assistência social do Governo Federal, criado em 2003 e destinado ao complemento de renda de famílias em situação de pobreza, facilitar o acesso a direitos e articular ações de assistência. Ele foi substituído

eram suficientes para arcar com as despesas mensais, vivendo preocupado e com medo de ser preso perante ameaças da sua ex-esposa (Diário de Campo, 24/04/2019). Passou então a pernoitar na mata para economizar, permanecendo insistentemente em busca de “serviço” (trabalho) e contribuições nas ruas do centro, principalmente dinheiro e alimentos para repassar para seus filhos, desenvolvendo um movimento pedonal, diário e pendular centro-mata. De lá, Teodoro seguia os fluxos de oportunidades, desenhando vários trajetos pelo município, retornando às ruas do centro constantemente, pois era lá que encontrava maior possibilidade de contatos, serviços, trocas e apoio.

Nessas caminhadas, as ruas do centro apareciam como um *point de capiton*, que o ligava ao espaço e tudo que fazia parte dele, servindo de ponto de partida para as dispersões diárias, destino e de ancoragem em seus fluxos. Esses “serviços” emergem como possibilidade para aqueles pobres e com restritas opções no mercado de trabalho, pois possuem pouca exigência no acesso, vínculos instáveis e baixa remuneração, sendo provenientes de atividades econômicas fora do alcance regulamentar do Estado. Ou seja, atividades que aconteciam a partir das relações de trocas que tecem a trama local sem o estabelecimento de contratos e normas trabalhistas legais. Seria aquilo que abarca a noção de economia informal que, segundo Cunha (2006), não pode ser tomada como uma categoria a priori se não pelo seu caráter processual. No lugar de uma definição, elas se estabelecem por meio da noção de coordenadas:

A ausência de regulação das actividades económicas pelo Estado é uma dessas coordenadas, quer seja no domínio das relações de produção quer seja no das relações de troca; a esta coordenada pode acrescentar-se, embora não necessariamente, a ausência de uma lógica de mercado; ou, ainda, a ausência de legalidade. As combinatórias possíveis destes termos compõem assim uma multiplicidade de formas fora do mercado e/ou fora do contrato que muitas vezes evidenciam um encastramento particular do económico nas relações sociais. O repertório pode ir assim do trabalho doméstico, da troca e da ajuda recíproca ao trabalho clandestino e a tipos de subcontratação, dos mercados paralelos de produtos lícitos à circulação de produtos ilícitos, da contrafacção à corrupção. (Cunha, 2006, p. 221).

Observa-se que o movimento de Teodoro de “pular” de casa em casa na juventude e após a separação, se revelara também de trabalho em trabalho, serviço em serviço na busca de garantir sustento. E mesmo vivendo em situação de rua, tentava insistentemente cumprir um papel de homem provedor da família, sentindo-se frustrado constantemente, como quem encarnava Sísifo. Ele dizia sentir vergonha e impotência diante da sua condição, sentir-se “humilhado” por “viver de favor”, “fracassado” por não conseguir ser um pai presente e

pelo Programa Auxílio Brasil, a partir da Medida Provisória Nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. O Programa Bolsa Família retorna com a Medida Provisória nº 1.164 de março de 2023. Informações disponíveis em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>>.

provedor para os filhos (Diário de Campo, 10/04/2019). E mais, sentia-se desmoralizado e tendo que evitar o contato eles.

4.4. “Não vejo outra forma de viver”: sofrimento, itinerância e consumo de bebida alcóolica, do insuportável à rua

Sebastião, natural de João Pessoa, um homem negro de 45 anos que se nomeava “andarilho”, comentou que desde que a mãe adoeceu e faleceu, há 04 anos, a vida tinha perdido o sentido, não conseguindo mais ter um lar e preferindo “circular”. Ele relatara que ficou cuidado da mãe e quando voltou para casa, sua esposa estava com outro homem, decidindo “sair de casa e ficar como andarilho”, deixando a casa com mulher e os filhos (Diário de Campo, 18/10/2018), assim como fez Teodoro. Anderson, um homem negro de meia idade também relatou como motivação ou causalidade para a vida nas ruas o sofrimento diante de perdas, conflitos familiares e necessidade de se pôr em movimento:

Saí de casa depois que minha primeira mulher morreu. Ela fazia hemodiálise. Quando ela morreu, logo depois teve a morte da minha mãe e de um irmão por infarto. Também teve a morte da minha filha. Quem a criava era minha irmã. Ela levava a vida com o crack. Foi descuido. A minha filha tinha 5 anos. Eu fiquei muito mal da cabeça. Aí larguei tudo, saí de casa e fui andar. (Diário de Campo, 17/04/2019).

Sebastião e Anderson escancararam um viver em constante movimento condizente com as possibilidades de seu existir, não só como respostas a uma ordem macrossocial, mas de acordo com aquilo que vem do íntimo, da ordem do suportável/insuportável diante da dor da perda. Freud (1974, p. 101) nos ilumina com a premissa de “nunca nos achamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos, nunca tão desamparadamente infelizes quando perdemos o nosso objeto amado ou o ser amor”. A marca da perda que assinalava suas histórias de vida, não os faziam esquecer sua condição. Ainda segundo esse autor, para suportá-la, “não podemos dispensar as medidas paliativas. Não podemos passar sem construções auxiliares” (Ibidem, p.93). Assim, se o sujeito pretende solucionar tal sofrimento por si mesmo a maneira mais provável de defesa será optar por algum tipo de afastamento:

Existem talvez três medidas desse tipo: derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas que nos tornam insensíveis a ela. [...] Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem que descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo. Todos os tipos de diferentes fatores operarão a fim de dirigir sua escolha (Freud, 1974, p. 93; 103)

Seria o movimento constante de andar e circular uma medida paliativa, construção auxiliar ou tentativa literal de afastar-se desse sofrimento? Se o sofrimento os acompanhava,

seria esse o propulsor que os faziam constantemente deslocar-se como novas e interruptas tentativas de afastamento? De alguma maneira e em certa medida, o “circular”, o “andar”, lhes pareceu uma forma de dar um contorno à dor que sentiam. Um lidar singular com o sofrimento que os abatera. Assim, do insuportável às ruas, tais interlocutores revelaram seu próprio modo de viver itinerante, distanciando-se de uma superestimação a ideia de estabilidade como única possibilidade, tendo-o movimento como salvação de si e constituintes de um habitar o mundo. Já João, homem de aproximadamente 40 anos, negro, natural de Cabedelo, comentou que a dor da frustração diante das relações familiares tinha o levado à intensificação do consumo da cachaça, intensificando sua condição de vulnerabilidade socioemocional, levando-o às ruas.

Ele contou que por não ser “bem-sucedido”, não ter trabalho estável, boas condições financeiras e nem ter “família” própria (esposa e filhos), sentia-se constrangido e “humilhado” pela família, especialmente por parte de um irmão (Diário de Campo, 23/11/2018). Nesse cenário, o trabalho informal como como flanelinha, carregador e, quando possível, vendedor de peixe, emergiram como forma de renda possível diante do seu consumo constante. Mesmo alegando querer “parar de beber”, dizia ser difícil por gostar e não ver “outra forma de viver” (Ibidem). Sabemos que o consumo de substâncias psicoativas, além de recursos de entretenimento, recreação e lazer, socialização e meio de identificação, expansão da consciência, experiências psicodélicas e ritos religiosos, de forma intensa e constante, pode estar associado a questões emocionais e de saúde mental. Seria o consumo de João uma forma de lidar com sua frustração e humilhação? Uma medida paliativa ou construção auxiliar como aponta Freud acima? Freud nos dá novas pistas:

Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, como auxílio desse amortecedor de preocupações, é possível, em qualquer ocasião, afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio num mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade. Sabe-se igualmente que é extremamente essa propriedade dos intoxicantes que determina o seu perigo e a sua capacidade de causar danos. (Freud, 1974, p. 97)

É interessante observar que o censo nacional sobre a população em situação de rua (Brasil, 2008) trouxe o uso de substâncias psicoativas (35,5%), o desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%) como os três principais motivos pessoais e relacionais a presença de pessoas vivendo em situação de rua. E mais. A grande maioria dos entrevistados, 71,13%, citaram pelo menos um desses três motivos e, frequentemente, indicaram uma inter-relação entre eles de forma causal (Brasil, 2008). Grande parte das investigações subsequentes sobre o tema também vêm identificando esses aspectos como principais causalidades e motivações envolvidas nesse processo de ida para ruas (Botti et al, 2010, Campos, 2012; Abreu, 2013;

Esquinca, 2013; Saldanha, 2014; Aguiar, 2014; Alcantara, Abreu e Farias, 2015; Costa, Mesquita e Campos, 2015). Ainda que não possamos distinguir a relação como causa ou efeito da vida nas ruas, é indiscutível na literatura a sua relação com o consumo de substâncias psicoativas, especialmente da bebida alcóolica (Sicari e Zanella, 2018; Tinland et al, 2018).

Dos 46 interlocutores, entre homens e mulheres, apenas 05 pessoas relataram não fazer uso regular de tais substância, sendo essas ex-consumidoras crônicas da cachaça. Observou-se ainda que não havia diferenças significativas entre os sexos em relação a esse consumo. Magda, no entanto, era a única interlocutora que não fazia uso da cachaça e dizia apenas beber cerveja. Em pesquisa realizada na França encontrou-se dados semelhantes, onde quase da metade dos investigados (46,3%) tinha problemas de dependência de substâncias psicoativas e quase 40% eram dependentes de álcool, mas sem diferença significativa entre os sexos (Tinland et al, 2018). Não se tem como objetivo aqui classificar ou diagnosticar esse tipo de consumo e relação particular dos interlocutores com a substância, apenas apontar seu lugar nas relações locais. Tanto Plácido, Inácio, Magda e João, entre outros, já faziam consumo regular da bebida alcóolica, mas vieram a intensificar o consumo nessa relação com a vivência nas ruas.

Para Inácio, isso teria ocorrido diante das frustrações, decepções e sentimento de “ser sozinho”, sem “pai e mãe”, como pela própria rotina e círculos de sociabilidade da rua. Alguns autores apontam o consumo das substâncias psicoativas como forma de suportar a condição social imersa em contexto de ausência de regras sociais, núcleo familiar violento ou com pouco afeto e diálogo, e a baixíssima condição financeira, sendo ele confortante e ao mesmo tempo intensificador da condição de adversidade da vida nas ruas (Alles, 2010; Cofani, 2012; Campos, 2012; Varanda, 2009; Todin et al, 2013). Além disso, tem-se tal uso como recurso para manter-se em vigília para trabalhar ou em alerta diante das diferentes formas de violência; para relaxar e conseguir dormir; suportar a fome e o frio; alívio emocional temporário; manutenção dos vínculos e *status*; entre outros.

Mário, homem negro de meia idade, pai de 03 filhos e natural de Cabedelo, também teve a sua trajetória de vida marcada pela relação com o consumo da bebida alcóolica. Inicialmente, sua permanência nas ruas do centro se dava por meio do trabalho numa barbearia local. Contudo, devido ao seu constante estado de embriaguez e/ou sintomas da abstinência (como tremores, alucinações, confusão mental, irritabilidade etc.), fragilidade corporal e risco que tal profissão expunha (por lidar com materiais cortantes), não estava mais podendo exercer seu ofício. Em 2009, procurou tratamento e passou a frequentar o CAPS AD. Nessa época residia na casa de familiares, situada próximo a região do mercado. Ia diariamente à região para beber com os colegas antes de ir para a instituição. Quando esta fechava, ele voltava para o

centro, e quando seus companheiros se recolhiam para descansar, voltava para pernoitar na casa do irmão. Em 2019, Mário contara que passou a viver integralmente nas ruas após deixar de frequentar o CAPS AD, intensificar o consumo de álcool e aumentar conflitos com seu irmão, vivendo nas ruas até a sua morte.

Observa-se aqui, mais uma vez a relação entre família, a busca por fonte de renda, consumo de bebida alcoólica e vida nas ruas. Foi o que Emanuel, um interlocutor idoso, natural do sudeste do país, trouxe quando contou que ele seria um dos principais provedores dos seus familiares, mas como não era mais possível viverem sob mesmo teto devido seu consumo, calhou de morar em outras cidades. Em Cabedelo, passou a viver em um “quartinho” diante das poucas condições financeiras que lhe restaram, já que parte de sua renda, oriunda da aposentadoria, ficava com sua filha e netos. Contudo, diante da desvalorização de sua renda e dificuldade para exercer algum tipo de trabalho extra, passou a atuar como pedinte e, posteriormente, passou a viver integralmente nas ruas, alegando alto custo por um “teto” que trazia as mesmas condições de vida e pernoite nas ruas (Diário de Campo, 10/04/2021). Sua postura arqueada, andar cambaleante, voz baixa, cabelos alvos e rugas profundas, atentavam para passagem do tempo e sua impossibilidade de atuar na busca de renda extra.

O paradoxo da vida estaria nessa condição imanente da constante degradação fisiobiológica, que para Emanuel se colocara com acelerada intensidade diante das suas condições e hábitos de vida, aparentando bem mais do que seus sessenta e poucos anos. Morin (1988) dirá que a velhice é a forma em que se manifesta esse desgaste, condição de todo e qualquer ser biológico vivo. Contudo, ela não seria apenas um desgaste lento e gradual, mas um desarranjo originado pelo meio externo em relação com o seu corpo, que poderia impulsionar ou não sua gradativa senescência. Assim, o autor faz uma diferenciação entre um desgaste que poderia ser “normal” do “patológico”. A dimensão patológica estaria inserida no plano sociocultural, quando esse sujeito “envelhece muito mais depressa do que deveria, por falta de higiene, qualidade da alimentação, exercício etc.” (Ibidem, p. 296). Sicarli e Zanella (2018) destaca exatamente essa relação entre o consumo do álcool e a vida nas ruas (meio social e condições precárias) como um processo rápido de envelhecimento.

Como efeito do envelhecimento biológico, consumo de substâncias tóxicas ao organismo, ambiente insalubre (intempéries climáticas, dificuldade de higienização, alimentação deficitária e/ou de pouca qualidade, insegurança etc.) e cansaço diante da incessante luta diária pela vida, aqueles que alcançam tal estágio da vida se veem perdendo sua força de regeneração, o declínio de suas aptidões físicas e cognitivas, e o aparecimento de um conjunto de perturbações que culminam em um desgaste geral do sujeito. O corpo aparece então

como o lugar da perda, daquilo que se vai e torna-se frágil (Le Breton, 2013), trazendo maiores dificuldades de inserção e desenvolvimento de trabalho e renda (Sicarli e Zanella, 2018). Como consequência, Emanuel raramente saía do lugar onde se encontrava, permanecendo sentado nas calçadas a espera de doação.

Diferentemente, Laís, uma mulher branca de aproximadamente 50 anos, natural de Cabedelo, disse ter se inserido nas ruas do centro a partir do consumo da bebida e conflitos familiares, mas sem referência à necessidade de fonte de renda. Ela contara que iniciou o consumo da bebida em festas, junto ao marido. Contudo, após sofrer com dois abortos, passara a consumir a bebida mais intensamente em casa. Depois da separação conjugal passou então a frequentar o centro em sociabilidades em torno do consumo da cachaça, quando conheceu e iniciou relacionamento com José, o qual vivia em situação de rua. Diante da não aceitação da família e constantes conflitos acerca dos seus hábitos de vida e relacionamento, ela então passou a viver integralmente nas ruas junto ao companheiro. As perdas a levaram a intensificar o consumo da bebida e sua vivência nas ruas, mas foi o suporte emocional entre os amigos e o amor que encontrou na rua que a levou a habitá-la integralmente. Após um tempo, o casal conseguiu um “barraco” na comunidade do Moinho, permanecendo diurnamente no centro em atividades de sociabilidades em torno bebida e em busca de renda (Diário de Campo, 24/04/2019).

4.5. “Cabedelo é mais Calmo...”: um lugar para aportar

Em 23 de novembro de 2018, encontro Clara na Praça da Caixa D’água, mulher branca de aproximadamente 30 anos, que conheci quando esta vivia nas ruas da cidade de João Pessoa. Ela comenta que foi para Cabedelo por acreditar ser mais “tranquilo” e “calmo” para aqueles que vivem nas ruas. O que demonstra um movimento de deslocamento de uma grande cidade para uma de menor porte, assim como fez Inácio, de Recife, para Cabedelo. Um movimento migratório que traz a noção de cidade grande como aquela que traz oportunidades, porém é mais violenta, o que os levaria ao movimento do centro para a margem. No Boletim Epidemiológico: População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017 (Brasil, 2019) consta maior índice de notificação de violência motivada por situação de rua especialmente nas capitais e cidades de grande porte da região Sudeste, com 54,0%, desferida principalmente contra adolescentes e jovens adultos. Por outro lado, conceber Cabedelo como um lugar “tranquilo” e “calmo” não aparece apenas em comparação com cidades de grande porte.

Em outra situação, alguns interlocutores estavam conversando sobre assassinatos ocorridos em Cabedelo, quando iniciaram uma comparação entre as cidades que fazem parte da região metropolitana de João Pessoa. Fátima comentou que “Santa Rita [município] é pior em termo de violência”, enquanto Ismael ressaltou Cabedelo como sendo “até mais calmo do que Santa Rita” (Diário de Campo, 04/42/2018). Vale salientar que o município de Santa Rita já foi considerado a cidade paraibana mais violenta, ocupando o 16º lugar no ranking nacional, seguida pela capital, João Pessoa, que ocupa o 2º lugar no estado e 44º no ranking nacional (Waiselfisz, 2016). Já Cabedelo, situava-se na 139ª posição nacional e 7ª do estado (Ibidem). Entretanto, em anos anteriores (2010 a 2012), Cabedelo apresentava taxas médias de homicídios e óbitos por arma de fogo expressivas, especialmente quanto à população jovem (Waiselfisz, 2015a) e negra (Waiselfisz, 2012). Quanto à taxa média de homicídios de mulheres em municípios com mais de 10.000 habitantes, entre os anos de 2009 e 2013, Cabedelo situou-se como a 3ª cidade mais violenta do estado da Paraíba e 35º do país (Waiselfisz, 2015b).

Mesmo que tais dados estejam ultrapassados, o centro da cidade é colocado como um lugar mais seguro, não só ao comparar cidades próximas, mas também localidades dentro do município. Como citado anteriormente, quando Plácido contara que após ter testemunhado chacina no Jacaré, preferiu se mudar integralmente para o centro, numa aposta para sua segurança.

4.6. Quando as formas hegemônicas do habitar se encontram com as múltiplas desigualdades socioculturais

Podemos então elencar os principais aspectos envolvidos nesses movimentos de ida, estar e permanecer nas ruas do centro relatados pelos interlocutores e expostos aqui, como:

- Busca por melhor condição de vida, acesso à renda e a serviços, saindo das regiões periféricas da cidade para o centro, facilitando a visibilidades de suas demandas, acesso a programas e políticas assistenciais, assim como o desenvolvimento de atividades de trabalho, relações de trocas, suporte e o estabelecimento de uma maior rede fonte de recursos, apoio e proteção;

- Busca por novas experiências, aventuras e intensidades de relações, desenvolvimento e exercício da autonomia e liberdade, marcada pelo espraiamento da circulação pela cidade (e outras regiões) e ampliação da rede de afetos;

- Conflitos de interesses e a impossibilidade de viverem com familiares sob o mesmo teto, como nos casos de divórcio, desentendimentos entre irmãos, com os pais, filhos etc.;

- Situações-limite de intenso sofrimento psíquico como desilusões amorosas, traição, mágoa, desgosto, sentimento de culpa, lutos e perdas de entes querido, entre outros;
- Sociabilidades em torno do consumo de substâncias psicoativas, entre aqueles que fazem uso constante, intenso ou crônico, especialmente da cachaça;
- Fuga diante da ameaça à vida, à liberdade e violência, como aqueles que estão foragidos da justiça, testemunhas de crimes e dívidas por drogas;
- Condição de pessoa portadora de transtornos mentais severos ou que possuem déficit cognitivo grave e/ou intelectual, em desconexão com a realidade compartilhada e/ou inabilidade social, como veremos mais adiante a partir de Isabela e Matheus.

Não foi encontrado, durante pesquisa de campo etnográfico, relatos de pessoas que passaram por situações de deslocamento forçado a partir de tragédias ambientais ou desapropriações, apesar do registro histórico significativo de uma população vivendo em situação de risco de inundação, enxurrada e deslizamento na cidade (IBGE, 2010). Não houve relatos de situações de violência doméstica e abuso sexual atribuídos diretamente como causa e motivação no processo de ida para ruas pelos interlocutores(as), assim como casos de egressos do sistema prisional, apesar de constarem na literatura como aspectos comuns em tais trajetórias de vida nas ruas, inclusive, encontradas em pesquisa anterior (Paz, 2016). De toda forma, não se pretende aqui categorizar numa tipologia das motivações ou causalidades, apenas pontuar os processos envolvidos e narrados pelos interlocutores nesses movimentos em direção às ruas do centro de Cabedelo.

Além disso, esses elementos listados acima acontecem na maioria dos casos interligados entre si, sendo sua apresentação por tópicos apenas uma forma de ressaltar passagens significativas sobre o processo de adoção e/ou estabelecimento de uma vida nas ruas do centro. Eles podem, portanto, apresentar-se interdependentes, retroalimentados e mútuos, constituindo-se em um emaranhado de causalidades, motivações e caminhos adotados diante de suas histórias de vida, sendo seu desmembramento e classificação apenas um recurso de análise e apresentação didática dos dados. Podemos observar que esses sete principais aspectos envolvidos no processo de vinculação com as ruas do centro, destacados acima, orbitam as diversas formas de desigualdades socioculturais, especialmente no que tange papéis de gênero e raça, além da condição econômica, acesso a bens e direitos fundamentais, com fortes influências nas relações de trabalho/fonte de renda, família e moradia. Esses, por sua vez, são tomados como pilares da organização e moral da sociedade brasileira.

Há um modelo específico de habitar que coloca a residência privada, fixa e em alvenaria (propriedade), família nuclear (e consanguínea) e trabalho formal, valorizado e com boa remuneração como parâmetros de normalidade e que podem ser considerados como concepções hegemônicas de orientação para a vida das pessoas. É por meio do atravessamento desses três pilares hegemônicos e normativos que as pessoas se percebem no mundo, criam expectativas sobre si e sobre os outros. Tais parâmetros servem então de guia para construção de interesses e projetos de vida, mas também de frustrações diante das dificuldades de alcançar tais ideais, de crivo coercitivo e suas respectivas punições. Toda e qualquer sociedade e/ou cultura cria e impõe suas próprias normas de conduta com a finalidade de organização da vida em comum. Elas podem ser estruturadas em formas de leis, com seus aparatos de controle e punição do Estado, e através de convenções morais, valores e crenças socioculturais (econômicas, eclesiais etc.) cultivadas pela sociedade em suas tradições e costumes.

Malinowski (1926), já no princípio do interesse antropológico pelas questões normativas e legais, nos alertou que toda e qualquer sociedade exige que as pessoas cumpram com suas normas de forma voluntária, sendo a ameaça de coerção e o medo da punição indispensáveis para aqueles “indisciplinados”. Desse modo, haveria uma série de leis, tabus e obrigações em seus costumes e tradições que são obedecidos por razões morais, sentimentais ou práticas. Contudo, pode existir aí um conflito entre a lei, ou campo da norma socialmente compartilhada, e o campo da prática cotidiana. Atrás da primeira haveria a força da tradição mais definida, enquanto a última, retiraria a sua força dos interesses pessoais, demandas específicas e do poder efetivo no contexto de sua vivência (Ibidem). Assim teríamos leis, crenças, tradições e normas sendo negociadas cotidianamente pelas pessoas em suas relações interpessoais.

Os interlocutores trouxeram em suas narrativas essas relações com trabalho e família como aquelas as quais, por diversas causalidades e motivações, razões e afetos, não foram possíveis de pactuar ou se submeter, tendo-as como elementos envolvidos nos processos que os levaram a habitar as ruas. Vimos que casa, família e trabalho podem ser tomados tanto como indispensáveis para uma vida digna como espaços opressores. Podemos observar por meio das trajetórias de vida acima que a ideia de vínculos familiares efetivos pode ser tecida não só via afetos positivos de solidariedade e reciprocidade, mas também por meio de medidas de silenciamentos, opressões, culpa, dívida e medo. Além disso, nem sempre a família é considerada o lugar de segurança e conforto (Siqueira et al, 2010; Danoso et al, 2013). Ela pode ser o berço da violência. Podemos então afirmar que toda realidade existencial permite que esses vínculos sejam assim duradouros e que nem todo afastamento é insalubre. E mesmo

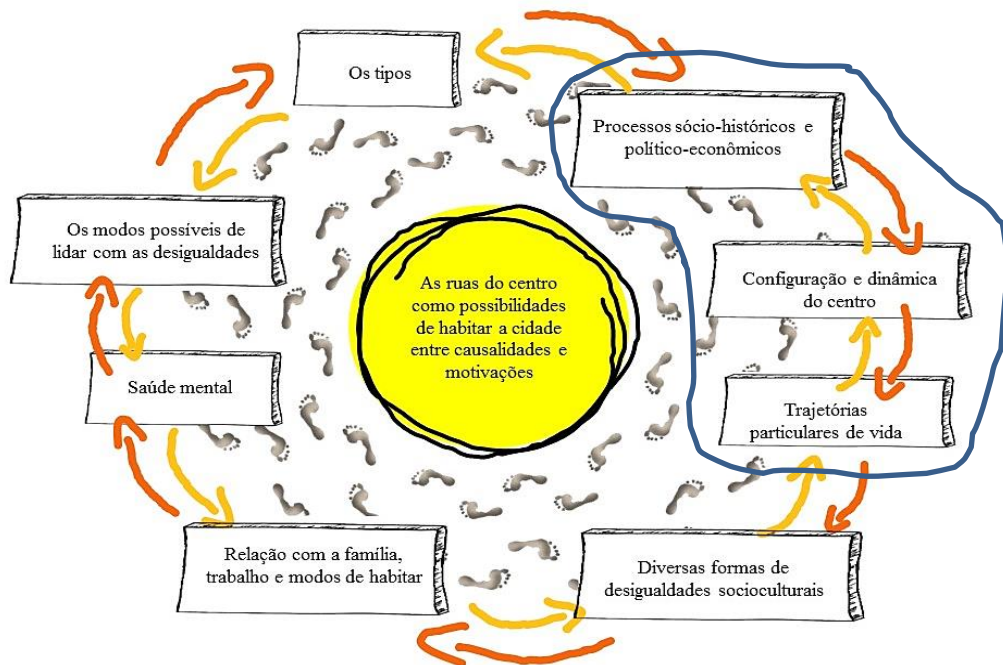
havendo “boas relações familiares”, isso não quer dizer que seria possível viver sob o mesmo teto, compartilhar dos modos de vida e pactuar com os acordos de convivência.

É interessante observar que muitos dos interlocutores apontam esse mal-estar junto à família, mas que não dizem necessariamente de uma ruptura familiar. Em outros casos a ruptura tornar-se medida essencial. Todavia, observa-se que a rua, para ambas as situações, por mais que se apresente como um local do perigo, espaço de intensas adversidades e dificuldades, pode ser encarada como local de “refúgio, libertação e estabelecimento de novas relações” (Silva et al, 2018), manifestando-se como um lugar de recomeço de vida, de esperança e sobretudo, uma prática de cuidado de si (Brasil, 2019, p.86).

A partir desses dados etnográficos e censitários trazidos até agora, observamos imagens de um passado distante, atualizadas e reproduzidas por meio de várias ações do Estado e suas políticas públicas, postas em prática a partir do plano econômico e sociocultural não comprometidas de fato com a superação das iniquidades e desigualdades (gênero, raça etc.) que marcam a nossa organização societária. A insurgência de seus corpos nas ruas nos fala, portanto, como essas pessoas foram e são percebidas, assim como lidam com tais aspectos ao longo de suas vidas. Os fragmentos de história de vida destacados ao longo deste capítulo nos apresentam e atestam o modo como processos históricos, políticos, econômicos e socioculturais, apontados no capítulo 03, fomentaram diversas formas de desigualdades, incidindo na trajetória de vidas daqueles que viriam ser interlocutores desta pesquisa.

Mais que uma recordação distante e apagada, essas reminiscências se fazem presentes na memória social e nos corpos de determinados sujeitos. Vimos como certos parâmetros de organização societária relacionados à raça, trabalho, família e papéis gênero vieram forjar subjetividades, espaços, modos de circular e possibilidades de habitar a cidade. Assim, esses aspectos se interseccionam no modo como o centro da cidade de Cabedelo se forjou polo atrativo e de possibilidades de viver, dentro de uma variedade de motivações e causalidades, emergenciais e permanentes, individuais e macroestruturais, particulares e comuns, para essas pessoas. Podemos aqui adotar as causalidades como elementos macroestruturais que apontam para condições ou elementos comuns que levam as pessoas a determinadas situações ou condições, e a motivação como aquela que pressupõe uma intencionalidade particular diante de suas experiências no mundo. Tomando esse princípio como ponto de partida, viver e habitar as ruas ocorreria segundo o entrelaçamento dessas múltiplas motivações e causalidades:

Imagem 20 – Motivações e causalidades



Desenho: Ana Carolina Paz

Dela podemos extrair três dimensões processuais envolvidos no movimento de ida e permanências intensas e/ou integrais nas ruas: o processo sócio-histórico, político e econômico de base da organização social do país (em um ambiente globalizado); o modo como se deu a constituição, configuração e dinâmica do centro da cidade de Cabedelo; e as experiências corporificadas das trajetórias particulares de vida dos sujeitos interlocutores. Por sua vez, esses processos se articulariam, emaranhando-se com os modos possíveis de se relacionar com trabalho, família e modos de habitar, incidindo e forjando a saúde mental dos interlocutores e seus modos de circular e habitar a cidade ao longo de suas trajetórias de vida e que engendraram um movimento centrípeto em direção ao seu núcleo: as ruas em torno do mercado público.

Assim, o habitar as ruas seria um modo de lidar com essas causalidades macroestruturais? Uma consequência passiva ou nos dizem de elaborações que se fazem motivações para ações, transformações em suas realidades e/ou criações de seu viver? Seria um saber-fazer-viver e habitar a cidade? Como assinala Fernandes (2015) “a dimensão simbólica, a relação com o espaço urbano e os traços compartilhados pelas moralidades se sobrepõe às necessidades materiais de uma coletividade”.

CAPÍTULO 05: “Fazer a vida” nas ruas do centro: táticas de um saber-fazer-viver e habitar a cidade

Jeová, natural de Cabedelo, branco, com então 55 anos, ao relatar as circunstâncias que o levaram a viver nas ruas do centro, revelou estabelecer-se em torno do mercado para “fazer a vida” (Diário de Campo, 24/04/2019), onde era possível acessar fonte de renda, consumir a cachaça e participar das “brincadeiras” junto aos amigos. Tal expressão expõe, em sua forma simples e precisa, a ação desse sujeito diante da percepção sobre sua existência: a vida precisa ser feita. Ela não estaria dada, portanto, não se trataria apenas de atuar na sua manutenção, e sim, ir além. Era preciso fazer a vida condizente com sua condição, ambiente, necessidades, hábitos e interesses. E para tanto, ela não se faria sozinha, se faz utilizando-se do terreno, tecida com o meio. Para ele, o centro era o único lugar onde isso era possível, já que alegara não encontrar “outro lugar para viver” (Ibidem).

5.1. Redes emaranhadas: as ruas do centro como fonte de recursos, afetos, apoio, proteção e possibilidade de autonomia

Foi por meio da noção de “negócio” trazido por Plácido no início deste Momento Etnográfico II, que chegamos à noção de encontros e trocas propiciado pela configuração local, simbólica e materialmente associado a presença do porto, linha férrea, mercado e os diversos empreendimentos de prestação de serviço da região do centro. Vimos como a região central se conformou como a principal mancha comercial, assistencial-administrativa e de lazer da cidade, atraindo pessoas de diversas regiões e interesses. Assim, as ruas do centro foram emergindo como espaço agitado diante da circulação constante de pessoas, mercadorias e informações, contatos múltiplos entre o heterogêneo, variedades de práticas e fluxo intenso de trocas, principalmente em torno do mercado público. Essa região tornou-se, portanto, espaço de uma ampla variedade de oportunidades de trabalho, fonte de renda e recursos, entre estas, as atividades informais.

Jeová trabalhava como carregador, movimentando-se constantemente, percorrendo o interior do mercado acompanhando os clientes em suas compras e atuando na carga e descarga de produtos juntos aos fornecedores dos boxes de venda e frete para fora do mercado. Enquanto alguns atuavam carregando as sacolas e pacotes dos clientes com/no próprio corpo, ele dispunha de um carro de mão, instrumento fundamental para conseguir mais possibilidade de trabalho e preferência na execução dos serviços. Já Inácio tinha como principal fonte de renda as

atividades junto aos carros no estacionamento do mercado, oferecendo auxílio em sua manobra, no transporte de mercadorias (como carregador) e lavagem dos carros, pedindo “trocado” “para as pessoas que estacionam” (Diário de Campo, 04/10/2018). Por portarem junto ao corpo seu instrumento de trabalho, as flanelas utilizadas para lavar os carros, essas pessoas são identificadas como “flanelinhas”.

Ambas as rotinas, de Jeová e Inácio, seguiam o ritmo do mercado. Durante a manhã, quando o fluxo de pessoas era mais intenso, Jeová e Inácio desenvolviam um trabalho acelerado, extremamente ativo, estando atentos para identificar situações e pessoas, abordá-las oferecendo seus serviços e solicitar retorno financeiro. Era pela manhã também que Lais e José conseguiam mais doações e trabalho junto aos comerciantes no mercado, que Pedro arrumava clientes para seus passeios e Teodoro contatos para serviços fora da região. Como aponta Fernandes (2019, p. 24) acerca da atuação do flanelinha, mas que aqui caracteriza também outras funções lá desenvolvidas, “Ser arrumador[flanelinha] é ser ativo”⁶². Esse tipo de trabalho à margem do mercado formal exige assim iniciativa, inclusive, para não perder clientes para a concorrência. O trabalhador “tem de defender o seu próprio interesse, ninguém o faz por si – neste aspeto, o arrumador assemelha-se a um profissional liberal...” (Ibidem, p. 26). Ele receberá de acordo com seu esforço, oportunidades e tessitura das redes de contatos.

Alguns autores apontam essas funções exercidas em campo como aquelas que evidenciam a dificuldade de trabalho formal e/ou legalizado devido à condição de vida cercada de preconceito, dificuldade em atingir o padrão de higienização, falta de endereço fixo, e que também não são, em grande parte, reconhecidas como trabalho (Alles, 2010; Lacerda, 2012; Carvalho e Rocha, 2015; Oliveira 2015). No censo nacional de 2008, consta que 70,9% dos entrevistados exerciam algum tipo de atividade remunerada e apenas 15,7% tinham a mendicância como principal fonte de renda (Brasil, 2009). Apesar do censo acima nos revelar que grande parte dessas pessoas exercem algum tipo de trabalho, mesmo que de maneira informal, ilícito ou precário, a falta de trabalho é ainda colocada como um dos aspectos que caracteriza essa população. Parte dos estudos as caracterizam como sendo “sem trabalho” (Botti et al, 2010), havendo aí ambiguidades do que pode ser ou não considerado trabalho em nossa sociedade. Poderíamos afirmar que se trataria de não oportunidade de vínculo estável de trabalho, que marcam suas histórias de vida, muitas delas geracionais.

Laís e José, por exemplo, adotavam uma atitude rotineira de solicitar recursos junto aos comerciantes do mercado, oferecendo em troca pequenos serviços de faxina, transporte e

⁶² O texto se refere ao contexto de ordenação das vagas de estacionamento em Portugal, cuja função no Brasil se assemelharia ao “flanelinha” de carros, guardadas as devidas particularidades.

organização das barracas, entre outras. Geralmente angariavam doação de frutas e verduras pelos feirantes, inclusive de produtos não vendáveis (unidades amassadas, muito maduras etc.), quentinhas pelos donos dos bares e restaurantes, doação de roupas e itens de higiene pessoal e/ou benefícios na compra de produtos, como desconto ou venda no “fiado” (para pagar depois). Plácido, mesmo aposentado, além de atuar como carregador no mercado, “tratava” galinhas (matar, depenar, limpar e cortar) para um comerciante da região. Em troca, além do pagamento pelo serviço, esse comerciante lhe cedia um espaço para seu pernoite: “Ele deixou a chave para eu dormir lá dentro, numa área lá” (Diário de Campo, 26 /03/ 2019). Por sua vez, a sua presença noturna no estabelecimento inibiria possíveis roubos, atuando assim como segurança noturno.

Observa-se que o desenvolvimento de atividades de trabalho acontece por meio de trocas entre diferentes bens e serviços e dos vínculos tecidos com diferentes atores do espaço, sem que haja a necessidade de ter uma moeda intermediando o câmbio, como formas de escambo. Nem sempre acontece numa relação de reciprocidade direta e objetiva entre um serviço e o pagamento, entre o faço/dou-recebo. Assim, essas relações de trabalho vão além da fonte de renda e seu valor monetário. Os interlocutores desenvolviam serviços para comerciantes locais como forma de alicerçar vínculos de suporte, apoio e proteção. É através deles que os interlocutores teciam uma variedade de relações de troca, que por sua vez, vai forjando vínculos junto àqueles que participam das relações locais, os auxiliando nos gastos mensais, mas tecendo uma rede de suporte e apoio de forma mais ampla. Foi através dessas relações de troca que Inácio conseguiu um “quartinho” para pernoitar abaixo de uma escada em um comércio local.

Ibáñez (2016), ao trazer uma discussão sobre o escambo nas relações econômicas na cidade a partir de populares e indígenas, aponta que essas relações não se restringem a transações de consumo acelerado numa lógica de mercado globalizado, e sim em complexas tramas que ligam modos de vida, cultura, tradições, temporalidades, apropriação de espaços centrais que antes lhe foram abnegados, afirmações identitárias, encontros, convívio e pertencimento. Dessa maneira, ao se conectar “com outros aspectos dos modos de vida diversos e plurais que coexistem na cidade”, essas relações de troca poderiam contribuir para “desgastar o imaginário social dominante e globalizado”, permitindo a busca por práticas alternativas na cidade (Ibidem, p. 329). As observações trazidas por esse autor podem auxiliar na maneira como compreendemos essas relações econômicas, de trabalho e trocas em campo. Estas explicariam em parte aquelas relações estabelecidas com o centro, onde se desenvolvem relações mais profundas com espaço, pessoas e coisas, revelando, de um lado, práticas

econômicas “de rua” dentro de contexto de desigualdades socioculturais, e de outro, maneiras diferenciadas de pensar e fazer as relações de trocas na cidade.

Observa-se também que para muitos dos interlocutores a atividade de renda acontecia em um misto de trabalho informal e trocas entremeada por uma sociabilidade em torno do consumo da bebida alcóolica. Essa sociabilidade em que a cachaça está presente acontece na forma do agrupamento de pessoas que têm vínculos entre si, seja pessoas em situação de rua ou não⁶³. Benjamim e Larissa, um casal que morava em quartinho no centro da cidade, ia diariamente para a região participar desses momentos, encontrar os amigos, conversar e compartilhar do hábito de consumo da cachaça. Ambos não estavam exercendo atividades de trabalho e renda, pois recebiam auxílio-doença. O mesmo fazia Osório, que era aposentado, tinha residência fixa, boas condições financeiras e era de família “importante” da cidade. Já Pedro, mesmo sem fazer consumo da bebida alcóolica, ia ao centro todos os dias para descontrair e divulgar seus serviços de passeios turísticos (de baixa renda)⁶⁴. Era para ele, como era para Teodoro, um espaço de contatos profissionais.

Imagem 21 – Sociabilidades em torno do consumo da cachaça



Desenho: Ana Carolina Paz

Simone, feirante local, participava dessas sociabilidades enquanto trabalhava em sua barraca de frutas e verduras como forma de se distrair e “passar o tempo” e, assim como Pedro e Teodoro, não consumia a cachaça. Já Praiano, pescador, dizia viver nas ruas do centro exatamente por assumir esse movimento diário entre a residência de familiares e a região, permanecendo a maior parte do seu tempo em sociabilidades junto à cachaça e amigos que viviam em situação de rua, retornando à casa apenas para dormir (Diário de Campo, 17/04/2019). Trata-se de um momento em que as notícias locais são repassadas, contatos profissionais acontecem, compartilha-se situações vividas, alimentos, bebida e recursos,

⁶³ Aqueles que dispõem de dinheiro “bota” a cachaça para todos consumirem. Alguns assumem essa função em troca da manutenção dos vínculos, ser bem-querido, exercício do controle sobre a bebida e poder no grupo.

⁶⁴ Durante a pesquisa foram realizados vários desses passeios para outras cidades, tendo a participação de vários interlocutores, inclusive daqueles que viviam em situação de rua na região. Particpei de um desses passeios, com destino à cidade de Itapororoca/PB.

possibilitando construir e fortalecer vínculos de afeto, confiança, apoio mútuo e comunitários entre os pares, pessoas que estão ou não em situação de rua, trabalhadores e comerciantes formais, moradores da região e/ou que frequentam o local regularmente. Portanto, constituídos de uma certa heterogeneidade dos participantes e interesses, sobreposições de práticas e de um movimento fluido de idas e vindas.

Tal possibilidade de geração de renda atravessa, portanto, as fronteiras dos lugares destinados ao que seria da ordem do trabalho e aquela da sociabilidade em torno da cachaça. Desvia às lógicas que os regem, especialmente a do trabalho formal, como a adoção dos comportamentos pautados na sobriedade, austeridade, atividade prescrita, obediência etc. As fronteiras que marcam os espaços especializados e fragmentados, com suas temporalidades, práticas e relações destinados a eles aparecem esfumaçadas. Aqui cabe algumas observações acerca do trabalho para pensar essas relações. Para Baudrillard (1996), por meio da atividade o trabalhador de baixa renda obtém o privilégio de acessar uma renda e sobreviver dela, e ao mesmo tempo, o castigo de viver sob condições de vulnerabilidade que este oferece, os levando à morte lenta e gradual. Isso porque ao estabelecer essa troca, renda por força de trabalho, ele teria que retribuir com sua energia vital, com sua própria vida, a partir da subordinação e exploração de seu corpo. O trabalhador deixaria de ser visto como sujeito (com suas demandas, interesses e desejos) e passaria a ser um objeto a ser abusado até sua exaustão.

Desse modo, ao pactuar com essa forma de dominação, o homem morre. Não só porque há o desgaste da vida pelo trabalho, mas por lhe roubar a autonomia e direitos sobre seu corpo. Trata-se de uma contradição em que o trabalho é aquele que explora, desgasta e mata, ao mesmo tempo, que dá a possibilidade de manter-se vivo (Baudrillard, 1996, p. 56). Nessa troca desigual entre renda e sua força de trabalho, parte do trabalhador vai junto com a mercadoria, e, não conscientes dessa relação de exploração da força vital, não reivindicaria parte dessa produção como sua (Marx, 1978). Já Mauss (2003) via nessas relações um circuito de dons, pois toda e qualquer troca contém algum grau de alienação, tendo o trabalhador consciência de que o trabalho é um dom em circulação nas redes de prestações recíprocas, indo além da relação econômica, trazendo aspectos simbólicos. Contudo, um dom que passa pelo sacrifício, pois o trabalhador dá parte de si esperando mais do que o dinheiro como retribuição (Lanna, 2014).

Não pretendo aprofundar o tema, apenas destacar que, mesmo diante de várias divergências e possíveis complementariedades entre Baudrillard, Marx e Mauss, o trabalhador merece mais do que seu salário. É nesse sentido que, para parte dessas pessoas, não é possível lutar por tais postos, rompendo com a norma do trabalho convencional, lícito e/ou formal, recorrendo a outras formas de geração de recursos que proporcione melhores condições ou

aproveitamento da sua energia vital e façam ter sentido a sua existência. Esses interlocutores, ao sobrepor atividades de trabalho às sociabilidades em torno da cachaça, atrelando a atividade laboral às “brincadeiras” com os amigos, nos apontam para a possibilidade de geração de renda aliada a uma fonte de satisfação (seja entretenimento, pulsão ou dependência), transformando esses momentos em práticas mais condizentes aos interesses e hábitos, produzindo não só desgaste, mas também autonomia.

Ainda que tais modelos não alterem a economia capitalista e seu poder, eles ressignificam, de algum modo e em certa medida, essas relações econômicas na cidade e apontam a necessidade de devolver um olhar holístico e integral para esse habitar (Ibáñez, 2016), evidenciando “o seu caráter relacional, a sua dinâmica reguladora de quotidianos da marginalidade urbana e a sua função de subsistência econômica” (Pais, 2001, p. 247). As diversas atividades para aquisição de renda vêm lhes fornecendo uma base econômica precária antes mesmo da vida integral nas ruas, em um processo que os vai marginalizando, fazendo-os ocupar e se situar na fronteira entre a norma e a ilegalidade (Santos, 2017). Não só em relação à formalização do trabalho ou ocupação de espaços públicos e privados, mas também no manuseio de produtos e substâncias não regulamentadas pelo Estado, algumas ilícitas. Inácio, por exemplo, contara que a partir de novas relações tecidas nas ruas, após falecimentos de antigos companheiros, passara a consumir a “pedra” e a comercializar/distribuir a substância na região, agregando-a à função de flanelinha por um ano e meio, quando:

Deixei de vender porque uma vez peguei com [ocultação do nome] 150g de pedra e 500g de maconha pra vender. [ao falar ele joga uma pedra para demonstrar o tamanho da barra de maconha]. Eu gastei o dinheiro do que havia vendido e fumei o resto. Aí um dia quando olho do portão, lá vem o cara pra receber a grana. Minha mulher começou logo a chorar, aí chamei ele assim pro canto e falei a verdade. Ele pegou aqui pelas orelhas, sacudindo minha cabeça na parede, me chamando de desgraçado. E nisso, a mulher passando mal do lado, chorando. Aí ele disse: tua sorte é essa coroa aqui, porque eu gosto muito dela, mas você vai me pagar. [...]. Na mesma semana eu paguei a ele. Não dá certo não essa vida. Eu só vendo se eu comprar a droga e vender pra mim, mas esse negócio de vender pros outros, pegar pra pagar depois, só faz o cara entrar em dívida. (Diário de Campo, 04/10/2018)

Para não entrar em dívida e manter seu consumo, Inácio comentou que era preciso passar o dia “metendo a mola”, principalmente para comprar a “pedra” (crack). Dizia: “Preciso da pedra para acordar. Acordar para conseguir dinheiro. Conseguir dinheiro para comprar a pedra. Fumar a pedra para ficar acordado” (Diário de Campo, 10/10/2018). Um movimento cíclico que fazia do seu dia um constante giro em torno da obtenção de dinheiro e na busca da “pedra” (que periodicamente ficava escassa na região devido às batidas e apreensões policiais). Fernandes (2019) destaca essa relação entre trabalho, obtenção de renda e consumo de drogas

entre os flanelinhas, moradores ou não das ruas, que acabam desenvolvendo atividade de distribuição dessas substâncias ilícitas, recebendo em troca parte da substância para consumo próprio ou como troca de favores, dentro das relações de reciprocidade das vivências nas ruas⁶⁵. Além disso, foi comum as situações de venda de objetos sem procedência lícita e/ou relatado como fruto de furtos.

Aliás, as ruas do centro oferecem muitas outras possibilidades de recurso e apoio a esses trabalhadores da rua, disponibilizando toda uma estrutura urbana pública importante para as atividades cotidianas. No mercado, cujo funcionamento vai das 6 às 17 horas para público geral, encontram um lugar onde podem se abrigar do sol intenso e da chuva, pontos de água e banheiros públicos onde podem fazer as necessidades fisiológicas, higienização pessoal e dos seus pertences⁶⁶. Há também nessa região ações de evangelização, suporte emocional e caridade desenvolvidas por entidades religiosas. Durante a pesquisa foram acompanhadas e realizadas entrevistas com os responsáveis pelas ações de rua da igreja Presbiteriana Independente de Cabedelo, que além do fornecimento de janta, seguiam com acolhimento e escuta das demandas, doação de agasalhos e roupas, auxílio para retorno a cidade de origem e internações em Comunidades Terapêuticas, entre outras, assumindo um discurso de necessidade para se voltar às “questões sociais”, “convívio na diferença”, “transmitir” aquilo que recebeu ao longo da vida e “pôr em prática” seus ensinamentos (Diário de Campo, 21/10/2018).

O tipo de ação, local e horário eram vistos como estratégicos, pois entendiam que é nessa região onde se concentra a maior parte da população em situação de rua no município, sendo o turno da noite, quando estabelecimentos fecham e o movimento do centro diminui, o momento que não teriam apoio e segurança. Além disso, sabe-se que a insegurança alimentar é uma preocupação para aqueles que vivem nestas condições, cuja maioria teria acesso a somente uma refeição diária (Brasil, 2008, Palepu et al, 2012; Ribeiro, 2020), sendo a janta a principal refeição dessas pessoas, já que a maioria passa o dia “bebendo” e não costumam se alimentar durante o consumo (Diário de Campo, 21/10/2018). Ou melhor. A maioria dos interlocutores não faz uma refeição tradicional (café da manhã e almoço), alimentando-se apenas com “tira gosto” (petisco) ao longo do dia, apontando não haver dificuldade de acesso à alimentação, principalmente entre aqueles que já tem estabelecidos vínculos efetivos de trocas e apoio com a comunidade local, sendo a não refeição por entender que esta causaria mal-estar, como

⁶⁵Em Cabedelo, o consumo do *crack* pelas pessoas que vivem nas ruas é mais popular entre os mais jovens, o que pode ser visto em outros estudos (Paz, 2016; Varanda e Adorno, 2004).

⁶⁶A praça da Caixa D'água é outro local onde se pode encontrar torneiras, além dos vários estabelecimentos comerciais e residenciais que oferecem esse suporte aos trabalhadores locais, estando ou não em situação de rua.

sensação de peso e vômitos, atrapalhando a ingestão da bebida. Por isso, alguns, quando recebiam alimentação (quentinhas), doavam para quem não bebe ou compartilhavam no grupo, assim como fazem com a bebida.⁶⁷

Contudo, a presença de inúmeras solicitações por contribuições, atesta renda insuficiente e possivelmente insegurança alimentar entre aqueles que ainda não conseguiram estabelecer esses vínculos de troca. As solicitações por alimentos também podem ser interpretadas como táticas para sensibilização do outro e com isso angariar recursos, usando o dinheiro ou alimento para trocar por outros itens de necessidade (vestuário, transporte, bebida, produtos de higiene pessoal etc.), como faziam vários interlocutores. Apesar da presença e reconhecimento positivos, e até mesmo uma aproximação espiritual de alguns interlocutores com a religião emanada nessas ações, observa-se a prática subversiva de resistência ao discurso religioso. Alguns sentem tais práticas como uma forma de humilhação, trazendo tensões e incômodos, e para outros algo interessante mesmo não aderindo às práticas religiosas (Cândido, 2006; Galvani, 2015).

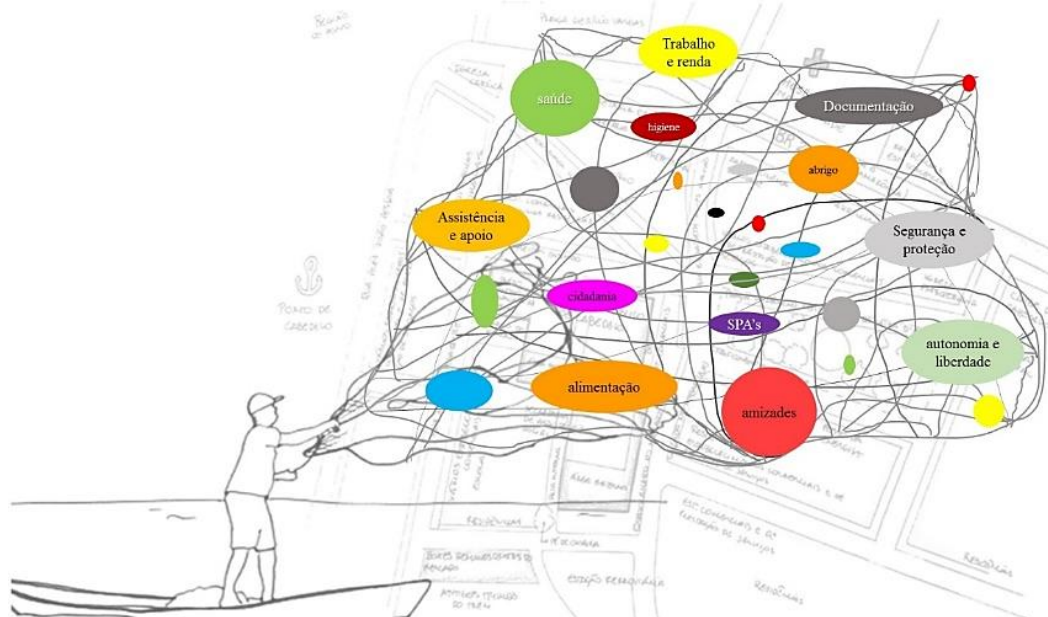
Além disso, estando nas ruas do centro, seus corpos e demandas se tornaram mais visíveis, impulsionando o poder público a desenvolver ações de cuidado, assistência e cidadania, facilitando assim, supostamente, o acesso. Contudo, tal movimento não garantidor da assistência e tal visibilidade também resulta em intervenções de cerceamento e expulsão desta população⁶⁸. Todavia, o suporte oferecido pelos espaços, pares, vizinhança, comerciantes, as ações de caridade desenvolvidas pelas igrejas, assim como a atuação assistencial e de acompanhamento em saúde pelos serviços públicos da prefeitura compõem uma rede de solidariedade, apoio e proteção, calcada, especialmente, pelas interações e vínculos com agentes específicos de atuação local. Além do apoio material e emocional, essas pessoas também atuam na educação política sobre direitos e deveres enquanto cidadãos, seja em ações específicas do Estado ou em sociabilidades cotidianas. Apesar dessas relações assimétricas de poder entre aquele que “dá” e aquele que “recebe”, estas parecem ser relativizadas quando se aposta numa troca constante entre diferentes atores, espaços e tipos, na tentativa de minimizar essa relação desigual de poder. É também por meio dessas trocas que estas pessoas vão estabelecendo uma relação de reconhecimento e afetividade pessoalizada, demonstrando mais

⁶⁷A maioria dos interlocutores inicia o consumo da bebida às 4 horas da manhã, quando emerge os primeiros raios de sol, diminuindo o consumo quando os estabelecimentos comerciais abrem e surgem demandas de trabalho. À tarde, à medida que o fluxo de atividades local diminui, e conseqüentemente cai o ritmo de trabalho, intensifica-se o consumo da bebida. Chegando à noite, esse consumo diminui devido ao estado de embriagues.

⁶⁸Discutiremos isso mais adiante.

uma vez a constituição de laços sociais que se sobrepõem às simples prestações de serviços e ações de caridade (Claudino, 2015).

Imagem 22 – Tecendo uma rede a partir do centro de Cabedelo



Desenho: Ana Carolina Paz

Desse modo, habitar as ruas em torno do mercado é viver próximo às fontes não só de renda, mas de recursos mais amplos como: consumo de produtos de interesses, alimentos e hidratação; possibilidades de higienização e segurança no pernoite; contatos para outros serviços; lazer e entretenimento entre amigos; acesso à informação; mediação junto a família e instituições; aproximação com a religiosidade (no caso, cristã), entre outras trocas estabelecidas em uma rede de reciprocidade e fortalecimento dos vínculos comunitários. Nesse sentido, para grande parte dos interlocutores, essas ruas tornam-se paulatinamente espaço de sociabilidades múltiplas, permitindo estabelecer uma ampla e complexa rede de relações afetivas, de recursos, apoio e proteção, formada por diversos sujeitos (Mello, 2011, Lemões, 2010, 2013, 2014; De Lucca, 2007, Holanda, 2019), ampliando então seu sentido de “negócio”.

Isso acontece porque o mercado popular, que aqui inclui o próprio mercado, seus dias de feira e os pequenos estabelecimentos comerciais da região, não se limitam a transações econômicas de compra e venda, contrato e prestação de serviço. São espaços de relações complexas e ricas, lugares de convivência que, embora marcada por conflitos e tensões diante da diferença, abarcam o heterogêneo, possibilitam estabelecer trocas e vínculos, geram pertencimento. Assim, o local considerado como aquele que congrega a própria vida da cidade, acaba se tornando o lugar de vida para muitos interlocutores, antes mesmo de sua permanência integral nas ruas.

5.2 “Eu já vivia por aqui”: entre itinerância, ocupações e apropriações do espaço público

Vimos que as ruas do centro aparecem como ponto de intersecção de diferentes trajetórias de vida na busca por melhores condições de existência, emergindo como local de oportunidades, acesso e possibilidades. Para tanto, cada interlocutor se colocou em movimento e precisou assumir taticamente uma postura itinerante na busca de recursos nas ruas do centro. Seja para acessar o próprio local, seja na execução de atividade de trabalho e nas solicitações de auxílio, ou mesmo para acessar oportunidades fora dele. A itinerância de Plácido se fez a partir de migrações margem-centro ao longo de sua trajetória de vida, a de Dário e Magda se fez entre cidades, a de Teodoro espaiada pela cidade, a de Jeová dentro do mercado, a de Inácio ao redor deste etc. Para fazer a vida, cada um, ao seu modo, assumiu uma postura caminhante. Para alguns interlocutores, essas andanças vinham acompanhadas de um dizer de suas situações, pois reconheciam a necessidade das argumentações na tentativa incessante de conseguir apoio a cada novo contato que teciam ao longo de seus trajetos.

Agier (2015) faz uma breve e importante discussão sobre os estatutos das palavras, seja em narrativas estereotipadas ou naquelas não-ditas, e indaga: o que elas falam sobre suas vivências? Em nosso primeiro encontro, Dário, ao me ver, provavelmente supôs que eu era uma agente pública, aproximando-se e iniciando um “testemunho” da sua situação de rua. O testemunho é aquela fala dirigida ao outro que enfatiza a situação de sofrimento e necessidade, que, independentemente do que tenha vivido realmente, deve ser convincente para justificar sua condição de vítima para ter direito à assistência (Ibidem). Goffman (1985) nos alerta para o fato de que as pessoas comumente fazem uma leitura do outro e das situações recorrendo às experiências anteriores, do que dizem sobre eles e/ou de suposições com base em estereótipos para conhecer antecipadamente a respeito e, com isso, saber como se portar diante do outro. Munidos dessas informações as pessoas, “saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada” (Ibidem, p. 11). Além disso, o sujeito passaria a identificar-se com esse estigma e tenta positivá-lo como forma política de acessar seu lugar no mundo (Idem, 2012).

Ao comentar que estava ali fazendo pesquisa, Dário seguiu então um relato como se lesse um roteiro pré-estabelecido, comentando de forma genérica e professoral, os motivos de ir viver nas ruas, as dificuldades dessa condição de vida e os benefícios das políticas públicas destinadas à população em situação de rua. Destaco essas impressões, quando então ele revela que já deu muitas entrevistas para pesquisas sobre pessoas em situação de rua. Acostumado com inquéritos de pesquisa, supôs que o tipo de pesquisa que estava sendo realizada, relatando

prontamente o que achava que a pesquisadora queria saber. Assumi então uma “fala pública”, no sentido trazido por Agier (2015), como aquela que assume uma “forma oficial e definitiva” sobre a situação, como uma representação das características de um segmento social e/ou uma “causa”, trazendo suas denúncias e reivindicações. Era assim que vários interlocutores conseguiam ter direito à fala e assistência, obtendo apoio das pessoas, para acessar alimentação, higienização, pernoite e/ou recursos para continuar seu caminho. Um aprendizado decorrente dos encontros ao longo do caminho, não só nas ruas, mas também passando por instituições.

Voltando ao movimento itinerante, a ida e volta ao centro para aqueles que residem distante, nas bordas da cidade, como alertara Plácido, levaria à necessidade de fazer uso do sistema de transporte coletivo público urbano. Caiafa (2002), destaca esses transportes como tendo um importante papel no tecido urbano ao proporcionar “fuga” do privado para o público, aquilo que liga as diversas áreas da cidade, fazendo circular pessoas e conectando espaços. Porém, pessoas como Plácido não conseguem fazer uso pleno desses serviços. Diante do alto custo e rotas restritas do transporte público rodoviário, muitas dessas pessoas viam no uso do trem e da bicicleta uma alternativa de mobilidade. Apesar das restrições de horários e trajetos, o trem oferece um serviço mais acessível, rápido e relativamente barato quando comparado aos demais meios de transportes disponíveis, tornando-se um importante dispositivo de expansão, circulação e dispersão da população, principalmente entre os mais pobres e aqueles situados próximos às margens do rio (Paz et al, 2017).

Ainda assim, o trem se faz recurso não acessível para muitos. Com isso observa-se que a organização dos transportes públicos, ao mesmo tempo em que impulsionou a ampliação da cidade, expandindo-se e deslocando-se em direção às periferias, não acompanhou efetivamente e/ou não vem servindo ao seu princípio básico de fazer circular. O que se observa é, de um lado, um centro valorizado, visto que nele está uma ampla gama de equipamentos coletivos e infraestrutura urbana, e de outro, uma periferia sem infraestrutura adequada, aonde os direitos não chegam de forma eficiente e dispõe de restritas oportunidades de acesso a bens e serviços. No meio desses dois cenários está um sistema de transporte que não é de acesso a todos, que cerceia a possibilidade de circulação dessas pessoas marginais, mantendo-as localizadas em seus territórios, impedindo-as de acessar tais recursos que a centralidade dispõe e tornando-as invisíveis em suas demandas à maioria da população. Tal processo poderia ser entendido como uma estratégia ordenamento das cidades pelas classes dominantes (Trindade, 2012).

Cabe, portanto, àqueles que vivem à margem da geografia social (econômica, política, cultural, racial etc.) urbana de Cabedelo, reivindicar o acesso a centralidade e urbanidade (espaços, bens, serviços e direitos) por meio dos recursos disponíveis. O recurso encontrado

por Plácido, quando esse retorno via transporte público ou de bicicleta não era possível, foi o de pernoitar nas ruas do centro, intercalando entre a rua e a casa, entre o centro e a margem. Trata-se, portanto, de uma tática de ocupação e usufruto do centro e suas vantagens. Nesse sentido, o lugar que estas pessoas procuram circular e ocupar não é aleatório, segue uma distribuição espacial a partir dos recursos e condições que tal espaço oferece, sendo assim uma tática deliberada em suas vivências (Fipe; Smads, 2007; Roberto, 2016). Repara-se que a itinerância, o testemunho e a ocupação aparecem como um “fazer com” o corpo, a partir de uma “ação calculada” daquele considerado “fraco” na relação desigual de poder, como nos aponta De Certeau (2014).

A tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder. As estratégias são, portanto, ações, que graças a um postulado de saber [...], elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. (De Certeau, 2014, p.95)

Vimos no capítulo 03, essas forças estratégicas, sustentadas por um poder hegemônico e apoiadas por um saber que as legitimam, elaboraram lugares teóricos, discursos e espaços destinados àqueles que se encontram em desvantagem na escala de poder. Pessoas como Plácido, a maioria homens, pobres, sem instrução formal, pardos e pretos, estariam assim em desvantagem nas relações hierárquicas de *status* e poder na configuração societária desigual e segregadora das cidades, ocupando um lugar à margem. Ao longo da história, essas pessoas foram privadas da possibilidade de participar do mercado formal de trabalho e de habitação, destituindo-lhes de viver a urbanidade de forma plena. Diante de baixo poder econômico, parte da população não consegue acessar moradias de qualidade do ponto de vista da infraestrutura e próximas a essas regiões de consumo, serviços e fonte de renda. Restam-lhes ocupações em regiões periféricas da cidade, distantes da maioria dos equipamentos urbanos, bens e serviços.

Revela-se, portanto, o quanto a urbanização está submetida às relações de forças segregadoras (Augé, 2010) que marcam estrategicamente a configuração socioespacial cidadina. Diante disso, parte da população passa a conviver com duas situações: residir em áreas mais distantes do trabalho e fontes de recursos, de acordo com seu poder aquisitivo; ou ocupar como pernoite espaços improvisados próximo ao lugar fonte de recursos. Vimos que, para muitos, não acessar as vantagens e recursos da centralidade não é uma opção. Assim usariam astuciosamente os elementos ao redor e seu próprio corpo para desviar-se dessa força avassaladora e esmagadora da dominação que tenta segregá-los. Assumir tais táticas é o que permitiria uma certa mobilidade, pois inscreveria uma fissura no ordenamento, o erodindo, viabilizando brechas e caminhos para se obter algum tipo de vantagem a favor de si mesmo,

nesse caso, os recursos e vantagens oferecidos pelo centro. De Certeau traz uma analogia com a água para pensar esses movimentos táticos:

[...] essas trilhas continuam heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam as astúcias de interesses e desejos diferentes. [...]. Dessa água regulada em princípio pelas redes institucionais que de fato vai aos poucos erodindo e deslocando, as estatísticas não conhecem quase nada. Não se trata, com efeito, de um líquido, circulando nos dispositivos do sólido, mas de movimentos diferentes, utilizando os elementos do terreno (De Certeau, 2014, p. 92).

E mais. Como diria De Certeau (2014, p. 95), operariam “golpe por golpe, lance por lance”, valendo-se da “docilidade” e “azares do tempo”, aproveitando as “ocasiões” e captando “as possibilidades oferecidas por um instante”. Poderíamos aqui traçar um paralelo entre a “tática” de De Certeau (2014) com aquilo que ressalta o sinólogo Jullien (2010), em seu texto *Pensar a partir de um fora*, acerca do “potencial de situação” na busca pela eficiência do estrategista chinês. De acordo com esse autor, o estrategista procura identificar “os fatores que lhe são favoráveis no seio da situação abordada” de maneira a “fazê-la inclinar-se progressivamente para o seu lado”, em uma sequência de ações discretas e contínuas sobre configurações de forças a qual poderá se apoiar para ter sucesso (Ibidem, p. 10). No entanto, não se trata de um agir, mas de um transformar, um fazer “evoluir pouco a pouco, por influência, a situação no sentido desejado” (Ibidem, p. 10). O transformar seguiria o curso das coisas de forma global, contínua, progressiva e silenciosa. E isso não significa adotar uma postura de passividade ou desengajamento, mas um discreto manipular como forma de extrair um efeito desejado na imanência das coisas (Ibidem).

Já Tarde (2007), em seu texto *Monadologia e Sociologia*, traz a noção de “potência da ação” na construção da realidade. Ele parte da concepção de que todos os seres seriam animados por uma potência imanente de movimento que levaria ao contato com outros seres, produzindo associações, agindo uns sobre os outros e trocando material simbólico e concreto, numa influência mútua. Nesse processo haveria uma transformação contínua dos seres e do meio existente, resultando em mutações que os singularizariam e delas derivariam infinitas variações. Assim esse autor nos chama a atenção para o movimento que leva às conexões e transformações constantes da vida, destacando a agência dos seres. Os indivíduos seriam agentes motivados por crenças e desejos, as quais se fazem em potência por meio da virtualidade, inventividade e dos processos criativos, possibilitando a construção de novos caminhos e realidades individuais e coletivas. Essa virtualidade é colocada como uma força que transborda o real, os limites da própria existência em termos factuais, “um certo excesso da potência sobre o ato” que leva à transformação (Ibidem, p. 2014).

Por outro lado, Wagner (2011) traz esse caráter de criação da realidade concebida por meio das motivações humanas e relações que estes estabelecem entre si, onde a motivação não se limitaria a impulsos interiores, e sim na precipitação do que vem do exterior em cada um que participa do agregado (coletivo). Assim, tudo pode se converter em motivação e cada pessoa pode criar motivação naquelas com quem se relacionam (Idem, 2017). O social compreenderia assim o modo como as diferentes motivações se relacionam, em processos de interlocução, estranhamento e “socialidades”, gerando constantes transformações e onde pensamentos, linguagens e ações ganhariam significados compartilhados (Ibidem). Latour (2012), por sua vez, enfatiza que é a agência que vem a induzir a ação. Ou melhor. Aquilo que “faz fazer” (Idem, 2015), sendo o agente qualquer coisa que na interação com um outro provoca um movimento, induzindo o agir e conectando os envolvidos da ação.

Ao nos chamar a atenção para a agência como aquela que faz o outro agir, não por uma capacidade em potencial (ou inata) das coisas e sim pelo movimento que é gerado, Latour (2012) nos alerta para a conexão necessária de alguma coisa à outra para que aconteça a ação. Ou seja. A ação acontece em um campo relacional. Entretanto, “o que coloca em movimento não tem nunca uma força de causalidade [...] o que é colocado em movimento nunca deixa de transformar a ação” (Latour, 2015, p. 128). Não se trataria de uma relação entre causa e feito, de “dividir o que faz do que é feito, o ativo e o passivo”, uma vez que está em jogo “uma cadeia de mediadores na qual nenhum mediador causa o próximo” (Ibidem, p. 134), e sim, onde cada um “permite ao seguinte tornar-se, por sua vez, origem da ação”, numa espécie de um “fazer causar” o outro (Ibidem). Haveria aí um distanciamento entre a noção de motivação enquanto uma intenção de causar um efeito de transformação.

Ingold (2015) aborda esse potencial dinâmico da vida também destacando a ação transformadora desse campo relacional, no qual fazem parte constituinte seres de todos os tipos, coisas ou pessoas, trazendo reciprocamente e continuamente uns aos outros à existência. Para esse autor, movimento e transformação acontecem holisticamente na teia da vida, mas não se trataria nem de um espírito na substância, uma emanção como traz Tarde (2007), muito menos uma agência na materialidade de Latour (2012; 2015), e sim algo “ontologicamente” anterior à sua própria diferenciação. Em outras palavras, o movimento da ação e transformação não está dentro ou parte dessas coisas que constituem o campo relacional. Não haveria uma fronteira que separa e distingue o interno e o externo, a parte do todo (Ingold, 2015). Tarde (2007) já apontava essa necessidade de conceber a complexidade da trama não podendo separar indivíduo/sociedade, cultura/natureza, sujeito/ambiente.

No entanto, enquanto Tarde traria como fundamento da vida o diferir resultante da transformação gerada pelo movimento, Ingold (2015, p.122), coloca o próprio movimento como fundamento da vida, sendo que “o movimento da vida é especificamente o de torna-se, em vez de ser”. Para esse autor, o ser não é estar em um lugar, mas ao longo de caminhos. Nesse percurso ocorrem encontros com uma variedade de “coisas”, entrelaçando-se umas com as outras e produzindo um conhecimento particular que os levará “de um lugar a outro dentro da matriz de sua viagem” (Ibidem, p. 235). De Certeau (1986, p. 183) aborda esse caminhar como “ter falta de lugar, é o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio”. Para Merleau-Ponty (2013, p. 56) seria fruto do “lamento de não ser tudo”. Enquanto ambos trazem a percepção da ausência e incompletude, constituinte da não totalidade, como aquilo que leva ao movimento de caminhar em busca, Ingold (2015) tratará isso da ordem do que “falta” como decorrência da percepção da vida como algo inacabado, processual e em constante transformação.

Daí o tornar-se como uma condição não só da incompletude, mas, acima de tudo, do potencial dinâmico e de metamorfose do fluxo da vida de todas as coisas do mundo: “coisas tornando-se coisas e mundo tornando-se mundo” (Ibidem, p. 118). A noção de ambiente enquanto meio/contexto/mundo, no qual fazemos parte, seria um emaranhamento de “linhas de vida” que todos os seres emanam ou irradiam ao longo de seus movimentos. Essas linhas estariam continuamente se emaranhando e desemaranhando a partir dos percursos que os serem fazem, alterando assim essa “malha” nos quais, através dela, os seres crescem, se movem e se desenvolvem (Ibidem).

A vida é uma questão de decidir como viver e envolve, a todo momento, a possibilidade de ramificar-se em diferentes direções, nenhuma das quais é mais normal ou natural do que qualquer outra. Como os caminhos se fazem ao andar, devemos continuamente improvisar modos de vida conforme avançamos, abrindo novas trilhas mesmo quando seguimos os rastros de nossos predecessores. Contudo, não fazemos sozinhos, mas na companhia de outros. Como os fios de uma corda, vidas se entrelaçam e se sobrepõem (Ingold, 2019, p. 07).

O dizer evocado por Plácido na epígrafe desse Momento Etnográfico II, “Eu já vivia por aqui”, ao explicar a adoção do pernoite nas ruas do centro parece nos dar pistas sobre temas trazidos pelos autores acima. Plácido nos evidencia um movimento lógico em sua cadeia metonímica de trajetória de vida. Ele já ocupava o centro e utilizava os recursos do terreno para obter benefícios, desenvolvendo práticas e relações. Inicialmente em seu movimento pendular casa-centro, transformando gradativamente o local de fonte de renda em um lugar no qual era reconhecido e se sentia pertencente. Era lá onde ficam suas “coisas”, onde “todo mundo” o conhecia e onde podia “viver a vida com a cachaça”, mesmo residindo em bairro distante

(Diário de Campo, 26/03/2019). Trata-se de um movimento que foi da itinerância à ocupação, apropriando-se do lugar, transformando-se em um habitar. Há aqui uma diferenciação entre residir e habitar.

Para Ingold (2015) a ocupação é um movimento de tomada da “superfície” (espaço) já existente, seguindo uma lógica que o situa antes da habitação, sendo esta última um movimento que se dá “através” do “meio”. Entretanto, a “ocupação estrutura o tempo objetivo e o subjetivo” (Fernandes, 2012, p. 20) que permite apropriar-se ou tomar para si um lugar, situando-se corporalmente em um espaço para estabelecer relações particulares e de pertencimento, desencadeando-se em um espaço para viver e habitar. Para Lefebvre (2001) habitar seria a participação de uma vida social em uma comunidade de pertencimento. Heidegger (1954), em seu texto *Bauen, Wohnen, Denken*, de 1951, diz que o habitar seria da ordem do ser sobre a terra, o modo como existimos em sua relação com o ambiente:

A maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra é o *Buan*, o habitar. Ser homem diz: ser como um mortal sobre essa terra. Diz: habitar. A antiga palavra *bauen* (construir) diz que o homem é à medida que habita [...]. Habitar, ser trazido à paz de um abrigo, diz: permanecer pacificado na liberdade de um pertencimento, resguardar cada coisa em sua essência. O traço fundamental do habitar é esse resguardo. O resguardo perpassa o habitar em toda a sua amplitude. Mostra-se tão logo nos dispomos a pensar que ser homem consiste em habitar e, isso, no sentido de um demorar-se dos mortais sobre essa terra (Heidegger, 1954, p. 2-3)

Nesse demorar-se junto as ruas, as pessoas teriam acesso e/ou construiriam para si um lugar por meio de uma enorme variedade de “coisas”, dispositivos materiais, relacionais e individuais, com e pelos quais constrói para si um lugar para pertencer (Heidegger, 1989). Isso porque esse “demorar-se junto às coisas” têm a capacidade de reunir e integrar a experiência humana (Heidegger, 1954, p. 04), pois coisas, objetos e outros fenômenos que nos cercam são, não só dotadas de valor ou significância cultural, mas “‘investidos’ de vida; fazem parte do eu e também o criam” (Wagner, 2011 p. 118). E como estes objetos não se encontram encerrados em suas formas finais, o habitar seria “se juntar ao processo de formação” e constituir-se junto a elas (Ingold, 2012b, p. 31). Mais que ocupar espaços para (sobre)viver delas, “ser-junto”, como diria Heidegger (1989). Essas coisas que habitam o mundo das ruas (pessoas, espaços, objetos, instituições, animais, oportunidades, políticas públicas etc.) entrelaçam-se entre si, agindo umas sobre as outras, uma se fazendo a partir e com a outra.

Assim, nesse contínuo entre a itinerância, ocupação, apropriação e o habitar, esses sujeitos foram transformando o meio, ao mesmo tempo em que foram se transformando. Segundo Leite (2002) “os espaços públicos estão em constante transformação e conseqüentemente assumem diferentes lógicas de sociabilidades e de apropriação” a partir dos

interesses, necessidades, relações e práticas de seus frequentadores e intervenções estatais, que ao preencher esses espaços centrais de significados e os remodelam constantemente (Pais, 2003). Por sua vez, o próprio espaço, como agente, incide na construção de novos sentidos para as ações dos sujeitos. Através de processos de subjetivação e incorporação das dimensões temporal-espacial-relacional, constrói-se novos sentidos na relação com o espaço, atividades, outras pessoas, coisas e consigo mesmo. Desse modo, mais do que familiaridade ou convívio com o espaço, fruto dessa permanência, as ruas do centro tornam-se lugares que ordenavam “seu cotidiano, as relações e sua identidade” (Gregori, 2000, *apud* Rui, 2014, p. 67), tornando-se referência na constituição de si, meio de existência e local de pertencimento (Costa, 2006).

Portanto, os sentidos atribuídos ao espaço marcam não só a história do lugar, mas também das práticas e vida das pessoas (Augé, 2012). A vida junto às ruas seria então o resultado dessa tessitura criativa com uma imensa variedade de “coisas” (humanos e não-humanos) que se encontra ao longo da trajetória de vida. Feita com aquilo que se encontra em seu percurso, utilizando-se do terreno, acessando seus recursos, estabelecendo parcerias e desenvolvendo atividades, a partir de situações viáveis e do que julga fazer sentido à sua existência. Não obstante, seus agires estariam “embasadas no acervo de conhecimentos disponível e acessível” às pessoas e de acordo com a “situação biográfica em que se encontram” (Biscotto et al, 2016, p.131). Portanto, a vida se faz a partir dos aprendizados, saberes, recursos, potencialidades, restrições, trocas e negociações com tudo aquilo que se apresenta ao redor, considerando interesses, necessidades, visão de mundo, circunstâncias, espaços e os processos sócio-históricos.

Dito de outra forma, um saber-fazer processual, improvisado, inventivo, artesanal e, portanto, singular, elaborado a partir da dimensão corporal, espacial, temporal e relacional dessa interação com o mundo. Um saber que emerge pela disponibilidade para experimentar as situações cotidianas e delas tornar algo viável em seu favor. Aparentemente, esse saber não parte de uma noção de ideal fixo a ser alcançado, e sim de um colocar-se disponível em busca da viabilidade (Jullien, 2010), exercendo assim seu poder nos fluxos das ações, obtendo algum tipo de autonomia e satisfação, ainda que em desvantagem nessas relações. Desse modo, a itinerância, os testemunhos, a manipulação do discurso e a fala pública, assim como a ocupação e apropriação dos espaços públicos, emergem como movimentos táticos de um saber-fazer-viver na cidade, responsável por abrir caminhos na busca por um bom viver. Nesse sentido, a vida não seria, “um movimento em direção ao desfecho final, preenchendo seu tempo de existência com capacidades até o esgotamento total das suas possibilidades de existência”, e sim

“um movimento de abertura” de possibilidades, que levaria à capacidade de “ultrapassar as destinações que são atiradas em seu percurso” (Ingold, 2015, p. 26).

Desse modo, não se trata de seres passivos diante dos determinantes socioculturais de seu meio. Aquilo que se colocaria aparentemente como reação à sua condição (de vulneração diante da pobreza, trabalho precário e falta de moradia, por exemplo) e como uma tentativa de sobrevivência ou manutenção da vida, mostra-se um saber-fazer-viver com criatividade e autonomia, a partir da maneira como se encara, usa e manipula o que está posto ou o que se tem ao seu alcance, segundo seus próprios interesses e suas próprias regras. Wagner (2011) nos alerta que a vida seria uma sequência inventiva, tendo um caráter particular e de irradiância que não corresponde ao mundo da responsabilidade e do desempenho a qual estamos submetidos. Essas invenções cotidianas que os sujeitos “fazem” deliberadamente não são simplesmente um artifício e sim seu universo (Ibidem). A sua relação com o tempo, espaço e práticas são uma manifestação de seu próprio viver.

Mesmo que em um ambiente de desigualdade de poder, escassas possibilidades e muitas restrições no qual não se tem recursos suficientes e governabilidades para alterá-la, a autonomia e criatividade emanada por esses movimentos táticos nas ruas do centro possibilita uma certa subversão da ordem dominante geopolítica (forças estratégicas) que tenta marginalizar essas pessoas. Apesar de não haver um rompimento total e uma modificação direta daquilo que está hegemonicamente estabelecido nas relações macroestruturais da distribuição socioespacial da cidade, tais táticas produzem infiltrações, brechas e escapatórias (De Certeau, 2014), que possibilitam o usufruto dessa centralidade. Desse modo, esse movimento corporal em direção à centralidade, — a partir do movimento diário e pendular margem-centro, pernoite intercalar e/ou adoção de uma vida integral nas ruas — se revela um saber-fazer-viver em sua reivindicação de acesso as vantagens e oportunidades oferecidas pelas boas localidades do sistema urbano e, concomitantemente, uma denúncia às desigualdades socioculturais e violências por quais passam.

Jussara Setenta (2008), em seu livro sobre o Fazer-dizer do corpo, nos chama atenção para este aspecto do movimento do corpo como um fazer que é dizer: um ato/fala que produz significados e estabelecem diferentes modos de enunciação e percepção. Para essa autora, criar e enunciar um fazer (ação) estariam produzindo corpos específicos. Tais corpos, por sua vez, evidenciam as disposições socioculturais e econômica, as relações de poder e conflito, a condição emocional e subjetiva que se encontravam, e o modo como este lidavam com seu próprio corpo na cidade (Ibidem). Eles aparecem, portanto, como o *locus* de produção, possibilidades de resistência e enunciação (Frangella, 2009). Assim, a partir de seu saber-fazer-

viver, enunciação e ação, ao insurgirem-se na paisagem urbana central, exercitariam seu poder a partir do próprio corpo, numa reivindicação ao direito de viver a cidade.

Para Agier (2105) esse tipo de ocupação seria então um agir político e urbano, pois trata-se de um movimento de tomada do espaço e ao mesmo tempo uma “tomada da palavra” por aqueles que ocupam um lugar à parte na cidade. Sendo assim um saber-fazer-viver como manifestações do seu habitar o mundo, e ao mesmo tempo, uma reivindicação à própria vida, ao direito à vida na cidade em sua plenitude.

5.3. De um corpo “fora do lugar” ao habitar “entre” lugares

Observa-se que muitos dos interlocutores estavam em uma constante oscilação em estar ou não “em situação de rua” ou não conseguiam dizer de sua forma de habitar quando se partia do local de domicílio, pernoite ou ter ou não uma “casa”. Quando indagados se estavam em “situação de rua” ou local de moradia muitos apontavam como endereço a casa de familiares, mesmo quando desenvolviam uma permanência integral nas ruas da região, como trabalho, alimentação e pernoite. Alguns, inclusive, diferenciando-se dos demais exatamente por ter domicílio de familiares na cidade, sendo essa uma possibilidade caso quisessem, considerando o viver nas ruas não por falta de moradia. Outros, por estarem sendo assistidos por instituição de atenção diária e de pernoite, não sabiam como classificar sua situação. Tinha aqueles que por viverem nas ruas a maior parte da vida, há décadas, que se identificavam como “morador” ou ser “de” rua, e não em “situação” de rua.

Dos 46 sujeitos interlocutores: 22 se autodeclararam viver em “situação de rua” ou ser “morador de rua”, sendo 3 destes considerados “andarilhos” (Sebastião, Dário e Anderson); 14 alegavam viver nas ruas, centrando suas rotinas na dinâmica do centro, a partir das atividades de trabalho e renda e/ou em sociabilidades em torno da cachaça, junto com aqueles que viviam em “situação de rua” ou eram “moradores de rua”. Destas 14, 10 pessoas dispunham de “quartinho” próximo à região do mercado, “barraco” na maré ou moravam com familiares e, apesar de se referirem à moradia própria ou de/com familiares, desenvolviam uma relação intensa com a rua, principalmente aqueles que fazem uso contínuo de substâncias psicoativas (SPA), trabalhadores informais da rua, entre outros. Grande parte dessas pessoas permaneciam diariamente os três turnos nas ruas da região e/ou passarem por longos períodos (dias, semanas e meses) pernoitando em espaços públicos do centro, retornando para a casa esporadicamente.

As 4 restantes apresentavam condição de moradia indeterminada (não souberam qualificar a forma de moradia, pois pernoitavam tanto nas ruas, quanto na casa de colegas,

familiares etc.). Além disso, muitos interlocutores apresentavam situação de moradia em constante mudança de status durante a pesquisa, ora morando com familiares ou amigos, dentro de estabelecimentos comerciais, alugando um quartinho ou em instituições (como albergues públicos, comunidades terapêutica e internações em hospitais, geral e psiquiátrico), ora pernoitando nas ruas ao léu, embaixo de marquises ou em “barracos” improvisados em calçadas, praça, terrenos, canteiros, praia e mata. Tal situação variava a depender das condições financeiras, hábitos de vida, conflitos, intervenções institucionais, redes de apoio e segurança. Todas, revelando uma relação de precariedade que marca a questão da moradia no país. Inaldo, em intermitentes ou cíclicas situações de emprego/desemprego, ficava alternado seu pernoite:

[...] é que agora estou desempregado, o contrato com a prefeitura acabou e tô esperando a renovação [...], enquanto isso, fico aqui bebendo com os caras, arrumo uma coisinha aqui, ali, durmo na casa de um e de outro, as vezes fico por aí [nas ruas]. (Diário de Campo, 12/06/2019).

Marrone, um jovem branco de aproximadamente 25 anos, dizia estar em “situação de rua” e frequentava o Centro Pop de segunda à sexta, das 8 às 17 horas. Contudo, quando estava “cansado das ruas” ia para a casa da mãe “dar um tempo”. O cansaço trazido por ele decorria da combinação entre busca incessante por renda, uso de drogas, condição ambiental e ameaças de violência, entre outras, que lhe exigia estado de vigilância e tensão constante. Assim, na casa da mãe podia dormir, higienizar-se e alimentar-se mais tranquilamente e principalmente “dar um tempo” no uso da “pedra”. Esse espaço de recolhimento das ruas pode ser na casa de familiares ou instituições, como albergues, Comunidades Terapêuticas e hospitais (Fernandes, 2019). Gustavo, foi um desses interlocutores que conseguiu passar um período pernoitando em uma Unidade de Acolhimento na cidade, quando esta foi implantada em 2020, mas logo perdeu sua vaga por ter se ausentado durante um fim de semana. Em pesquisa nacional sobre a população em situação de rua de 2008, foi identificado que, daqueles que costumavam dormir na rua, 27,1% gostariam de dormir em albergues ou unidades de acolhimento, contudo 20,7% desses apontaram que naquela época faltavam vagas (Brasil, 2008). Realidade que ainda permanece.

Havia também aqueles que frequentavam diariamente o centro para trabalhar, a maioria pobre e residindo distante, permanecendo grande parte do seu dia na região, retornando à residência apenas para pernoitar e até mesmo aqueles que se mantinham nas ruas do centro, pernoitando por alguns dias antes de retornar. Além desses que assumiam uma vida nas ruas, viver em “situação de rua” ou ser “morador de rua”, havia aqueles que apesar de não se encontrarem em tais condições, participavam de maneira rotineira das relações locais (5

peessoas) como explicitados anteriormente no capítulo 05 (subtópico 5.1, página 131). Há também entre esses interlocutores, um suposto fornecedor de crack na região, que apesar de participar das relações locais, não têm presença regular, mas atua indiretamente na dinâmica local e no desenvolvimento da pesquisa, como relatado no capítulo 02. Por fim, 3 interlocutores que relataram experiência de vida nas ruas, e não mais se encontravam em tal condição ou tipo de vivência.

Passarinho: eu não sou morador de rua, mas já fui. Eu bebia demais com o pessoal aqui e ficava nas ruas. Mas faz 4 anos que não bebo e continuo vindo para cá ficar conversando com o pessoal. (Diário de Campo, 22/10/2018)

Eduardo: Voltei para casa da minha mãe. [...] Estou trabalhando num depósito aqui no mercado. (Diário de Campo, 25/10/2018)

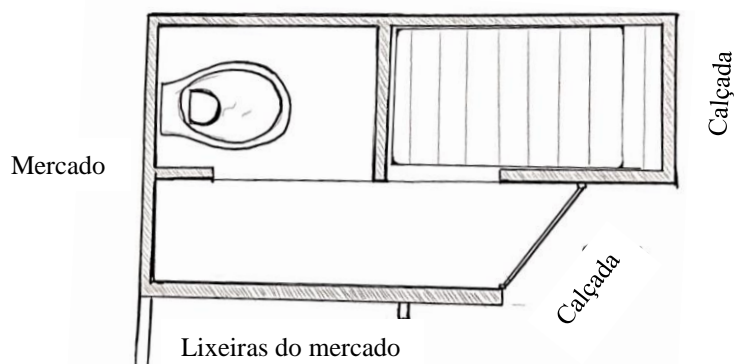
Thiago: Oi doutora, lembra de mim? [...] Não estou mais na rua, agora estou frequentando aqui o CAPS [ad]. (Diário de Campo, 05/11/2018).

Passarinho atribui à mudança de vivência nas ruas o fato de ter interrompido seu consumo crônico de bebidas. Contudo, mantinha relações diárias com as pessoas com quem convivia. Já Thiago e Eduardo mudaram sua condição a partir de problemas de saúde. Eduardo foi diagnosticado com HIV, necessitando tratamento de saúde e após morte de seu companheiro, voltou a viver na casa da mãe e passou a trabalhar em um depósito de bebida na região. Thiago, após ter seu corpo incendiado enquanto vivia na praça da caixa D'água, precisou ser internado e a partir de então passou a acessar programas e serviços assistenciais e de saúde. Ele alugou um quartinho com o auxílio aluguel e gradativamente foi substituindo sua permanência nas ruas pela atenção diária no CAPS AD. Os chamados “quartinhos” são recintos pequenos, precários e improvisados, utilizados especialmente para o pernoite. Sua estrutura nem sempre garante conforto ou dispõe de infraestrutura sanitária e elétrica, nem possibilita a permanência por muito tempo. Contudo, este promove abrigo contra as adversidades do clima e ao mesmo tempo traz certa segurança e privacidade.

Geralmente os quartinhos são obtidos por meio de aluguéis (por noite ou de forma mais permanente), construídos em terreno junto a casa de familiares, conseguido a partir das relações de reciprocidade ou mesmo ocupações de áreas inutilizadas e adaptadas para servir como moradia. Inácio, que após 8 anos vivendo nas calçadas próximas ao mercado, a partir das relações de trocas, confiança, suporte e afeto, conseguiu um, situado em mesmo local que passava o dia (Diário de Campo, 01/10/2022). Seu “quartinho” era constituído de um pequeno beco, com aproximadamente 60cm de largura e 2m de comprimento, e mais dois pequenos vãos. Um deles constituía um precário banheiro de aproximadamente 1m por 60cm, o suficiente para caber um aparelho sanitário e um cano acima dele, provavelmente usado como chuveiro.

Ao lado, o outro vão, por ser abaixo das escadarias do centro comercial, tinha o teto inclinado e com largura suficiente apenas para caber um colchão de solteiro, sobrando uns dois palmos de comprimento, onde se viam algumas roupas pelo chão. Ambos sem porta. Era apenas um portão que o separava da calçada e sua condição de viver ou estar em “situação de rua” ou não.

Imagem 23 – “Quartinho” de Inácio.



Desenho: Ana Carolina Paz

Segundo Schuch e Gehlen (2008), a adoção do termo em “situação de rua” teria surgido como forma de dessencializar a condição de vida pautada na falta ou carência de moradia fixa, destacando a situacionalidade das experiências e as possibilidades de habitar as ruas. Isso porque numa das nomenclaturas derivadas de tal condição estariam os Sem-teto, referência explícita à questão da moradia, originada do termo *homeless*, usado principalmente nos Estados Unidos, e/ou *sans domicile fixe*, usado na França (Magni, 2006; Neves, 2010), o que vincula a noção de direito a uma residência fixa e permanente. Ainda pensando essa associação com a residência, Snow e Anderson (1998) trazem a noção de “desabrigo”, que além da dimensão residencial, ou seja, a ausência de moradia convencional, reporta também a dimensão do apoio familiar e redes de proteção e uma dimensão de valor moral e de dignidade, baseados no papel desempenhado e seu *status* social.

Já Barbosa (2017) e Vieira, Bezerra e Rosa (1994), pensam essa população por meio do nível ou intensidade dos vínculos com a vida domiciliada e da rua, trazendo a noção de casa e família como elemento diferenciador, tendo, estes últimos, distinguido essa vivência entre "ficar na rua, circunstancialmente", "estar na rua, recentemente" e "ser de rua, permanentemente" (Ibidem, 1994, p.93). Prates et al (2013) concebe os moradores de rua todos aqueles que moram em locais que não atendem às necessidades e padrões mínimos de “habitabilidades” e recorrem a rua como necessidade de extensão da casa e ampliação da rede protetiva e apoio, permanecendo nelas por longos períodos, seja a partir do trabalho ou outras

formas de socialidades. Magni (2006), por sua vez, destaca o nomadismo característico de parte dessas vivências, contrapondo o estado de carência e passividade atribuído àqueles que optam por fixar-se em um determinado lugar.

Nesse sentido, Lemões (2013) destaca que as motivações e causalidades para a vida nas ruas foram historicamente associadas a ideia de rupturas e individualidade, estimuladas pela noção de exclusão social, negligenciando as continuidades de relações afetivas, redes de reciprocidade e de circulação como parte da vida, dinâmica e lógicas nômade dessas pessoas antes mesmo do efetivo ingresso nas ruas. Para Garcia (2013, p. 1007), o termo nomadismo é empregado como “uma categoria que transcende o mero deslocamento, tornando-se um modo de vida com características próprias e/ou como uma característica típica das vivências ‘pós-modernas’”. Esse momento histórico caracterizado pelo prefixo pós é caracterizado por alguns autores como uma mudança de época, iniciada após a Segunda Guerra Mundial e conhecida como capitalismo tardio ou terceira etapa do capitalismo (Featherstone, 1990). Caracterizada pela “transformação da realidade em imagens” e relações sociais “saturadas de signos em mutação”, não seria mais possível “falar de classes sociais ou normatividades” (Idem, p. 22).

Homi Bhabha (1988) destaca que esse momento histórico diz de um deslizar-se para “além” das fronteiras, como um momento de passagem de uma coisa à outra. Esse trânsito teria causado “uma sensação de desorientação”, resultando em um “movimento exploratório” incessante em busca de novos referenciais, possibilitando enxergar, para “além” de “categorias conceituais e organizacionais básicas”, outras posições dos sujeitos no habitar o mundo (Ibidem, p.19). Esse lugar de fronteira é abordado pelo autor como “entre-lugares”, os quais “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação” singular e/ou coletiva, produzindo sujeitos a partir de uma complexa negociação entre as diferenças (Ibidem, p. 20). Para Stuart Hall (2006), esse seria um período de fragmentação de um sistema de significações e representação cultural, que antes propiciava certa estabilidade social, incidindo nas subjetividades, corporalidades e formas de se relacionar, possibilitando a partir de então identificações plurais e mais fluidas no espaço, tornando os vínculos mais frouxos e móveis.

Latour (2013, p. 15) destaca esse momento como “uma ruptura na passagem regular do tempo”, um “novo regime” marcado pela “aceleração”, “separação” e “proliferação”, “uma revolução do tempo” que contrasta com um passado “arcaico e estável”. O prefixo “pós” marcaria apenas uma intensidade naquilo posto à modernidade, cujo tempo de uma sociedade já estava tomada não mais como inteiriça, mas a partir da ciência e tecnologia, concebida de forma segmentada, fragmentada, especializada (Ibidem). É nesse sentido que emerge a noção de nomadismo em contraposição à sedentariedade dos modos de vida, relacionados a fixação

espacial, trabalho, família nuclear, residência e segurança, que, segundo Garcia (2013), teria emergido como um desdobramento e instrumento de dominação do Estado Moderno na vida cotidiana. Não obstante, Sennett (2007) questiona:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo, numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida, numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência, como a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. (Sennet, 2007, p. 2007)

Já Augé (2010) faz uma diferenciação entre os nômades classicamente estudados pelos etnólogos e aquilo que se tem como nomadismo enquanto mobilidade “sobremoderna”. Diferentemente dos autores acima que assumem o prefixo “pós”, esse autor emprega o “sobre” para evidenciar um período de “superabundância de causas que complica a análise dos efeitos” acerca da mobilidade no mundo globalizado, de rompimento de fronteiras, processos de desterritorialização e individualismo (Ibidem, p. 15). A partir disso, o autor chama a atenção para as aparências de um discurso totalizante ou absoluto acerca da mundialização e globalização, as quais recobrem as diversas formas de desigualdade que evidenciam, redefinem e/ou desenha novas fronteiras. Para ele, nesse suposto mundo “sem fronteiras” da “sobre”, “super” ou “pós” modernidade, as diferenças e desigualdades se encontram e se afrontam, erigindo, negando ou reafirmando barreiras, interditos e exclusões seletivas: “As fronteiras não se desfazem jamais, elas se redesenham” (Idem, p. 25).

Para Augé (2010), há um movimento contrário ou ambivalente de “territorialidade reivindicada”, processos de territorialização e reterritorialização, e até mesmo um sedentarismo forçado. Exemplos disso seriam: as reivindicações indígenas e de populações quilombolas por usufruto e posse de terra tradicionalmente habitada; a busca por direitos de imigrantes estrangeiros; e processos de desigualdade que geram isolamento, imobilidade e dificuldade de acesso à circulação (Ibidem, p. 25). Por outro lado, para Jullien (2010, p. 07), essa noção de modernidade e pós-modernidade é concebida por uma concepção do tempo divisível da ontologia europeia, a qual entende o presente como uma passagem “entre o passado que não é mais e o futuro que ainda não é”. Uma concepção que introduz a ideia de um “acontecimento” de ruptura e uma (re)ação, estabelecendo assim um antes e depois. Contudo, na cultura chinesa, destaca o referido autor, a dimensão temporal era entendida como um contínuo de transformações, onde não se conjugava tempos verbais. Por isso que, no século XIX, a sua tradução para essa cultura assumiu a noção de “entre-momentos” (Ibidem.).

A palavra “entre” trazidos nos termos “entre-lugares” e “entre-momentos”, nos auxilia a pensar então a ocupação de uma dimensão espaço-temporal que nem é antes, nem depois, nem casa nem rua, mas situando-se entre, nas fronteiras que tentam dividir e fixar no tempo e espaço as experiências de vida dos sujeitos. São, portanto, trânsitos, movimentos entre: casas de familiares (como na infância de Inácio); a casa e a rua; entre a margem e centro; migração entre cidades; entre outros deslocamentos dentro do próprio centro. Essas vivências aparecem exatamente como movimentos contínuos, emaranhados e discretos em suas trajetórias de vida. Eles nascem como processo de transformação da vida, dos lugares e dos sujeitos, diante das combinações possíveis em suas trajetórias de vida, entre as motivações individuais e causalidades macroestruturais, entre ocasiões e viabilidades.

Portanto, em constante trânsito ou situando-se “entre” uma coisa e outra, assumindo um lugar de fronteira operando entre infância/trabalho, centro/margem, casa/rua, público/privado, formal/informal, legal/ilegal, digno/indigno, moral/imoral, saudáveis/insalubre etc. Trata-se de um lugar ambíguo e não dicotômico. Dessa forma, por mais que conseguíssemos identificar situações como marcos de um antes e depois para a vivência integral nas ruas, elas não seriam da ordem de uma ruptura, mas de um continuum de transformações. Elas seriam como cicatrizes na pele, contam uma história acerca de um acontecimento que a afetou, mas que traz junto a ela uma série de outros acontecimentos que levaram a chegar naquela marca. A cicatriz é exatamente um acontecimento de transformação da pele que possibilita ligar, no tempo e espaço, o interno ao externo, um lado ao outro, um antes e depois. A cicatriz é a ponte, uma construção inventiva, um recurso tático de ligação. Ela é a síntese desse continuum. É um marco de trânsito, transformação, e não apenas de ruptura. É a imagem de um saber-fazer-viver.

Assim, essa ideia de fluidez e deslocamentos abordada aqui, diria mais sobre movimentos, manipulações e transformações necessárias para se fazer-viver adotadas por uma população cuja trajetória é marcada por diversos processos de vulneração e ameaça à vida no contexto das cidades brasileiras ao longo do tempo. Disso, revela-se que esses movimentos não seriam típicos de uma pós-modernidade, mas anterior a esta. Um viver que burla as fronteiras estabelecidas dos lugares destinados a essas pessoas na organização social, colocando-as em movimento a partir de um agir subversivo cotidiano em seus modos de habitar, em busca de melhores condições de vida. São vivências e formas de habitar que negam a fixidez e segmentação dos lugares modernos, a segregação espacial imposta, na busca de ultrapassar a cidadania seletiva. Mesmo que de forma capenga, não efetiva, não ideal. Mas viável e possível.

As fronteiras que delimitam aquilo que é da ordem do que seria uma estrutura familiar sadia, noção de trabalho, local de moradia, entre outras, estariam assim dissolvidas nos diversos

entrelaçamentos de sentidos que as fizeram ocupar os espaços urbanos públicos do centro da cidade. O lugar de fronteira, segundo Agier (2015), seria um lugar privilegiado para verificar a existência da diferença, dos limites que se circunscrevem e fazem existir as coisas, delimitando-as e distinguindo uma das outras, ao mesmo tempo, que podemos observar sua permeabilidade, o trânsito, as transformações, as liminaridades, aquilo que nem é uma coisa nem outra ou mais de uma coisa ao mesmo tempo. Dessa maneira, pensar essas vivências como um habitar “entre” (lugares e momentos), nos auxiliaria perceber a emaranhada combinação de recursos, interesses e repertórios (leis, costumes, moral, crenças, demandas, necessidades, direitos, recursos, interações e sentidos) envolvidos em seus traçados de territorialidades e estabelecer redes de suporte, apoio e proteção, de coisas e pessoas (Telles, 2013), que nem sempre aparecem de forma evidente.

O que observamos é que tal tentativa de identificação e classificação dessas vivências a partir do estar ou não “em situação” de rua, morar, pernoitar ou não nas ruas e situação dos vínculos familiares, aparece sem sentido quando esses corpos estavam em movimento e as relações em constante transformações e, portanto, instáveis e fluidas nos espaços. O que levava às mudanças e sobreposições de status ou mesmo à impossibilidade por parte dos interlocutores de definirem quanto à sua situação. Não só da condição de “morar” ou pernoitar na rua, mas também acerca do trabalhar, socializar em torno da bebida, entre outras ações e atividades que aconteciam de forma confusa e emaranhada, esfumando as fronteiras destinadas para cada dimensão destas. Trata-se de mudanças relacionais marcada por instabilidades e permanências, transformações e estabilizações, assim como a dinâmica do centro da cidade de Cabedelo. Como afirma Telles (2013) há nos centros das dinâmicas de nossas cidades uma transitividade entre supostas dicotomias, forjando uma trama imbricada de relações que torna difícil sustentar definições fixas entre categorias e normas. Isso serve não só para os espaços e práticas do centro como também para as pessoas que vivem (n)ele.

5.4. Uma tentativa de categorização do inefável: dos trajetos emaranhados aos diferentes modos de apropriação do espaço

Por meio das descrições fragmentares das trajetórias de vida de alguns interlocutores, pudemos observar seus movimentos em busca de melhores condições de vida que os levaram a ocupar as ruas do centro da cidade de Cabedelo. Eles nos falam das maneiras e possibilidades de relacionar com as “coisas” do mundo, no qual nos dizem de um saber-fazer-viver e habitar a cidade, a partir de diferentes negociações e trocas. Ou seja, a noção de viver e habitar as ruas,

apoiando-se na noção de trânsito, “entre” e “fronteira”, nos possibilitaria ir além da classificação e categorização estática do ato de residir e/ou estar situacionalmente, e identificar os movimentos particulares de inserção e relações desenvolvida nesse habitar a cidade.

Observa-se um movimento pendular entre a “casa” e a rua daqueles que passam o dia vivendo nas ruas, desenvolvendo não só a atividade de trabalho e renda, mas a tessitura de toda uma rede de apoio, suporte, proteção e produção de vida. Um movimento contínuo entre “casa” e a rua, se ausentando desta por algumas horas para descanso noturno, em quatinhos, casa de amigos ou mesmo de familiares, retornando em seguida para o centro. Soma-se a esse movimento pendular aqueles desenvolvidos por quem vive entre a rua e as instituições, estando diurnamente no centro e à noite voltam para a instituição. E o movimento oposto, daqueles que passam o dia em instituições de atenção diária diurna e retornam à noite para pernoitar nas ruas do centro. Por outro lado, há aquelas vivências cujas permanências obedecem a uma série de circunstâncias que desenham um movimento cíclico de períodos nas ruas e outros fora delas. Como no caso de Inaldo e sua instabilidade financeira (estar ou não empregado), Marrone, que passava “um tempo” na casa da mãe quando “cansado das ruas” e Gustavo que estava constantemente em busca de suporte institucional para pernoitar.

Já ou outros processos de inserção e permanências nas ruas aconteceram de forma gradativa, em geral desde a infância, onde foram desenvolvendo uma estreita relação com o mundo fora da casa, sendo a permanência integral nas ruas um movimento processual, contínuo e quase que linear. Esse foi o caso de Inácio e Magda, que desde a adolescência viviam nas ruas, Plácido, Jeová e Laís, na vida adulta, a partir do trabalho e/ou do consumo da bebida alcoólica. A partir desses movimentos e a maneira como se relacionam com o espaço, pessoas e coisas, poderíamos identificar três modos de viver e habitar as ruas do centro de Cabedelo:

- Vivências duradouras, nas quais se desenvolvem estreita e ampla rede de apoio, suporte e afeto com pessoas, práticas e atividades locais, ocupando grande parte do seu tempo em sociabilidades no referido espaço;

- Vivências intermitentes e/ou cíclicas, caracterizadas por um viver e habitar marcado por um movimento contínuo, entre casa de familiares e amigos, instituições e a rua, a depender das condições de vida, circunstâncias familiares, rede de apoio, trabalho e renda, consumo de drogas, intervenção institucional, entre outros;

- Vivências situacionais, que surgem de forma mais pontual, estabelecendo uma vinculação superficial e relativamente rápida com as pessoas e práticas do centro da cidade de Cabedelo.

MOMENTO ETNOGRÁFICO III: HABITAR FRONTEIRAS

Etnocena 03: “... Eles não têm direito”: o cotidiano e a política de/na rua.

No dia 10 de abril de 2019, período da Semana Santa, encontro Plácido, Laís, José, Osório e Teodoro no pátio externo do mercado, conversando sobre o cadastro para participar da distribuição do peixe pela Secretaria de Ação Social. Segundo Plácido, a responsável havia passado por lá no dia anterior para fazer o cadastro das pessoas. Teodoro, não estava presente na ocasião e queria saber como proceder. Então fomos à referida instituição.

Chegando lá, em prédio que ficava vizinho ao mercado, fomos informados que a responsável não se encontrava, mas poderíamos aguardá-la. Após 15 minutos de espera, Teodoro resolve voltar ao mercado para retornar depois. Repetimos tal movimento de ida, espera e retorno várias vezes, juntamente com Plácido e Jeová, desistindo posteriormente. Decido insistir. Até que fui informada da chegada da tal funcionária e me encaminho para chamar os demais. É quando ouço de um funcionário: “Vá não. É melhor você entrar sozinha mesmo. Depois você repassa para eles”, alertando-me de que iria perder a “oportunidade” de ser atendida. Na dúvida, adentrei. Logo fui informada, de forma bastante assertiva por uma funcionária⁶⁹, que tal cadastro aconteceu diretamente nas comunidades e que “todas” as pessoas que se encontram “em situação de rua” seriam cadastradas automaticamente via Centro Pop. Caso houvesse exceção, esta estaria “mentindo” ou não seria “cidadão cabedelense”.

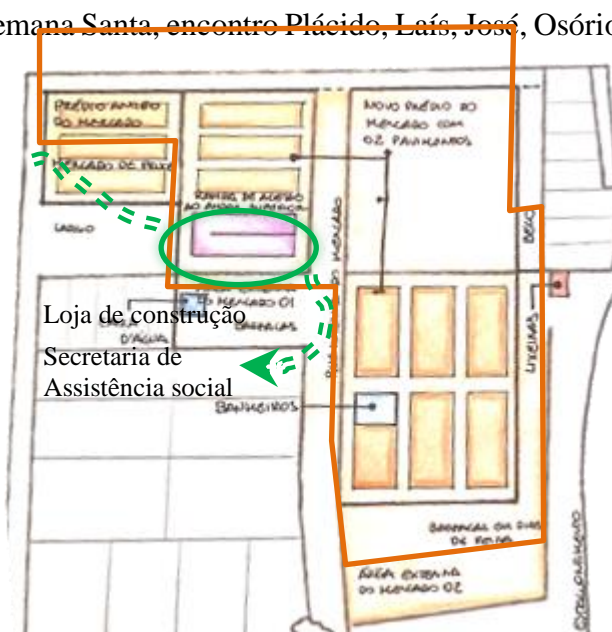
E ainda escuto:

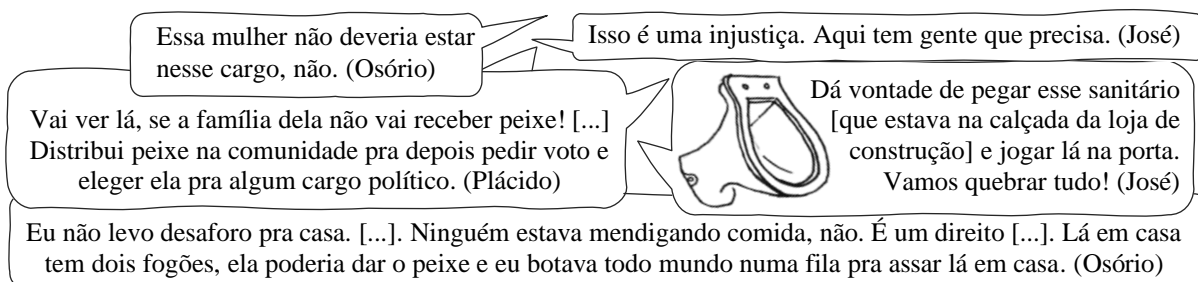
[...] Eles não têm direito. Para que eles querem peixe se vivem nas ruas? Não tem nem como cozinhar! [...]. (Funcionária 01)

É, eles não precisam do peixe, não. Eles se alimentam lá no Centro pop [...]. (Funcionária 02)

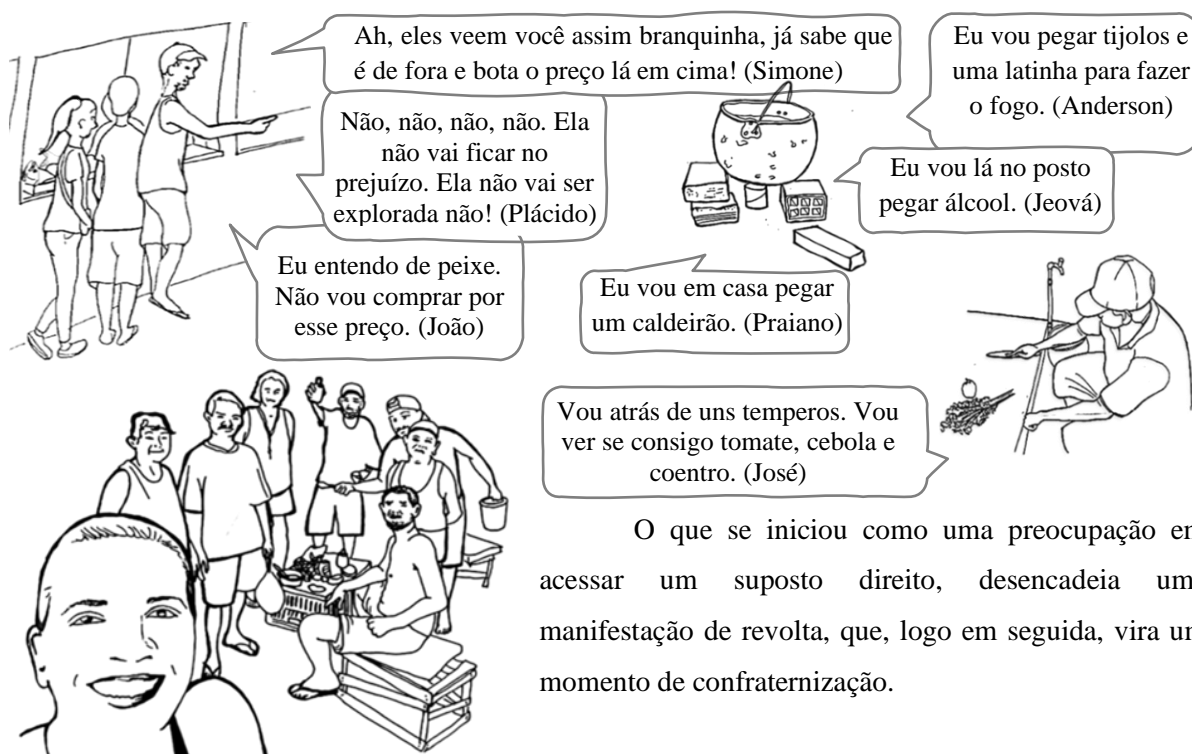
Tento argumentar insistentemente. Contudo, todas as tentativas de diálogo se tornaram infrutíferas, pois a funcionária 01 passou a me interromper com alegações repetidas e grosseiras. Irritada, decido retornar ao centro. Ao relatar a conversa aos interlocutores, logo vieram os comentários de indignação:

⁶⁹ Ao me referir funcionária(o), incluo servidores e gestores de alto escalão da prefeitura.





Todos riem com tais sugestões, quebrando um pouco a tensão momentânea. Plácido então disse que iria pegar uma lata e “fazer fogo” na frente da secretaria para verem que se fazia comida na rua. Jeová dá uma sugestão para o dia da distribuição do peixe: “Vamos pegar nossas coisas e fazer um churrasco de peixe lá na frente?”. A sugestão logo foi apoiada pelos demais que, prontamente, começaram a organizar o evento de manifestação. Contudo, no referido dia, 17/04/2019, houve uma discussão sobre a impossibilidade de “fazer fogo” no local desejado devido à dimensão do espaço entre as barracas. Mesmo assim decidiram permanecer com a ideia de fazer uma peixada dentro do mercado, porém no pátio externo. Então iniciamos os preparativos e logo veio uma discussão sobre a compra do peixe e sua preparação.



O que se iniciou como uma preocupação em acessar um suposto direito, desencadeia uma manifestação de revolta, que, logo em seguida, vira um momento de confraternização.

CAPÍTULO 06. Resistência e Insistências urbanas: as políticas do cotidiano entre a rua e as instituições

Vimos no Momento Etnográfico anterior que a maneira como cada interlocutor se inseriu nas ruas, construiu e desenvolveu seus vínculos, revela diversas maneiras de habitar o centro, despontando movimentos contínuos entre o espaço da casa, família, trabalho, e convívio entre os pares. No entanto, como assinalado anteriormente, pensar em uma vivência que subverta tais modos hegemônicos de habitar parece questionar ou mesmo romper com tais normas e moral, indo na contramão do imposto socialmente (comumente consentido), ameaçando assim seu ordenamento. E isso tem implicações importantes no modo como percebemos tais vivências, as pessoas, os espaços e suas práticas. Ao longo dos séculos, a presença desses corpos, a partir de sua permanência e circulação, das construções improvisadas e dos rastros deixados em suas itinerâncias e práticas locais, vem engendrando desconforto na paisagem urbana. Seja pelo que ela denuncia enquanto estrutura sociocultural e política econômicas adotadas no país, seja pela aversão, medo e preconceito ao diferente, à pobreza e suas consequências na vida coletiva.

Por sua vez, tais presenças impelem a formulação de medidas para lidar com elas, incidindo no modo como essas pessoas vivenciam esse habitar. Nesse ambiente, o centro emerge então como espaço de intensas disputas, tendo o Estado um importante papel na gestão dos corpos que lá habitam. Neste capítulo retomaremos aos relatos dos interlocutores acerca de suas experiências junto às ruas, destacando agora o modo como eles interagem com os mais variados agentes do espaço e como se dão suas circularidades/permanências no centro da cidade. Para tanto, inicialmente teremos um breve resgate histórico para melhor situar o ambiente em que se deram tais observações.

6.1. Algumas políticas públicas voltadas para a presença de pessoas vivendo e habitando as ruas das cidades

É importante aqui lembrar que no Brasil, até a década de 30, o fenômeno da presença de pessoas habitando ruas das cidades, seja o louco, o pedinte, o bêbado, o doente moribundo ou o desempregado crônico, geralmente pessoas pretas e pardas oriundas do sistema escravista e/ou “mestiços” pobres retirantes do nordeste, foi abordado por dois vieses. Por um lado, abraçado pela Igreja Católica, por meio de suas ações assistencialistas, de cuidado e evangelizadoras. De outro, adotado no âmbito legal do Estado, como uma questão de

ordenamento social, encarando a “mendicância” e “vagabundagem” como práticas de contravenções penais (Priori, 2018). Como vimos anteriormente, havia uma associação direta e individualizante, fortemente alicerçadas no racismo, entre a condição de extrema pobreza e o não trabalho, vistos como responsáveis pelos problemas sociais, criminalizando suas condições de vida. Foi apenas com a Constituição de 1934 que houve algumas alterações legais acerca das práticas de “mendicância” e “vagabundagem”, diferenciando as pessoas entre necessitados e vadios, passando a criminalizar a ociosidade voluntária e não a falta de emprego, cabendo ao Estado subsidiar os desempregados e suas famílias (Ibidem)⁷⁰.

Fazia-se assim uma diferenciação entre aqueles que: poderiam exercer atividades de trabalho e renda, mas não exerciam por falta de emprego; os incapacitados, que por razões de insanidades, deficiência, doenças e/ou idade avançada eram inaptos ao trabalho; e aqueles que, mesmo aptos ao trabalho, não o desenvolvia, seja por desvio moral, preguiça ou oportunismo. Apesar dessa distinção, por estarem ocupando um lugar ambíguo nesse ordenamento social, havia uma certa dificuldade em fazer essa diferenciação na prática entre aqueles que deveriam ser destinados ao lugar de reabilitação da saúde física, mental e social, e aqueles que deveriam ser punidos (Ibidem). Manteve-se o termo “vagabundo” e práticas associadas a ele como referência moral para designar aqueles que viviam nas ruas, confundindo reabilitação e punição. Ambos pautados no afastamento das ruas e isolamento em instituições totais, como prisões, fundações asilares e manicômios, caracterizadas pelo enclausuramento, perda da autonomia e despersonalização dos sujeitos (Goffman, 2008).

Assim, gradativamente houve um deslocamento da concepção desses sujeitos como agentes das mazelas sociais para sujeitos vítimas das desigualdades urbanas. Com o tempo, intensificou-se a discussão sobre os processos de segregação socioespacial, fruto do processo de urbanização, condições macroestruturais econômicas do capitalismo e do modelo político adotado pelos seus governantes, entendendo que esse processo de marginalização estava associado à impossibilidade da venda da força de trabalho, levando um contingente cada vez maior de pessoas à pobreza extrema. Como resultado máximo desse processo haveria o movimento de ida para as ruas, fazendo dela local de sobrevivência (Vieira, Bezerra e Rosa, 2004), culminando, em última instância, a viverem integralmente nestas (Villaça, 1999; Maricato, 2003; Matos, 2016; Granado, 2010; Alles, 2010, Oliveira, 2015; Sicari e Zanella, 2018).

⁷⁰ Essa mudança teria sido postulada juntamente com uma série de medidas de incentivo a industrialização e de valorização e proteção dos trabalhadores por parte do Estado, que inclusive levaram a consolidação das Leis do Trabalho – CLT e o estabelecimento do salário-mínimo (Andrade e Freitas, 2019).

É importante destacar que no bojo de tal discussão, de acordo com Maggie (1996), a questão racial no Brasil teria sido silenciada nos estudos sociológicos, não só pela pouca informação, mas especialmente por terem sido abordados sob o crivo dos dominantes/dominados. No entanto, desde a década de 50, com o incentivo da UNESCO, várias pesquisas sobre “relações raciais” no Brasil vieram a denunciar a existência do preconceito e as diversas desigualdades raciais (Hofbauer, 2007). Nogueira (1985), por exemplo, chamou a atenção para a cisão e relação estruturada em torno do que seria o “branco”, de origem europeia, e todos os “não brancos”, negros, indígenas e mestiços, de origem não europeia. Essa categorização se daria diante da dominância econômica, política e social dos europeus e seus descendentes, iniciada no processo de colonização e seguida por políticas de manutenção dos privilégios e status da população “branca” em detrimento de todos aqueles “não brancos”, destacando assim a desigualdade social a partir da desigualdade racial (Nogueira, 1985, p. 69).

Todavia, em termos genéricos, houve um foco no sistema econômico e social capitalista e suas consequências, como as condições de trabalho, desemprego, pobreza e processos de vulnerabilização da vida de parte da população, evidenciando as questões de classe, mas desvinculada da questão racial. Fruto de um processo de apagamento das identidades raciais e construção ilusória da não existência do racismo a partir do mito da democracia racial. Já na década de 60 e 70, enquanto crescia o debate nacional sobre a desigualdade social, racial e urbana, crescia também o questionamento dos termos até então empregados e relacionados ao tema das vivências nas ruas. Havia a necessidade de construir novas categorias que pudessem melhor designar e caracterizar tais existências, emergindo assim noção de “população de rua” para dar visibilidade e valor político à questão. No entanto, vivia-se uma Ditadura Civil-Militar (1964-1985), na qual não se tinha o direito de expressão e de reivindicação, estando a sociedade sob processos violentos de silenciamento por parte do Estado.

Esse período foi marcado por mais uma ambiguidade. De um lado, o estado havia fechado o congresso, criminalizado os sindicatos e as greves, torturado e matado pessoas contrárias ao seu regime. O mito da democracia racial teria sido tomado como forma de controle social, atuando como uma ideologia responsável também pelo entrave na articulação dos movimentos antirracista da época (Hofbauer, 2007). De outro, foi adotada a centralização e aumento da abrangência da previdência social e dos serviços de saúde (Andrade e Freitas, 2019), ainda que segmentar e excludente. Contudo, fazendo-se fissuras, foi se forjando um período de denúncias contra a ditadura, onde se observou uma mudança significativa do pensamento social e a politização dos sujeitos em várias dimensões da vida. De forma gradual, iniciou-se um período de distensão e de subsequente abertura política, marcada pela denúncia da injustiça social,

exigências e lutas por direitos individuais e coletivos, em um conjunto de reivindicações das liberdades democráticas e ampliação dos direitos de cidadania.

Aqui se faz necessário abrir parênteses. Segundo Axel Honneth (2002), até o final da década de 80, havia fortemente no mundo ocidental a crença na remoção de toda forma de desigualdade social econômica que demonstrasse ideia de injustiça e exclusão social. Nesse sentido, as reivindicações estavam no âmbito da igualdade social econômica através da redistribuição igualitária dos tributos, bens e oportunidades. Até então as políticas sociais brasileiras estavam atreladas às políticas de desenvolvimento econômico e sua distribuição regional. Já a questão da presença de pessoas habitando as ruas era encarada como um problema urbano causada pela adoção de políticas econômicas excludentes, sendo, portanto, o ápice da exclusão social (Zaluar, 1997), a ser enfrentada pelo Estado por meio de políticas públicas para impedir ou dirimir a exclusão social (Máximo e Melo, 2016).

Todavia, na tentativa de compreensão sobre tal fenômeno, observou-se que se tratava-se de pessoas cujas histórias de vida estariam marcadas não só pela pobreza extrema, mas por intensas tipos de “perdas” (Nobre et al, 2018) e rupturas (Frangella, 2009), advindas de processos de marginalização e vulnerabilização (Castel, 1997), desfiliação e desqualificação social (Paugam, 2003). Consequentemente, pessoas desatendidas pelo Estado e tidas como desrespeitadas de seus direitos básicos de cidadania (como moradia, saúde, educação, direito político etc.) e representações sociais (Escorel, 1999, Botti et al, 2010; Santos, 2017). Assim, a concepção de injustiça social atrelada a desigualdade econômica não seria suficiente para explicar e subsidiar ações do Estado, dando espaço às manifestações em busca de dignidade pessoal e respeito às diferenças, deslocando o foco da “redistribuição” para o de “reconhecimento”. Honneth (2002, p.80) aponta que tal passagem se daria pela frustração da não redistribuição econômica efetiva e/ou uma maior sensibilidade moral para “o significado político da experiência de desrespeito social e/ou cultural”, sendo o reconhecimento da dignidade dos indivíduos e grupos parte fundamental do que chama de justiça social.

Portanto, a questão não poderia restringir-se a distribuição equitativa dos bens materiais, mas de oportunidade, respeito às diferenças e direitos. Desse modo, as lutas por distribuição seriam também lutas por reconhecimento, pois é culturalmente que são definidas as atividades e pessoas mais valiosas e necessárias para a sociedade, sendo esse o critério de redistribuição (Honneth, 2002). Por outro lado, em um país com suas inúmeras contradições, é fundamental o papel do Estado para fazer garantir esse ideário e dirimir as consequências dessa desigualdade, sendo necessário a estruturação de uma política de Saúde, de Assistência Social, Educação, entre outras, que fornecesse uma rede de atenção real para a população em geral (Garcia, 2009).

No seio dessa discussão, entre as décadas de 70 e 80, tivemos importantes reivindicações para a ampliação, melhoria na atenção prestada e respeito aos direitos humanos e sociais, entre elas o movimento de Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica brasileira. Até que veio o período de redemocratização do país com a intensificação dessas e outras reivindicações aos direitos sociais, civis e políticos (Priori, 2018).

Assim, as pessoas que viviam nas ruas passaram a fazer parte do grande contingente populacional que exigia reconhecimento, precisavam ser assistidas por meio de ações do Estado e a constitucionalização de seus direitos sociais. Até a década de 1980, a organização da Assistência Social não era diretriz direta do Estado, o que havia era uma rede de entidades filantrópicas realizando suas ações (Gracia, 2009). Após grande debate acerca da necessidade de medidas de regulação e definição da Proteção Social houve sua inclusão na Carta Constitucional em 1988. A Assistência Social passa então a fazer parte do Tripé da Seguridade Social Brasileira como Política Pública de Seguridade e dever do Estado e Direito do Cidadão (Ibidem). A Constituição Federal de 1988 se colocou assim como importante marco teórico para população empobrecida por conter nela direitos e deveres em assegurar condições mínimas para melhoria de sua qualidade de vida. Consta em seu 6º artigo o direito social à moradia, juntamente com a saúde, alimentação, trabalho, lazer, educação, segurança, proteção à maternidade e à infância e a assistência para as pessoas em situação de pobreza (Brasil, 1988).

Nas duas décadas subsequentes a Constituição, observa-se o desenvolvimento de diversas legislações. Na década de 90 é sancionada a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, nomeada como a Lei Orgânica da Saúde, que dispõe sobre a atenção em saúde, desde as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, assim como a organização e o funcionamento dos serviços a partir da criação do Sistema Único de Saúde – SUS. Trata-se de uma lei resultante de intensa mobilização de Reforma Sanitária Brasileira, colocando a saúde como um direito fundamental e dever do Estado, já que a organização social e econômica do país se revela nos níveis de saúde da população. Nela encontramos: “formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças”; “acesso universal e igualitário às ações e aos serviços”; a promoção de condições de bem-estar físico, mental e social; considerando como fatores determinantes e condicionantes da saúde, “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (Brasil, 1990)

No mesmo ano houve a entrega do primeiro texto da Lei Orgânica da Assistência Social ao Congresso, só sendo promulgada em dezembro de 1993 sob Lei nº 8.742. Nela, constava que a assistência social necessitaria atuar de forma integrada às outras políticas setoriais,

garantindo os “mínimos sociais” por meio de ações e políticas que venham promover a universalização dos direitos sociais àqueles que se encontram em grande vulnerabilidade (Brasil, 1993)⁷¹. Cada qual veio dar origem, respectivamente, ao Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), contudo, a aprovação e implementação dessa última, só veio acontecer em 2004, a partir da formulação do plano e Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovado apenas em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social.

Já a moradia como um direito social se inseriu na Constituição a partir de Emenda nº 26/2000, apesar de já haver referência ao tema em outros artigos, como no seu 23º artigo, no qual dispõe sobre a competência comum dos diversos níveis da federação para desenvolver programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Em 10 de julho de 2001 foi regulamentado o chamado Estatuto da Cidade, sob Lei nº 10.257, no qual estabelece diretrizes gerais sobre a política urbana, que regulamentariam “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001). Em mesmo ano, foi sancionada a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, na qual dispõe sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, redirecionando o modelo assistencial em Saúde Mental, aliando pressupostos advindo do Movimento de Reforma Psiquiátrica e da Reforma Sanitária Brasileira. No ano seguinte sai a portaria nº 336 de 19 de fevereiro de 2002, que regula os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Todavia, enquanto se avançava em políticas pautadas no reconhecimento das demandas e direitos dos cidadãos na última década do século XX, observou-se um significativo aumento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Segundo Granado (2010), isso se apresentou apesar da diminuição da quantidade de pessoas pobres no país (de 32,75% para 30%) e dos índices mundiais de pobreza terem diminuído entre a década de 90 e início dos anos 2000. Tais índices levaram ao questionamento sobre quais aspectos estariam associados a esse aumento no número de pessoas vivendo em pobreza extrema. Ainda em 2002 são então introduzidos na agenda pública os objetivos de inclusão e diminuição da pobreza de forma mais enfática, havendo uma série de ações em prol de pessoas de baixa renda (Garcia, 2009). No ano seguinte, criou-se o Ministério da Assistência e Promoção Social e a Implantação do Programa

⁷¹ Em 1995 houve então a extinção da Liga Brasileira de assistência - LBA e criação da Secretaria Nacional da Assistência Social, ligada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, assim como a criação do Conselho Nacional da Assistência Social, para substituir o então Conselho Nacional de Serviço Social, além da realização da I Conferência Nacional de Assistência Social (Garcia, 2009).

Bolsa Família a partir da Unificação dos Programas de Transferência de Renda do Governo Federal (Idem).

A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2004, foi outro importante passo para a estruturação de uma rede integrada de proteção e promoção social, articulando as políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Renda de Cidadania e Inclusão Produtiva (Brasil, 2009). É quando, finalmente se implementa o SUAS, vindo a assegurar, por meio de seus princípios e objetivos: a universalização e igualdade de acesso ao atendimento; respeito à dignidade do cidadão e sua autonomia; o direito a benefícios e serviços de qualidade; à convivência familiar e comunitária, sem discriminação de qualquer natureza, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos, incluindo de forma equânime usuários e grupos específicos ao acesso aos bens e serviços sócios assistenciais. (Brasil, 2005, p. 32).

No entanto, durante essa ampliação de programas sociais para garantir direitos daqueles que viviam em pobreza extrema, incluindo as pessoas que habitavam as ruas, observou-se, paradoxalmente, o acirramento de suas violações. Enquanto ainda se discutia a implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, houve, em 19 de agosto de 2004, o chamado Massacre da Sé, em São Paulo, no qual moradores de rua da região foram brutalmente agredidos, resultando em 7 mortos. Tal crime fez emergir as demandas da população de rua no cenário nacional, formando então o Movimento Nacional da População de RUA – MNPR, dando inteligibilidade às suas demandas e às especificidades de seus modos de viver. Em 2005, houve o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua que, entre outros objetivos, tinha intenção de identificar as principais demandas dirigidas ao Estado e discutir estratégias de participação popular e controle democrático das políticas públicas destinadas à população em situação de rua.

É preciso alertar que estava em curso no país uma crescente preocupação social frente a presença de pessoas aglomeradas em torno do consumo de crack em espaços públicos das grandes cidades. Esse foi um tema de intensa cobertura midiática, estando associada diretamente à degradação dos espaços urbanos e dos corpos, à violência, criminalidade e doenças, fazendo crescer o sentimento de insegurança. Logo, emergiu-se um forte apelo social por ações públicas emergenciais de enfrentamento, controle e ordenamento, com o intuito de coibir a proliferação desse fenômeno na paisagem urbana⁷². Apropriada e engendrada por

⁷² Foram muitas as reportagens que tratavam do tema entre os anos de 2005 e 2012, principalmente acerca da cidade de São Paulo. Em uma rápida busca pela internet encontramos, por exemplo: a série Crack, do Profissão

interesses políticos, econômicos e religiosos, o tema da vivência nas ruas ressurgiu fortemente na agenda pública, associada ao consumo do crack, incitando movimentos sociais, agentes estatais, legisladores e a comunidade acadêmica, dos mais variados campos de conhecimento, atuação e região do país, a investirem esforços na tentativa de compreender tal fenômeno. Tanto para pautar medidas com vistas à qualidade de vida desse grupo populacional quanto à necessidade de ordenamento social.

Despertou-se o interesse em saber não só o “por quê” que pessoas passaram a viver nas ruas, mas o “como” se vive, deslocando o foco nas perdas para entender o cotidiano, e assim pautar política pública que pudessem melhorar a sua qualidade de vida. Essa combinação de perspectivas evidenciou a necessidade de cuidado, ampliando as políticas públicas no âmbito da assistência social e saúde (Priori, 2018). Para tanto, fora necessário o reconhecimento de sujeitos de direitos, com suas liberdades individuais e coletivas a ser garantidas. Nesse contexto, desenvolveu-se toda uma discussão e legitimação das práticas de Redução de Danos (RD) como políticas de cuidado, dando visibilidade e incentivo aos projetos e equipes de RD. Em 1º de julho de 2005 é instituído então a Portaria então nº 1.028/GM/MS, regulamentando as ações de RD como política pública de cuidado dirigidas a usuários ou a dependentes de drogas em contexto de rua, que não podem, não conseguem ou não querem interromper o referido uso, tendo como objetivo reduzir os riscos associados sem, necessariamente, intervir na oferta ou no consumo. Neste mesmo ano, vem é sancionada Lei nº 11.258 de 30 de dezembro de 2005, a qual altera a Lei nº 8.742, acrescentando o serviço de atendimento a pessoas que vivem “em situação de rua” na organização da Assistência Social.

Em 25 de outubro de 2006, por meio de decreto constitui-se Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. No ano seguinte, por meio do decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007, a população de rua conquistou avanços ao ser incluída no Cadastro Único para programas sociais do governo, possibilitando acesso a benefícios, serviços e programas a partir do reconhecimento dos espaços públicos como local de moradia e sustento (Andrade e Freitas, 2019). Em 2008 é então finalizada a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (Brasil, 2009a) que vem servir de subsídio para a formulação do Decreto Federal nº 7.053/2009 que veio dispor sobre a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR (Brasil, 2009b) e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e

Repórter, 2009 (disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1071498/>); a cobertura constante da Folha de S. Paulo, como "Cracolândia" ganha repressão e ações" (folha, 2005), "Cracolândia expande os seus domínios" (Folha, 2006); entre outros.

Monitoramento da Política. Esse decreto, assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nacionalizou tal problemática e, conforme Schuch (2015), passou a considerar esse grupo social como uma população oficialmente inscrita no universo de garantia dos direitos no Brasil.

A partir da Política Nacional para a População de Rua se promulgou uma série de portarias, decretos e estratégias que visam promover o debate sobre o tema e a incorporação desta população como sujeito de direitos não só na Política de Assistência Social, mas nas demais setores do poder público, recomendando assim a ação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura e garantia de direitos humanos. Todavia, esses dispositivos legais não podem ser considerados como esforços apenas do Estado:

tais técnicas de governo são coproduzidas a partir de composições heterogêneas e tensas entre Estado, movimento social, organizações jurídicas e não governamentais e narrativas transnacionais mais amplas de direitos humanos, num entrelaçamento dinâmico de lutas e leis, processos de subjetivação e moralidades, modos concomitantes de gestão e inscrição política (Schuch, 2015, p. 124).

O município de Cabedelo, imerso nessas questões, e encabeçadas por gestores da saúde mental, vislumbrava como possibilidade de atenção a esse grupo populacional, pleitear junto ao Ministério da Saúde a implantação de um CAPS AD. Vale salientar que se tratava de um município com menos de 53 mil habitantes na época, não atingindo população mínima (70mil) para sua abertura, segundo portaria nº 336 de fevereiro de 2002 que regulamenta sua implementação (Brasil, 2002). Contudo, por se tratar de uma cidade portuária e turística, com: fluxo intenso de pessoas e substâncias; expressivo índice de vulneração, pessoas vivendo nas ruas, adoecimento e mortes decorrentes do consumo intensivo de bebidas alcólicas; e alto índice de violência relacionado ao consumo e tráfico de drogas. Em 2009, é então inaugurado o CAPS AD, ocupando uma localização estratégica, ao lado do mercado público e em frente à praça da caixa d'água, e como uma medida de intervenção não só no campo da saúde, mas alinhado as demais ações municipais de ordenamento em curso no centro da cidade.

Logo em seguida, o Governo Federal lança o decreto nº 7.179, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, criando seu comitê gestor e dando outras providências acerca de ações voltadas à temática do consumo de drogas e vivências de ruas (Brasil, 2010). No ano seguinte sai a portaria nº 122 de 2011, a qual vem definir as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua (CnaR) para melhor intervir nos espaços de consumo, levando serviços de saúde e de direitos sociais a pessoas que viviam nas ruas (Brasil, 2011b), dando assim prosseguimentos às demandas da população em situação

de rua⁷³. No âmbito do SUAS, em 2013, através da Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais e tendo referência o Decreto nº 7.053/2009, é instituído o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), com o intuito de reduzir as violações dos direitos socioassistenciais e seus agravamentos, possibilitar proteção social às famílias e indivíduos, reduzir os danos provocados por situações violadoras de direitos, e a construção de novos projetos de vida para aqueles que vivem em situação de rua (Brasil, 2017), entre outras ações e legislações sobre o tema.

Entretanto, o município de Cabedelo, nesta época, não teve implantados tais serviços de CnaR e Centro POP devido ao seu tamanho populacional, sendo o CAPS AD, juntamente com a Abordagem de Rua do CREAS, instâncias que atuavam diretamente com tal população em seus espaços de vivências, a rua. Não obstante, como resultado desses movimentos observa-se o esforço para fazer valer os princípios, direitos e deveres contidos na Constituição de 1988, a partir do desenvolvimento de portarias e decretos de atenção voltada a aspectos relacionados às vivências nas ruas e aos fortes processos de discriminação e exclusão social, para além da questão econômica. Após décadas de investimentos em ações de cerceamento pautadas na criminalização dessas existências, gradativamente houve a tentativa de substituição de um modelo segregacionista por ações mais pautadas na atenção e cuidado a esta população em seu ambiente de vida. Forjou-se toda uma rede de atendimento atento e adaptado às suas especificidades para facilitar não só o acesso à saúde e direitos sociais, mas com isso melhorar a qualidade de vida. No entanto, esbarra-se em grandes desafios, como veremos a seguir.

6.2. Viver no centro, habitar uma terra em disputa

Na primeira década dos anos 2000, deu-se início às obras de requalificação e ampliação do mercado público, que consistiram inicialmente na relocação dos comerciantes que antes ocupavam o terreno público do mercado para seu em torno (em estruturas não regulamentadas e improvisadas); demolição de vários pontos comerciais; e a construção de um novo prédio de dois pavimentos. Parte desses pontos comerciais saíram da região central, espalhando-se pelos bairros da cidade, no entanto, a maioria foi remanejada para as bordas do próprio terreno, para a Rua Dr. João Mata (entre o mercado e a estação ferroviária), Rua Heitor Gusmão (entre o mercado e a secretaria de transportes municipal) e Praça Caixa D'água. Algumas Lanchonetes,

⁷³ Nesse mesmo ano, temos também a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para pessoas com sofrimento psíquico, transtorno mental e/ou com necessidades decorrentes de substâncias psicoativas, assegurando um cuidado, apoio e proteção em rede intersetorial (Brasil, 2011a).

bares e outros comércios do gênero alimentício foram deslocados para rua Duque de Caxias, junto a BR 230 (principal via da cidade), onde fora montada uma estrutura pela prefeitura para servir de espaço de lazer e praça de alimentação, o chamado o Center Lanche.

Essa intervenção no mercado consistia em uma estratégia de ordenamento do espaço público, com melhoria da infraestrutura e saneamento, ampliação do espaço para locação de mais boxes e criação de uma praça de alimentação voltada ao entretenimento e lazer. Tratava-se de um processo de embelezamento, setorização (setor de moda, alimentação etc.), segmentação e disciplinarização das práticas, voltado para possibilitar a intensificação do consumo, turismo e lazer para uma classe social mais abastarda, reconfigurando o local e sua dinâmica. Uma estratégia “civilizadora” para um espaço que era então considerado “marginalizado”, caracterizado pela presença de práticas e pessoas moralmente condenáveis e socialmente rejeitadas, como aquelas que faziam o consumo abusivo de substâncias psicoativas, entre elas pessoas em situação de rua (Paz, 2016). Em sua inauguração, em 2012, tal obra recebeu da gestão municipal da época o nome de “Shopping Público”, como forma de ressignificar o lugar de mercado.

Uma tentativa evidente de transição do espaço público para a adoção de um modelo funcional para o comércio acelerado, no qual as relações tendem a ser mais restritas à circulação de mercadoria e consumidores e gerando a ilusão de espaço compartilhado por meio da compra, o que poderia gerar o esvaziamento desses sentidos mais complexos que caracterizavam as relações e práticas do mercado (Ibáñez, 2016). O que se observou de imediato foi uma modificação considerável da paisagem, dinâmica e a configuração da região, pois aqueles que viviam no e do mercado, entre elas pessoas que viviam “em situação de rua”, também tiveram que se deslocar e migrar para outras regiões. Assim como ocorreu com o mercado público, gradativamente, o Center Lanche foi servindo de pernoite pelos trabalhadores das barracas que residiam distante, para aqueles que se encontravam embriagados e, posteriormente, agregando pessoas que viviam nas ruas, principalmente aquelas que foram deslocadas da região do mercado com o início de sua reforma.

Foi lá que Plácido, após testemunhar uma chacina no bairro do Jacaré, passou a viver com sua esposa⁷⁴. Por sua vez, a aglomeração em espaço restrito e localização junto a principal via da cidade (BR 230) proporcionou uma hipervisibilidade, não só de seus corpos e práticas, mas também o que eles denunciavam: a ineficiência do poder público diante da desigualdade social. Com isso vieram mais demandas por intervenção. Em requerimento, Nº 237/2009, do

⁷⁴ Apesar de não conhecer Plácido antes desta pesquisa, conheci sua esposa, já falecida, que na época era acompanhada pelo CAPS AD, serviço em que atuava como psicóloga.

vereador Jonas Pequeno, encaminhado à presidência da Câmara, encontramos a percepção sobre o local e exigência de intervenção para “recuperação do antigo ‘center Lanche’ no Centro da Cidade, uma vez que o local se encontra em situação precária, servindo apenas de ponto para consumo de drogas por viciados”⁷⁵. Desse modo, houve a retida forçada dos “barracos”, assim denominadas localmente as moradias feitas de forma improvisada, com materiais, recursos e saberes que se tem acesso, e erguidas em terrenos que dificilmente teriam acesso via mercado imobiliário, seja por ser terra privada, espaços públicos e/ou área de preservação ambiental.

Esses barracos proporcionavam não só abrigo para as pessoas como a possibilidade de se isolar e garantir privacidade para a vida íntima em meio a um espaço urbano aberto de circulação de pessoas. Eram edificações construídas a partir da relação de pertencimento e familiaridade nas práticas, e resguardados das hipervisibilidades que o centro propicia. A apropriação e construção desses barracos eram assim uma possibilidade de materializar o íntimo (enquanto dimensão protegida da vida definida pelos pares, família e amigos) em meio a vida pública que concerne o habitar as ruas de um centro de cidade, transformando-o em privado terreno também alheio. Ou seja. Um lugar também ambíguo por se situar entre o público e o privado. Tal projeto de “recuperação” pelo poder público foi concluído em 2011, com o calçamento da rua⁷⁶, constituindo-se até os dias atuais em um espaço vazio para trânsito de pedestre. Sem infraestrutura para a permanência, tornou-se um espaço arrasado, aquilo que Sennett (1988, p. 29) denomina de espaço público morto. Um espaço que não permite vinculação, intimidade e isolamento entre os iguais em meio ao público.

Apenas de passagem, o local perderia sua qualidade de público na medida que não provoca o encontro e trocas entre heterogêneos (Leite, 2008). Essa ação aconteceu aos moldes daquilo que Lefebvre afirma acerca dos projetos urbanísticos haussmariiano na Paris do final do século XIX: “Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar (Lefebvre, 2001, p. 23). Por contingência de tal evento, as pessoas tiveram que migrar para outros locais. Parte dessas pessoas passou a ocupar a Praça da Caixa D’água, que já era na época, ponto de aglutinação de pessoas que se encontravam em situação de rua. A sua localização estratégica junto ao mercado e estabelecimentos públicos fazia dela um lugar de grande circulação de pessoas, sendo palco de vários eventos culturais, serviços públicos e manifestações políticas, assim como espaço voltado às atividades de descanso, lazer, entretenimento e ocupação do tempo livre para parte

⁷⁵ Acessado no site: <https://sapl.cabedelo.pb.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2009/3735/requer_no_237__2009_-_ver._jonas_pequeno_-_recu_i0Bv5ch.pdf>

⁷⁶ Como podemos ver na reportagem disponível em: <http://cabedeloemfoco.blogspot.com/2011/11/>

da população da região, especialmente através do jogo de dama ou simplesmente do ato de flunar.

Como parte dos boxes de venda e serviços se instalaram temporariamente nessa praça, havia a comercialização diversos produtos e serviços dispostos em seu espaço. Era um lugar de estar, consumir e fazer político, atraindo transeuntes, moradores da vizinhança, trabalhadores e clientes do comércio local, pessoas em situação de rua e aqueles em busca de diversão em sociabilidades em torno da bebida alcóolica e outras substâncias psicoativas. Se constituía, portanto, um espaço onde a diferença se encontrava, desempenhando aquilo que Leite (2008, p. 38) chama de “afirmação dialógica dos diferentes lugares e sociabilidades” que estruturavam a região, fazendo dela um espaço de apropriações díspares, de ambiguidades e contrastes de usos. Plácido foi uma dessas pessoas, que diante das subsequentes intervenções no espaço central por volta de 2010, migrou para praça da Caixa D’água. Com a intensificação de pessoas vivendo no local numa relação integral de trabalho, lazer e moradia, essa se tornou também alvo de inúmeras queixas, como podemos ver no artigo publicado no portal Renascer Notícias⁷⁷:

Segundo alguns moradores que não quiseram se identificar, a Praça Venâncio Neiva [Pça. da Caixa D’água] está servindo para ponto de tráfico de drogas, motel e hotel público além de local onde ocorrem todas as formas de atos não convencionais à sociedade sem que ninguém tome nenhuma providência. (Renascer em Notícias, 04/2012).

O artigo, cujo título “População exige da Câmara e Prefeitura, resgate da Praça Venâncio Neiva, em Cabedelo”, traz denúncia de “abandono do patrimônio público” e relatos de insatisfação dos moradores da região circunvizinha diante da presença de pessoas em práticas consideradas ilícitas e/ou moralmente condenáveis, exigindo do poder público o “resgate” do espaço (Renascer em Notícias, 04/2012). Assim como o ocorrido no Center Lanche, logo a praça também foi alvo de políticas públicas de inibição e expulsão daqueles que viviam em situação de rua, associando tais presenças ao consumo de drogas, violência e criminalidade. Como apontando anteriormente, estava em curso grande visibilidade e debate acerca da presença de pessoas vivendo nas ruas e sua relação com o consumo do crack, associada diretamente à degradação do espaço público ao crime, violência e doenças, havendo assim um forte apelo social para remoção dessas pessoas da paisagem urbana, pois:

Tendo a polícia o mandato de assegurar a ordem nos espaços públicos, tendo o ordenamento jurídico as atividades ligadas a determinadas substâncias psicoativas como ilícitas e tendo tantos consumidores problemáticos a rua como contexto privilegiado, os (des)encontros entre “ordem” e “desvio”, entre “lei” e “crime” não

⁷⁷<http://renasceremnoticia.blogspot.com/2012/04/populacao-exige-da-camara-e-prefeitura.html>. Acessado em 30/03/2021.

são apenas inevitáveis – são frequentes e expectados de parte a parte (Fernandes, 2019, p. 27)

Nos anos seguintes, a Praça da Caixa D'água e toda área em torno do mercado público permaneceu alvo de vigilância e controle por parte do poder público, com intervenções tanto pautadas na promoção da qualidade de vida dessas pessoas, por meio da atenção assistencial, saúde e cidadania, como, especialmente, medidas de segurança e higienização do espaço público, com constantes ações de repressão a partir de rondas e batidas policiais⁷⁸. Essas últimas, geravam inúmeros constrangimentos, sendo as revistas percebidas como ato de humilhação e violência (Paz, 2016), que juntamente com podas de árvores (tirando-lhes as sombras), fechamento de torneiras de acesso público, entre outras, atuavam como estratégias para evitar suas permanências no local. Por outro lado, havia também ações mais enfáticas de eliminação de tais presenças, como ameaças, prisões, encaminhamento para cidades de origem e internações em instituições religiosas. Observa-se que tais ações não se restringiam a intervenções no espaço geográfico, mas fundamentalmente nos corpos dessas pessoas.

Além disso, elas não visavam necessariamente proporcionar uma melhor qualidade de vida e usufruto do espaço às pessoas que lá estavam, mas a sua retirada. Apesar de apresentarem percepções, meios e práticas distintas, esses projetos estariam fortemente arraigados na perspectiva tradicional de remoção desses corpos do espaço público como objetivo central, seja via negociações ou remoção forçada. Ambas as estratégias estariam alicerçadas em tecnologias de seleção, categorização, separação e imobilização específicas do Estado, produzindo alvos privilegiados de ação (Fonseca & Cardarello, 1999) diante de “mobilidades suspeitas”, de acordo com as condições materiais e políticas específicas de cada momento histórico particular (Weber e Bowling, 2008). E mais. Assim como tempos atrás, elas estão alicerçadas na expulsão da população pobre das ruas, sob o discurso do combate à criminalidade e higienização do espaço urbano, num jogo de exclusão/inclusão a partir das lutas coletivas contra a exclusão social e dispositivos de criminalização da pobreza.

Isso porque a noção de um problema social urbano que precisa ser combatido, gerido e pretensamente impedido (Neves, 2010) a partir do reconhecimento da falta do Estado em garantir seus direitos (Estado em falta com a sociedade) se mantém alicerçado na percepção dessas pessoas como portadoras dos males sociais, e, portanto, corpos em falta com à sociedade.

⁷⁸ No auge dessa discussão a prefeitura solicitou apoio ao CAPS AD, instituição localizada em frente à praça e no qual trabalhava na época, para remoção das pessoas, juntamente com a polícia e o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). Estava como pauta a possibilidade de internação compulsória. O CAPS AD decidiu não participar diretamente da ação de remoção, mas passou a oferecer na praça atividades de promoção de saúde, fortalecimento das redes de apoio, proteção e mobilização social por meio de oficinas terapêuticas, de educação, direitos, cidadania e cultura.

Eliminando-os estar-se-ia eliminando o problema. Nesse cenário, impulsionadas pela forte demanda para eliminação da presença daqueles que viviam em situação de rua em torno do consumo de substâncias psicoativas, pautada na interpretação equivocada dos desafios cotidianos para implementar na prática da política pautada nos direitos humanos e reforma psiquiátrica, e tendo como pano de fundo interesses morais e mercadológicos da bancada evangélica, a política de RD passou a ser criticada, havendo um investimento na massificação da noção de abstinência e internação compulsória como medida de tratamento (Brasil, 2019).⁷⁹

O poder público passa então a legitimar o ideário de higienização e segregação, utilizando-se para isso decretos, portaria e notas técnicas, sendo sancionado, em 2017, o financiamento público de leitos em instituições religiosas privadas (Brasil, 2017), ressurgindo e consolidando também o lobby em torno da indústria de leitos de internação psiquiátrica, hegemonia do saber biomédico e novo processo de estigmatização e segregação das pessoas em situação de rua. Como chama atenção Lemões (2017), paradoxalmente aos avanços constitucionais no que tange aos direitos humanos, constituiu-se um campo no qual “versões, interpretações e concepções” estariam em constante “disputa e negociação”, a depender de determinados interesses e contextos sócio-históricos. Em Cabedelo, seguindo a lógica de intervenções dos espaços públicos centrais onde essas pessoas habitavam, a Praça da Caixa D’água também é reformada.

Segundo uma arquiteta da Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a intervenção estrutural na praça se iniciou em 2016, com a retirada dos boxes de venda e fechamento dos pilotis da caixa d’água, dando seguimento em 2018 com obras de troca de calçamento e de bancos, ampliação de estacionamentos para atender ao comércio da região, pintura da estrutura da Caixa d’água, paisagismo e intensificação da iluminação. Essa reforma faria parte de um projeto mais amplo de requalificação das praças de Cabedelo, cujo objetivo seria possibilitar maior segurança e fazê-la ser frequentada pela população local, especialmente os moradores das áreas circunvizinhas (Diário de campo, 26/08/2019). A praça, assim como ocorreu com o mercado, teve sua circulação amainada, e não se tornou um espaço arrasado como ocorreu com o Center lanche. Entretanto, essa nada tinha a ver com a vida pulsante que

⁷⁹ É importante lembrar que em 2014, o Brasil ganha destaque global por sediar a Copa do Mundo da FIFA, fazendo parte dos preparativos estruturais para acolher pessoas do mundo inteiro, a intensificação das ações de higienização dos espaços públicos, com a retirada de pessoas que viviam nas ruas não só das cidades sedes dos jogos. Movimento que continuou intenso com os eventos das Olimpíadas, em 2016. Nessa época estava como tutora de ensino pela FIOCRUZ junto a trabalhadores que atuavam com a população em situação de rua no centro do Rio de Janeiro/RJ, em especial equipes de consultório na Rua, os quais denunciavam as ações de expulsão e massificação da internação compulsória.

a caracterizava em anos anteriores, restringindo-se aos fluxos de transeuntes, especialmente daqueles que estacionavam em seu perímetro.

Em artigo do portal PBNEWS do dia 19 de abril de 2018, sob título “Prefeito entrega reforma da Praça Venâncio Neiva e realiza sonho antigo de moradores e comerciantes”⁸⁰, encontramos depoimentos de pessoas que corroborariam com os objetivos do projeto da reforma. Podemos perceber nas falas abaixo a reivindicação por parte de uma população local, pelo ordenamento e higienização do espaço, caracterizado como “uma verdadeira sujeira”. Se anteriormente temos reivindicações para “recuperar” o espaço urbano e “resgatar” o poder do Estado sobre o local, numa tentativa de reapropriação do espaço pelo poder público para então devolver à determinada população, agora vemos a noção de “revitalização” do espaço. Ou seja, dar a praça uma nova vida, pois a que havia lá não era “digna” e “tranquila”. É interessante observar essa diferenciação da legitimidade de quais vidas e corpos poderiam ou não ocupar esse espaço público:

Essa reforma, em si, foi sensacional e vai revitalizar o nosso Centro. [...]. Principalmente porque o povo vai voltar a frequentar o espaço, com dignidade e tranquilidade, e esse fluxo também trará mais comerciantes. Espero que, após a reforma, a Prefeitura continue ocupando, trazendo segurança, limpeza e sua manutenção. (PBNEWS, 19/04/2019).

Antes era uma bagunça aqui nessa Praça. Era barraca desmantelada, uma verdadeira sujeira. (PBNEWS, 19/04/2019).

Portanto, marcadas por conflitos e disputas. Serpa (2007) destaca que as políticas públicas voltadas à melhoria do espaço urbanos considerados degradados, por meio da “revitalização” e “requalificação” de espaços “em crise”, são voltadas para atender uma nova classe média. Aquela que supostamente teria perdido o poder sobre o espaço a partir da presença de uma outra população, não desejada por estarem associadas à pobreza e/ou rompimento com suas regras, valores e moral associados ao trabalho, família e casa. Na própria origem do termo público, apanhado por Sennett (1988), observa-se como um dos usos de tal designação na Inglaterra de 1542, como referindo-se aos privilegiados, especificamente ao alto escalão do governo. Enquanto na França do século XVII, tinha-se como público, na relação público/plateia, a referência a um grupo muito restrito, a elite. Só posteriormente, que tal termo associou-se à noção de cosmopolita, aquele que se movimenta em meio à diversidade, à vontade em meio a estranheza e ao não familiar (Ibidem).

⁸⁰<http://pbnews.com.br/cidades/cabedelo/2018/04/prefeito-entrega-reforma-da-praca-venancio-neiva-e-realiza-sonho-antigo-de-moradores-e-comerciantes.html>. Acessado pela última vez em 30/03/2021.

Observamos com isso, que as praças, mais que ornamento da paisagem urbana, são construções e lugares materiais e simbólicos da estratificação cidadina, pois centralizam e demarcam a estrutura urbana de poder (religioso, econômico, político), sua moral, normas e costumes (pautadas no patrimonialismo, racismo e sexismo), e ao propiciar o encontro do heterogêneo, faz evidenciar as diferenças de interesses e desigualdades socioculturais (Ibáñez, 2016). Assim a proposta de requalificar e revitalizar tais espaços públicos, pode ser vista como uma evidente ação para a alteração da vida que lá habitava, pois a existente não seria digna do espaço. Diante de mais uma ação de expulsão, as pessoas que habitavam a praça reocuparam o mercado, passando a concentrar e desenvolver suas atividades dentro deste estabelecimento e suas calçadas.

O planejamento urbano oficial, que visava a aceleração da circulação das pessoas e do consumo de forma compartimentalizada, restringindo as interações daqueles de classe baixa, foi pouco a pouco dando lugar, novamente, às relações de convívio, vinculação e cumplicidade entre os frequentadores e aqueles que viviam em situação de rua na região. Isso porque, para os setores populares, o lugar relacional acaba tendo preeminência sobre o da circulação acelerada dos espaços de consumo da cidade contemporânea (Ibáñez, 2016).

No interior destas, não há apenas situações de pobreza e marginalidade, mas também outros modos de vida que, à sua maneira, reinterpretam as relações e convivências e questionam os modelos de aceleração da circulação para o consumo padronizado: não escapam deste, mas pelo menos apresentam outras opções. [...]. Aí há algo que acontece, que resiste, que reconfigura (Ibáñez, 2016, p. 326).

Paulatinamente, os antigos frequentadores passaram a revisitá-la, dividindo espaço com os novos agentes, engendrando uma nova circularidade pelo local, estabelecendo suas relações de apoio, afeto e suporte, e atuando na própria conformação do espaço e suas atividades, numa ação reflexiva entre o espaço urbano público e a espacialização de sociabilidades públicas. O mesmo vinha ocorrendo com a praça da Caixa D'água. Podemos inferir que a retomada desses espaços pelos interlocutores se mostrou, além de subversivas ao planejamento urbano oficial, contra a ideia de higienização e enobrecimento, como capazes de produzir taticamente uma ressignificação do espaço a partir de uma demarcação socioespacial da diferença (Paz, 2016). E mais. Em um contexto de injustiça na distribuição dos bens e riquezas, associado à desigualdade de poder e de acesso a direitos, poderia revelar-se um de resistência táticas de ocupação da cidade diante de fortes relações de poder.

É preciso lembrar que essas pessoas que vivem e habitam as ruas, suas práticas e interesses, dificilmente tem lugar nos planejamentos públicos de ocupação do espaço urbano e tem a circulação e ocupação dos espaços da cidade de forma restrita. Elas necessitam construir

taticamente para si lugares possíveis para habitar. E como assinalado no capítulo anterior, a partir do próprio corpo em ações cotidianas e discretas. Poderíamos pensar essa retomada como ato político, uma política do cotidiano?

[...] certos contra-usos podem contribuir para politizar “taticamente” uma paisagem urbana também politizada “estrategicamente” pela *gentrification*, para argumentar que a desapropriação de “sujeitos” não reduz o sentido público do espaço urbano, mas pode representar uma reordenação da sua lógica interativa, a partir das apropriações (“táticas”) dos espaços mediante a construção dos lugares (Leite, 2002, p. 122).

Para esse autor, o “contra-uso” seria “ações deliberadas de subversão prática e/ou simbólica dos usos esperados para os espaços enobrecidos” (Ibidem, p. 40), a partir de práticas inovadoras e capazes de subverter os usos esperados de um espaço regulado. Nesse sentido, a presença de seus corpos não só politizaria o espaço, mas fazem de seus corpos, corpos políticos a partir de: insurgência nos espaços públicos centrais; invenções e subversões dos usos prescritos das coisas (incluindo os espaços); resistências aos processos de expulsão; insistências em viver a centralidade e habitar a cidade; e em alguns casos, recusando a se submeter a temporalidades e normas das instituições destinadas aos seus corpos, muitas delas distantes do centro. Por sua vez, observa-se que essas estratégias de evitação, remoção e tentativa de expulsão e que irrompem no movimento cíclico de dispersão seguido de reapropriação do espaço público (expulsão/ocupação), vem cronificando ainda mais o estado de vulnerabilidade dessas pessoas e os afastam da condição de vida digna nas ruas (Frangella, 2009).

6.3. Entre a espera e a itinerância: higiene, abstinência e “humilhação” na busca por apoio social e cuidado em saúde

Acessar serviços oferecidos pelas instituições públicas requer primeiro de acesso a informações. Para isto, muitas vezes, é preciso ir ao serviço, entrar em uma fila de espera até obter as informações de que necessita, para só depois ser atendido, agendar o atendimento ou ser encaminhado para outro serviço mais adequado a sua demanda. Todavia, o que se observa é um jogo de referenciação e encaminhamentos sem fim. É o que aconteceu com Plácido quando contraiu escabiose (sarna). A cartografia de seus movimentos pode ser observada na imagem abaixo. Iniciando seu percurso no Mercado público, local do seu habitar, ele conseguiu as primeiras informações em saúde e onde poderia recorrer tratamento. Seguiu para o “postinho” USF Borges, onde obteve atendimento com enfermeira, que o orientou a procurar outro serviço, pois não havia médico para prescrever medicação e, conseqüentemente, retirada na farmácia do posto. Esta redigiu encaminhamento para a Policlínica (Diário de Campo, 08/04/2019).

Imagem 24 – Cartografia de um itinerário terapêutico de Plácido



Desenho: Ana Carolina Paz

Como esse outro serviço localizava-se distante, em outro bairro, foi necessário recorrer a transporte por meio de um veículo. Provavelmente, sem o acompanhamento e mediação da pesquisadora, diante das dificuldades de locomoção e financeiras, este abandonaria aqui seu itinerário terapêutico em busca de tratamento. Ao chegar na policlínica, ficamos sabendo que ele não poderia passar pelo médico, pois se trataria de um serviço especializado que não atende demanda espontânea, sendo as consultas agendadas com antecedências pela USF, seguindo regulação municipal de fluxo de atendimento. Mesmo alegando falta de médico na unidade e encaminhamento da enfermeira, o atendimento disponibilizado foi o protocolo destinado às pessoas em situação de rua, como exames para detecção de sífilis, HIV e tuberculose junto ao Serviço de Atendimento Especializado (SAE), que nada tinha a ver com sua demanda inicial. Após exames, foi mais uma vez encaminhado a outro serviço, desta vez o Hospital Geral.

Chegando lá, fomos orientados a procurar o atendimento na USF, pois lá só atenderiam casos de urgência e emergência, devendo a sua demanda absorvida pela USF. Após explicarmos a situação, fomos orientados a guardar, respeitando a ordem de prioridade da escala de emergência e urgência. Diante de mais uma longa espera, e já sentindo sintomas fortes da abstinência, Plácido decide se retirar. Fomos a uma farmácia em busca de alguma medicação que pudesse tratar ou mesmo aliviar os sintomas de coceira e feridas na pele, retornando em seguida, ao mercado público. Lá ele fez uso da bebida, aliviando os sintomas de tremores e irritação provenientes da abstinência e pediu auxílio aos amigos na condução do seu tratamento.

Observa-se que na busca por diagnóstico, tratamento e acesso a medicação gratuita, Plácido teve que deslocar-se a vários serviços, não sendo bem orientado e atendido na sua demanda, só acessando as informações adequadas e medicação na rede privada e em relações próximas.

Tal situação vivenciada por Plácido é extremamente comum na busca por tratamento médico por pessoas que vivem em situação de rua e habitam cidades que não dispõem de serviços como o Consultório na rua (CnaR). Estes são dispositivos de saúde da Atenção Básica que atuam *in loco*, colocando em prática os princípios da reforma sanitária e psiquiátrica, ao fomentar a corresponsabilização do cuidar em liberdade e no território (Albuquerque, 2014), alicerçado na Redução de Danos e atento a integralidade dos sujeitos (Lima, 2013). Por isso, atuaria também como suporte social e afetivo a partir da criação de vínculos (Ferreira et al, 2016), possibilitando o cuidado por meio das potencialidades do viver nas ruas e superando as dificuldades que outros serviços apresentam (Esmeraldo Filho, 2021). Diante da inexistência desse serviço, ou mesmo em atuação paralela e em parceria com o CnaR, haveria os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) como elo entre a comunidade e a unidade de saúde. Contudo, a região do mercado também não contava com esse profissional, estando como “área descoberta”.

Apesar dos avanços das políticas públicas voltadas à equidade da atenção, ainda há a necessidade de canais de mediação para garantir o acesso à saúde por essas pessoas, revelando o não acesso democrático em saúde. O que testemunhamos foi o não atendimento médico na USF, orientações equivocadas de funcionários que desconhecem os serviços prestados e protocolos de atendimentos da rede de atenção, gerando deslocamentos desnecessários, longas e várias filas de espera e, em muitas das vezes, o não atendimento à demanda, causando frustrações e indignação. A desinformação e longa espera na busca por informação, assistência e/ou para tratamento torna-se uma prática quase insuportável para aqueles que vivem em situação de rua, tanto devido aos sintomas de abstinência quanto ao preconceito sentido nos olhares das pessoas e à necessidade de estar na rua para obter sua fonte de renda.

Estudos mais recentes apontam essa dificuldade estando relacionada, principalmente, à: organização destes serviços (longa fila de espera, fluxos de encaminhamentos confusos, protocolos rígidos etc.); desconhecimento dos protocolos específicos (exigência indevida de documentação etc.) e limitação para o atendimento por meio de busca espontânea; além do preconceito (manter-se abstermido, a noção de higiene, racismo, sexismo, homofobia etc.); entre outros entraves (Brasil, 2019). Palepu et al (2012, p. 09) destaca a existência de rotulações, desrespeito e invisibilidade de suas demandas pelos prestadores de cuidados e, em muitos dos casos, elas experimentam alguma forma de discriminação ou impedimento ao tentar entrar e

usufruir de serviços, inclusive rede de saúde pública e socioassistencial (Brasil, 2009)⁸¹. Dessa forma, a “territorialização precária” em que estão inseridos lhes sujeitam a dimensões do desamparo não só face às intempéries, a insalubridade e insegurança (Valencio et al, 2010), mas também gerando iniquidades, que aliado às exigências institucionais, a falta de informação eficiente e preconceito, os fazem protelar, recusar ou mesmo abandonar tratamentos.

Todas essas situações geram inúmeros constrangimentos e a percepção de “humilhação”, injustiça, indignação e revolta diante do preconceito por qual passam cotidianamente, nas ruas e junto a essas instituições. E aponta para a dificuldade de homens e mulheres que vivem e habitam nas ruas de obter informações seguras, impedem o acesso e dificultam o acompanhamento nos serviços de saúde (Miranda, 2014; Carvalho, 2014; Pinto, 2019; Campanella e Oliveira, 2020). O não reconhecimento de suas particularidades culmina na procura desses serviços e tratamento médico apenas em: circunstâncias extremas de agravamento, quando apresentam estágios mais avançados, sintomas agudos e/ou relacionadas a traumatismos, sendo os serviços de emergência e urgência os mais recorridos por essas populações (Dantas, 2007); ou quando são conduzidas por meio de outros serviços de saúde e instituições assistenciais específicos à população em situação de rua.

Segundo Garcia (2013, p. 1010), nos discursos dos profissionais de saúde sobre o assunto há um entendimento de que essas pessoas “só se reconheceriam como doentes quando tem sua capacidade de locomoção abalada, uma vez que isto inviabiliza a sobrevivência”. Tal percepção pode apontar duas dimensões, uma pautada no reconhecimento dos aspectos que os impedem em acessar os serviços, e outra que atribui ao sujeito o não interesse no tratamento. Uma pelo viés da percepção das iniquidades, apontando para a necessidade e desenvolvimento de ações equânimes de acesso, e outra baseada na percepção moral e estigmatizante sobre esses sujeitos. Desse modo, os tratamentos que demandam atenção contínua (medicação controlada, frequência regular etc.), como os casos de tuberculose e AIDS e problemas decorrentes do consumo abusivo de álcool e outras drogas, acabam sofrendo uma agudização e gerando possível infecção de outras pessoas que vivem nas mesmas condições (Ibidem). Como consequência de tal processo, essas pessoas são compelidas constantemente a reafirmar sua

⁸¹ Tal invisibilidade, no caso das mulheres, se expressaria na dificuldade de reconhecer a vulnerabilidade desta em contexto de rua, pautando protocolos de cuidados e atenção em saúde alicerçada nas demandas daquelas que vivem em contexto domiciliar (Leal et al, 2020). Por outro lado, ainda segundo esse autor, dados epidemiológicos nacionais apontam que as mulheres acessam e frequentam mais os serviços de saúde do que os homens. Essa invisibilidade se revela também na falta de documentação necessária para acessar serviços e benefícios sociais pelo Estado (Hallais e Barros, 2015; Natalino, 2016b).

condição de humano e cidadão para obter minimamente acesso a direitos, inclusive à saúde (Lacerda, 2012; Sambu, 2014).

Certa vez, Plácido me procurou queixando-se de fortes dores no peito (Diário de Campo, 27/03/2019). Na tentativa de identificar possíveis causas, ele recordou de um tratamento que fizera anos atrás, mostrando uma antiga cartela de medicação para o “tratamento dos pulmões”. Desconfiando de uma tuberculose não curada, sugeri irmos ao médico e, apesar de seu interesse, relatou: “vou fazer a senhora passar vergonha, estar ao lado de uma pessoa suja e bêba [bêbeda]”. Ele alegou a necessidade de ficar sóbrio e bem higienizado para ser mais bem atendido. A conversa continuou acerca da discriminação que sofria em adentrar locais fechados, comentando que as pessoas ficavam “olhando desconfiadas”, seja pela aparência, comportamentos e/ou hábitos de vida, o que o fazia sentir-se “humilhado” (Ibidem). Apesar das argumentações e elucidações sobre tratamentos e seus direitos, preferiu deixar para ir no dia seguinte, sendo postergado por várias vezes, exatamente por não conseguir tal intento. Posteriormente, ao questionar sobre esses adiamentos, ele comentou que além do preconceito, se iniciasse o tratamento teria que “ficar sem beber” e, se não conseguisse, teria que ser internado, o que iria privá-lo da rua.

Plácido havia abandonado um tratamento anterior, assim como abdicado de um novo tratamento, por ter sido informado da necessidade de abstinência, ter sua circulação pela cidade ameaçada e receio da “humilhação”. Jeová, portador do vírus da imunodeficiência, também havia recusado tratamento medicamentoso devido ao receio de “misturar as substâncias” (Diário de Campo, 08/04/2019). Só após conversar com outros interlocutores, também portadores do HIV, consumidores assíduos da cachaça e que faziam tratamento regular, é que obteve melhores informações sobre o tema. Esse critério de higienização e abstinência para acessar serviços e tratamento foi testemunhado, inclusive, no próprio CAPS AD. Certa vez, ao chegar no portão do CAPS AD, Mário, seu amigo e eu, a pessoa que nos atendeu reconheceu Mário e disse que este não poderia entrar por estar atrasado e visivelmente embriagado. Interfiro, argumentando que tal serviço é “porta aberta” para demandas espontâneas e estávamos ali buscando atendimento para seu amigo.

Na portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, na qual institui a Rede de atenção Psicossocial (RAPS) do SUS, consta em seu artigo 7º, parágrafo 4º, inciso IV que o CAPS AD é um serviço “aberto e de caráter comunitário”. O mesmo consta no Manual de implementação dos CAPS (Brasil, 2013), o qual acrescenta a realização de atendimento às essas pessoas, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial. Portanto, deveria ter como premissa o acolhimento das demandas espontâneas, inclusive estando em estado de embriaguez.

Quando finalmente adentramos o serviço, uma funcionária vem ao nosso encontro alegando que não poderia “ficar e participar das atividades por causa do horário”, mas que poderia “voltar amanhã às 8h, em abstinência. Ele sabe que para frequentar o serviço ele não pode beber!” (Diário de Campo, 05/11/2018). Outros funcionários, mais acolhedores, vieram perguntar como ele estava e o que tinha acontecido com sua perna, que naquele momento sangrava bastante. Mário havia caído numa caixa de gordura do mercado, ferindo uma das pernas.

A mesma funcionária acima comenta então que ele deveria procurar o hospital e não o CAPS AD, negando-lhe atendimento e instalando um clima de tensão, ficando os outros funcionários calados e apreensivos. Quando essa se ausentou, algumas funcionárias ofereceram a possibilidade de tomar banho e fazer um curativo. Enquanto aguardava os dois serem atendidos, um dos usuários que já o conhecia de anos atrás, em sussurros, comentou:

Já morreram uns 19 usuários daqui desde que mudou a equipe do CAPS [...]. Depois que mudou a gestão daqui a coisa ficou ruim, visse. O pessoal deixou de frequentar. O serviço tá totalmente diferente. A direção atual é terrível. Ninguém gosta mais do CAPS [AD] e muitos desistiram de frequentá-lo. [...] Hum, será que o pessoal tá morrendo porque o CAPS [AD] tá assim? Não tem mais aquele lugar de apoio, visse. O pessoal cai na bebida, adoce e morre. [...] (Diário de Campo, 05/11/2018).

Ao longo da conversa, esse usuário cita as 19 pessoas falecidas que, segundo ele, deixaram de frequentar o serviço devido às novas orientações e normas institucionais, entre estas o estabelecimento de regras de conduta mais rígidas, como o cumprimento de horários para entrada no serviço (8:00h) e a abstinência como condição para o tratamento. Para ele, tal postura vinha dificultando o acesso e frequência de certos usuários ao tratamento, pois não haveria acolhimento para aquelas pessoas que não conseguiam atendê-las, impedindo o estabelecimento de vínculos de apoio e confiança, afastando-os. E, por não frequentarem o serviço diariamente, elas passavam mais tempo no consumo da bebida, intensificando-o, o que, por sua vez, traziam complicações de saúde e os levavam à morte (Ibidem). Além disso essas exigências institucionais criavam hierarquias de merecimento e dignidade dentro do próprio serviço, contribuindo para a discriminação e o preconceito contra aqueles que assumiam hábitos de vida que os impediam de cumprir tais normas.

Tal hierarquia tem como o mais elevado a abstinência, higiene e comportamento dócil, e o mais inferiorizado aqueles que não conseguiam ou não queriam interromper o seu consumo por completo, não dispunham meios e condição de higienização satisfatório e que assumiam uma postura indisciplinar para os parâmetros institucionais. Havia assim um processo de estigmatização desses usuários, especialmente os que viviam em situação de rua, sendo

inclusive sentidas como práticas de humilhação e segregação. Anderson, entre outros interlocutores, comentaram sobre esse sentimento e percepção acerca do serviço:

Eu que não vou para o CAPS [ad], a pessoa não pode ter bebido, aí fica difícil, né? Se eu conseguisse ficar sem beber eu num precisava ir p lá! Lá só serve para humilhar o cara que bebe. (Diário de Campo, 18/03/2019)

O que mais chama atenção é que a “humilhação” advém de um serviço especializado no tema, o que aponta a seriedade e gravidade da discriminação. Na realidade daqueles que se encontram em situação de rua, a bebida alcóolica e outras substâncias psicoativas, como o crack, assume várias funções de suporte às vivências nas ruas. Para Inácio era por meio da “pedra” que conseguia ânimo para “meter a mola” e tecer sua fonte de renda. Para Plácido era o que organizava sua rede de afetos, apoio e recursos. Para muitos, como Laís, era o que fazia suportar as dores e perdas. Ou seja, a percepção da bebida alcóolica e outras drogas é tida como recurso importante em suas vidas, auxiliando a esquecer experiências dolorosas, ao menos em curto prazo (Palepeu et al, 2012). Para estas pessoas, interromper forçosamente tal consumo era abrir uma caixa de pandora, na qual poderia advir incômodos insuportáveis em suas vivências. O cuidado e tratamento teria que advir de um trabalho gradual, singular e pautado na promoção da saúde e qualidade de vida de forma holística e integral (cuidado biopsicossocial), reduzindo os danos desse consumo, com ou sem a presença dessas substâncias.

Era essa experiência anterior, pautada na RD, que fazia Mário e outros usuários, manter bons vínculos com o serviço e seguir com seu tratamento, reconhecendo-o como local de apoio e recomendando-o para todos os quais ele acreditasse necessitar. Contudo, frequentá-lo já não era mais possível devido às exigências impostas. Uma atuação fora dessa lógica, vinha afastando-os. Diante disso, paulatinamente, Mário deixou de frequentar o CAPS AD. O turno da manhã e tarde que antes estava destinado às atividades institucionais — ampliando assim o seu leque de práticas, modos de interações, convivência e apoio, e cujo espaço lhe garantia higienização e alimentação de qualidade, entre outros aspectos que incidiam como elementos redutores de danos, promoção da saúde e na melhoria da sua qualidade de vida — agora estavam restritos às sociabilidades em torno do consumo constante da bebida nas ruas do centro da cidade. À medida que Mário se desvinculava do serviço, intensificava o consumo da bebida, que por sua vez, intensificava os conflitos familiares, cronificavam seus problemas de saúde e o impossibilitava trabalhar (como cuidador de enfermos). Um movimento encadeado que o conduziu para expulsão da casa de seu irmão, onde pernoitava, levando-o à integralidade do viver nas ruas.

Por outro lado, não ser “homem” sem trabalho e casa era constatar o desmoronamento dos pilares que o sustentavam socialmente, nos quais tentava se apoiar, ainda que simbolicamente. Como consequência observa-se a cronificação do seu estado de vulnerabilidade biopsicossocial. Sicari e Zanella (2018) destaca que a relação entre o consumo do álcool e a vida nas ruas traz maiores dificuldades de inserção e desenvolvimento de trabalho e renda, assim como acelera o processo de envelhecimento e aumenta os agravos de saúde. Estes por sua vez, interferem na saúde mental, gerando elevado índice de pessoas com autoestima baixa, sentimento de autorrejeição e abandono do autocuidado (Lacerda, 2012; Palepu et al, 2012; Sambu, 2014). Botti et al (2010) chama atenção para o fato que a maioria dos homens adultos em situação de rua apresentam estados de depressão, sendo grande parte leve. Diante disso, Mário veio a falecer durante a pesquisa, tendo causa da morte em seu atestado de óbito “insuficiência respiratória” e uma anotação sobre “crise de abstinência” e “consumo de álcool” (Diário de Campo, 20/03/2019).

A exigência da abstinência parecia ter advindo dos novos rumos que o campo da Saúde Mental, enquanto linha e área técnica da política de saúde do SUS, vinha seguindo no país, colocando essas pessoas de fora das políticas de cuidado e atenção voltado ao tema. Em nota técnica de 2019 do Ministério da saúde, que compilou as alterações realizadas entre 2017 e 2019, encontramos a orientação em saúde mental como sendo o único responsável pelo aumento de pessoas com transtornos mentais nas unidades prisionais, dos casos de suicídio, pacientes com transtornos mentais graves na condição de moradores de rua, o aumento e proliferação das crackolândias e superlotação de Serviços de Emergência. Para o então governo, “Tal cenário é fruto direto dos equívocos de fechamento de leitos psiquiátricos no Brasil, nas últimas duas décadas principalmente” (Brasil, 2019, p.05).⁸²

Tal conclusão não questionava os aspectos sociais, culturais e o modo de vida urbano contemporâneo, como a desigualdade sociocultural brasileira e suas consequências na qualidade de vida das pessoas e nem fez a comparação com os índices internacionais. Não considerou também a falta de investimento financeiro para estruturação dos serviços substitutivos e para qualificação profissional na área. Além disso, nela não só encontramos uma declaração contrária à legalização das drogas, ou seja, a regularização e controle, mas também a noção moral de abstinência como tratamento. Estando, assim, na contramão das orientações das Organizações Mundial de Saúde (OMS) que declarou falência da política de “guerra às

⁸² Em mesmo ano, é então publicado o decreto nº 98894/2019 que reduzia o número de representantes da sociedade civil no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP-RUA).

drogas”, trazendo impactos diretos na atenção voltada a população em situação de rua. Vimos que tal exigência é o que mais dificulta o acesso e acompanhamento dessas pessoas nos serviços de qualquer natureza, principalmente no tratamento de enfermidades como Tuberculose, ISTs/HIV e do próprio consumo abusivo dessas substâncias (Brasil, 2011).

Com isso, haveria uma tendência a enfraquecer a reforma psiquiátrica brasileira e promover o sucateamento do modelo comunitário, multiprofissional e pautado na Redução de Danos, em detrimento da valorização e incentivo a atenção em Comunidades Terapêuticas (CT) religiosa e hospitais psiquiátricos. Houve então o alto financiamento de leitos privados em instituições religiosas, em sua maioria cristã, tendo como práticas de cura o trabalho, rituais religiosos e o enclausuramento, mesmo em um país laico e marcada pela diversidade religiosa. Por outro lado, os investimentos em saúde foram redirecionados para leitos de internação em hospitais psiquiátricos, em vez de aumentar leitos na rede pública de saúde substitutiva ao manicômio, como os CAPS. Tratava-se de uma estratégia legitimação e justificativa para financiamento público de leitos privados, segundo interesses econômico, políticos, religiosos e/ou de saber/poder da classe médica em torno da Saúde Mental.

Como consequência desse redirecionamento na política de Saúde mental é a massificação da noção de tratamento não só através da abstinência, mas na segregação/isolamento da vida comunitária, mesmo que tal lógica de segregação e isolamento em instituições totais tenha apresentado auto índice de denúncias de maus tratos, cárcere privado, trabalho análogo ao escravo e ambientes insalubres, em evidentes práticas de violação dos direitos humanos (PNASH). Um certo dia, duas pessoas que não conhecia me abordam na rua pedindo orientação e auxílio para internação. A mulher solicitava ajuda para internar a filha, alegando que esta necessitava de tratamento para o consumo compulsivo da bebida alcoólica. Ao tentar explicar que haveria outras possibilidades de tratamento ela diz: “não adianta! Ela tem que sair daqui. Ficar longe, num lugar que ela não possa beber” (Diário de Campo, 15/10/2018). Apesar da sua filha concordar com um tratamento, em seu entendimento, a filha tinha que ser isolada da vida comunitária compulsoriamente, já que esta não aceitava a internação.

Posteriormente, um homem solicitou que o internasse, relatando que precisava dar um tempo das ruas e por não ter para onde ir, visualizava como opções uma temporada em uma Comunidade Terapêutica ou hospital psiquiátrico (Diário de Campo, 18/03/2019). Ele não citou a possibilidade de um albergue, casa de passagens ou unidade de acolhimento adulto (UAA). Não consegui obter dele os motivos, se era pelo fato de o município não contar com albergues públicos nessa época ou se a necessidade decorria de um isolamento das ruas como medida

protetiva, entre outras razões⁸³. Anderson também solicitou apoio para internação em hospital psiquiátrico, contudo alegando que desde a morte da filha e da mãe passou a fazer uso de mediação psiquiátrica controlada, mas como fazia um bom tempo que estava sem fazer o uso sentia-se “perturbado”. Ao informar sobre outras possibilidades de tratamento ele então diz: “lá pelo menos eu teria um abrigo e alimentação” (Diário de Campo, 17/04/2019), aliando assim dois interesses e/ou necessidades.

As internações em hospitais psiquiátricos aparecem aqui com intuito que vazam a noção de tratamento, sendo muito mais uma possibilidade de afastamento do ambiente em que vivem, seja como tática de proteção ou mesmo para acesso à alimentação e abrigo. Nessas solicitações não apareciam as opções de acolhida em albergues, casa de passagem ou Unidades de Acolhimento (UA), que poderiam ser alternativas para essas pessoas, promovendo abrigo sem necessariamente romper provisoriamente com o meio e a circulação na cidade. Esses serviços são vistos por alguns interlocutores como um importante suporte à vida nas ruas, oferecendo-lhes segurança no pernoite, higienização e alimentação regular, especialmente para aqueles recém-chegados às ruas, como andarilhos ou pessoas recentemente em situação de rua. Esses também são importantes dispositivos para acesso à trabalho e direitos sociais (Biscotto et al, 2016), como também, de acesso à saúde. Contudo, na época, Cabedelo não contava com tais serviços, como podemos observar na indignação de Carlos, um interlocutor de 65 anos, natural do Rio de Janeiro: “Como é que uma cidade portuária não tem albergue, minha filha?” (Diário de Campo, 19/03/2019). Só em 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19 que foi instalada numa UA no município.

6.4. Descompassos entre o cotidiano das ruas e os serviços destinados aos seus corpos

Voltando para o dia em que Mário foi ao CAPS AD, ao perguntar acerca da quantidade de pessoas que viviam “em situação de rua” cadastradas no serviço, obtive como resposta que “os 02 que havia arrumaram um emprego e deixaram de frequentar o serviço”, sendo complementada por outra funcionária que “quando identificamos que é uma pessoa em situação de rua, este é encaminhado para o Centro POP” (Diário de Campo, 05/11/2018). No entendimento desse CAPS AD, o Centro POP seria o local “mais indicado” para fazer tratamento e cuidado por se tratar de um serviço especializado de apoio à população em situação

⁸³ Havia no município abrigos privados, de instituições religiosas e/ou de caridade que funcionavam a partir de contribuições dos próprios abrigados (benefícios assistenciais) ou familiares. Até a abertura da Unidade de acolhimento não havia entre os interlocutores registro de pessoas pernoitando nesses abrigos.

de rua. Pergunto então, como era feito esse encaminhamento e a resposta que recebo é de que se tratava de transferência e não articulação e responsabilização pelo acompanhamento e cuidado. Apesar do Centro Pop, assim como o Consultório na rua (CnaR), ser considerado um dos dispositivos mais potentes da rede de atenção junto às pessoas em situações de rua, por ter suas diretrizes pautadas na criação de vínculos e atendimentos às necessidades imediatas desta população (Reis, 2014), parecia não ser a transferência a situação mais indicada. Vale ressaltar que o Centro POP não é um serviço de saúde com expertise na questão do consumo intensivo e/ou problemático dessas substâncias e suas demandas específicas em saúde, como manejo da abstinência, acompanhamento médico etc.

Trata-se de um serviço de Assistência Social, voltado às questões de cidadania e direitos sociais, com múltiplas demandas, pertencente a rede do SUAS. Este dispõe em sua equipe, educadores, assistentes e psicólogos, entre outros, mas não está dotado de enfermeiros, médicos e outros profissionais de saúde. Segundo um dos funcionários do Centro Pop, o maior parceiro para demandas relacionadas ao consumo crônico das substâncias psicoativas era a USF do território onde estava lotado na época, mesmo não sendo este um serviço especializado, e conseqüentemente, não conseguindo dar um tratamento de forma eficiente, mas o CAPS AD não vinha atendendo tais demandas (Diário de Campo, 20/03/2019). Observa-se que o Centro Pop aparece aqui como órgão centralizador de ações junto à população em situação de rua, mas não como polo especializado de dispersão para a rede, facilitando e garantindo a inserção das pessoas em ações, programas e serviços públicos intersetoriais e comunitários, e sim, no entendimento de certos funcionários do CAPS AD, como aquele que concentra a responsabilidade junto as demandas dessa população.

Assim, o Centro POP era visto a única possibilidade de atendimento, o único lugar que esses corpos poderiam ou deveriam frequentar. Considerável parte das pesquisas sobre o tema da população em situação de rua e consumo de álcool e outras drogas, vêm discutindo a questão do cuidado de si e inserção em serviços de saúde, apontando e insistindo para a necessidade de construção de redes intersetoriais de atenção (Nobre et al, 2018; Sicari e Zanella, 2018). Não obstante, diante dessas e outras dificuldades de acesso, o melhor local para o cuidado deveria ser aquele que o sujeito recorreu, considerando, evidentemente, sua competência e responsabilização da atenção quando necessário recorrer a outros serviços. Para essa população, não é só a oferta dos serviços que possibilita o cuidado, e sim o vínculo que essa pessoa desenvolve com tal instituição, por meio de seus agentes (funcionários). É a natureza do vínculo que o conduz ao acesso e promoção em saúde. Assim, esses serviços deveriam utilizar desse vínculo tecido como recurso para ampliar o escopo da atenção.

Por outro lado, na percepção dos interlocutores acerca do Centro Pop naquele momento, assim como do CAPS AD, este apresentava certa rigidez das normas institucionais e parecia não atentar idealmente para as especificidades da população em situação de rua cabedelense, colocando-o como fonte de queixas e inibindo a procura por muitos. Vejamos a fala de Jeová quando lhe fora oferecido o acompanhamento diário em instituições de saúde ou assistencial para auxílio no tratamento para HIV e dispensação de medicação rotineira⁸⁴:

Não faz sentido nenhum passar o dia no centro POP, ficar preso o dia todo lá só para ter direito de comer e tomar banho, o cara não pode trabalhar e nem tomar a cachacinha. Comida e banho consigo na rua e tenho minha liberdade (Diário de Campo, 19/03/2019).

[No centro POP] a pessoa não tem liberdade nenhuma. Tem que chegar cedo, tem que ficar até determinada hora e quando sai não tem o que fazer. Então prefiro ficar aqui [em torno do mercado], com os meninos [amigos], trabalhando, bebendo, nas brincadeiras por aqui mesmo. [...]. Se eu for para lá de manhã eu não ganho dinheiro aqui. E de tarde eu já estou bebo, aí fica difícil saí daqui para lá. E se eu for para lá eles não vão deixar entrar. Não dá certo. E à noite, vou ficar onde? [...]. O Centro Pop é bom, mas comida e lugar para tomar banho e lavar as roupas eu tenho aqui na rua. (Diário de Campo, 24/04/2019)

Jeová ainda comentou que para frequentar o Centro POP era preciso caminhar por longa distância sob o sol, estar em abstinência, chegar lá às 7h e permanecer até o horário final, às 13h. O que alegara não ser possível. Primeiro, devido a sua condição debilitante de saúde e idade avançada, enquanto alcoolista crônico vivendo nas ruas há décadas. Em segundo, por não conseguir ficar abstinente sem ter fortes crises de abstinência. E ainda complementou que era exatamente por estar presente e circular pelas ruas do centro durante o dia que estabelecera sua rede de apoio, afeto e proteção para seu pernoite, quando não haveria a possibilidade de suporte institucional. A partir das trocas, vínculos e parceria tecidas ali na rua, conseguia lugares mais seguros junto aos comerciantes locais e amparo noturno junto aos guardas municipais do mercado. Além disso, nas ruas do centro ele podia estar exercendo suas atividades de acordo com seus interesses e hábitos, como trabalhar e consumir a cachaça.

Assim como Jeová, vários interlocutores questionavam a localização do Centro POP na época, situado em outro bairro, considerando-o distante do centro da cidade, onde se

⁸⁴ Uma das estratégias em saúde para promover o consumo regular de medicações de uso controlado para as pessoas que vivem nas ruas é a dispensação diária em/por instituições nas quais o usuário possui bons vínculos, que fique próximo onde ele se estabelece e/ou que possa frequentar rotineiramente. Essas instituições podem ser serviços públicos de saúde, mas também qualquer outro setor, assim como ONGs, igrejas ou referência comunitária e de apoio do usuário. Os principais serviços que cumprem tal função são os Centros POP, CAPS ADs, PSFs e os Consultórios na Rua (CnaR), além dos Centros de Atenção Especializada (SAE). Os dois primeiros, além da possibilidade de dispensação regular da medicação poderiam promover estratégias de Redução de Danos por tratarem de serviços de atenção diária, possibilitando a diminuição do consumo da bebida enquanto estivessem em suas dependências, alimentação e acesso a outros tipos de cuidado e suporte.

concentrava a maioria dessas pessoas. A gestão do serviço, por sua vez, estava ciente de tal complicador e alegara como razões para a localidade a não disponibilidade de estrutura predial que atendesse às demandas do serviço no centro da cidade. Só anos depois, em 2021, precipitado pela pandemia, que o Centro POP passa a ter sua sede no centro da cidade. Outra queixa dos interlocutores se referia a suas normas de funcionamento, consideradas sem sentido, como horário diurno, fixo e restritivo, e a suposta exigência do estado de abstinência. A maioria dessas pessoas, especialmente aqueles que fazem consumo crônico da bebida alcoólica, acordam com o amanhecer, entre 04h e 05h da manhã e logo começam a beber para evitar a síndrome da abstinência e/ou trabalhar junto aos feirantes que iniciam sua rotina por volta das 05:30h da manhã. Assim, parte dos interlocutores não consegue ficar abstêmio até as 07h, quando tem início as atividades do serviço.

Além disso, é pela manhã que o mercado tem maior fluxo de pessoas e com isso a possibilidade adquirir uma renda para os custos diário. Mesmo o Centro Pop oferecendo o horário da tarde, para esses interlocutores, seria inviável, pois nesse período já estariam muito embriagados e necessitando dormir. Em seus entendimentos, a partir de experiências anteriores, isso seria um motivo para as pessoas questionarem seus hábitos, pressionando a participação em atividades laborais que o serviço oferece. Mesmo não havendo a exigência de participação, eles entendiam que passariam por julgamentos morais ou decepcionariam os profissionais responsáveis por quem desenvolveram estima e gratidão. Além disso, encontra-se na literatura outros aspectos de insatisfação por parte das pessoas que procuram o serviço, como a falta de privacidade, conflitos entre os pares e a exigência de cumprimento de horários para alimentação, higiene corporal e repouso, regras punitivas etc. (Biscotto et al, 2016).

Como podemos perceber na fala de Jeová, a natureza de vinculação possível com a instituição, por meio da permanência diurna, era vista como algo não interessante, sem sentido, restritivo e aprisionador, o colocando numa posição de passividade. Pois lá haveria a restrição da sua autonomia na gestão do tempo e práticas. A instituição seria, portanto, um lugar que limitaria sua forma de viver porque esta impõe outra temporalidade e uma série de obrigatoriedades que não condizem com sua dinâmica e cotidiano. Tecendo uma relação incômoda e sentida como falta de “liberdade”.

o tempo cronológico e linear é tido como opressivo e sujeito a imperativos instrumentais de produtividade, trabalho e controle social (Baudrillard, 1987, p. 67). Esse tempo institucional, como o chamaria S. Kern (1983), é responsável pelo empobrecimento do gosto de viver. (Fortuna, 1994, p.212).

Na percepção de alguns interlocutores, esse serviço era encarado mais como um meio de evitar a presença de seus corpos nas ruas do centro da cidade durante o dia (quando a população em geral frequenta o espaço), sendo um abrigo e/ou espaço aprisionador, do que para contribuir efetivamente para melhoria da sua qualidade de vida. Assim, permanecer em uma instituição, seja para tratamento, pernoite, suporte ou apenas em espera em busca de informação, é entrar em uma outra temporalidade difícil de suportar e que o distanciava do lugar do próprio viver. Jeová questiona: “como eu iria fazer isso se ficar o dia preso lá no POP?” (Diário de Campo, 19/03/2019). Mesmo que para alguns, o serviço possa efetivamente dar suporte, principalmente para aqueles recém-chegados às ruas, evitando danos maiores em suas vidas, para outros isso não acontece. Revela-se então um certo desconhecimento e/ou incapacidade logística e funcional desses serviços darem conta das dinâmicas das ruas no que tange o suporte institucional a essas pessoas.

Não é que o serviço não reconheceria suas necessidades e não contribuísse para o fortalecimento subjetivo, de saúde e social, mas como há uma grande heterogeneidade no viver nas ruas, para algumas destas pessoas o serviço não conseguiria atender demandas específicas. Há uma ideia cristalizada de que: quem está na rua não quer estar na rua; se querem estar na rua, é porque não querem usufruir do apoio e proteção institucional ou não os merecem. Além disso, alguns profissionais os veem como pessoas incapazes de gerirem sua própria vida, não reconhecendo sua autonomia e a dita “liberdade” na condução de sua vida diária. Disso podemos suspeitar que tais dispositivos de apoio e seus agentes estatais têm a percepção da rua apenas como algo ruim, que os coloca em situação de risco e vulnerabilidade, quando para muitos, contraditoriamente, a rua é também o espaço de apoio, proteção, autonomia e produção de vida.

Trata-se de uma questão muito mais complexa, havendo a necessidade de estar mais atenta às singularidades dos diferentes interesses, modos de vida e a consciência do território como espaço existência e subjetivação. Habitar um lugar de fronteira, simbólica e materialmente, produz e é produzido por uma cadeia de ambiguidades que dão uma certa ilegibilidade acerca dessa população, e que ao tentar produzir tal legibilidade para a partir disso desenvolver estratégias de ação, o Estado acabou simplificando tais vivências.

Assim, tornar uma população legível ao Estado implica em procedimentos de padronização que configuram espécies de “mapas abreviados” que refazem as realidades que retratam e que são fundamentais para a ação (...). Entretanto, como é possível perceber no caso das práticas de inscrição política da população de rua no Brasil, tais técnicas de legibilidade não são apenas isso: ao mesmo tempo em que simplificam, classificam e conformam uma “população” às possibilidades do governo,

também a inscreve nos cenários de atenção pública. (Schuch, 2015, *apud* Natalino, 2016, p. 07).

De modo geral, haveria a necessidade de melhor articulação intra e intersetorial da rede de atenção pública para lidar com as questões de sofrimento biopsicossocial dessas pessoas, superar a cronificação do estado de vulnerabilidade em que se encontram e promover emancipação, autonomia e cidadania. Ações essas pautadas na desconstrução das barreiras a curto, médio e longo prazo, a partir de uma atuação mais comprometidas com as particularidades do cotidiano das ruas; as múltiplas percepções e interesses das pessoas que nela habitam; a garantia não só direitos básicos e acesso às instituições como um todo, mas desenvolvendo ações afirmativas de direitos (Miranda, 2014) e de enfrentamento ao preconceito e discriminação; assim como promoção da autonomia dos sujeitos (Argiles, 2012; Macerata et al, 2014, Ferreira, 2015).

Para se alcançar um atendimento mais sensível e contextualizado no campo da saúde, com a implementação de acolhimento, flexibilização das estratégias de atuação das instituições ao modo de vida e demanda dessas pessoas e ações no próprio local da rua, seria necessário articulações permanentes e estreitas (Souza et al, 2007; Borysow e Furtado, 2013; Montiel et al, 2015, Costa, Mesquita e Campos, 2015, Ferreira et al, 2016), assim como ações de educação permanente e educação popular em saúde (Londero et al, 2014; Silveira, 2016). Essas últimas, tendo o próprio fluxo de cuidado dos usuários como momentos de capacitação das equipes e de matriciamento, estado atento à reorganização dos protocolos e fluxos de atendimento específicos.

Por outro lado, o reconhecimento e combate às desigualdades se daria com a construção de projetos mais equânimes, que assegurem o acesso a direitos fundamentais e sua circulação pela cidade, a qualidade de vida humana em sua amplitude e considerando minimamente as especificidades e a interseccionalidade entre classe, raça, gênero e idade. Sendo assim, são necessários investimentos em políticas públicas que apoiem a redistribuição e o reconhecimento das diferenças, assim como de enfrentamento as diversas formas de violências, injustiça social e discriminação alicerçadas em nossa sociedade. Isso, a partir da participação social efetiva e de investimentos em formação profissional e financeira, dos profissionais e serviços. Mais especificamente para aqueles que habitam e vivem nas ruas, somam-se ações precisamente pautadas no desenvolvimento da autonomia e, ao mesmo tempo, em cidadania, por meio do fortalecimento dos vínculos sociais e institucionais, construção de redes de apoio comunitário e adesão a movimentos sociais, considerando seus agir políticos cotidianos.

CAPÍTULO 07: Entre velhas e novas fronteiras: pobreza, relações étnico-raciais, gênero, reconhecimento e violência nas ruas do centro

Na relação vincular com as “coisas” do centro, apontada no capítulo 05, também podemos extrair processos de identificação, diferenciação, classificação e hierarquização entre aqueles que habitam as ruas, as quais resultam numa miríade de categorizações, grupos de convivência, relações de solidariedade e conflitos, confianças e desconfianças. Para tanto, emerge tal qual inúmeros elementos que vem servindo para pautar e legitimar as diferenças de poder e dinâmicas dessas vivências nas ruas do centro. Mais uma vez veremos elementos associados a noção de família, trabalho, relações étnico-raciais e moradia nesse processo de categorizações dos sujeitos em campo.

7.1. Os “daqui” e os “de fora”: reconhecimento e desconfianças no processo de hierarquização em campo

A maioria dos interlocutores, 26 (vinte e seis) pessoas, era natural da cidade de Cabedelo e 7 (sete) moravam nesta há décadas ou tinham parte da família assentada na cidade. Dados semelhantes aos encontrados em outros levantamentos de âmbito nacional (Brasil, 2008; 2023). Além disso, Cabedelo é um município considerado de pequeno à médio porte, iniciou um desenvolvimento urbano intenso relativamente recente e, conseqüentemente, tem grande parte da população oriunda de famílias assentadas na região a várias gerações. E, como vimos, “todo mundo vai” à região em torno do mercado, possibilitando encontros e uma certa familiaridade com o espaço, pessoas e práticas locais pela população em geral. Tais características propiciavam uma fácil identificação das pessoas da cidade (seja pelo parentesco, relações de vizinhança, local de trabalho, por ser “conhecido” de alguém etc.), como também o reconhecimento de pertencimento ou não do outro à cidade, ao centro e a relações locais.

Certa vez escutei:

Esse aí só porque é de família importante, é aposentado e tem dinheiro, se acha melhor que os outros [...], mas ele é direito, merece respeito [...] é gente daqui. (Diário de Campo 10/04/2019).

A fala acima tanto descreve características de Ósório e traz uma crítica a sua postura, como aponta seu reconhecimento como pessoa de boa índole e pertencente as relações locais, que, por sua vez, expõe a necessidade de respeito. Segundo Axel Honneth (2002), “reconhecimento” pode ser entendido como a forma pela qual a maneira de vida do outro passa

ser estimada, e isso dependerá da perspectiva moral e valores empregados que o sustenta e o justifica. No caso acima, o reconhecimento se daria por esta pessoa ser “direita” e ser “daqui”. Observa-se então que o reconhecimento perpassa aspectos simbólicos e geográficos, onde a relação com espaço nos apontam tanto para os processos de territorialização e territorialidade, quanto para formação e distinção de grupos. Nesse território delimitado como as ruas do centro em torno do mercado público, haveria, portanto, uma distinção entre aqueles que pertencem ou não ao espaço e as relações locais. E mais. Traz uma distinção entre aqueles que merecem respeito dos outros.

Pacheco de Oliveira (2004, p. 23) afirma que o processo de territorialização é da ordem de uma intervenção política, por meio de mecanismos arbitrários que associam um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. Todavia, Bourdieu (1989) destaca que no estabelecimento de uma região há processos de naturalização das características e fronteiras, espaciais e simbólicas, ao passo que seus ocupantes incorporam e produzem novas categorias ao território, ressignificando-o continuamente nas relações sociais. Almeida (2008), por sua vez, chama atenção para o processo de territorialidade, a qual funciona como um fator de identificação, força motriz e defesa, que ligam os sujeitos ao território, engendrando apropriações do espaço e seus recursos. Vimos anteriormente que as ruas do centro são entendidas pelos interlocutores como um território fonte de recursos, lugar de apoio e suporte, onde encontraram acolhida, teceram parcerias e estruturaram suas vidas, tendo-as como lugar de pertencimento.

Esse sentimento que liga os sujeitos ao espaço é utilizado como referência identitária individual e coletiva e que vem servir para diferenciar quem pertence ou não as relações locais, e conseqüentemente, a distinção dos grupos. Para Barth (2000), seria a partir desses elementos de distinção que se fabricaria e reelaboraria a individualidade diante de outros e a própria formação dos grupos. Sendo assim, a formação desses grupos ocorreria não apenas pelas semelhanças e afinidades que os fariam se aproximar enquanto grupo⁸⁵, mas fundamentalmente com base nas suas diferenças sociais (Ibidem). Essas características seriam “marcas simbólicas” que servem para dar reconhecimento e diferenciar um grupo do outro (Hall, 2006, p. 63). Encontramos então aqueles denominados “daqui”, geralmente pessoas de origem da própria

⁸⁵ Essa construção da identidade aconteceria num processo constante de identificação ao longo da vida, tecendo diferentes partes de um eu. À medida que o contato da pessoa com sistema de significações e representação cultural se multiplica, aumenta-se a possibilidade dessa pessoa se identificar (Hall, 2006) e criar afinidade com determinados grupos e, ao mesmo tempo, de distinguir-se de outros. A afinidade seria a expressão da subjetividade de um conjunto de modos de percepções, afetos, pensamentos, desejos, temores que animam sujeitos atuantes – ou seja, que sentem, pensam, refletem, dão e buscam sentido (Ortner, 2005, p. 25).

cidade, de procedência conhecida e com certa familiaridade com o local; e os “de fora”, procedentes principalmente de outras cidades, estados da federação e países (um dos interlocutores era estrangeiro) e ainda desconhecidos.

Se de um lado temos relações de “respeito”, de outro, observamos a desconfiança. Num certo dia, enquanto conversávamos em grupo, um homem se aproximou, passando alguns segundos tentando juntar-se ao grupo. Sem sucesso, retirou-se. Logo depois, chegaram mais dois homens e como também não sentiram receptividade, se retiraram. Indago sobre a situação. Inácio comenta: “não são daqui, são de fora”. Como não os conhecia, não daria atenção e nem queria conversa (Diário de Campo, 10/04/2018). Em outra ocasião, um homem também desconhecido se aproximou pedindo-me biscoito. Benjamim logo interveio mandando-o sair. Comentou em seguida que tal atitude demonstrava “falta de respeito”, pois uma pessoa não conhecida “não pode chegar assim e ir pedindo as coisas”, considerando-o de não “de confiança” (Diário de Campo, 26/03/2019). Os aspectos intersubjetivos na relação com os espaços urbanos, especialmente a desconfiança e o sentimento de insegurança frente ao contato e convivência com “desconhecidos”, não é assunto novo.

Simmel (1973) já tinha abordado o tema por meio do que ele denominava de atitude blasé, como um mecanismo de defesa pautado na desconfiança e distanciamento diante da aproximação com o heterogêneo que marcavam as relações na cidade moderna. Freud [1908] (1969. p. 189), por outro lado, chamou atenção para a “doença nervosa moderna” que emergia não só diante do contato com o estranho, mas especialmente advinda da “moral civilizada”, responsável por inúmeras restrições, inibições e violências no controle dos corpos perante a esse estranho. Segundo Fernandes (2019) os espaços urbanos até hoje são marcados pela indiferença e anonimato como mecanismo de defesa diante das tensões geradas pela heterogeneidade e intensidade da circulação de pessoas, interesses e informações. Por sua vez, esses padrões de interação defensivos inibiriam o desenvolvimento da confiança. Como podemos observar no dia da peixada relatada na Etnocena 03 (Diário de campo, 10/04/2019). Enquanto conversava com Anderson e Matos, Plácido, que estava em companhia de João e Jeová, me chamaram, dizendo:

Plácido: Olha Carol, não fica de conversa com essas caras aí não. Eles não são daqui.
 Jeová: Esses cabas são de Natal [RN]. A gente não sabe nem porque estão aqui.
 Plácido: Deve ter feito alguma coisa por lá pra tá por aqui.
 João: Tem um aí que não é gente boa não.

Na rápida conversa, os interlocutores tentaram me alertar para ter cuidado com quem era “de fora” (Diário de Campo, 17/04/2019), pois por serem pessoas desconhecidas, por si só, já

não eram confiáveis. Nessas e muitas outras situações e conversas, alguns interlocutores demonstravam receio com os recém-chegados à região, principalmente, por associá-los a conflitos locais, episódios de roubos e violência. Como no emblemático episódio ocorrido com Thiago, que teve seu corpo incendiado por um casal que tinha acabado de chegar de João Pessoa (Diário de Campo, 15/08/2014). Outro episódio marcante mais recente, aconteceu quando Laís foi espancada por um homem desconhecido, enquanto dormia em mesma praça (Diário de Campo, 10/04/2019). Desse modo, pelas experiências vividas e compartilhadas, paulatinamente as pessoas desconhecidas, especialmente aqueles de “fora” recém-chegadas, passaram a representar algum tipo de ameaça às relações locais. Em seus entendimentos a ameaça vinha de “fora”.

Como disse Elias (2001, p. 10), “desde os primeiros dias, sociedades formadas por seres humanos exibem as duas faces de Janus: pacificação para dentro, ameaça para fora”. Desenvolveu-se assim, uma correlação metonímica entre ser “de fora”, ser desconhecido, conseqüentemente, não ser confiável, representar ameaça e não merecer “respeito”. Para lidar com a ameaça advinda do desconhecido e trazer maior sensação de segurança, as pessoas e os grupos “desenvolvem estratégias para minimizar o efeito desse traço da vida urbana” (Fernandes, 2019, p. 21). Por isso era comum, na chegada de uma pessoa estranha ao espaço, a tentativa de logo identificá-la por meio de sua procedência, parentesco, relação com o local e motivos de sua presença, especialmente sua origem, se era ou não de Cabedelo, antes de estabelecer qualquer tipo de interação. Entravam em cena, as sondagens, os rumores e fofocas como forma de identificação das pessoas e como tática de controle e segurança local (Elias e Scotson, 2000).

Como vimos no capítulo 02, o próprio processo de feitura do trabalho de campo se deu imerso nessas relações, refletindo ou reproduzindo o ambivalente jogo da confiança e desconfiança diante do estranho. Nota-se aqui uma provável diferenciação acerca dessas vivências nas ruas entre as grandes metrópoles do sudeste do país e aquelas cidades de menor porte, localizadas no Nordeste. Não pela desconfiança e indiferença diante de desconhecidos e as táticas de segurança em si. Mas, por se tratar de uma cidade com uma população relativamente pequena, as pessoas traziam redes de parentesco e origem para identificação das pessoas. Por sua vez, essa engendraria um maior controle nas relações locais, onde o anonimato não era possível, trazendo a sensação de segurança. Talvez advenha daí a percepção da cidade de Cabedelo como “calma” e “tranquila” trazida por alguns interlocutores no capítulo 04.

Assim, as categorias “daqui” e “de fora” nos apontam uma dimensão relacional que se desenvolve segundo duas modalidades: a confiança e desconfiança. Fernandes (2019, p. 21)

considera que seja exatamente a confiança um dos principais aspectos que “permite o vínculo social, estando, portanto, na base da vida coletiva”, favorecendo as relações de trocas, estruturando alianças, tecendo suas redes de afeto e suporte. A partir desse reconhecimento e jogo de confiança/desconfiança se tecem uma variada gama de relações que emergem tanto por meio de situações de solidariedade quanto de conflitos. Como vimos anteriormente, os interlocutores estabeleceram uma espraiada rede de solidariedade, onde a confiança se coloca como alicerce, principalmente por se tratar de um ambiente de vulneração. Um ambiente que faz necessário e é valorizado e incentivado esse tipo de relação. Enquanto ser “daqui”, portanto, de confiança, estava como base para as relações de reconhecimento e solidariedade que compõe as redes de recursos, apoio, afetos e proteção, ser “de fora” estaria no seio das tensões e conflitos em campo. O que determinaria o nível de estima e as relações de respeito ou não.

Vimos que esse processo de identidade coletiva é mediado pela relação entre: a história de vida pessoal, sua origem, parentesco, procedência e memória; o sentimento de pertencimento, afinidades, comunhão de sentidos e valores no grupo em que está inserido; e com o lugar em que estão circunscritas suas práticas. Observa-se com isso que há a presença de características pré-definidas que servem para diferenciar as pessoas e como crivo de inclusão e exclusão em tais categorias, que por sua vez organizam a interação entre as pessoas (Barth, 2000). Todavia, enquanto algumas pessoas estariam apenas de passagem, em um habitar circunstancial, outros foram se estabelecendo na região de forma relativamente estável, assumindo condutas valorizadas localmente, constituindo relações de trocas e vínculos de confiança, como Inácio, Gustavo e Carlos. Dessa maneira, algumas pessoas com origem “de fora”, com o tempo e natureza dos vínculos, passaram a ser considerados “daqui”, migrando de status, havendo assim uma certa maleabilidade das características dos grupos e das pessoas, diante das constantes mudanças e dinâmica local.

Observa-se que o reconhecimento e a confiabilidade traz consigo uma questão espaço-temporal, na qual o espaço fornece uma base para as vinculações, enquanto o tempo adiciona substrato para erigir as afinidade e relações de confiança. As pessoas e os grupos estavam, portanto, em constante reformulação diante de situações, como: a passagem do tempo e permanência no local; o tipo de comportamento e práticas adotadas; a construção e desenvolvimento dos vínculos; a chegada de novos frequentadores e saídas de outros mais antigos, o que faz com que haja uma mudança de status ao serem comparados com os recém-chegados; etc. Assim, um território é estruturante e estruturado pelas relações sociais. Relações essas que são assimétricas, pois há uma valoração das características internas positivas (confiável) e desvalorização das características externas negativas (não confiável) que atuam

como elementos de distinção e hierarquização entre os denominados “daqui” e os “de fora”. Sendo assim, um território é inscrito e escrito por relações de poder, constituindo-se numa região de disputa também entre aqueles que o habitam.

7.2. “Homens trabalhadores” e “vagabundos”: trabalho, família e papéis de gênero

Gostaria de chamar a atenção agora para os papéis sociais e divisão sexual e de gênero nas atividades desenvolvidas por alguns casais na aquisição de recursos e renda, que também nos dizem de relações de confiança/desconfiança, de poder e hierarquizações em campo. Enquanto José desenvolvia uma performance itinerante dentro do mercado, executando pequenos serviços na busca por alimentos e dinheiro, Laís, sua companheira, circulava pelo espaço pedindo dinheiro e doações de alimentos, vestuários e outros produtos junto àqueles que travava contanto mais próximo, pessoas conhecidas e que acreditava poder auxiliá-la. Contudo, Laís dizia sentir-se coagida em desenvolver tal prática. Em 24 de abril de 2019, enquanto conversávamos no mercado, uma cebola da “venda” ao lado cai no chão e Laís a pega, devolvendo-a a feirante, que por sua vez a agradece. Seu companheiro se aproxima para conversar com ela e, irritada, vem ao meu encontro comentar:

Ele me coloca nessa situação, sabe? [...]. Ele fica insistindo para que eu peça alguma coisa em troca, mas eu faço isso sem maldade. Eu não fiz isso com intenção. Eu vi a cebola cair e fui lá. Eu não fiz isso querendo algo em troca e ele fica querendo que eu peça algo em troca [...] (Diário de Campo, 24/04/2019).

Mesmo que ambos exerçam as duas atividades, observa-se que havia uma prevalência e predileção do homem executar serviços ou trabalho, e atribuído à mulher o pedir ou a função de mendicância (Neves, 2011). Nem se restringe às parcerias afetivo-sexuais entre homens e mulheres. Neves, assim como Laís, desenvolvia a atividade de pedir para seu amigo Lucas, auxiliando em suas necessidades. Essa divisão por atividades de fonte de renda e recursos aponta para as representações sociais do papel de gênero, como vimos anteriormente. Acredita-se, de um lado, no potencial de sensibilização da mulher, enquanto frágil e que precisa de auxílio, que deve ser protegida e assistida, e de outro, o homem como aquele que deveria assumir o papel de provedor e sustento por meio do trabalho (Sarti, 1994; Fonseca, 2006; Lopes, 2016). Esse papel não se limitaria, portanto, àqueles que conquistaram e mantêm seu domínio material, a casa.

Pessoas em situação de rua consideram o trabalho, segundo Biscotto et al (2016), fonte de respeito e reconhecimento por parte da sociedade. A autora não deixa evidente se para os

dois sexos, mas certamente, pela preponderância da população masculina em tais realidades, demonstra anseios dos homens em situação de rua. O que observamos em campo é que o trabalho emerge como um importante elemento de distinção e hierarquização nas relações locais e que tem relação com a noção de confiança/desconfiança. Encontramos a autoidentificação de alguns homens como “trabalhador”, em contraposição a atribuição de outros como “vagabundos”. O trabalhador seria aquele que tem iniciativa na busca por recursos para arcar com suas despesas e da família. Para tanto, utiliza-se da sua ação e força de mão-de-obra para desenvolver atividades de geração de renda, especialmente as consideradas honestas, respeitando os demais, evitando conflitos e estabelecendo boas relações com a comunidade.

É, portanto, um homem digno de sua renda, de confiança e honrado, pois conseguiria arcar financeiramente com suas despesas, com os compromissos familiares e atuaria na manutenção do bem-estar da comunidade local. Trata-se do chamado “homem de bem” (Paz, 2016) ou decentes (Anderson, 2000), aquele que trabalha e é dedicado à família. De acordo com alguns autores (Sarti, 1994; Fonseca, 2006; Lopes, 2016), essa concepção de homem honrado, trabalhador e responsável pela casa e família emerge como valor e moralidade principalmente na camada popular, independente se na concretude das relações cotidianas esse homem exerça de fato o papel de provedor, financeiro e sexual. Segundo Pinheiro (2018), ao investigar os exercícios de masculinidades na vivência de rua, há na realidade nordestina, ou melhor, sobre o homem nordestino pobre, pardo e preto, a ideia de masculinidade e do que é ser homem construída e vinculada, por um lado: à noção de homem rude, forte, trabalhador e que resiste as intempéries climáticas e contexto de miséria; e de outro, como viril, procriador, dono de uma invejável potência sexual (Pinheiro, 2018).

Quando esse ideal (de homem provedor) não se sustenta há importantes impactos na vida social e psíquica desses sujeitos. Em 10 de abril de 2020, Lais queixa-se de José por este não estar cumprindo com seu “papel”, pois o consumo crônico da bebida estava o impossibilitando de ter ereção e realizar o ato sexual. Demonstrando assim a percepção do compromisso do homem enquanto desejo sexual da mulher. Por outro lado, vimos anteriormente, que há grande dificuldade de acesso e manutenção em empregos por parte desses homens, assim como de outras possibilidades de fonte renda mais estáveis, lícitas e/ou de melhor remuneração, tanto devido ao estigma daquele que vive em situação de rua (Palepu et al, 2012), mas também, considerando situações práticas, como o estabelecimento de uma rotina diária de cuidado e higiene corporal e das vestimentas, refeições diárias etc. Todavia, quando acessado o trabalho, observa-se satisfação e melhoria do seu estado emocional, mesmo que temporariamente. Como se houvesse aí uma restituição do seu lugar de homem honrado.

Já o homem “vagabundo”, adjetivo atribuído ao outro como forma de depreciação nas relações hierárquicas locais e no interior do grupo investigado, seria aquele que supostamente não exerce atividade para sustento próprio, permanecendo na inércia e dependendo do movimento dos outros. Desse modo, não arcavam com suas próprias necessidades e de seus dependentes, sendo considerados incapazes de assumir o papel masculino de homem provedor. Entre estes haveria uma diferença entre aqueles que adotavam uma postura de “espera” por algum tipo de benefício advindo do outro, incluindo aqui, ações assistenciais, e aqueles que “se escoravam” nos outros de forma intrusiva e malquista na busca de obter alguma vantagem dos pares, usufruindo de suas rendas, recursos e caridade, os chamados de “filão”. Além do mais, nem todos que não desenvolviam trabalho eram considerados “vagabundos”.

Havia aqueles que não exerceram atividades de autossustento por terem renda fixa o suficiente para arcar com suas despesas nas ruas, como aposentados por invalidez, por idade e /ou tempo de serviço. Portanto, não se enquadram como “trabalhadores”, muito menos “vagabundos”. Estes estariam gozando de um direito. Do mesmo modo, as mulheres, não entrariam nessa categoria enquanto “vagabunda”. Ela destinava-se ao papel dos homens. Além disso, grande parte daqueles que recebiam auxílio governamental, bolsa família ou outros benefícios assistências do sexo masculino, mesmo obtendo esta renda, também necessitavam exercer atividade de sustento complementar. Assim, a rotulação como “vagabundo” não se refere apenas ao não trabalho e não sustento, e sim a uma associação à dependência do outro para se prover sem condição que o incapacite para isto. E mais. É aquele que recebe, mas não contribui com o coletivo. Aquele que fica devedor nas relações de trocas e reciprocidades em campo. Aqueles que não honra com a família e seus pares.

Há um outro elemento que incide nessa categorização nativa, a saber, o de não ser confiável, tanto por serem visto como incapazes de honrar com seus compromissos (familiares, financeiros etc.) como por serem interpretados como sujeitos que exploram e enganam os outros para obter vantagem e, portanto, não ser de confiança. Outras categorias relacionadas à noção de confiança e desconfiança foram identificadas em campo, e já discutidas em pesquisa anterior, que aponta para o processo de hierarquização e estigmatização a partir do tipo de substância psicotrópica consumida, práticas e representações relacionadas a estas. No diálogo abaixo, vemos exatamente essa diferenciação, quando Larissa comentou:

[...] tá vendo a diferença de quem bebe para os noiados? Os que bebem é tudo gente boa. É tudo de confiança. Mas esses noiados não são de confiança. O pessoal que bebe é viciado na bebida, mas são pessoas boas. É homem de bem, já esses noiados não pode confiar (Diário de Campo, 26/03/2019).

Os “que bebe[m]” e “viciado[s] na bebida” foram anteriormente autodenominados de “papudinhos”. Esses últimos, em sua maioria, pessoas de meia idade, que faziam uso apenas da bebida alcóolica (uma substância lícita), não adotavam ou se envolviam com práticas ilícitas, bancando com sua própria bebida e arcando com os deveres familiares, independentemente de trabalhar ou não (Paz, 2016). E, assim como os “trabalhadores”, seriam pessoas honradas e confiáveis. Já os “noiados” seriam os consumidores da “pedra” de crack em uso constante e intenso, por isso teriam perdido a noção dos códigos de conduta local, “vacilando” no território (como roubar conhecidos, por exemplo), não sendo assim de confiança (Ibidem). Benjamim, certa vez comentou: “Não gosto de ladrão. Não, [es]pera. Só não gosto que me roubem” (Diário de Campo, 17/03/2019). Ele se corrigira para enfatizar que a questão não era prática de roubo, mas se esta pessoa respeitava os pares, se poderia confiar ou não nela.

Podemos reparar que, além de ser ou não de Cabedelo e/ou ser ou não “conhecido”, encontramos como elementos de distinção e identificação dos interlocutores: diferentes interesses e preferências; tipos de práticas, como a adoção ou não de práticas ilícitas e/ou moralmente reprováveis; o tipo de substância psicoativa consumida, se exclusivamente bebida alcóolica ou se faz uso da pedra de crack; tipo de fonte de renda; se tem família e residência na cidade; idade; gênero; sexualidade; suas crenças, valores e modos de vida; se contribui e/ou retribui nas relações de trocas; etc. Contudo, observa-se todos esses elementos de destaque tendo como ponto nodal as relações de confiança/desconfiança. Por sua vez, as diversas categorias nativas reunidas aqui aparecem como características de pertença social e da constituição da identidade dos interlocutores homens, atuando como um aspecto de diferenciação, hierarquização das relações e status social (Bull, 2010; Carvalho e Rocha, 2015, Langa, 2012).

Os imaginários e práticas desdobram-se em sinais de distinção, sendo o corpo signo do indivíduo e o lugar da diferença. Aquilo que os individualiza, como alega Le Breton (2013, p. 10), também “exibe-se à maneira de um fazer-valer”, colocando os corpos em medidas de valor, em hierarquias. Assim, tais categorias podem ser autoatribuídas e empregadas por um para dizer do outro, a depender das circunstâncias e dos atores envolvidos. Elas estão fluidas nas relações locais e se apresentam de forma relativa e situacional para estabelecer reconhecimento e uma hierarquia de honra, moralidade e dignidade nas relações locais. João, por exemplo, dizia ser “trabalhador”, pescador, ter família e casa (de familiares) em Cabedelo, portanto uma pessoa honrada, se distinguindo dos “moradores de rua”. Já alguns interlocutores, o reconheciam como uma pessoa “em situação de rua” e lhe atribuíam o papel de “explorador”, “vagabundo” e

“filão”, aquele que não busca meio para contribuir ou retribuir a bebida e comida compartilhada no coletivo.

Dessa maneira, observa-se que os próprios sujeitos, em suas relações cotidianas criam e reproduzem meios de distinção e hierarquização social. Observa-se uma divisão dos papéis de gênero associado a uma ética do trabalho que polariza os indivíduos em trabalhadores/dignos/conscientes/confiáveis e vagabundos/filões/não confiáveis. Assim, as identidades individuais dos interlocutores homens são fortemente marcadas pela inserção no mundo do trabalho, contribuindo para a construção de um processo de hierarquização a partir das relações de gênero e família. O papel do trabalho não reside apenas na questão de geração de renda em nossa atual sociedade, mas também como atividade estruturadora da vida social, como elemento que se articula com todas as dimensões da existência, fazendo dele mediação na construção das identidades e percepção de si.

Todavia, nessa divisão de papéis por sexo e gênero trazidos por esse imaginário social, nem todos os casais ou parcerias na prática cotidiana se comportam com funções bem definidas ou seguindo tais concepções. Há aqueles que desenvolvem atividades de trabalho e renda conjuntas e aqueles em que apenas um deles é responsável pela aquisição da renda. Quanto a obtenção de renda via relação sexual, não houve relatos de tal prática por mulheres e homens durante a pesquisa, apesar de saber da existência desta prática entre a população de rua de Cabedelo, assim como tê-la identificado em pesquisa anterior⁸⁶. O uso do corpo como fonte de renda nas ruas é apontando por alguns autores como comum entre as mulheres nesse contexto, tanto como exercício de poder e autonomia, como reflexo da condição de intensa vulnerabilidade e consumo intenso de crack (Vernaglia; Vieira; Cruz, 2015, Campanella e Oliveira, 2020).

Nessa relação entre papéis de gênero, trabalho e família também encontramos a questão da maternidade e paternidade. A vergonha por sua condição de vida à parte do trabalho e da família, é um dado importante na experiência de vida de pessoas que habitam as ruas em diferentes contextos, tanto para homens como para mulheres. Ambos se queixam da distância dos filhos e relatam sofrimentos, sentimento de culpa e vergonha por terem que deixá-los com familiares ao passar a viver nas ruas. Cândido (2006) destaca que a dificuldade de obtenção de recursos para manutenção da vida, incluindo aqui a noção de casa e família, sempre foi

⁸⁶ Observou-se, na época, que estas práticas aconteciam dentro de uma rede de relações de trocas, descritas assim como em outras formas de câmbio, como favores e pequenos serviços para obtenção de algum rendimento ou suporte cotidiano junto a pessoas que frequentavam a região (Paz, 2016). Tal prática, realizada por algumas mulheres, não era identificada como profissão, identidade profissional ou uma carreira, não havendo também o emprego do termo prostituição.

interpretada como vergonha à dignidade, no seio familiar e meio social, especialmente quanto ao papel do homem. Por sua vez, tal sentimento atua como fator de intensificação do sofrimento, interferindo na saúde mental. Ribeiro (2020) irá dizer que isso ocorre principalmente com mulheres. Ambos sofrem, porém de modos diferentes, a partir dos papéis sociais a que foram submetidos.

Tais afetos permanecem, mesmo quando estes filhos se tornam adultos, constituem famílias e lhes dão netos, sendo a dificuldade de contato ou convívio e vergonha os motivos para perpetuação do sofrimento e distanciamento dos filhos. Mário foi um dos interlocutores que se queixava da distância de seus filhos e ao falar deles esboçava um misto de orgulho e sentimento de rejeição por não ter cumprido seu papel de homem trabalhador e provedor da família e por viver em condições degradantes devido ao seu consumo intensivo e constante de bebida alcoólica (Diário de Campo, 22/10/2018). Laís comentou que deixou seus dois filhos do primeiro relacionamento aos cuidados da mãe quando foi viver nas ruas. Contou também, com orgulho, que o mais velho é um “homem muito direito” e lhe “deu uma neta”, porém este a evitara devido ao seu estilo de vida nas ruas e consumo de bebida (Diário de Campo, 24/04/2019). Já o mais novo, de 21 anos, com o qual teria mais contato, estava lhe “dando muito trabalho”, pois seria “viciado em crack” (Diário de Campo, 18/03/2019).

Aimée, apesar de contato diário com os filhos e outros familiares, também relatou preocupação com estes em relação a seus envolvimento com o consumo e comercialização do crack na cidade. Ela já teve uma filha “arrancada” de casa, assassinada e “jogada” às margens da BR 230 em 2010⁸⁷. Já Lívia demonstrou preocupação com o Conselho Tutelar. Ela contou que teve que deixar seu filho sob os cuidados de sua mãe após ter a guarda do filho ameaçada por tal instituição. O receio de mães que vivem em situação de rua diante das ações do Conselho Tutelar já foi tema de vários estudos (Sarmiento, 2018; 2020). Há uma intensa preocupação de que, devido as suas condições de vida, haja a perda da guarda dos filhos, encarando esse serviço como uma ameaça. Por outro lado, a adoção é percebida por alguns agentes do estado como um ato de responsabilidade com o bem-estar e proteção da vida do filho, especialmente entre mães que fazem usos compulsivo de substâncias psicoativas (Vernaglia; Vieira; Cruz, 2015).

Trata-se de um tema que preocupa as mulheres mães em situação de rua e também agentes estatais que atuam na rede de cuidados dessas mulheres e de proteção aos menores de idade. Elas evidenciam os conflitos entre o poder do Estado em garantir direitos fundamentais à

⁸⁷ Tal situação foi amplamente divulgada nos meios de comunicação local. Apesar de ainda não conhecer Aimée na época, conhecia sua filha, pois esta era usuária do CAPS AD. Também conhecia um dos seus netos, filho dessa mesma filha.

criança e ao adolescente, contidos no Estatuto da Criança e Adolescência /ECA, e o bem-estar e autonomia das mães nas relações parentais, de afeto, de capacidade e poder do cuidado em situação de extrema vulnerabilidade. Não houve relato de entrega de filhos para adoção formal durante a pesquisa. Observa-se com isso, que além da vergonha pela condição de vida, há preocupação com o futuro dos filhos e o medo da perda destes, seja para criminalidade ou para o Estado.

É preciso salientar também, como apontado no capítulo 04, que há uma extensão do grupo familiar sob o mesmo teto nas famílias de menor poder aquisitivo. Tanto Laís como Aimée viviam em residências juntamente com suas mães e outros familiares quando passaram a viver nas ruas, o que nos diz das organizações familiares nas classes pobres brasileiras. As responsabilidades por seus filhos estavam diluídas na família extensa, não obedecendo à expectativa social de concentração no núcleo conjugal. Trata-se de mulheres viúvas, divorciadas, ou mesmo que não chegaram a constituir núcleo familiar e/ou que os pais dos seus filhos não assumiram a responsabilidade da criação. Outro fator a ser destacado é que muitos dos interlocutores foram pais, mães e avós muito cedo, interseccionando gênero e gerações na vida nas ruas. Lívia teve filho aos 17 anos. Ismael, mesmo não vivendo em situação de rua, mas sendo das classes populares e partilhar de tais vivência, conta que foi avô aos 38 anos, assumindo a responsabilidade de criação de seu neto (Diário de Campo, 04/12/2018).

Nesses arranjos familiares as avós assumem boa parte da criação dos netos e os avôs, juntamente com os pais, a função de provedor da família. Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2011, s/p), há na constituição e distribuição residencial uma importante presença dos netos (4,7%), revelando a existência de uma convivência intergeracional no interior das unidades domésticas. Outra questão geracional pode ser observada na relação de Arthur e seu filho Arthurzinho. O pai relatara que assumiu uma vida integral nas ruas diante do seu sentimento de solidão, consumo intenso e constante da bebida alcoólica, após falecimento da esposa (Paz, 2016), e seu filho parecia acompanhar os passos do pai numa vivência também de rua. Recebeu o mesmo apelido, porém no diminutivo, mas possuía uma vivência nas ruas a partir do trabalho como flanelinha e do consumo de substâncias psicoativas ilícitas, pernoitando intercaladamente na rua e em um quartinho na casa de irmãos adotivos.

Percebe-se que, nessas trajetórias de vida e familiar de alguns interlocutores, há uma geração de pais e/ou avós cuja vivência nas ruas está vinculada ao consumo de substância da bebida alcoólica e cujos filhos e/ou netos desenvolvem também uma experiência de rua vinculada ao consumo e/ou comercialização de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Mesmo entre aqueles que não assumiam um habitar integral nas ruas. Entretanto essa trajetória comum

diz muito mais de um contexto sociocultural dessas famílias, cujo meio é marcado pela pobreza, falta de acesso à educação de qualidade e todo um do campo de restrições de possibilidade de renda, suporte e apoio, do que um determinismo assentado numa transmissão geracional de modelos familiares. A relação entre mães e filhos são temas abordados principalmente nos estudos que retratam as vivências de mulheres em situação de rua (Biscotto, 2015, Sarmiento, 2018; 2020), sendo muitas das vezes negligenciada a relação de pais/filhos nos estudos sobre as vivências de homens nas ruas.

Tal apontamento reflete não só uma divisão de gênero quanto a responsabilidades sobre o cuidado, mas também uma divisão afetiva por sexo e gênero quanto aos filhos. Podemos perceber que esses homens e mulheres se apresentam de forma heterogênea, não sendo possível essencializar as possibilidades de ser homem ou mulher, pais e mães, filhos e filhas, avôs e avós nas ruas.

7.3. Corpos-predadores e corpos-presas no espaço público: performance de gênero, violências e táticas de proteção na rua

Como apontado no capítulo 03, existe uma visão cristalizada sobre a cidade calcada na hipótese factual da rua como ameaçadora e de perigo iminente, onde qualquer um poderia ser a próxima vítima. Assim, o entendimento da rua a partir dessa “imagem predatória da cidade” colocariam todos que assumem tal vivência numa condição vulnerável frente às diversas formas de violência, cabendo aos sujeitos se adaptarem e criar estratégias para lidar com tais adversidades (Fernandes, 2003). Todavia, nesse ambiente e diante da desigualdade de poder entre homens e mulheres, o corpo feminino ocuparia um lugar ainda mais vulnerável, pois como vimos no capítulo 04, é considerado delicado e “frágil”, não tendo as ferramentas para lidar com os perigos das ruas. Seria um corpo “menos adaptado” e, conseqüentemente, “vítimas fáceis” (Brasil, 2009). Desse modo, a desigualdade de gênero e de direitos apareceria como elementos diretamente relacionados às diferentes formas de violência sofridas por mulheres nas ruas (Campanella, 2020; Sarmiento, 2018; Tinland et al, 2018; Souza et al, 2016; Biscotto et al, 2016; Brasil, 2009).

Isabela, uma moça com então 27 anos, branca, de sorriso largo e bem comunicativa, natural de João Pessoa, mantinha uma vivência nômade por cidades próximas à capital, segundo outros interlocutores que também circulavam entre essas cidades. Ela permaneceu pouco tempo vivendo nas ruas do centro de Cabedelo e logo se tornou alvo de “brincadeiras” (gozação) dos demais ao se portar de maneira “inconveniente”, com comentários e gestos sexualizados, com

um riso aparentemente descontextualizado, com severa dificuldade na fala e de compreensão entre outros traços peculiares de seu comportamento. Sua aparência também se tornou assunto. Certa vez, ao perceber que sua aparência “descuidada” estava sendo alvo de discussão em um grupo, quando apenas ela e eu éramos do sexo feminino, Isabela senta-se ao meu lado e tira da sua sacola velhas revistas da Avon (catálogo de venda de produtos de beleza) e vai me mostrando página por página, apresentando os produtos e perguntando se queria comprar.

Assume então uma performance de vendedora da revista, oferecendo os produtos, dando opiniões sobre eles, apontando os valores, promoções, situando prazo de entrega, formas de pagamento, simulando anotar os pedidos e nomes dos compradores (Diário de Campo, 18/10/2018). Assim, ela mostra sua feminilidade por meio de uma performance daquilo que entendia como sendo o mundo do feminino e/ou da mulher, junto a uma outra mulher: cuidado e beleza do corpo. Ao mesmo tempo em que alguns faziam chacota da sua aparência e comportamentos, outros tentavam protegê-la, amenizando a situação, ao perceber que Isabela apresentava algum tipo de déficit cognitivo e/ou transtorno mental. Mas, além desses, havia outros que manipulavam situações para obter proveito de seu corpo, como embebedá-la, incitá-la a certos comportamentos e obter satisfação sexual. Em um outro momento, durante conversa em grupo, uma mulher pede ajuda para interná-la e as pessoas presentes comentam sobre seu comportamento, alegando que:

Carlos: Ela não entende as coisas, né? E bebe muito. Fica largada por aí[...].

Plácido: Tira a roupa e fica andando nua pela rua.

A mulher: Os caras ficam de olho nela. Outro dia pegaram ela ali [abuso sexual].

A conversa seguiu com comentários de que seu comportamento inapropriado a colocava em situação de vulnerabilidade nas ruas, principalmente quando esta estava desacompanhada e bêbada (Diário de Campo, 22/10/2018). Entendia-se que Isabela não tinham os recursos necessários para lidar com as adversidades da rua e por isso procuravam protegê-la a partir da internação psiquiátrica. Ou seja, afastando-a da rua. Essa percepção de proteção também é observada diante de um outro interlocutor, Matheus, que ao ser reconhecido como alguém que tem “problemas mentais” e/ou “problemas psicológicos”, tentavam justificar, relativizar e orientar seus comportamentos e afastá-lo da rua. Em 16 de março de 2019, Matheus insistentemente tenta acariciar minhas pernas e, a todo tempo, os outros interlocutores presentes ficam repreendendo-o e tentando esclarecer sua ação. Benjamim fez então gesto circular com dedo indicador com uma das mãos junto ao ouvido, ao mesmo tempo em que Plácido o repreende cuidadosamente:

Plácido: Sem tocar! Sem tocar! Conversar com respeito, sem tocar! [...] Se não aguenta beber, não bebe. É melhor você ir dormir.
Benjamim: É, vá deitar pra lá, vá. Vá pra casa, vá.

Esse tipo de cuidado e proteção acontece principalmente para evitar maiores desentendimentos e agressões. Contudo, no caso de Isabela, ao mesmo tempo em que havia uma compreensão de que ela estava numa condição diferenciada e vulnerável, portanto, necessitando ser protegido, havia também certa atribuição da responsabilização por seus atos. Numa lógica predatória das ruas, um corpo de mulher e/ou feminino na rua, desacompanhado da família e/ou marido, “largado”, era um corpo passível de ser violado. Em primeiro lugar, corpos femininos são vistos como objetos de satisfação sexual masculina, onde quer que ele esteja, podendo, supostamente, os homens se apropriar e explorar esse corpo (Santos et al., 2018). Em segundo lugar, esse corpo na rua, desacompanhado, é visto como aquele que subverte, burla ou recusa (mesmo quando está inviabilizado) ocupar tais papéis de gênero dentro da moral e imaginário social normatizador, indo na contramão do esperado, como apontado no capítulo 04.

Com isso, tais corpos tem sua dignidade anulada, não merecendo respeito (proteção), se colocando como passíveis às adversidades do mundo externo e a punições pedagógicas. Gregori (2012, p. 433) nos chama a atenção para os discursos jurídicos que revelam um entendimento de que tais violências (sexual e doméstica) são socialmente concebidas como de atribuição da vítima, que assumiria comportamentos inadequados como motivação, deslocando a “factualidade do crime para a factualidade das identidades, e em particular, para o bom comportamento ou não da vítima”. Assim, a mulher “largada” é encarada como presa em potencial, sujeita à uma suposta vida sem proteção. As relações em torno de Isabela emergiam nessa fronteira ou ambiguidade entre proteção e predação. Seu corpo como objeto de escárnio, desejo e punição.

São muitos os estudos que apontam a vivência de mulheres nas ruas como sendo mais difícil e cruel quando comparada às experiências de homens, pois além dos elementos apontados no subtópico anterior, soma-se às violências de gênero, especialmente doméstica e sexual. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, População em situação de rua e violência: uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017 (Brasil, 2019), destaca o alto índice de notificações de violência (motivada por estarem em situação de rua) envolvendo indivíduos do sexo feminino (50,8%) e entre as pessoas da raça/cor da pele negra, pretos e pardos (54,8%). A maior proporção de notificações é entre os heterossexuais (65,2%) e as transexuais mulheres constituíram a identidade de gênero mais frequente. Assim, não há

dúvidas que “a rua é muito mais violenta para as mulheres do que para os homens” (Tinland et al, 2018, p. 2275), sendo os marcadores sociais mulher heterossexual, negra e transexual como sendo de maior probabilidade de serem alvos de violência.

Assim, a substância feminina seria aquela que mais sofreria a predação das ruas. Incorpora-se a isso a LGBTQIA+fobia, colocando não só o corpo de mulher, cis e hetero, como qualquer outra corporalidade que traga consigo signos de feminilidade sob perigo. Mulheres trans e homens que assumem performances “potencialmente femininas”, como assim descreve Zambrano e Heilborn (2012) para referir-se ao homoerotismo e comportamentos identificados como sendo performances feminina, sem, contudo, apresentarem travestismo (construção de uma imagem corporal com recursos estéticos femininos), somam-se à lista. O “potencialmente feminino” associado à homossexualidade masculina emerge aqui para fazer uma cisão na relação fundida e historicamente alicerçada entre sexualidade e gênero. Aquilo que Carrara e Simões (2007) destaca acerca da compreensão tradicional do que seria a homossexualidade masculina, concebendo o sujeito como aquele que se comporta como “uma mulher”.

Em 26 de março de 2019, enquanto Lucas se aproxima do grupo comentando de uma fraude sofrida por Neves com seu cartão do Bolsa Família, Benjamim, posicionado por trás dele, ficou constantemente fazendo gestos com a mão direita, ora em um giro de 180°, ora fazendo um círculo com o dedo indicador e polegar, estando os demais levantados, insinuando que este era “homossexual” e/ou praticante de sexo anal. Quando Lucas se afastou, os comentários que surgiram foram:

Larissa: Ele é viado, mas só é viado quando bebe.

Neves: Ele é normal, mas quando bebe fica assim gay. Fica viado.

Em seguida, a conversa se centra em piadas com conotação sexual de forma mais ampla, até que Benjamim, solta: “Qual a maior raiva do caçador? É ter um viado em casa e não poder atirar nele” (Diário de Campo, 26/03/2019). Nessa situação podemos observar a relação normalidade/anormalidade e ao mesmo tempo uma certa maleabilidade do ser, da identidade, práticas e/ou comportamento no que tange ser/estar/ficar “viado”. Ou seja, aquilo que tange assumir atitudes “potencialmente femininas”. Ela também nos diz sobre a associação do termo “viado” e gay, assim como as relações familiares frente a homossexualidade masculina em nossa sociedade. Em muitos momentos, esses homens que apresentam performances “potencialmente feminina” foram nomeados de “viado” numa relação acusatória e de chacota. Nessa cadeia metonímica associada ao feminino, associa-se a delicadeza e fragilidade,

características descritas ao animal veado. Assim, “viado” reportaria ao “gay afeminado” e empregado de forma pejorativa (Gomes de Oliveira, 2018).

Soares (2017, p. 10), trazendo como referência Green (2000), aponta o emprego do termo no Brasil a partir de um episódio em que um comissário de polícia teria ordenado a prisão de homossexuais em um determinado parque do Rio de Janeiro, quando, em resposta ao não sucesso, seus subordinados justificaram que tais jovens “corriam como veados”. Por outro lado, “viado” poderia corresponder uma corruptela abreviada de des(viado), evidenciando aquilo que seria um desvio das normas de gênero e sexualidade. A saber, a heteronormatividade. Canguilhem (2009) argumenta que o emprego da “norma” como padrão de conduta e estar no mundo se “naturalizou” no mundo ocidental, especialmente a partir do século XIX, por meio de duas instituições: a pedagógica e a sanitária. Acrescentaria ainda, o direito e sistema penal. Elas vêm orientando como o corpo deve se apresentar em sua forma e conteúdo, pensamento e comportamento, pele e subjetividade:

Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar. "Normar", normalizar é impor uma exigência a uma existência, [...]. Em resumo, sob qualquer forma implícita ou explícita que seja, as normas comparam o real a valores, exprimem discriminações de qualidades de acordo com a oposição polar de um positivo [desejável] e de um negativo [detestável] (Canguilhem, 2009, p. 91-92).

Assim, o ser “normal”, atribuído pela interlocutora acima, traz como referência exatamente essa norma, a média e o padrão socio-culturalmente estabelecido para tentar enquadrar o seu amigo naquela categoria dos respeitáveis em campo (heterossexual). Ao mesmo tempo, exhibe própria dualidade da norma, o seu referente e opositor, ficar “viado”. Existe uma conceituação marcada pela binarização do gênero e sexualidade, tendo mulher/homem e passivo/ativo como referências, que ainda marcam as formas de identificação e classificação em nossa sociedade, apesar das discussões em torno do tema desde a década de 70 (Fry, 1982; Macrea, 1987; Carrara e Simões, 2007; Malungo de Souza, 2013). Esses corpos não-normativos, por transgredirem visivelmente o poder heteronormativo e patriarcal ao trazer signos da feminilidade por meio de gestos, posturas e estilos linguísticos, para além de sua orientação sexual-afetiva, sofrem com a violência e o preconceito.

Como afirma Welzer-Lang (2001), a LGBTTQI+fobia apresenta relação estreita com o machismo e a misoginia, pois o que está em jogo em ambos é a renegação de todas as características concebidas como femininas. Borrillo, em citação trazida por Fernandes (2009), conceitua homofobia como:

la hostilidad general, psicológica y social, respecto a aquellos y aquellas de quienes se supone que desean a individuos de su propio sexo o tienen practicas sexuales con

ellos. Forma específica del sexismo, la homofobia rechaza también a todos los que no se conforman con el papel predeterminado por su sexo biológico. Construcción ideológica consistente en la promoción de una forma de sexualidad (hetero) en detrimento de otra (homo), la homofobia organiza una jerarquización de las sexualidades y extrae de ella consecuencias políticas (Borrillo, 2001, p. 36, *apud* Fernandes, 2009, p. 2014).

Podemos observar que se reconhece que há uma distinção, algo que caracteriza tal sujeito e que é socialmente rejeitado, necessitando, em sua defesa, enquadrá-lo na norma. Assim o “normal” emerge como “uma categoria do pensamento popular porque o povo sente [...] que sua situação social não é justa” (Canguilhem, 2009, p. 91). Dessa maneira, em tal fala da interlocutora, fica evidenciado a sua denúncia à discriminação e desigualdade de respeito posta a partir do fato de ser ou não “gay”, quando, para ela, tal aspectos de julgamento e hierarquização não deveriam abonar o “respeito” à tal interlocutor. Isso também aparece quando se reporta ao “ficar gay”, dando não só certa maleabilidade, metamorfose ou trânsito, mas assentindo que este não “é”, “fica” a depender da situação, especialmente a partir de um elemento externo a ele, a bebida. Trata-se de uma possibilidade de transitar entre a heteronormatividade e homossexualidade, entre o desejável e o indesejável em campo.

Contudo, vale chamar a atenção que tal trânsito reportando aqui não se refere à fluidez identitária de Lucas a partir de uma auto atribuição política não-binária. Destaco aqui, esse trânsito como tática de proteção, como negociação possível para fazer-viver o “viado” e/ou o “gay” dentro dessa relação de poder, discriminação, rejeição e predação ao corpo atravessado pelos signos do feminino nas ruas e que questionam a própria binarização homem/mulher, ativo/passivo e masculino/feminino. Entretanto, tal discriminação parece também estar presente junto à família, como podemos observar na “piada” trazida por Benjamim acima. Ela nos fala de representações, sentidos e imaginários socioculturais acerca das possibilidades de relação entre família e a homossexualidade. Ela evidencia os conflitos entre a norma, afetos e parentalidade.

Quanto ao tema, Lucas comentou apenas do bom vínculo com a mãe, ressaltando a importância desta na sua vida. Por isso, em 10 de abril de 2020, relatou com muito pesar que recebera notícia do falecimento de sua mãe. Suas lágrimas inundaram a conversa e como se não bastasse seu sofrimento pela perda, este veio acompanhado de relatos de agressão que sofrera na praça dias antes, colocando as marcas de seu corpo em exibição. Hematomas e arranhões eclodiram na cena enquanto os presentes na conversa passeavam a vista em seu corpo, lamentando a violência local. Neves então ressalta que a motivação era o fato de Lucas ser homossexual. Um corpo machucado pela violência de perder a mãe e de não ter respeitado o seu direito de existir como homossexual, nem como uma pessoa que vive em situação de rua.

Lucas não chegou a relatar conflitos familiares quanto a sua sexualidade como aspectos associados à sua vivência nas ruas. Entretanto, há um entendimento que o processo de inferiorização desses sujeitos acontece no seio da sua própria família devido a não aceitação da homossexualidade.

Hammes (2014) aponta o momento em que a família “descobre” ou que o sujeito “assume-se” como um momento em que se inicia a transformação de uma determinada rede de parentesco, pondo em foco a construção, reorganização ou rompimento de vínculos. Em uma escala de intensidade, observa-se que esse momento pode desencadear um mal-estar na família, podendo engendrar: demonstração de desapontamento e desaprovação; afastamento e rechaços; práticas de humilhação, discussões, agressões verbais e físicas; não reconhecimento e até expulsão do seio familiar e da moradia. Para evitar que isso ocorra, muitos, como forma de proteção e/ou manutenção dos vínculos, desenvolvem como tática uma dissimulação de si, performando uma aparência e comportamentos condizentes com aquilo que se imagina esperar de si quanto a gênero e sexualidade. Ainda de acordo com esse autor, outra tática desenvolvida é o da evitação, escondendo-se para não ser notado/a/e (Hammes, 2014).

Isso não aconteceria apenas junto a família. Desencadeia-se como táticas da casa à rua, como forma de inserção e participação em um determinado ambiente, manutenção dos vínculos e proteção contra violências, como por exemplo, junto à vizinhança, trabalho, entre outros espaços de circulação. Como autopreservação e busca por uma melhor qualidade de vida desenvolvida, tem-se também o sair taticamente da casa de familiares como forma de romper o controle, assumindo ou não a sua orientação sexual e identidade de gênero não normativa, seja através de um acordo e como apoio ou à revelia (Hammes, 2014). Trata-se de, ao mesmo tempo, sessar com os conflitos com a família e a busca por melhores condições de vida, tentando traçar rumos mais condizentes com a percepção de si e seus interesses, mesmo que, em muitos casos, suscitados pela discriminação e não aceitação. Trata-se de um movimento que Eribon (2008) denomina “fuga para a cidade”, onde a distância geográfica atenuaria ou resolveria os problemas e as questões entre sexualidade e família.

É na cidade que essas pessoas encontrariam grupos de afinidade e apoio, desenvolveriam relações de segurança e novas parentescos, desenvolvem autonomia e praticam a liberdade, assim como apontou Magda no capítulo 04. Assim como ocorre com aqueles de gênero e/ou sexualidade não heteronormativa, observa-se que tais formas de violência ocorrem também para muitas das mulheres cis hetero, antes mesmo de sua permanência nas ruas. Elas fariam parte das suas trajetórias de vidas, muitas das vezes desferidas em seu próprio núcleo doméstico. Larissa e Laís, mulheres brancas com aproximadamente 45 anos na época, relataram que em

relações anteriores sofriam muitas agressões, findando os relacionamentos após não suportar mais a violência. Foi quando Larissa passou a habitar as ruas e conheceu Benjamim, indo viver com ele em um quartinho na casa dos familiares dele.

Já Laís, além da violência doméstica, vinha passando por um processo de sofrimento diante de abortos, que a levaram ao consumo intenso da bebida alcoólica. Ao se separar passou a se relacionar com José, que vivia em situação de rua e ela não. Ambas passaram a habitar onde seus respectivos companheiros viviam. O que aponta por sua vez, um processo de vulneração emocional, social e de saúde de longa data. A violência doméstica, inclusive, tem sido sugerida por alguns autores como um dos principais fatores causais para a vida integral nas ruas, associado à dificuldade financeira ou pobreza, conflitos familiares e conjugal, rompimento dos vínculos sociais, a presença de transtorno mental e o uso de drogas, tendo as ruas como tentativa de “fuga” ao contexto de sofrimento vivido (Ribeiro, 2020; Sicari e Zanella, 2018; Tinland et al, 2018; Rosa e Brêtas, 2015, Alves, 2013; Rodrigues, 2009).

Uma vez nas ruas, tal situação tende a intensificar, pois esses corpos encontram várias adversidades, como insegurança alimentar, pernoite, proteção climática, fonte de renda instável, preconceito e discriminação, graves violações aos direitos humanos e formas de violência. Ainda de acordo com o Boletim Epidemiológico sobre a população em situação de rua (Brasil, 2019), citado acima, como formas de violência sofridas nas ruas encontra-se a física (92,9%), psicológica/moral (23,2%), sexual (3,9%), tortura (3,8%) e negligência/abandono (2,7%), sendo indicados como principais autores da violência pessoas desconhecidas, seguido de amigos/conhecidos (Brasil, 2019). Sicari e Zanella (2018) complementam que as maiores violências sofridas advêm da violência Estatal, principalmente policial, do tráfico e a disputa por territórios, além da violência de gênero. Essas últimas, podendo advir de um desconhecido, amigos e/ou companheiros afetivo-sexual.

Os dados de pesquisas em diferentes contextos reforçam ainda que, por sofrerem intensas práticas de violência, conseqüentemente apresentam também índices de qualidade de vida prejudicada e maiores problemas em relação à saúde mental do que os homens. Encontra-se como queixas alterações de humor, sono e de apetite, abuso de substâncias psicoativas, irritabilidade, impaciência, estresse, ansiedade, nervosismo, choros constantes, dores psicossomáticas, depressão e tentativas de suicídio (Ribeiro, 2020; Sicari e Zanella, 2018; Tinland et al, 2018; Rosa e Brêtas, 2015, Alves, 2013; Rodrigues, 2009). Assim mulheres seriam mais propensas a declararem ter sido alvo de agressões e/ou sofrerem emocionalmente, não só pelo maior índice de violência sofrida, mas também como tática de sensibilização para obter reconhecimento do outro, seja como mulher forte e viril que enfrentaria e superaria as

dificuldades das ruas, seja obter legitimidade como aquela que precisa de ajuda diante de programas sociais. São, ambas, táticas de proteção. Soma-se a isso, o receio de homens em relatar episódios associados a vitimização, o que poderia associar-se à fraqueza e pôr em dúvida sua própria masculinidade.

Observa-se então que a rua, assim como a casa, pode suscitar perigo para o corpo que ocupa uma relação inferior na escala de poder heteronormativa e patriarcal, tendo o direito a sua mobilidade na cidade desrespeitado. Como reforça Pires (2016), há a necessidade de compreender que a organização social e o uso dos espaços públicos manifestam as relações de poder em uma ordem patriarcal e heteronormativa, autorizando ou não a coexistência das pessoas. Existe uma construção simbólica e material cidadina como expressão da hierarquização social e de discriminação não só econômica e étnico-racial, como também de gênero (Ibáñez, 2016a). Homens e mulheres que trazem tais signos femininos no corpo tem sua circulação limitada e sua presença questionada. Seus corpos tornam-se alvos de violências e sua mobilidade restrita:

Ter um corpo fora da lei patriarcal de gênero é experimentar a desigualdade do espaço urbano não democrático. Esse espaço não reconhece a precariedade humana de pessoas que estão em desvantagem na cidade também devido à mobilidade, o que limita o acesso a inúmeros direitos e causa a violência” (Brasil, 2009).

A “piada” encenada por Benjamim sobre a relação entre pai e filho “viado” resume bem as relações sexuais e de gênero em campo: o homem hétero, homofóbico, como caçador e predador, seja na casa ou nas ruas; já o filho “viado”, homem não hétero e todos aqueles que trazem no corpo marcas do feminino, como presa que o homem deseja, ora servir-se sexualmente, ora eliminar, onde quer que esteja. Evidentemente, cada corpo desse apresenta diferentes agências, níveis de rechaço e atração e como alvo de violências e solidariedades distintas. Sabemos que há uma multiplicidade de fatores que se interseccionam e diferenciam as experiências do feminino, de acordo com o poder aquisitivo, classe social, etnia e raça, sexo biológico, faixa etária, entre outros. Desse modo, o tema da violência sexual e de gênero está presente, em diferentes graus e formas (Brasil, 2019).

Táticas de proteção

Diante das inúmeras formas de violência que cerceiam o espaço da rua (policial, dos pares, da vizinhança etc.), observa-se a construção de variadas táticas de proteção desenvolvidas por esses corpos. Elas são apreendidas e desenvolvidas ao longo do tempo, fruto de um aprendizado das experiências em sua trajetória de vida e nas relações traçadas nos

diferentes espaços da rua. Elas podem ser agrupadas em quatro eixos, que se mesclam entre si: evitar confusões; evitar estar/ser/ficar sozinha, incluindo ser companheira de alguém; assumir performances masculinas; e/ou portar armas. Em 18 de março de 2019, quando conversávamos em grupo dentro do mercado, percebo Laís inquieta e preocupada. É quando ela olha para trás e comenta que uma das mulheres presentes queria esfaqueá-la. Laís mostra então uma faca e a esconde imediatamente, dizendo: “não sou disso”, decidindo ir embora para evitar maiores confusões (Diário de Campo, 18/03/2019).

Tal tática de portar facas faz parte da vivência de rua de homens e mulheres, não só para defesa como também ferramenta nas mais variadas atividades do dia a dia. Todavia, Biscotto et al (2016), chama atenção para a necessidade de mulheres portarem armas e permanecerem em grupo, principalmente diante do medo do estupro. Estar em grupo, por outro lado, é fazer parte de uma comunidade de confiança e redes de trocas, de suporte, apoio e proteção, maximizando solidariedades na vivência nas ruas, naquilo que José denomina fazer parte de um coletivo: “aqui é uma família” (Diário de Campo, 17/04/2019). Há uma concepção de família, para além das relações de consanguinidade, como aquilo que protege e dá apoio, principalmente à mulher. Tal imaginário incide inclusive na necessidade de se possuir um companheiro afetivo-sexual em um relacionamento estável. Como bem aponta Benjamim, “não se pode viver uma vida sem ter uma mulher, e uma mulher sem ter um homem” (Diário de Campo, 26/03/2018).

Por isso, com a saída de Inácio das relações locais, Aimée, que era sua companheira, passou a ser referida como suposta companheira de algum outro interlocutor. Certa vez ela se irritou, comentando: “Eu não sou mulher de ninguém. Eu sou mulher de mim mesma e da minha mãe” (Diário de Campo, 17/04/2019). Tal atribuição lançada pelos homens do grupo pode tanto revelar um suposto interesse afetivo-sexual de alguns interlocutores, como uma tática de proteção desse corpo feminino. Sob seus julgamentos, Aimée deveria ter um companheiro, pois para mantê-la sob respeito e proteção era preciso, apressadamente, identificá-la como “mulher de” alguém. O mesmo pode ser observado no capítulo 02 desta tese, ao me enquadrarem enquanto uma pesquisadora casada. Insere-se aí um limite ao corpo da mulher comprometida, impondo uma interdição na qual situa o outro (homem) a impossibilidade de violação e, ao mesmo tempo dá inteligibilidade como um corpo que deve ser respeitado.

Assim, a dignidade da mulher estaria associada a ser mulher “de alguém”, pois esta estaria cumprindo seu papel de gênero naquilo que se reproduz como uma matriz hegemônica heteronormativa e patriarcal, merecendo assim respeito e proteção. A mulher de um homem, assim como a casa e família, é algo sagrado, inviolável, passível de severa punição (Bourdieu, 2013). Junta-se a isso o entendimento de honra e respeito como como fundamentos que gera

reciprocidade e engendra um ordenamento supostamente entre iguais em honra. Um homem honrado não poderia faltar com respeito com a casa, família e mulher de outro homem (Bourdieu, 2013). Poderíamos então pensar que há uma relação de honra entre os homens, e qualquer movimento que indique ultrapassar a tal fronteira, implica em dissolução das relações de confiança, situações de violência e ameaça de morte. Em 10 de abril de 2019, Laís comentou que estava dormindo na praça quando teria sido espancada aos chutes por “um cara que fica[va] por lá”:

Osório: O cara vê uma mulher deitada sozinha na rua e acha que tem direito de espancar, de humilhar [...]. Se eu tivesse na hora, um cara desse não sobreviveria. [...].
 José: É. Infelizmente eu não estava na hora [...].
 Osório: [...] Diga quem é esse cara que eu vou atrás dele.
 Laís: [...] Deixa para lá. Na rua é assim, às vezes tem que deixar para lá mesmo, porque se não, pode arrumar confusão. E vai ser pior para mim.

Osório, que dizia ser primo de Laís, demonstrou querer honrar a família diante do fato, ao mesmo tempo em que questionou e cobrou do companheiro dela, José, o seu papel de homem protetor. A sua honra como homem foi questionada, pois a mulher está imaginariamente sob domínio dele, e ao lhe pertencer está sob seu controle e responsabilidade. No entanto, Laís, como tática de proteção e para defender a honra de seu marido, ponderou alegando não querer maximizar o conflito, temendo retaliação posterior. Observa-se também nessa cena que o corpo “frágil” de uma mulher pode até não representar uma ameaça, mas seu companheiro homem sim.

Das 12 mulheres acompanhadas e consideradas interlocutoras, 05 tinham relacionamento estável com um dos interlocutores homens. Dados estes que revelam maior incidência de mulheres em união do que os homens. O mesmo pode ser visto no estudo de Tinland et al (2018), no qual, comparadas aos homens, as mulheres eram menos propensas a serem solteiras (respectivamente 67,5% e 80,0%). Não houve relatos de relações afetivo-sexuais entre homens, assim como não foram relatadas relações afetivo-sexuais entre mulheres⁸⁸. Além disso, estabilidade aqui se refere mais ao ato de nomeação, assumir um relacionamento, do que ao tempo de duração. Mortes, ameaças à vida, violências, adoecimentos, internações de longo período, itinerâncias, prisões e o movimento pendular entre a casa e rua fazem dos relacionamentos afetivo-sexuais relativamente instáveis. Frangella (2009, p.159) destaca essa

⁸⁸ Na pesquisa passada foram encontradas relações afetivo-sexuais entre homens que adotam uma performance socialmente masculina (Paz, 2016). Vale salientar também, como exposto anteriormente, que houve pouca interação com parte das mulheres interlocutoras desta pesquisa, seja pela própria condição instável e fluida da dinâmica da rua, seja por estas circularem mais pelas instituições e casas de familiares, permanecendo menos tempo nas ruas durante o desenvolvimento de trabalho de campo. Não havendo assim maior aprofundamento quando suas situações afetivas-sexuais nas ruas.

“fragilidade” de relacionamento chamando a atenção para o papel do homem que ao mesmo tempo em que provê e protege, se coloca como fonte de violência.

Observa-se que as mulheres assumem um relacionamento não só por questão de proteção, havendo evidentemente a construção de vínculos mais amplos de afetos e parceria sexual-amorosa. A escolha obedece a um conjunto de interesses e oportunidades, como atração física, afinidades, objetivos de vida e/ou por semelhanças nos modos de vida. Larissa e Benjamim, assim como Lais e José, por exemplo exerciam na rua uma relação notadamente de companheirismo, estando quase sempre juntos, compartilhando os recursos e com demonstrações de afeto. Por outro lado, foram inúmeras insinuações e relatos de violência entre os casais ou situações que demonstravam a tentativa de controle dos corpos das mulheres. Ao me despedir de Clara, após uma breve conversa, vejo ao longe seu companheiro indagar sobre o que ela estava conversando, reclamar da demora e a repreender por ter se afastado dele (Diário de Campo, 23/11/2018).

Certa vez, estava conversando com Lívia sobre o destino do seu ex-companheiro, que conhecia desde 2010, quando ela me afastou discretamente do grupo onde também estava seu companheiro atual e em tom baixo, quase sussurrando, comentou que este estava preso após tentativa de homicídio em briga por ciúmes. Ao pontuar a estranheza da discricção, ela olhou obliquamente para o companheiro em gesto de atribuição e temor de ser ouvida. Em um outro momento, Laís me chama atenção para a presença de hematomas no corpo de Lívia, alegando que esta estava sendo vítima de violência doméstica, por parte de seu companheiro, Bruno (Diário de Campo, 29/07/2019):

Laís: Ela saiu da internação [tratamento para tuberculose], voltou a beber, fumar [crack] e a levar porrada. [...] Ela vai acabar morrendo.

Lívia: Não. Isso aqui [mostrando o braço]? Foi uma queda. Eu estava muito bêbada e tropecei numa lombada recente que construíram ali.

Nas tentativas posteriores de abordar tal assunto com Lívia, ela se mostrava fugidia, ao mesmo tempo em que o companheiro estava sempre presente em seus trajetos. Houve uma percepção de que ao relatar tal situação poderia ser alvo de mais agressões por parte dele. Gestos de repreensão e agressões desferidas as suas companheiras e ao outro que burla a regra da mulher comprometida, dizem de uma necessidade de controle desses corpos femininos na tentativa da manutenção da honra masculina. Lopes (2016) aponta que homens que praticam atos de violência doméstica justificam suas ações expondo os comportamentos da vítima mulher como motivadoras do ato de agressão. Para eles, essas teriam assumido comportamentos desviantes dos papéis sociais esperados enquanto mulher, a saber: frágil, pacífica, subalterna,

cuidadora da família e do lar, dependente, satisfeita sexualmente, não fazer uso de substâncias psicoativas e restritas ao ambiente doméstico, estando sobre controle e proteção do companheiro.

Para esses homens, isso viria a justificar os “crimes passionais em nome da honra, nos quais há clara pressuposição de perda do controle sobre a sexualidade feminina”, como destaca Gregori (2012, p. 433). Na cadeia metonímica do papel masculino quem provém é quem tem autoridade, mesmo que esse lugar seja apenas simbólico e nas relações cotidianas não haja de fato um homem “provedor” e “protetor” (Sarti, 1994), seja na casa materialmente construída, seja na rua. Assim aquela noção do homem responsável pela sua mulher se coloca como necessidade de controlá-la, colocá-la sob seu domínio e suas regras. Tais noções vieram sedimentando práticas de violências como uma questão de hora e prestígio social na construção de masculinidades desses homens. Ao mesmo tempo e em oposição, se estabelece modos de ser mulher e o feminino.

Performances masculinas

A mulher comprometida não assume uma postura estereotipada de frágil e dependente a ser protegida pelo companheiro. Mesmo com fortes repressões em um mundo masculino, essas mulheres em situação de rua conseguem ser protagonistas de sua própria história (Alves, 2013; Rodrigues, 2009; Rosa e Brêtas, 2015). Independentemente de estar ou não numa relação afetivo-sexual elas optam e aprendem a garantir sua própria segurança. Para tanto, parte delas assumem performances consideradas masculinas como exercício de poder e proteção. Referimos aqui às performances masculinas aquelas práticas consideradas em nossa sociedade e ao longo do tempo como características dos homens. Não pretendo fazer uma profunda discussão sobre performance, apenas trazer esta categoria como meio de análise, retornando alguns pontos já apresentados no capítulo 02 sobre a performance para pensar o gênero em campo.

De acordo com Schechner (2003), tratar qualquer objeto “enquanto” performance, é torná-lo objeto de investigação a fim de entender o que faz esse objeto e como ele interage com outros objetos e seres, sublinhando aquilo que intencionalmente se torna visível ao outro. Assim, tratar tais comportamentos enquanto performance de gênero é assumi-los como objeto de investigação, incorporação e exposição e que, ao se mostrar, tem a intenção de dizer algo sobre seu gênero e intuito de obter dela uma resposta desejada.

As performances podem tanto “fazer acreditar” quanto “fazer de conta”. As muitas performances da vida cotidiana, como as de papéis profissionais, de gênero e de

corrida, e de formar a identidade de alguém, não é apenas ação de faz-de-conta [...]. As performances da vida cotidiana [...] “fazem acreditar” – elas criam as realidades sociais que encenam. (Schechner, 2003, p.16).

Na vida cotidiana, performar é ser exibido ao extremo, sublinhando uma ação para aqueles que a assistem. No século XXI, as pessoas têm vivido, como nunca antes, através da performance. (Bião, 2011, p. 349)

Em primeiro lugar trataremos como performance masculinas aquele conjunto de atitudes (pensamentos e comportamentos) atribuídas como condutas de virilidade, ideal de força física, agressividade, firmeza moral e potência sexual que refletiriam as realidades e aspirações sociais intensamente arraigados à nossa cultura e que inspiram e instruem os homens na sua construção identitária masculina (Pinheiro, 2018). Trata-se de atributos morais admitidos socialmente, legitimados e reproduzidos como performances masculinas hegemônicas desejáveis por meio dos discursos, da linguagem verbal e gestual. Sabe-se que as identidades sociais, sexuais e de gênero vão se constituindo de acordo com os contextos em que essas pessoas estão inseridas, produzidas por sistemas classificatórios, de organização social e regulação política. Elas são, portanto, socialmente construídas (Butler, 2003; Gregori, 2012; Piscitelli, 2012; Simões, 2012; Zambrano e Heilborn, 2012), como uma ferramenta relacional na qual estabelece aproximações e distinções, conexões e separações entre pessoas e coletivos.

Portanto, haveria na cultura um conjunto de expectativas sobre os comportamentos sociais das pessoas quanto a seu pertencimento a um determinado sexo. Geertz (2014, p. 12) considera o comportamento que para ele seria uma ação simbólica, estaria a serviço da cultura, desenhando “seu significado a partir do papel que desempenham”. Para o referido autor, seria por meio do fluxo desses comportamentos, na ação social, que as formas culturais encontram articulação. Na cultura e sociedade ocidental esses comportamentos de gênero estariam vinculados a um determinismo anatômico/biológico do sexo. Homens e mulheres, ainda quando criança tiveram assim, sedimentados em suas subjetividades infantis, uma noção do que é ser homem e a masculinidade pautados na crença de superioridade física, virilidade e poder (dominação) dos homens. Em contraposição, noções do que é ser mulher e o feminino como sensível, vulnerável e a ser controlada e protegida, servindo também de base para construção de identidades femininas e das mulheres como aquela que precisaria da proteção dos homens para se sentir seguras no mundo.

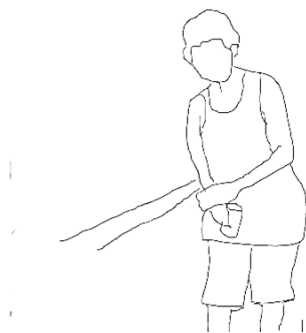
Assumir esses comportamentos culturais exige um aprendizado de anos de treinos, nos quais as pessoas observam e vão praticando os papéis na vida cotidiana, ajustando-os e moldando-os de maneira a caber em determinadas circunstâncias sociais e pessoais. Ou seja, são comportamentos previamente observados, experienciados e rearranjados (Schechner,

2003). Assim, esses atributos foram negociados e incorporados paulatinamente em suas práticas cotidianas, assumindo posturas, condutas, ações e práticas de “homens” e “mulheres”, fundando suas identidades e moldando suas possibilidades de existir na vida adulta e nas ruas. Esses homens, ainda meninos, passaram por processos de socialização que incentivavam o desenvolvimento de tais características. Junto com a circulação pela rua e a atividade de trabalho e renda de forma precoce (processo de “rualização”), vem a expressão da vida sexual, necessidade de maturidade ainda muito jovem e o exercício da virilidade, força e domínio sobre as feminilidades, inclusive das suas próprias. Ou seja, sobre suas emoções, sensibilidades, pensamentos e comportamento considerados como aspectos apenas visíveis para o mundo do feminino. Assim a repressão ao que seria da ordem do feminino e da vulnerabilidade opera sobre a mulher, sobre a si mesmo e sobre outro homem.

Desse modo, aquilo que denominamos como performances masculinas, emergiriam na superfície do corpo por meio da vestimenta e corte de cabelo, como também no modo de andar, sentar-se, em comportamentos viris e de agressividade, podendo esses elementos estarem associados entre si ou não. Maria, mulher cis, negra, de aproximadamente 45 anos, era uma das mulheres que assumiam uma performance que poderia ser considerada masculina, mostrando-se destemida, com bastante força, altiva, desinibida e muitas vezes com um discurso agressivo, aquilo que conhecemos como comportamentos viris e atribuídos aos homens. Talvez haja aqui uma relação com aquilo que Rui (2012, p. 48) aponta, ao dizer que na rua, por ser “um espaço majoritariamente masculino”, “as mulheres se destacam pela agressividade” em suas maneiras de relacionar.

Contudo, observa-se em campo que os códigos, normas e condutas de virilidade manifestas ou performatizadas por aqueles e aquelas que vivem nas ruas, revelam um conjunto de estratégias de sobrevivência que incluem, não só expressões violentas dessa masculinidade (Brasil, 2019), como um modo de se camuflar no ambiente. Camuflar é se fazer não ser notada como mulher, portanto, desejada e frágil. É dissimular a aparência do corpo para se tornar iguais aos demais, ou seja, a maioria de homens. Com isso, não ser objeto de desejo e predação. Magda, mulher branca por volta dos 50 anos, longa experiência de vida nas ruas como ex-andarilha, tinha uma personalidade completamente diferente de Maria. Apresentava-se sempre calma, falava pouco e em tom baixo, vestia-se com bermudas e camisetas (ou regatas) folgadas e possuía cabelos curtos, em uma performance de aparência masculina.

Imagem 25 – Magda e sua lata de cerveja



Desenho sobre fotografia: Ana Carolina Paz

Observa-se que tais táticas emergem não só como características de identidade de gênero, mas especialmente como “agenciamentos performáticos”, para empregar termo cunhado por Zacarias (2021), de proteção às formas violentas de relações de gênero em campo. Entretanto é preciso salientar que a masculinidade e feminilidade não são traços naturais ou características da personalidade de homens e mulheres determinadas pelos sexos. A construção social da masculinidade/feminilidade deriva de produções socioculturais, circunscritas no espaço e tempo, variando e se transformando de acordo com o contexto relacional, histórico, político, religioso, econômico e moral. Assim, o gênero se constitui e é representado de acordo com contexto cultural (Wagner, 2017). Como aponta Brah (2006), esse “signo ‘mulher’”, ou aquilo que entendemos como sendo característico da mulher, foi sendo forjado “dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero”. Ainda segundo essa autora temos que:

Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. (Brah, 2006, p. 341).

Desse modo, não se pode pensar categoria mulher como homogênea. Como afirmado anteriormente, gênero, classe e raça, compõem possibilidades e experiências distintas de ser mulher. Conceber tal categoria como unitária é desconsiderar a multiplicidade de corpos, atuando também como modo de opressão (Pires, 2016). Além disso, Zambrano e Heilborn (2012) apontam que gênero, sexo e orientação sexual são três elementos pensados na cultura ocidental como fixos e imutáveis, combinados sempre da mesma maneira e apoiados no sexo biológico, estabelecendo um padrão hegemônico de ser homem/masculino ou mulher/feminina heterossexuais. Em nossa organização sociocultural ocidental, as práticas seguem uma normatividade pensada a partir de uma heterossexualidade como modelo compulsório (Gregori, 2012).

Há nos discursos sobre o tema que expressa e reproduz “prescrições relacionadas não só à divisão sexual de papéis na família, como também à normatividade relacionada

aos comportamentos sexuais adequados, que variam de acordo com os marcadores de gênero considerados”. (Gregori, 2012, p. 433).

Eles constituem-se no que Judith Butler (2001, p. 16) chama de “exterior constitutivo” da delimitação do que é normal e viável enquanto humano e servem como parâmetro na hierarquização social. Tais interpretação concebem os corpos dentro de um determinismo, o qual os transforma em objetos passivos e inflexíveis. Todavia, há uma variedade de combinações e disjunções possíveis entre esses três elementos que revelam a plasticidade, o caráter dinâmico e transitório das identidades, possibilitando uma fluidez identitária a partir das diversas combinações entre as experiências corporais. O corpo não pode ser tomado como um objeto preexistente e passivo, uma dimensão anterior à significação cultural que apenas internaliza e responde às convenções socioculturais (Butler, 1998; 2003). Pelo contrário, o corpo é formado no coletivo. Ou melhor. É na cidade que se concretiza a realidade corpórea de seus habitantes, pois como diria Pires (2016, p. 106), os corpos são formados por “um fenômeno sociocultural na esfera pública”.

E como as negociações tecidas na esfera pública trazem uma dimensão política é, portanto, um corpo também político. Aquelas que vivem nas ruas experimentam, percebem, denunciam e/ou reivindicam para si aspectos de identificação e rechaço, fazendo-se em um corpo feminino e/ou masculino a partir de uma miríade de possibilidades de tornar-se mulher ou homens nas ruas. E isso inclui um jogo entre o que seria da ordem do socialmente descrito como feminino e masculino, borrando mais uma vez as fronteiras que demarcam tais categorias. Hall (2006) aponta que, na contemporaneidade, vivemos um período marcado pela fragmentação das identidades de gênero e sexualidade, que até então compunha uma das partes definidoras da estabilidade social. Desse modo, os sujeitos tornam-se potencialmente mais livres frente às possibilidades de constituição de si e no rompimento de certos vínculos, tornando-se mais móveis (Garcia, 2013).

Como nos alerta Judith Butler (2003) a noção de identidade de gênero é apenas um holograma, uma construção social de algo que se interpõe culturalmente entre a natureza do sexo e a performance de gênero (aparência corporal, comportamentos e subjetividades), produzindo uma “ilusão” de identidade coerente entre sexo e gênero. E mais. Provocando uma crença de estabilidade do gênero, oriundo de uma retórica hegemônica reproduzidas como modelos de sexos.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência e identidade que por outro lado pretende expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (Butler, 2003, p. 194).

O sexo e o gênero, como dimensões distintas dessas corporeidades, são postos em distinção e dramatizados pelas performances de gênero. As performances masculinas adotadas por muitos homens brasileiros, em termos genéricos e como nos descreve Pinheiro (2018), tiveram alicerce no coronelismo e no patriarcado, tendo a noção de virilidade, coragem e força, poder e honra, como expressão do que seria um “ser macho” em nossa sociedade. Enquanto performance, estes são atos estilizados construídos paulatinamente ao longo do tempo, repetidos em meio externo, público, cujo objetivo estratégico foi, e ainda é, manter uma relação binária mulher/feminino e homem/masculino (Butler, 2003). A noção de performance enquanto paradigma conceitual e analítico pode auxiliar, portanto, a pensar o modo como se interpõe as relações de gênero em campo, ou melhor, nas vivências e no habitar as ruas do centro da cidade de Cabedelo.

Langdon (2006) destaca 5 eixos compartilhados nas teorias acerca da performance. Em primeiro lugar, estaria a experiência em relevo, ou seja, a experiência realçada intencionalmente em meio público. Trata-se de uma experiência emergente de comportamentos intensificados e situados. Assim, essas performances de gênero como táticas de proteção não diriam de uma estabilidade ou fixidez em uma identidade sexual e não teriam relação direta com as formas de erotismo ou orientação sexual, sendo manipulações para fazer emergir características que dizem de interesses, intenções e táticas dos sujeitos. Em segundo lugar, as performances demandam a participação expectante, daqueles que compõe o universo presente para criar a experiência, pois é necessária a interação para que surja o significado. Inclusive, para dar legitimidade ao ato performático de gênero e produzir uma força retórica a partir desse compartilhamento e reconhecimento da comunidade.

E isso só é possível, segundo a autora, porque a performance produz, como terceira característica, uma experiência multissensorial que propicia uma percepção simultânea de vários fatores sensoriais em uma experiência unificada. Que por sua vez, se dá por meio da sua quarta propriedade, que seria o engajamento corporal, sensorial e emotivo das interações nessas experiências coletivas performáticas. Essas propriedades da performance culminariam na sua quinta qualidade que seria a produção de um significado emergente da experiência imediata e estética (Ibidem). As performances masculinas fazem emergir de forma imediata, sinestésica e pública os signos de poder dado ao homem. Assim essas performances de gênero colocam parte dessas mulheres em condição de status social semelhantes aos dos homens, no que diz respeito ao poder, virilidade e força. Essas mulheres tornam-se reconhecíveis enquanto sujeitos de poder

e passam a compartilhar dos códigos de honra da rua, sendo assim também respeitadas e temidas.

As mulheres que assumem performances masculinas transitam do lugar de “frágil”, “menos adaptadas” às ruas e objeto de predação, para um suposto lugar de igualdade de poder e honra. O que, por sua vez, retorna, mais uma vez, para o lugar da responsabilização dos seus atos e vida nas ruas, mas, desta vez, não necessitando da proteção de um homem. Assim, forja-se uma negociação constante dessas performances a depender das situações (espaço, pessoas e práticas). Trata-se de uma maleabilidade performática a partir de um habitar “entre” as possibilidades de se tornar mulher nas ruas. Essas táticas se apresentam comuns em diferentes contextos e estudos e revelam a noção de que só há proteção nas ruas via o masculino (Malheiro, 2018; Brasil, 2009). Pois a proteção se faz a partir do respeito à masculinidade, seja sendo um homem, através da proteção de um homem e/ou assumindo performance masculina, seja essa mulher biologicamente do sexo feminino ou masculino.

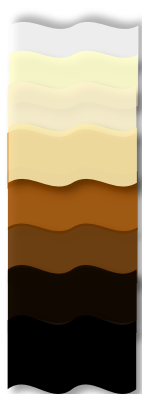
A masculinidade dá ao corpo uma inteligibilidade ao mundo da rua, não só a performances dos corpos de homens, mas também aos corpos de mulheres, servindo de suporte para as possibilidades de identidades, circulação na cidade e manutenção da própria existência. Repara-se com isso que a noção de masculinidade pode ser pensada aqui menos como um caráter de identidade de gênero e mais como elemento de distinção por meio dos símbolos de poder, de capacidade, valentia e força, inteligíveis em nossa cultura como característica das identidades de homens. As quais estabelecem diferenças, desigualdades e hierarquias nas relações de gênero, tanto no campo político como no social. Como nos inspira Scott (1989), a discussão em torno da definição de gênero, como elemento constitutivo das relações baseadas na diferença, está em dar significado às relações de poder. Gênero se coloca aqui para se fazer perceber como as assimetrias sexuais e de gênero estão também relacionadas às diferentes práticas de violência a determinados grupos.

Todavia, os modelos identitários de masculinidade e feminilidade vêm se diversificando ao longo da história e entre diferentes contextos socioculturais, sendo portanto, esta ideia ou caracterizações de masculinidades e feminilidade como algo mutável. Temos então várias formas de masculinidades e feminilidades. Mesmo que as representações sociais do masculino e feminino encontrem-se em transformação, que tais signos pareçam defasados na sua relação com a prática, e mesmo que sejam conflitantes e contraditórias na vida cotidiana, a “ação social” é, ainda sim, orientada por essas representações e empregadas para explicar, legitimar e condenar determinadas práticas, afirma Fry (1982).

Elas estão estreitamente balizadas pelo nível ou qualidade de poder, sejam elas exercidas por homens, mulheres ou pessoas não binárias. E nesse cenário, os corpos que burlam e subvertem tal lógica enraizada do que é ser homem ou mulher são rechaçados. Os aspectos destacados até agora, especialmente os papéis de gênero, racismo e classe, além de moldar identidades constituem distintas trajetórias e experiências de vida, antes e durante essas vivências e habitar as ruas. Nesse ponto, a interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um grupo pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito. Entretanto, como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. (Collins; Bilge, 2021, p. 28-29). É o que vimos em relação a ser homem ou mulher em campo, mas também branco ou preto, ser ou não de “fora”, assim por diante.

7.4. Do “muito branca” ao “preto”: notas sobre relações étnico-raciais

Voltando à Etnocena III, quando Simone comenta “veem você assim branquinha, já sabe que é de fora e bota o preço lá em cima!”, temos uma associação entre a cor da pele, boas condições financeiras e local de origem, refletindo percepções acerca de uma distribuição étnico-racial da população brasileira, aliando raça, classe e região. E mais. Observa-se elementos que vem servindo para caracterizar singularmente as relações étnico-raciais locais, tendo o colorismo racial uma expressão máxima dessas relações e que se mostram “um traço específico do racismo brasileiro” (Hofbauer, 2007, p. 01), presentes na contemporaneidade, como podemos observar melhor no diálogo de 17 de abril de 2019:



Simone: Você é de onde?
 Pesquisadora: De João Pessoa.
 Simone: Ah, você parece ser de fora [comenta com um tom de incompreensão].
 Pesquisadora: Por quê?
 Simone: Você é muito branca. Não parece que é daqui. [...]. Você não leva muito sol, né?
 Pesquisadora: Eu realmente não ando levando muito sol ultimamente [...].
 Simone: Por isso que você é tão branca!
 Larissa: Eu também sou muito branca, mas como eu vou muito pra maré, muito pra praia, eu já estou com a pele bem mais escura.
 Benjamim: Eu sou muito branco, mas como eu vivo na rua e vou muito para maré e também bebo, porque quem bebe a pele fica escura, você sabe. A pele fica ressecada, descama, escurece.
 Plácido: Eu sou preto.
 Larissa: Preto com olhos de gato. Com esses olhos... hum... É o encanto das índias!

Observa-se nesse diálogo uma discussão a partir do tom da pele, onde a expressão “muito branca” aparece como uma hetero classificação, servindo posteriormente de base de referência

para as autoidentificações dos interlocutores. Do “muito branca” partiu-se uma gradação dos tons “mais escuros” até chegar à autoidentificação como “preto” e a citação de uma presença indígena⁸⁹. Observa-se que as pessoas se apresentam com o tom da pele mais claro possível, associando à diferença a o espaço geográfico de origem, as influências climáticas e hábitos de vida. Além de aparentemente não indicarem uma identidade racial, trouxeram a noção da possibilidade de mudança de cor através de elementos como sujeira, consumo intenso da bebida alcoólica e à exposição intensa ao sol. Esses elementos seriam não só responsáveis por “escurecer” a pele, mas constituiria o corpo daqueles que viviam na região, os “daqui”.

Por outro lado, vemos uma certa incongruência entre cor e local de origem da pesquisadora, onde o advérbio de intensidade “muito” emergiu como aspectos de diferenciação e excepcionalidade, sugerindo que este corpo pertencesse a uma espacialidade mais distante. Gostaria de lembrar que Cabedelo é uma cidade portuária e turística, com isso, a região do mercado público recebe visitantes de outras regiões do país e estrangeiros, sendo comum a presença de pessoas “de fora” circulando pela região. Essas pessoas “de fora” são vistas como aquelas que, além de brancas e pertencerem a outro contexto sociocultural e linguístico, possuem boas condições financeiras. Certo dia, avistamos três homens altos, brancos, loiros, de olhos claros e mochila andando pelo mercado, quando surge o comentário de Jeová: “Olha lá, os gringos. Se eu falasse a língua [deles] ia lá mostrar o mercado e ganhar uma grana. [...] Eles pagam muito bem!” (Diário de Campo, 24/04/2019).

Nesse caso, o “de fora” era supostamente um “gringo”, contudo, tal percepção também discorre sobre o “muito branco” nacional, vindos das regiões mais ao sul do país. Sendo assim, a questão da cor estaria associada à distribuição e acesso a bens socioculturais e econômicos geopoliticamente localizados, que, no imaginário de Simone, se localizaria “fora” das relações locais e cidades vizinhas. Esta forma de pensar não é à toa. Vimos no capítulo 03 que a distribuição étnico-racial da população brasileira advém do processo de colonização e com ele a distribuição/concentração de seus recursos. Se por um lado tal percepção invisibiliza a presença de outros grupos étnico-raciais no Brasil, ou mesmo, outras possibilidades de conformações na constituição territorial, de outro, nos diz de um entendimento acerca da população nordestina e, conseqüentemente, paraibana e cabedelense.

A Paraíba apresentava 39,85% de sua população como “de cor ou raça” branca, apenas 5,7% como preta e mais da metade como parda, 52,7% (IBGE, 2010). Em dados atuais, obtidos

⁸⁹ A conversa seguiu acerca um passeio em que tais interlocutores foram à Baía da Traição, município paraibano, localizado em Terra Indígena Potiguara, onde haveria tido enlances amorosos entre Plácido e mulheres indígenas. Larissa chamou atenção para a cor dos olhos de Plácido, que eram azuis, sendo estes um atributo de atração sexual.

no SIDRA/IBGE⁹⁰, encontramos menos de 1% da população paraibana como indígena e 276 delas residindo em Cabedelo. Desse modo, a população Paraibana, se caracterizaria por uma população majoritariamente auto reconhecida como parda e preta ou, como diria parte dos interlocutores, de pele “mais escura”. Durante a pesquisa de campo, em nenhuma ocasião presenciada ou relatada houve a auto ou hetero identificação entre os interlocutores como negro/negra e sim em termo de tonalidade da cor da pele. Entre eles, 16 se consideraram “escuros”⁹¹ e apenas 01 “preto”. Apesar da identificação de um dos interlocutores como “índio”, essa se dava pela sua semelhança fenotípica, sem qualquer referência identitária, ancestralidade e/ou ascendência indígena.

Tais aspectos revelam, portanto, a incidência daquilo que as teorias étnico-raciais apontaram acerca do modo como a população brasileira percebeu, pensou e estabeleceu as relações raciais: o apagamento da identidade negra e indígena, e uma identificação pelo tom da pele. Como vimos anteriormente, tais relações foram produzidas e reproduzidas a partir de dois principais suportes ideológicos: a supremacia racial branca e o de democracia racial brasileira (Matos e Tella, 2012). Tendo como alicerce o etnocentrismo branco/cristão/europeu, foi se erigindo a noção do ideal branco, teoria do branqueamento, colorismo e as políticas de miscigenação, responsáveis pela tentativa de apagamento das outras identidades étnico-raciais. Por sua vez, esses elementos vieram a induzir a noção de uma nação altamente miscigenada, uniétnica, unirracial e unitária, e por isso, supostamente, sem preconceito racial.

Nesse ambiente de incentivo à miscigenação e ideal de branqueamento, criou-se uma linguagem de identificação dos sujeitos não mais pautada numa relação binária branco/preto e sim na gradação e tonalidade da cor da pele. Na visão de Hofbauer (2003, p. 65), para alguns teóricos da “questão racial”, esse tipo de recurso de identificação traz a impressão de que haveria um “não reconhecimento da realidade ou como expressão de uma falta de consciência” étnico-racial. Isso porque, essa distinção por “classificação de cor”, criou certas camadas e estratificações de status social entre os “não brancos”, em um novo sistema de hierarquia onde se valorizava os mais claros e constrangia os mais escuros (Maggie, 1996, p.227). E, perante a força política, econômica e bélica do branco, imposição e valorização de sua cultura, moral, religião e costumes, juntamente com o silenciamento, estigmatização e criminalização de outras culturas (desde séculos atrás), os “não brancos” foram levados a se afastarem daquilo que os

⁹⁰<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9718#/n3/25/n6/in%20n3%2025/v/all/p/all/c1714/all/c2661/all/d/v4727%202,v1000093%202,v1000350%202/l/p,c1714+v+c2661,t/cfg/cod,/resultado>

⁹¹ Talvez, situacionalmente, por comparação com a cor da pesquisadora.

caracterizariam como negros ou indígenas, provocando um distanciamento dos valores, morais e culturais de sua raça de origem em detrimento da identificação com o ideal branco.

Induziu-se, portanto, ao “não branco” (mestiços, indígenas e negros) a aproximar-se do padrão dominante (branco) e ter que negociar individualmente recursos para ascender socialmente, “tornar-se gente” (Souza, 1983, p. 21) e obter certos direitos. Acreditava-se na época que, por meio do trabalho e identificação com os ideais, modo de vida e cultura branca, o negro poderia superar o preconceito, ascender socialmente e integrar-se absolutamente na sociedade brasileira. Dessa forma, o ideário de branqueamento haveria atuado como um apagamento das relações étnico-raciais, com imenso efeito de alienação da identidade negra e indígena (Munanga, 2020). Tal processo veio a dificultar o estabelecimento de identificações em pretos ou brancos e a construção de suas respectivas fronteiras, privilegiando uma identificação ambivalente e por meio de tons da pele, fazendo com que as pessoas se reclassificassem em cores, e não por raça.

A essa variedade de tonalidade da cor como identificação, associada ao grau de identificação com o ideal branco e de afastamento de sua raça de origem, se deu o nome de colorismo racial. Seria ele o responsável pelo surgimento de um tipo de discriminação a partir da cor da pele, onde “a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides” (Nogueira, 2006, p. 296), fazendo assim como que as pessoas se apresentem como o mais claro possível (Hofbauer, 1993, p. 01).

O sonho de realizar um dia o ‘passing’ que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores do mundo branco dominante. (Munanga, 2020, p. 88).

O grau de identificação com o ideal branco e os graus do tom da pele determinariam o grau de desvantagem de acesso e oportunidades em relação ao branco e de inserção no mundo dos brancos. Por sua vez, isso traria uma carga afetiva de inferioridade não só em relação com os brancos, mas com negros mais claros. Isso teria vindo a “fragmentar a identidade, minar o orgulho e dismantelar a solidariedade do grupo negro” (Souza, 1983, p. 22). Com isso, observou-se que o branqueamento, alicerçado na ideologia de assimilação e de aculturação, carregava consigo um grande potencial de abafar e inibir as reações coletivas por parte daqueles “não brancos”, “escuros”, pretos, negros e pardos que ascendiam socialmente, numa sociedade racista (Souza, 1983; Hofbauer, 2007). Assim, com base na ideia de mistura interétnica e racial, acreditava-se instaurar uma solução supostamente pacífica para a questão racial no país. Diferentemente daquilo que observavam nos Estados Unidos, onde haveria grupos “com

fronteiras fixas”, alicerçada na oposição branco/preto e “forte preconceito de raça e de cor” (Hofbauer, 2007, p. 05).

Nosso ideal de democracia racial, nosso mito de democracia racial, obriga-nos a desviar o olhar dessa oposição porque ela decalca posições sociais desiguais entre pretos e brancos (Maggie, 1996, p. 229)

Ao analisar os dados censitários da PNAD de 1976, que adotava a classificação dos sujeitos segundo a cor, Silva (1988) identificou uma classificação sob inúmeras designações que falavam do tom da pele, sem falar em oposição branco/preto e sem referência à identidade negra. Enquanto Nogueira (1985) argumentava que não se pode homogeneizar e invisibilizar essas outras populações e culturas em uma mesma categoria “não branca”, Souza (1983), em seu livro Tornar-se negro, emprega as categorias “negros” e “não-negros”, para denunciar tal apagamento, reafirmar a identidade negra e contrapor tal processo pautado no mito do branqueamento. Nascimento ([1978] 2016), por sua vez, denunciou que todo esse processo histórico de constituição do país e de conformação das relações raciais brasileiras revelou a história do “processo de genocídio” do povo negro, desde a morte de uma identidade negra às políticas que fizeram e fazem morrer esses corpos.

Essa população “mais escura” é vítima histórica de políticas econômicas e socioculturais racistas, e conseqüentemente, com inúmeras restrições de acesso a bens, direitos e oportunidades. Uma população negra, parda e preta, assim como de ascendência indígena apagada, que teve uma inserção predominantemente subalterna na sociedade brasileira. São exatamente as pessoas que tiveram suas trajetórias de vida marcadas por essas desigualdades que vêm ocupar as ruas da cidade, assim como séculos atrás. É preciso lembrar de que 67% dos entrevistados da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua se declararam pardos e/ou negros (Brasil, 2009). Por sua vez, ser negro em situação de rua agrava ainda mais a vulnerabilidade e o sofrimento, pois parte da violência física e simbólica contra as pessoas em situação de rua é impulsionada pelo preconceito racial (Pinho, Grando e Pinho, 2014). Observa-se, portanto, que a privação material e social das pessoas em situação de rua é uma das manifestações do racismo.

As falas dos interlocutores apontam assim, ao mesmo tempo, as “especificidades simbólicas/culturais” quanto o preconceito racial e a “problemática da desigualdade social” (Hofbauer, 2003) que, por sua vez, sinaliza o preconceito e desigualdades regionais. Veremos mais adiante, como tal processo produzem não só sofrimento, mas a própria morte.

MOMENTO ETNOGRÁFICO IV: DAS PROVOCAÇÕES INICIAIS A ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entocena 04 – “Ah, vai fazer o quê? A nossa vida é isso aqui!”

Diante da iminência do estabelecimento de barreiras sanitárias intermunicipais devido a pandemia da Covid-19, no dia 12 de abril de 2020, vestida de receio, com máscara no rosto e frasco de álcool em gel no bolso, dirigi-me a Cabedelo. Vale salientar que, até então, tal município não havia decretado fechamento do comércio local, equipamentos de prestação de serviço e instituições públicas, como muitos municípios brasileiros. Além disso, era Semana Santa e o comércio da região costuma ser bastante movimentado nessa época. Chegando lá, sou recebida com abraços, demonstrando que o distanciamento social não era uma preocupação. Comento sobre o assunto e tento saber como estão lidando com a pandemia. E escuto:



Logo, outros assuntos emergiram, em uma série de queixas e demandas de saúde, questão financeiras e emocionais, conflitos locais, falecimento de familiares, espancamento, entre outras situações. Enfim, sempre que tentava trazer o assunto da pandemia, no lugar, outras preocupações e ameaças à vida vinham à tona. Após algumas horas sob o sol, adentramos o mercado e ficamos junto a uma barraca da feira, quando ouvimos: “você estão espantando os clientes!”. Decidimos caminhar em busca de algum lugar para ficar.



Aportamos na praça. A conversa seguiu e antes de ir embora e retornar ao isolamento, informo-lhes que ficaria impedida de voltar a encontrá-los enquanto a situação da pandemia não oferecesse segurança à nossa saúde e as barreiras sanitárias continuassem ativas.

Para minha surpresa, no dia 30 de abril, recebo ligação telefônica de Plácido. Ele estava claramente embriagado, com discurso confuso e as vezes descontextualizado. Juntamente com o barulho externo, interrupções e conversas paralelas com terceiros, a conversa tornou-se bem enigmática no início.

Disse que havia comprado um celular para solicitar apoio para filha de uma “colega”, pedindo auxílio para obter informações sobre o estado clínico e local em que estaria internada por covid-19 após transferência do hospital de Cabedelo. Passando o telefone para a moça.

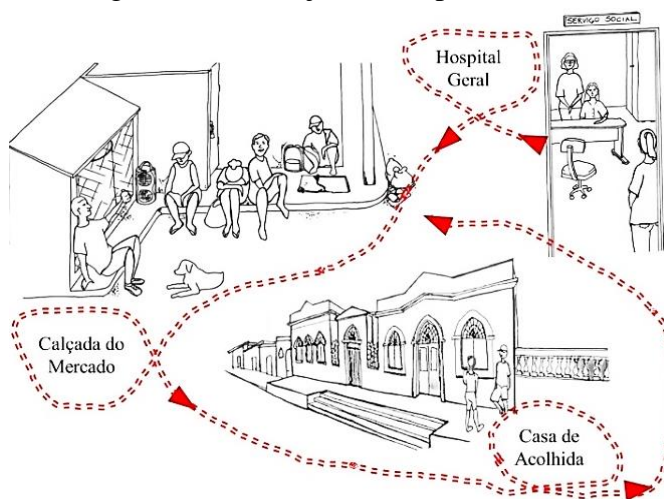


Ela falou que não tinha como obter informações, pois não possuía telefone e os serviços de transporte público foram interrompidos. Além disso, sendo mãe solteira de uma criança com microcefalia, ambos com suspeita de covid-19, não teria com quem deixá-lo para ir ao hospital.

Tentei auxiliá-la. Foram várias pessoas, espaços, tempos, papéis e afetos acionados e reconectados por meio da internet, ligações e mensagens *WhatsApp*. Conseguimos manter contato mais algumas vezes, até que um dia, escuto da operadora de telefonia: “esse número não existe ou está fora de área”. No dia 22 de maio, recebo uma ligação de outro número. Era o mesmo interlocutor dizendo que estava no funeral da “colega”. Aproveita para contar que alugou um “barraco” na maré para isolar-se e descreve a precariedade do lugar: “aqui é tudo junto, roupa, fezes, bicho, maré!”. Em sua tentativa de proteção e isolamento, confessa: “é melhor na rua!”. Após esta ligação, todas as tentativas de contato por telefone, novamente, foram frustradas.



Em agosto, recebo mais uma ligação, desta vez, da assistente social da Casa de Acolhida comentando que Plácido deixou meu número para contato e me informa que ele havia sido internado em estado grave de saúde. No dia seguinte, me dirijo ao hospital de Cabedelo. Entretanto, sou informada que apenas pessoas com parentesco consanguíneo ou instituições responsáveis pelo sujeito poderiam obter informações ou visitar o paciente. Aproveito a ida à Cabedelo para contatar outros interlocutores. Descubro que Praiano e Aimée faleceram, respectivamente, Covid-19 e “mal súbito”. Já Gustavo, teria sido “desligado” da Casa de Acolhida e pede para auxiliá-lo na busca de informação acerca de quando poderia voltar. Vamos à instituição. Fomos informados que ele só poderia pleitear a vaga após 01 ano. No dia seguinte, em 27 de agosto, à noite, recebo por mensagem de *WhatsApp* que Plácido havia falecido e ao perguntar sobre velório, descubro que o enterro já acontecera.



CAPÍTULO 08. O que a pandemia desvelou acerca do viver e habitar as ruas?

Didier Fassin (2006), nos esclarece que um acontecimento (como a pandemia) poderia nos servir para pensar diversos aspectos em torno de um fenômeno social. Isso porque, um acontecimento, seria produzido a partir de uma “separação de dois estados do mundo social, entre um “antes” e um “depois” (Ibidem, p. 186). Ou seja. Um acontecimento, ao emergir, mexe nas disposições, gera mudanças nas relações e transforma as dinâmicas sociais, colocando-se como um marco que serve de fronteira, distinguindo os antecedentes e as consequências. Assim, esse acontecimento mundial ensejado pela crise sanitária fez emergir uma discussão não só em torno do acesso à saúde, mas sobretudo, acerca dos impactos das desigualdades sociais no enfrentamento a pandemia, suas causas e o futuro por vir.

A partir da Etnocena 04 traz a chegada da pandemia no campo de pesquisa e seus efeitos no cotidiano daqueles que vivem e habitam as ruas do centro da cidade Cabedelo, assim como o modo como os interlocutores lidaram na época com um fenômeno global em suas relações locais. Nele podemos observar as negociações tecidas entre as estratégias de enfrentamento à Covid-19, recomendadas e/ou impostas pelos órgãos estatais, e as táticas desenvolvidas por eles a partir de recursos disponíveis, interesses e saberes próprios frente a esse novo cenário de ameaça. É possível também observar de modo mais geral o modo como a pandemia incidiu nas relações de pesquisas acadêmicas, trazendo novos questionamentos e implicações afetivas, éticas, políticas e metodológicas do fazer etnográfico, apontando o que seriam novas possibilidades investigavas e/ou restrições no fazer etnográfico em tal contexto. Tema deste capítulo.

8.1. A chegada do coronavírus⁹²

Em janeiro de 2020, quando já havia encerrado o trabalho de campo de forma sistemática, estava em repercussão na mídia local o aumento exponencial do número de casos de Covid-19 em Wuhan, na China. Até então pouco se sabia sobre esta doença causada por um novo tipo de coronavírus (Sars-CoV-2), de alto poder de transmissibilidade e potencial letal. Nos meses subsequentes, diversos países já apresentavam números alarmantes de vítimas, colocando seus sistemas de saúde em colapso e induzindo governos a decretarem estados de

⁹² Parte do material desenvolvido aqui foi publicado em capítulo intitulado Entre a rua e a casa: notas sobre o fazer etnográfico e uma escrita enlutada, em livro organizado por Bolletin, Sanabria e Tavares (2021), Etnografando na Pandemia, os quais contribuíram generosamente para a discussão exposta aqui.

calamidade. Diante da crise sanitária, em março de 2020, a situação foi declarada como pandemia (WHO, 2020a). Por se tratar de uma nova cepa do vírus, e tendo este como agente (que faz outros agirem, produzindo uma série desencadeada de pensamentos e ações em diferentes escalas), tornou-se principal medida de enfrentamento o impedimento da transmissão por meio de “medidas de precaução” (Oliveira, Lucas e Iquiapaza, 2020), principalmente, por meio de práticas rigorosas de higienização, uso do álcool 70% e distanciamento social (WHO, 2020b). Visava-se com isso desacelerar o contágio em massa, garantir a atenção em saúde, e consequentemente, reduzir e evitar mortes.

O primeiro caso da Covid-19 diagnosticado no Brasil, e reconhecido pelo Ministério da Saúde (MS), data de 26 de fevereiro⁹³, mas só após 16 dias, com então 100 casos confirmados no país, o Ministério da Saúde decretou estado de quarentena (Macedo, Ornellas e Bomfim, 2020). É preciso salientar que, enquanto o Governo Federal, por meio do seu Ministério da Saúde, recomendava o isolamento horizontal dos cidadãos⁹⁴ e a adoção de práticas rigorosas de higienização de acordo com as indicações da WHO, outros líderes do próprio governo nacional— tendo o Presidente da República Jair Bolsonaro como principal negacionista, juntamente com o setor empresarial— minimizavam os efeitos da covid-19 e defendiam a continuidade das atividades como meio de manter a economia ativa (Schuchmann, 2020). Sendo assim, as ações de enfrentamento à pandemia no contexto brasileiro se forjaram em meio a controvérsias e falta de consenso na condução por parte dos gestores federais (Ferrari, 2020), gerando margens para a propagação de *fakenews* e insegurança na população.

Além disso, emergia na mídia denúncias e indignação sobre o modo como a pandemia estava sendo tratada com desdém e alvo de chacota pelo então Presidente da República, com frases e gestos de desrespeito às vítimas da Covid-19⁹⁵. O que se apresentava como uma crise sanitária, econômica e social, logo acirrou a crise política já existente e uma condução de enfrentamento à pandemia marcada pela descrença na ciência, exonerações e trocas constantes de Ministros da Saúde. No momento em que a pandemia apresentava significativo crescimento de pessoas contagiadas e aumentava a mortalidade, observa-se a produção de discursos contraditórios e ficavam expostos os conflitos e a incapacidade das autoridades federais em

⁹³ Informações disponíveis em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Houve rumores que colocaram em dúvida os dados oficiais, podendo ser visto em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,primeiro-caso-da-covid-19-no-brasil-e-do-fim-de-janeiro-diz-ministerio-da-saude,70003258394>

⁹⁴ Sobre a diferença entre isolamento social horizontal e vertical ver Werneck e Sá (2020).

⁹⁵ Alguns exemplos em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/frases-bolsonaro-coronavirus.ghl.html>; <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>; <https://www.sindmetalsjc.org.br/noticias/n/5281/por-disputa-politica-bolsonaro-trata-mortes-e-vacina-com-chacota;>

lidar com a emergência em saúde que se agravava. Desse modo, frente a este quadro de incertezas, preocupados com o cenário por vir e ainda sem haver no horizonte a possibilidade da vacina, alguns governadores de estados da Federação, em especial da região Nordeste, assumiram a condução em seus territórios independente do cenário nacional, decretando o isolamento social.

O Estado da Paraíba, onde está localizada a cidade de Cabedelo, por meio da formulação de normas de procedimento em sucessivos decretos, estabeleceu diversas medidas, entre elas, as barreiras sanitárias interestaduais e intermunicipais ⁹⁶. E, tendo passado aproximadamente 04 meses da identificação do 1º caso da covid-19, o vírus percorrido mais de 15.861 km de distância e o mundo contabilizado mais 820 mil casos e mais de 40 mil mortes (Sarti et al, 2020), é notificado, em 01 de abril de 2020, o primeiro caso de infecção na cidade de Cabedelo⁹⁷. Em um país de profundas desigualdades (cultural, política, econômica, social, racial etc.), e diante desse cenário de condução no enfrentamento da pandemia, novas preocupações se desenharam e questionamentos emergiam: como os interlocutores estariam lidando com a ameaça do coronavírus? Quais os efeitos em seu cotidiano? Como aproximar-me dos interlocutores da pesquisa em um momento em que o imperativo do distanciamento/isolamento social era urgente?

8.2. Entre as estratégias de enfrentamento à pandemia e as táticas das ruas

Nesse cenário, os espaços públicos e de aglomeração se consolidariam como lugares de circulação do vírus, tornando tema central dos poderes estatais, tendo o isolamento social como estratégia bio-geo-política de controle desses espaços e restrição dos corpos. Mais uma vez, a rua torna-se um espaço ameaçador, enquanto a casa se consolidaria como o espaço de proteção. Nesse sentido, aqueles que se dedicam a Antropologia por meio de trabalho de campo etnográfico na rua, logo se viram impelidos a refletir não só sobre os efeitos da pandemia sobre determinados grupos sociais, mas também sobre sua própria práxis. Se muitas das atividades cotidianas passaram a ser realizadas preferencialmente por meio da internet, igualmente, as discussões em torno do fazer etnográfico também passaram a eclodir no meio virtual. Entretanto, essa não é uma realidade presente e de fácil acesso para muitos. Observa-se que não há uma democratização dos recursos virtuais.

⁹⁶ As informações podem ser acessadas no site do Governo: <https://paraiba.pb.gov.br/medidas-contr-a-covid-19>

⁹⁷ Informação disponível no site da Prefeitura municipal de Cabedelo: <http://cabedelo.pb.gov.br/boletim-diario-covid-19-cabedelo-quarta-feira-1-de-abril-de-2020/>

Para isso, entre diversos aspectos, exige-se condições financeiras para acesso a determinados aparelhos tecnológicos (como smartphone) e internet de qualidade, acesso à educação formal e tecnológica para seu manuseio, além de segurança para seu porte e guarda. Aspectos esses que não condiziam com a realidade de grande parte dos interlocutores da pesquisa. Assim, tais estratégias amplamente empregadas como alternativa, mostraram-se inadequadas para tal realidade. Por esse motivo, a princípio a única maneira possível de aproximar-se do campo de pesquisa foi deslocar-se às ruas do centro da cidade de Cabedelo⁹⁸. Apesar das ligações telefônicas serem lançadas como tática de aproximação e busca de apoio pelos interlocutores, logo se mostraram frágeis e fugazes, extremamente desafiadoras em tal ambiente. O aparelho de celular rapidamente assumia outros rumos, não estando mais sob guarda dos interlocutores, o que é bastante comum em contexto em que roubos, esquecimentos, compartilhamentos e trocas são constantes, fazendo dele um bem de intensa circulação (Paz, 2016).

Além disso, o barulho, o estado de embriaguez e as interrupções de terceiros contribuía para uma comunicação confusa e fragmentada. Essas ligações evidenciaram também a dificuldade de acesso à informação e precariedade de atenção em saúde e assistencial, suscitando novas desconfiança junto às instituições. É preciso destacar que grupos sociais em vulnerabilidade historicamente foram negligenciadas e/ou abusadas pelo Estado nessa relação entre cuidado e controle. Sem falar que muitos se encontram na fronteira entre o legal/ilegal, não dispõem de documentação necessária, desconhecem e/ou se apresentam com ambiguidade de direitos, sofrem preconceito e discriminação (Berger et al, 2020). Mais uma vez observamos a necessidade de mediação para interceder na burocracia e acessar informações (explicar as decisões e procedimentos do governo), como elemento indispensável para que estes grupos acessassem seus direitos junto às entidades governamentais (Charterjæ, 2004).

Diante desse cenário, pressionados pela população civil, o Governo Federal estabeleceu algumas ações em prol da atenção à população em situação de rua. Em Nota Técnica N.º5/2020/CGRIS/DEPEDH/SNPG/MMFDH, de 03 de abril de 2020, o Governo Federal forneceu orientações gerais sobre atendimento e acolhimento emergencial à população em situação de rua, “com vistas a mitigar possibilidades de contágio e transmissão do vírus da Covid-19, propiciar acolhimento emergencial para fins de distanciamento social e a preservação e garantia dos direitos de pessoas em situação de rua no contexto da pandemia” (Brasil, 2020,

⁹⁸ Decisão protelada várias vezes por questionar sobre o risco à saúde, mas precipitada pela eminência da instalação das barreiras sanitárias intermunicipais. Dito isso, de abril a setembro de 2020, houve retorno ao campo de pesquisa, desta vez, para abordar a incidência da pandemia em tempo real.

p. 01). Entretanto, tal nota não estabelecia parâmetros e diretrizes detalhadas como deveriam ser esses lugares de acolhimento emergencial, gerando desconfiças e preocupações. Havia denúncias que esses espaços poderiam aglomerar sujeitos em espaços improvisados e inadequados (superlotação, pouco espaçamento entre os leitos, ventilação e entrada de sol insuficiente, estrutura para higiene pessoal precária etc.), tornando-se foco de surtos de covid-19 (Berger et al, 2020)⁹⁹.

Assim, elas não só não seriam eficientes como aumentariam o risco de contágio e número de mortes entre este grupo populacional, demandando atenção acerca das reais intenções nesse tipo de intervenção. Vimos que, ao longo da história e apontado nesta tese, que as ruas sempre foram alvos de medidas de controle do Estado, especialmente, no que tange à pobreza e aos aspectos vinculados a ela. Estas são vistas como ameaça que atinge toda a sociedade (Giorgetti, 2006, p. 20), necessitando ações de repressão para barrar o contágio e disseminação (Douglas, 1969) por meio do controle dos corpos e sua circulação na cidade. A própria noção de higiene pública, medicina urbana e social se funda sobre bases administrativas destinadas aos mais pobres, provenientes de políticas caracterizadas pela vigilância, pelo exame e pelo internamento (confinamento e/ou isolamento), inclusive, tendo as chamadas quarentenas como modelos de atuação (Foucault, 2017). Quando se agrega a ameaça de um vírus letal, isso poderia legitimar certos autoritarismos de Estado em nome da saúde pública, especialmente sobre os pobres.

Na visão de Bento (2018), o medo está na origem da própria criação e da manutenção do Estado, sendo o medo de morrer e o desejo de se perseverar aquilo que convoca e legitima ações do Estado para o agir, mesmo em evidentes violações ou não garantias de direitos. Desse modo, logo no início da pandemia, alguns teóricos nos alertaram para o perigo do “pânico coletivo”, que autoriza a extensão dos limites no chamado “estado de exceção” (Agamben, 2020), que já vinha se materializando em ações de punições em determinados contextos, como detenção e até morte para os transgressores (Robaina, 2020). Apesar da polêmica que tal assunto suscitou perante ao número de mortes, tal provocação se fez necessária para pensar a realidade, especialmente para aqueles que estavam nas ruas por dependerem delas para viver. A pandemia não deveria ser utilizada como justificativa para a internação compulsória indiscriminada das pessoas em situação de rua.

⁹⁹ Tal preocupação partiria das denúncias sobre as condições de saúde em presídios, hospitais psiquiátricos, centro de refugiados e outros ambientes de aglomeração e confinamento de pessoas no contexto brasileiro (BORGES, 2020). Havia também relatos de construções de espaços para atendimento em massa, com capacidade para quase 200 pessoas, como mostra reportagem disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/pandemia-saude-oferece-atendimento-medico-a-populacao-em-situacao-de-rua/>.

Em Cabedelo, finalmente foi instalada uma Casa de Acolhida em abril de 2020, com estrutura residencial de caráter permanente, financiada pelo Governo Federal e gerenciada pelo município. O que poderia mitigar os casos de contágio, contudo, a quantidade de vagas se mostrou insuficiente. Além do mais, como bem sabemos, tais instituições, em sua maioria, mantêm regras rígidas ainda mais nesse momento pandêmico, onde nem todos conseguiram adaptar-se à sua rotina, mesmo reconhecendo a importância do lugar de apoio. E é nesse momento, movido pelo imperativo “fiquem em casa”, que Plácido volta a habitar em uma residência. Contudo, essa não lhe garante proteção, muito menos isolamento. Dividindo com seus “colegas” ambiente pequeno e de pouca infraestrutura, todos comiam, bebiam, dormiam e adoeciam juntos. Para Plácido era “melhor na rua!” (Diário de Campo, 22/08/2022). Além disso, muitos necessitavam do movimento diário na rua para produzir recursos e acessar sua rede de suporte (Gregori, 2000; Lemões, 2012; 2016; Claudino, 2015; Roberto, 2016; Vidal, 2016; Souza, 2016; Arruda et al, 2018; Curvo, 2018).

A possibilidade de auxílio assistencial financeiro como medida de compensação destinados àqueles que foram afetados economicamente pela situação pandêmica se fez igualmente precária. Tanto pela demora em ser implementada (Araújo, 2022), como pelo valor disponibilizado de R\$600,00 e por muitos não terem informação adequada e documentação para poder requerer junto aos órgãos governamentais. A opção de isolar-se ficou impraticável, não havendo outra maneira que não se arriscar e desobedecer à quarentena, tendo efeito “nulo” para aqueles que vivem em situação de rua (Schuch, Furtado, Sarmiento, 2020). Por outro lado, diante do fechamento provisório dos equipamentos urbanos, assim como a diminuição dos fluxos, a possibilidade de renda junto aos transeuntes tornou-se escassa, a atuação dos grupos de caridade sofreu uma pausa e o acesso aos banheiros e fontes de água dentro dos estabelecimentos foram interrompidos. Essa situação acarretou o esfacelamento temporário dessa rede, inclusive de higienização.

Ainda, em Nota Técnica citada acima, constava em seu parágrafo XII, que se fazia necessário “a disponibilização de espaços públicos para higienização”, como banheiros públicos já existentes e/ou implantar banheiros químicos e chuveiros, com acesso à água potável, sabão, álcool gel 70%, máscaras descartáveis e material informativo sobre a Covid-19 (Brasil, 2020, p. 01). Não foi observado no centro da cidade de Cabedelo a disponibilização de banheiros químicos e chuveiros como medida para auxiliar na higienização, apenas a confecção de uma pia provisória feita pela comunidade local, mas insuficiente para a demanda. No caso da distribuição de máscaras e álcool em gel, seu uso se tornava inviável diante da singularidade do cotidiano, aparecendo muito mais como um dever moral e simbólico do Estado do que ações

eficientes de proteção para as pessoas que estão em situação de rua (Robaina, 2020). Os interlocutores não puderam, portanto, se isolar em um espaço seguro e confortável, acessar estratégias de higienização e uso de equipamentos de proteção.

Se essas estratégias de precaução e isolamento social provocaram um sentimento de segurança para parte da população, vimos que não foram todos que tiveram meios e recursos para realizar e/ou minimizar os efeitos da quarentena (Santos, 2020). Essas estratégias se mostraram não só nulas, mas discriminatórias e perversa com os mais pobres. Se de um lado tivemos a necessidade de conscientização de todos para o cumprimento das estratégias de precaução e enfrentamento à pandemia, de outro caberia ao Estado não só incentivar, regular essas medidas e evitar a circulação de pessoas nas ruas de forma democrática, mas também promover e garantir a possibilidade de isolamento das pessoas que viviam e habitavam as ruas, além de assegurar tratamento digno. Essas pessoas não tiveram acesso à informação eficiente, cuidados médicos e suporte de apoio em caso de adoecimento. Nem contaram com uma renda suficiente e segurança nas relações de emprego para se afastarem do local de trabalho. Quiçá, desfrutar de suporte psíquico para lidar com todas essas mudanças, ameaças e perdas.

E pior. Tal modo de condução ainda as colocaram como desobedientes da ordem sanitária, transpondo a responsabilidade para o indivíduo, culpabilizando-o por sua condição e eximindo o Estado da responsabilidade, como denunciou o Movimento Nacional da População de Rua do Rio Grande do Norte – MNPR/RN¹⁰⁰. Aliás, a pandemia da Covid-19 ampliou a crise habitacional existente, levando mais pessoas para as ruas, em um movimento cíclico de vulneração e risco de morte. Assim, sua incidência no Brasil catalisou as diversas “crises” pré-existentes (Melo e Cabral, 2020) e a brutalidade dos seus efeitos trouxe à tona um quadro perverso, complexo e crônico, que perpassa existências de pessoas em “condições precárias” (Butler, 2019a; 2019b) e o modo com o Estado gere essas populações. Desse modo, o tempo pandêmico se mostrou um tempo de injustiças afloradas, intensificando um processo já em curso, culminando em inúmeras mortes.

A morte de Plácido parecia assim anunciada, pois o grupo mais vulnerável à infecção pelo coronavírus constituía-se de homens com mais de 50 anos e com presença de comorbidades clínicas (Chen et al, 2020), sendo a população negra proporcionalmente mais afetada¹⁰¹. Soma-se a isso, a correlação entre pobreza extrema, vida nas ruas e o uso de substâncias psicoativas que colocam esses sujeitos em estado de grande vulnerabilidade de saúde, algum tipo ou grau

¹⁰⁰Em nota de repúdio do MNPR/RN, temos denúncias de como tais estratégias estavam incidindo nessa população. A referida nota está disponível em: www.facebook.com/mnpr_rn.

¹⁰¹ Informações disponíveis em site do Instituto: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>

de sofrimento (índice maior que o da população em geral) e sérios comprometimentos biopsicossociais (Lovise, 2000; Costa, 2006; Mattos e Ferreira, 2005; Botti et al, 2009; Rodrigues, 2009; Rosa e Brêtas, 2015). Assim, a maioria dos interlocutores se encontravam extremamente vulneráveis à Covid-19, já que se constituía de homens, negros e pardos, com idade acima de 40 anos, consumidores crônicos da bebida alcoólica e apresentam algum tipo de agravo clínico. Além disso, as pessoas em “situação de rua” possuem menos acesso a cuidados em saúde e índice de mortalidade por todas as causas, entre aqueles com menos de 65 anos, de 5 a 10 vezes maior do que o da população em geral (Tsai e Wilson, 2020).

Portanto, ao interseccionar com o cotidiano da população em situação de rua, a infecção por Covid-19 atuou para aumentar ainda mais essas desigualdades e os casos de mortalidade. O município de Cabedelo, segundo seu último Boletim Diário Covid-19, de 22 de março de 2022, registrou 218 óbitos por Covid-19¹⁰². No entanto, não foi possível identificar a quantidade de mortes na população em situação de rua. Em dados gerais ainda hoje não sabemos quantificar com precisão os casos de infecção e mortes nessa população, tanto devido a testagem insuficiente, apenas em grupos sintomáticos e suspeitos, quanto a não padronização da ficha epidemiológica na identificação de contágios entre essa população (Araújo, 2022, p. 48). Todavia, os dados acima atestam como as condições gerais de vida e desigualdades sociais, hábitos, tipo de trabalho e fonte renda, formas de moradia, mobilidade e de acesso à saúde interferiram diretamente nos riscos de infecção, desenvolvimento da doença e número de óbitos.

Assim, a condução de enfrentamento à pandemia revelou o modo como as instituições e o poder público no Brasil vem promovendo a chamada “inclusão” dessas pessoas nas decisões e gerências do cotidiano. Trata-se de uma inserção “perversa” (Sawaia, 1999; Lemões, 2014; Nobre et al., 2018), na qual o poder estatal, através de políticas públicas, tenta garantir minimamente direitos para um “fazer viver”, mas ao mesmo tempo “deixar morrer” diante das condições que vivem (Foucault, 1996). Nesse deixar morrer, diante da omissão do Governo Federal frente a gestão do enfrentamento à pandemia, do embate de discursos e negação da ciência, juntamente com as inúmeras desigualdades alicerçadas ao longo da história do país, chegamos a mais de 700 mil mortes registradas, ocupando o insistente posicionamento de 2º lugar no ranking mundial do número de morte por Covid-19¹⁰³. Só com o início da vacinação

¹⁰² Disponível em: <https://cabedelo.pb.gov.br/coronavirusboletim/boletim-diario-covid-21-marco-de-2022/> Acessado em 14/10/2022.

¹⁰³ O Brasil se manteve no 2º lugar com o número total de mortes e o 4º no índice total de casos confirmados para covid 19. As informações mais recentes são referentes à 24 de setembro de 2022, segundo Boletim Epidemiológico nº132 (Brasil, 2022a). Podemos conferir tais dados também no site da WHO, disponível em: <https://covid19.who.int/>

em massa, em 2021, que o número de mortes desacelerou e diminuiu. Estratégia igualmente permeada de contrassensos, omissões e denúncias de corrupção, culminando na CPI da Covid-19.¹⁰⁴

Observa-se que a preocupação inicial com possíveis condutas autoritárias e de repressão sobre os mais pobres, deu lugar à indignação frente ao desamparo da proteção estatal e banalização da morte, colocando em debate a moralidade da política e violência da então gestão¹⁰⁵. Uma moralidade que tentou apagar a responsabilidade do Estado frente ao tema, transferindo-a para o sujeito ao ignorar a distribuição diferencial da precariedade entre grupos socialmente diferenciados, resultando no número elevado de mortes. Quando reportamos àqueles que vivem nas ruas, essas mortes haviam se tornado “aceitáveis” não só porque estariam “fora do lugar”, desobedecendo às regras e contribuindo para o aumento do contágio, mas porque suas vidas são consideradas “menos humanas”, “menos importantes”, “sem valor, incorrigíveis ou inúteis ao mundo (De Lucca, 2016, p. 19). A eliminação dessas vidas aparece para parte da sociedade como uma solução possível para acabar com os problemas sociais e urbanos. Esses corpos aparecem como “bode expiatório”, ou melhor, corpo-objeto de expiação.

8.3. Da retórica da “falta”, de um corpo “fora do lugar” às políticas de vida e morte

Vale salientar que as pessoas que habitam e vivem integralmente nas ruas vieram de uma condição de violação dos direitos fundamentais antes mesmo ao seu estabelecimento nas ruas, principalmente, devido às políticas socioculturais e econômicas excludentes. São pessoas que vivenciaram processos de privação de direitos, como o não acesso a democratização efetiva da educação, saúde de qualidade, habitação, lazer, renda digna e estável, entre outros, como exposto ao longo desta tese. Dessa maneira essas pessoas não tiveram acesso às instituições disciplinares, ou essas se fizeram precárias, não assimilando uma série de técnicas corporais normatizadoras ao longo de sua existência, como a do cuidado do corpo, do andar, do falar etc. (Mauss, 2003; Foucault, 2013, Butler, 2000). Trata-se de técnicas e padrões normativos imputados ao humano, desde o seu nascimento pelas diversas instituições (família e escola, por exemplo) que, por sua vez, qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural e pelas quais o sujeito “se torna viável” (Butler, 2000).

¹⁰⁴ Texto disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>

¹⁰⁵ A omissão, banalização, desdém e falta de indignação acerca dos mortos pela Covid 19 nas declarações do então presidente da república, foi alvo de denúncias constantes e visto mais um ato de violência contra a população. Como podemos ver na reportagem disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-morte-no-governo-bolsonaro/?amp;__twitter_impression=true>.

Um corpo que pode se apresentar sujo, embriagado, com pés descalços, odores... Um corpo “mais escuro”, que não espera, que senta e deita no chão, que rejeita a religião da família, que não pactua com os papéis de gênero que lhe são impostos, que ingere substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, que acha melhor estar na rua que num “barraco”, que não aceita permanecer na margem e vai ocupar o centro... Essas pessoas trazem no corpo (aparência e condutas) nuances de divergências à norma e moral reguladora, aquelas idealizadas hegemonicamente e homogeneizadores do estar no mundo. Apresentando-se diferentes, são então categorizados a partir da “falta” com a norma, em oposição àqueles considerados “normais”, “saudáveis” ou socialmente ideais. Suas existências são vistas como estranhas à ordem social, não só por serem “ininteligíveis” e “inadaptadas”, mas por serem tomadas como subversivas, insubmissas, “desviantes” (Becker, 2008) e/ou “indisciplinadas” (Foucault, 2013), tornando-se uma ameaça ao seu ordenamento. Pessoas “consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social” (Goffman, 2012, p. 155).

É interessante aqui pontuar que ao longo da história, como vimos no capítulo 03 e 04, aqueles que habitam as ruas estariam recusando os valores centrais organizadores da sociedade burguesa, o trabalho e família, e, portanto, em “falta” com a sociedade. Foucault (2005) destaca que nessa época houve a constituição de uma sociedade normalizadora como efeito de um processo histórico, econômico e social gradual, que foi se centrando na dimensão da vida e chega ao século XIX com o gerenciamento dos espaços a partir dos corpos dos sujeitos, tendo o desvio à norma, como ameaçador e perigo à sociedade. Esse poder normalizador é denominado por este autor como um biopoder, responsável pelo controle dos corpos, capaz de fazer viver por meio da noção de direito à vida, promoção da vida e tecnologias de evitação da morte, e ao mesmo tempo, deixar morrer aqueles considerados inadaptados à norma. Um poder entranhado ao desenvolvimento do capitalismo, o qual investia-se na vida de uns, em detrimento de outros, gerenciando, “de cima para baixo”, a “inserção controlada dos corpos” no sistema de produção e ajustando seus efeitos aos processos econômicos (Ibidem, p. 131).

Assim, essa retórica da “falta” com a norma (trabalho e família) coloca o corpo daquele que ocupa as ruas como corpos deficitários, em falta com a sociedade, representando ameaça contra os pilares morais que a sustentariam. No entanto, ao deslocar a atenção do ato infracional, do infrator e as motivações do comportamento desviante, para focar nas regras e normas, pode-se melhor perceber que a conceituação em ato desviante, indisciplinado e subversivo, depende do contexto de elaboração das normas e regras, quem está julgando, quem está sendo julgado, quem se sentiu prejudicado, do processo, do porquê, das punições e das consequências deste julgamento (Becker, 2008, p.17). Vimos que aqueles que julgam tendem a atribuir

características positivas a suas crenças, atitudes e comportamentos, entendendo estas como as corretas e a serem seguidas, enquanto tendem a considerar as do outro como aquelas erradas, negativas e ameaçadoras. Isso ocorre porque as regras geralmente são criadas por uns para serem impostas aos outros (Elias e Scotson, 2000). E são as classes privilegiadas que sempre detiveram o poder de legislar sobre o espaço e sobre os corpos (Sennett, 1998; Harvey, 2013).

Essas normas vêm então atender a demanda de um grupo social detentor de poderes (político, econômico, militar, jurídico, científico etc.), a saber, historicamente masculino, branco, cristão e capitalista. Assim, a falta do poder Estatal em propiciar acesso, meios e assegurar direitos, bens e serviços, desloca-se para o corpo dos sujeitos. Corpos em falta. Por sua vez, esses corpos em “falta” com a moral reguladora, ao insurgirem nas ruas do centro da cidade, passam a se situar “fora do lugar” (do espaço geográfico destinado a eles, fundindo a marginalidade com a centralidade) e a ocupar um lugar “entre” as necessidades e interesses particulares. Ou seja. Geraria uma bagunça ou esfumaçamento de fronteiras, representando a possibilidade de se rebelar da regra do habitar em nossa organização social, ameaçando o imaginário social, sistemas e a ordem (Rui, 2014). Observa-se que a força regulatória que falta com esses sujeitos gera esses corpos em falta com a própria lei regulatória, pondo em questão a própria força da mesma (Butler, 2010, p. 152). A regra cria o desvio.

Esses corpos emergem então como uma “metáfora personificada” (Sontag, 1984), incorporando significados sobre a fragilidade da vida e precariedade da existência social, e, ao mesmo tempo, a figura tipificada como ameaçadora. Conseqüentemente, agregando também significados sobre medos e angústias sociais. Sujeira, embriaguez, usos de drogas, doenças, violência, criminalidade, não ser confiável, entre outros, apareceriam então como elementos depreciativos para fomentar sua estigmatização, com isso, justificar e reforçar sua inferioridade nas relações de poder. Entretanto, o processo de estigmatização não ocorreria a partir de comportamentos isolados, qualidades e características individuais dos sujeitos, mas por estes pertencerem a um grupo considerado dissonante e, fundamentalmente, em posição de poder inferior (Elias e Scotson, 2000). Sob as vistas de uma superioridade moral, essa inferioridade na escala de poder, por sua vez, é assimilada pelos seus integrantes como questão de valor humano, justificada pelos aspectos negativos e depreciativos, que são ressaltados e atribuídos a esses grupos, colocando-os como ameaçadores.

É interessante aqui salientar que o cuidado de si, com higiene, corpo e saúde, assim como certas atitudes de afastamento do chão, por exemplo, foi visto socialmente como parâmetro de humanidade e civilização, como elemento de valor, status e que diferencia o ser

humano dos outros animais (Mauss, 2001, Ingold, 2015)¹⁰⁶. Haveria uma relação direta entre o chão, sujeira, impurezas e doenças. Assim aqueles corpos “descuidados” e em contato direto com o chão se distanciariam das normas de tudo que é referência de humanidade (Mauss, 2003). E “nas sociedades ocidentais, onde a postura ereta ou “de pé” é uma medida de classificação e retidão moral, a posição de cócoras é reservada àqueles no menor degrau da escala social – aos párias, mendigos e suplicantes” (Ingold, 2015, p. 79). Essa superioridade moral, segundo Segato (2006), se tornou em nossos dias o capital simbólico de maior peso no exercício da dominação. E é também por meio dela que se desloca a noção da falta com as normas para a falta da dignidade. Corpos indignos ou menos dignos.

Desse modo, a partir dessa discussão trazida até aqui, essas pessoas que não se enquadram nos padrões de normalidade, inteligíveis, emergem como seres ou corpos abjetos, cuja humanidade é questionada e cuja existência está circunscrita às “zonas de instabilidade humana” (Butler, 2001). Esses corpos abjetos, não seriam descartáveis e sim essenciais para circunscrever o domínio do humano, pois atuariam como “exterior constitutivo” da delimitação do que é normal e viável enquanto humano (Ibidem, p. 16). Essa matriz excludente delimitada pela norma e pelo qual os sujeitos são formados, exige a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos (Ibidem, p. 3) e “[...] cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (Ibidem, p. 23). Essa retórica da falta engendra, portanto, processos discursivos de produção de sujeitos menos humanos e menos dignos de vida. Uma concepção e entendimento de mais ou menos humanidade das pessoas e seus grupos, que por sua vez, baseiam a ideia de mais ou menos direitos sociais, civis e políticos (Fonseca e Cardarello, 1999).

Por essas razões e afetos que se observa o caráter de relatividade na forma de considerar ou não um ato como desviante e suas possíveis consequências, e também, o fato de algumas normas terem maior importância e maior empenho para seu cumprimento que outras (Becker, 2008). Tal processo desencadeia efeitos nefastos na vida dessas pessoas. Elas foram, para a maioria delas, a vida inteira, encaradas sob o crivo de uma suposta superioridade moral que

¹⁰⁶ Na vivência e habitar as ruas, o chão é para muitos o alicerce da própria existência, local onde preparam os alimentos, trabalham, descansam, dormem, entre outras atividades cotidianas. Ele é meio onde se vive, onde se estabelece uma rotina de vida, percorrendo cidades, tecendo relações de reciprocidade, desenvolvendo habilidades e adquirindo fonte de renda. Ingold (2015) nos chama a atenção para a importância da apreensão do mundo e produção de conhecimento através do chão e conexão do corpo ao ambiente. O irrompimento do contato direto ou próximo ao chão (agachado, rasteiro) teria uma relação direta como o modelo moral civilizatório ocidental ao longo da história, interpretando tal contato como grau de civilização. Para a sociedade ocidental contemporânea, tornou-se uma questão de status social. Assim, através de como seus corpos e seus movimentos se apresentam, identificam-se seus locais de pertencimento e em qual estrato social se localizam. Tal conexão dessas pessoas com o chão diz de um modo de relação horizontal com o espaço, do homem com seu meio. Por outro lado, aponta para uma relação de verticalidade e hierarquização entre aqueles mais próximos e mais distantes do chão.

reforçam estereótipos, engendram o processo de estigmatização (Becker, 2008; Elias e Scottson, 2000; Goffman, 2012), produzem discriminações, segregações e cerceiam seus corpos no espaço urbano. Observamos com isso, que essa condição como mais ou menos humanos, com mais ou menos direitos, mais ou menos dignos de vida, é o que sustenta as medidas de coerção, repressão e higienização dos locais e dos corpos, inclusive pautadas em evidentes violações dos direitos humanos.

Diante dessa presença ameaçadora, representada no corpo daqueles que vivem e habitam as ruas, a sociedade, o setor privado e o poder Estatal engendram uma série de dispositivos de controle por meio da evitação, expulsão e eliminação desses corpos das ruas. Como diria Mary Douglas (1996) acerca do modo como coletividades (sociedades e/ou culturas) lidam com aquilo que representa “impureza” e ameaça à integridade social, “eliminando-a não fazemos um gesto negativo; pelo contrário, esforçamo-nos positivamente por organizar o nosso meio” (Douglas, 1969, p. 14). Para esta pessoas destinam-se fundamentalmente medidas de “controle social formal” (Goffman, 2012, p. 150), especialmente por meio de políticas públicas. Entretanto, mais do que legislarem sobre a situação concreta que geram a situação de vulnerabilidade econômica, social e emocional, essas políticas são postas em prática mais pelo viés das ações e gestão de controle dos corpos (Silva e Costa, 2015).

Sendo assim, observa-se o desenvolvimento de ações centradas no “controle e reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos” (Foucault, 1996, p. 85), do que em ações efetivas de combate às desigualdades sociais por meio de medidas de redistribuição de renda, acesso a serviços de qualidade, solidariedade, reconhecimento e convivência com a diferença. Esse controle parte do pressuposto não só do que essas pessoas fazem (se estão ou não sob a conformidade da lei e a moral), mas principalmente, a partir de uma representação social imaginária, “podem fazer, do que são capazes de fazer, o que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer” (Ibidem, p.85). Esse tipo de controle está baseado na noção de periculosidade e que não pode ser efetuado pela própria justiça. Para isto, são desenvolvidas uma série de outros dispositivos, estratégias e poderes estatais e não governamentais que vão atuar sobre esses corpos (Ibidem). Temos assim os discursos da saúde, segurança e toda uma rede de instituições de caridade, assistência, cuidado e coerção que vão atuar junto àqueles que vivem intensamente e/ou habitam integralmente as ruas.

Tais instituições e serviços seriam responsáveis por enquadrar esses corpos, acionando para isto, uma série de sabres disciplinares para sua conformação (psicólogos, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, educadores etc.), e responsáveis pela dupla tarefa de vigiar e assistir (Foucault, 2013). E isso se dá acompanhando e examinando o cotidiano dessas pessoas,

partindo de um poder que pretende tudo ver e que se considera tudo saber. Por isso poderia legislar sobre seus corpos, ditando como devem viver e que lugares podem ocupar na geografia da cidade. Um poder que “se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer” (Idem, 1996, p. 88) e que não se limita a impedir que se cometa infração, mas que se constitui um exercício de poder sobre a vida, não só pelos “aparelhos e instituições” do Estado, mas por uma “microfísica do poder” entranhada dentro da sociedade (Foucault, 2013, p.29). Assim, os corpos daqueles que habitam as ruas estão em constantemente vigilância, sob o olho-controle, olho-julgamento, olho-punição.

No ambiente político e moral do período da pandemia pudemos observar de forma escancarada a adoção de políticas de discriminação, segregação e extinção daqueles que vivem e habitam as ruas, marcado pelo poder e capacidade de ditar quem pode ou não usufruir da cidade e, mais ainda, quem pode viver e quem deve morrer. Não se tratou de “expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição” (Foucault, 2016, p. 216) ou de “fazer viver e deixar morrer” a partir do não acesso aos direitos assistenciais, de saúde e da liberdade de acessar a centralidade. E sim a adoção de estratégias políticas, com uma série de técnicas planejadas e sistemáticas de fazer morrer. É nesse sentido que a produção de vida e morte se encontram mais uma vez com na gestão dos corpos. Por um lado, uma biopolítica (Idem, 2005), que se centra na vida (do direito à vida e quem pode viver), e de outro, a necropolítica (Mbembe, 2018), centrado na morte daqueles que devem morrer.

A necropolítica, termo empregado por Mbembe (2018) para enfatizar o poder e a capacidade de Estados (legitimado pela sociedade em geral) em assumirem uma postura de definir quem pode viver e quem deve morrer. Isso aconteceria por meio da “serialização de mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte”, em um trabalho constante de desumanização e industrialização da morte (articulação entre a racionalização instrumental, administrativa e produtiva), onde a política “assumiria o terror de ameaça de morte como tentativa de minimizar o erro, reforçar uma verdade e eliminar o inimigo (Ibidem, p. 21-23). Ela seria então “experiências contemporâneas de destruição humana” (Ibidem, p. 11), uma forma atual de subjugação da vida ao poder de morte. Não obstante, esse terror e ameaça de morte aparecem como elementos estruturantes do Estado brasileiro, como vimos ao longo desta tese, especialmente no que tange a vivência nas ruas. Destaco aqui a estratégia da “guerra infra estrutural”, alicerçada na degradação do sistema de sobrevivência dessa população, reduzindo, degradando e eliminando suas capacidades de viver e habitar em tal ambiente (Mbembe, 2018, p. 21-23).

Uma política tomada contra populações consideradas abjetos na contemporaneidade, que segrega, mina sua sobrevivência e usa de violências até a eliminação de vidas. Berenice Bento (2018) traz a proposta de pensar tais ações estatais como necrobiopoder, um conjunto de técnicas de governabilidade capaz de promover a vida e a morte, a partir de uma hierarquização e distribuição não igualitária do reconhecimento de humanidade, delimitando os que devem morrer, produzindo zonas de morte permanentes. Tal mecanismo de Estado revelaria, uma relação de dependência contínua entre governança e poder soberano no contexto brasileiro, assentadas no desejo “pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada” (Ibidem, p. 05). Essa violência estrutural (Almeida, 2020) nega os direitos fundamentais que consiste no direito à vida e abre espaço para a desvalorização e a banalização do sofrimento, da morte e impunidade (Minayo, Assis e Souza, 2017), como ocorreu e foi escancarado pela pandemia.

É nesse sentido que a pandemia se mostra um acontecimento paradigmático ou metáfora daquilo que se configura no cotidiano das vivências e o habitar as ruas. Por meio dela percebe-se reminiscências continuamente atualizadas e assumindo diversas formas de acordo com o momento histórico e sociocultural. Esse passado nos conta sobre heranças racistas, sexistas e classistas, diz de um androcentrismo nas formas de pensar e gerir as relações coletivas, onde, ao mesmo tempo em que observamos o desenvolvimento de políticas de cuidado e algum tipo de cidadania, avança-se estratégias de negação e produção de morte. Como argumenta Rodrigues (2006, p. 115), a história é tanto “produto da vida dos homens em sociedade” como é “resultado da morte deles”. A morte nos mostra a sua relação com a produção de vida, estando o “problema da morte” “onde se concentra o problema da vida” (Morin, 1988, p. 317). Aquele sentimento de insegurança e de ameaça à vida que adentrou ao cotidiano de forma generalizada durante a pandemia, é uma realidade insistente para aqueles que vivem e habitam as ruas, tornando visível a insustentável dureza de viver em um ambiente cuja ameaça à vida é constante.

Trata-se de uma realidade cuja ameaça é multidirecional, como nos alertou os interlocutores na Etnocena 04, pondo em cena o quê “realmente importa para a [referida] população” no contexto pandêmico (Jones, 2020, p. 1682). Os interlocutores nos elucidaram que a ameaça do vírus não é maior que as outras e, diante de todos os fatores interseccionados e apontados ao longo desta tese, a possibilidade viável de se “fazer a vida”, inclusive nesse período, era habitando as ruas do centro, apesar da morte à espreita. Esses corpos insurgentes, resistentes e insistentes no espaço urbano, em seus movimentos pela cidade e na sua relação com as coisas do mundo (outras pessoas, materiais, espaços, instituições, políticas públicas,

memórias etc.), não só disseram do seu saber-fazer-viver e habitar a cidade, como também das possibilidades de fazer política no cotidiano em busca de obterem minimamente algum direito e melhor qualidade de vida. Assim, esses corpos não só ocupam, mas produzem e exercem posições sociais e políticas na cidade.

8.4. Política do cotidiano no saber fazer-viver a cidade

Existe uma premissa de que a mobilização social das pessoas que vivem nas ruas é frágil e inexpressiva (Martins, 2016). Contudo, a política está presente em todas as esferas da vida, não podendo seu exercício ser compreendido sob a égide de uma organização em movimentos de reivindicação e participação sociocultural aos moldes convencionais (articulação com movimentos civis organizados, associação a movimentos sindicais, filiação partidária e pleno acesso ao voto etc.), como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) ou o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por exemplo. As pessoas conhecem seus direitos (gerais e específicos) e utilizam-se de meios que se tem acesso (seus representantes políticos ou o próprio corpo) para serem ouvidas (Chatterjee, 2004). Portanto, refiro-me a práticas políticas como toda e qualquer ação desenvolvida a partir das relações de trocas e negociações na cidade, tendo como finalidade um bem viver coletivo e que se expressa “como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador” entre as necessidades, modos de vida e interesses dessas pessoas e os diversos níveis de poder que compõem suas realidades (Kuschnir, 2007, p. 164).

Essas negociações não só acontecem em momentos de mobilização, mas nas diversas relações do cotidiano: desde a ocupação de espaços públicos para moradia (e demais atividades da existência) até a recusa a ser regulado pelo Estado e incorporado em recursos e programas que exigem uma série de imposições e aceitação das lógicas de fixação e controle de suas mobilidades. Desse modo, essas pessoas, ao trazerem a “margem” para o “centro”, utilizando-se do próprio corpo e dos elementos do terreno, por meio de suas itinerâncias e ocupação dos espaços públicos, dão a entender que estão reivindicando para si a cidade que pelo projeto capitalista lhes tem sido negada, dando visibilidade a suas existências e à questão da desigualdade social. Trata-se de uma reivindicação pelo do direito à cidade, pela possibilidade de usufruir dos bens, serviços e direitos que constitui a vida urbana, como poder circular, acessar trabalho estável e bem remunerado, adquirir moradia digna, ter direito à saúde, educação de qualidade, lazer etc. (Trindade, 2015; Agier, 2015; Lefebvre, 2001).

Entretanto, ao longo da história, inúmeras estratégias são colocadas em cena para impedir tal democratização da cidade. Nesse sentido, é preciso reafirmar suas existências como dignas e colocando em pauta a importância da reformulação dos espaços urbanos, rompendo com a lógica segregacionista e possibilitando uma ampliação participativa dos grupos vulneráveis, com a finalidade de democratização das cidades (Araújo, 2022). E mais. A reivindicação não seria simplesmente de inclusão, igualdade e democratização dos recursos e oportunidades. Como ressalta Ibáñez (2016b, p. 09), “a luta já não é só sobre o acesso à educação, à saúde, à moradia”, mas sobre qual “tipo de educação, saúde, moradia, trabalho queremos?”. Essa mudança de perspectiva abala aquilo que temos como critérios civilizatórios e nos aponta para outros conceitos e noções “de saúde, educação, moradia, economia e modos de se relacionar e viver na cidade (Ibidem).

Desse modo, não se trataria “simplesmente de incursionar no modelo dominante da urbe, mas pensar outros modos de vida e de convivência”, uma outra cidade (Ibáñez, 2016a, p. 324). Assim, o direito a cidade iria além da liberdade individual de acesso a esses recursos urbanos. Harvey (2014, p. 30) afirma que o direito à cidade “equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental”. Ao se fazer presente nas ruas do centro, esses “cidadinos sem cidade” criariam uma situação radicalmente nova que, apesar de precária, fazem também a cidade (Agier, 2015, p. 491). E essa maneira radical passa pelo repensar o bem comum e os modos de convivência. A cidade como um bem coletivo de valor de uso comum. Aqui poderíamos fazer uma aproximação desse tipo de reivindicação com a produção do Bem Viver.

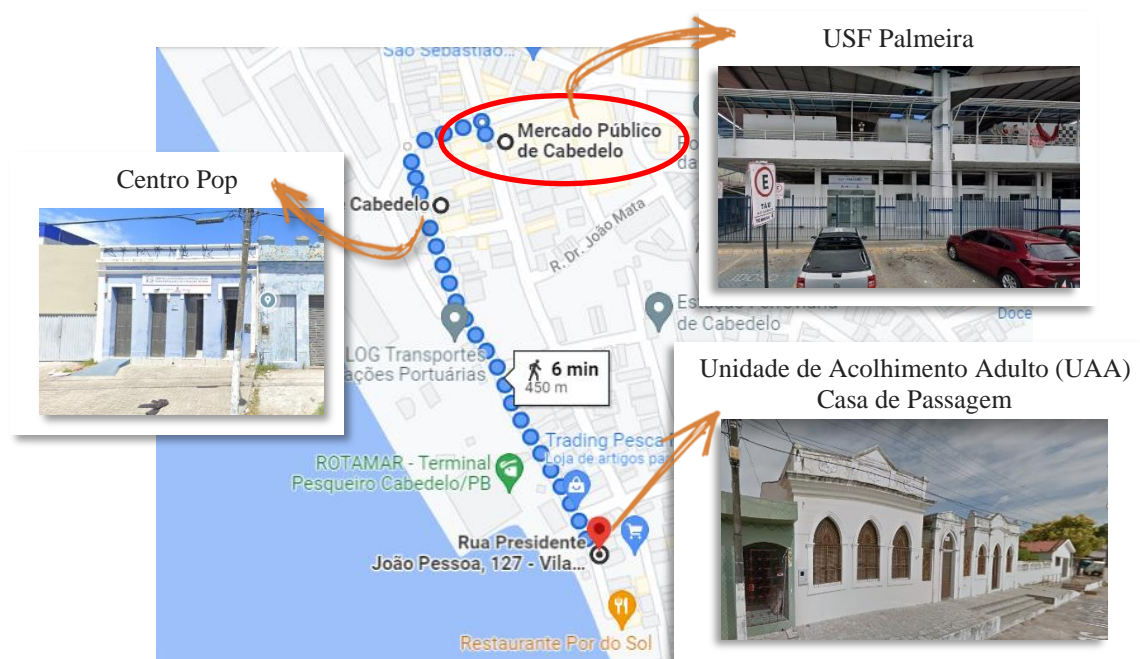
O Bem Viver está apontando a necessidade de uma mudança profunda no processo político e da retomada de algo que nunca esteve perdido: a gestão comunitária dos bens comuns, a construção comunitária do bem comum. O que é o comum? É algo que só pode ser produzido historicamente, a partir dos acordos da convivência. A água, o ar, sim, são bens comuns. Mas, para além disso, nos territórios urbanos, uma praça, a rua, são um bem comum (Ibáñez, 2016b, p.11).

Para o autor acima, a responsabilidade por esse bem comum foi dado ao Estado, e este como vimos, está pactuado com forças que nem sempre visa o bem comum. Seria preciso restituir a responsabilidade de uma gestão comunitária que conviva com outros modos de vida. O Bem Viver se colocaria aqui como uma perspectiva política “sobre o que já está contido em um mundo que queremos conquistar hoje” (Ibidem p. 03), não como um paradigma de um futuro por vir, mas “como um horizonte que orienta nossa caminhada” agora (Ibidem p.06). E isso se faz a partir do ancestral, da história, da sabedoria, e fundamentalmente das

“possibilidades de transformação que já acontecem na vida cotidiana” e “disputando com os outros projetos de dominação” em curso (Ibidem p. 03). É isso que interlocutores parecem fazer. Além de não aceitarem a segregação imposta, denunciam uma cidade que não se fez um lugar de produção do bem comum e provocam novas relações de convivências. E eles fazem isso impondo-se nas ruas, insurgindo, resistindo e insistindo em suas demandas.

Esse seria seu “processo de criação para que isso que já é, seja (Ibidem). Provavelmente seu saber-fazer-viver político. Observa-se que as pessoas em situação de rua, assim como outras populações em vulnerabilidade estão vislumbrando não só “novas maneiras de como querem ser goveradas”, mas “estão aprendendo e forçando seus governantes a aprender como elas preferem ser governadas” (Chatterjae, 2004, p.160). Ou melhor. Como elas podem fazer parte e gerir esse espaço de bem comum que é a cidade. Como efeito, diante dessa insistência e precipitada pela pandemia, em janeiro de 2021, houve a mudança de endereço do Centro Pop para o centro da cidade, bem próximo do Mercado público. Em março de 2021, houve a transferência da USF Palmeira para dentro do prédio do mercado público, o que poderia significar melhor acesso à saúde dessa população. Provavelmente uma resposta do Estado diante das inúmeras reivindicações daqueles que habitam as ruas do centro, impactos da pandemia no município e conjuntura logística. Por outro lado, o CAPS ad se muda para mais distante, reafirmando, talvez, sua postura quanto à esta população.

Imagem 26 – resposta do poder público à pandemia



Fonte: Imagens do Google Maps

NOTAS DE CONCLUSÃO

No começo desta tese foi ressaltado que o interesse investigativo inicial se centrava em compreender uma determinada forma de inserção e relação com o espaço da rua que perpassaria as possibilidades de viver e habitar a cidade, e não um segmento social específico, a população em situação de rua. O estudo partiria de concepções em torno do viver a cidade e do espaço da rua, tomando este último como traçado representacional e materializado das complexas redes emaranhadas de práticas e sentidos daqueles que habitam e fazem a cidade, assim como escala de intervenção para quem a gere. Tendo a rua, o cotidiano das vivências nas ruas, como unidade significativa de investigação, poderíamos então acessar um modo de compreensão sobre a cidade e os modos de vivê-la a partir daqueles que a habita de forma intensa ou integral. Esse tipo de vivência nas ruas, no entanto, traria uma dimensão espacial, temporal, relacional e corporal específica do modo de estar, circular e habitar a cidade, sendo esse nosso foco investigativo.

O centro do município de Cabedelo, cidade portuária da Paraíba, com um pouco mais de 76 mil habitantes, emerge assim como campo de pesquisa, precisamente por lá ter se tecido, ao longo dos anos, relações profissionais e acadêmicas, o que possibilitaria não só um modo específico de inserção, mas ampliar as discussões iniciadas em estudos anteriores e, principalmente, acompanhar de forma mais longitudinal as transformações nesse ambiente de vida. E mais. Indagava-se o que haveria de particular e comum nas diferentes realidades, ao compararmos o conhecimento produzido sobre o tema, majoritariamente desenvolvido a partir das grandes cidades do sudeste do país, seja tendo-o como campo de pesquisa ou instituição de filiação. Todavia, como apresentado na Etnocena 01, logo a morte se interpôs no trabalho de campo, revelando-se rastros de tal contexto de vida. As pegadas deixadas pelos ausentes se fizeram então o primeiro elemento de análise, algo que, apesar de sua presença, não tinha sido possível de ser apreendido em estudos anteriores e que se fez notável a partir desse acompanhamento ao longo dos anos.

De mãos dadas, esse fazer etnografia e lidar com a morte, foi se fazendo um caminho tortuoso, marcado pelo luto, especialmente com a chegada da pandemia, quando as iniquidades se intensificaram. Nesse ambiente de vida e morte, chamei a atenção para as implicações afetivas, éticas, políticas e teórico-metodológicas do fazer etnográfico, que por sua vez, interferiram diretamente no modo de produção, análise e escrita etnográfica. As representações imagéticas, as maneiras de coletar e produzir dados, os tipos de registros, entre outras questões, foram permeados por essas relações intersubjetivas. Como bem apontara DaMatta (1978, p. 07)

o conhecimento antropológico se faz com a “intrusão da subjetividade e da carga efetiva que vem com ela, dentro da rotina intelectualizada da pesquisa antropológica”. Indo além, a morte foi tomada aqui como aspecto dessa vivência e habitar a cidade. Vimos que a sua presença, a sua ameaça constante, diz desse viver.

Enquanto passava pelo luto inicial, ascendia a dor de ver políticas públicas, especialmente no campo da saúde mental e políticas sobre drogas serem asfixiadas, desmanteladas, em um exponencial movimento de retrocesso e sua incidência nefasta na vida dos interlocutores. Essas políticas eram as que, no cotidiano, mais possibilitavam acesso à direitos e melhor qualidade de vida para aqueles vivem e habitam as ruas do centro de Cabedelo, pois, ainda que parcial e aquém do ideal, produziam fissuras na estrutura discriminatória e excludente, construindo caminhos mais sensíveis, éticos e acolhedores nas redes de atenção, especialmente no campo da saúde. A condução Estatal e os novos direcionamentos dessas políticas públicas trouxeram a imagem e impressão de um campo devastado, arrasado, comparando com a pungência e avanços de anos anteriores.

Com a chegada da pandemia, o cenário de ambiguidades na gestão do controle sanitário, a condução perversa do seu enfrentamento e a preocupação com o rumo do país, fez advir novas preocupações no âmbito pessoal, profissional e de pesquisa. O falecimento de Plácido, assim como de outros interlocutores, pessoas conhecidas e familiares, me afetou profundamente. Mortes que poderiam ser evitadas. Se a consciência da morte de alguém próximo gera perturbações profundas nos vivos com quem se relacionam (Morin, 1988), quiçá num momento regido por indignação e revolta. E como escrever uma tese estando em luto? Como escrever quando a cada letra sobre o papel faz reviver a dor e indignação? Grossi (2004, p. 225) afirma que “escrevendo se supera os limites subjetivos daquilo que nos impede de ver, e sobretudo a escrita permite que, aos nos conhecer, possamos, assim, conhecer os outros”.¹⁰⁷

Desse modo, a escrita desta tese tornou-se uma escrita enlutada, feita a partir/na/com perdas simbólicas e concretas, admitindo a “marginalidade, solidão e saudade” (DaMatta, 1978, p. 11), guiando a narrativa e contando esse encontro com o outro, suas vidas e mortes. E nesse sentido que as políticas de mortes, ou melhor, de vida e morte tratadas aqui, atravessam o habitar a cidade e fazer a vida nas ruas. Termos que se fazem título desta tese. Essas políticas nos dizem das possibilidades de habitar a cidade para determinados

¹⁰⁷ Segundo essa autora o sofrimento é parte do próprio processo de criação e escrita. Sofre-se pelas mudanças de hábitos, horas sentadas em frente ao computador, movimentos repetitivos da digitação, sobrecarga de atividades, exigências de produção e excelência acadêmica, altas expectativas e inúmeras frustrações etc. A imunidade abaixa, ficando vulnerável à predisposição de certas doenças que era possível evitar e tratar. Sofre-se fisicamente porque somatiza-se preocupações. Nesse sentido, há uma “dor da escrita da tese” (Grossi, 2004, p. 223).

grupos populacionais, que em seus saber-fazer-viver cotidiano nos apontam modos inventivos, ainda que precários, de estar, circular, se impor e viver na cidade. E mais. Nos falamos o modo como a vida nas ruas passa a ser percebida como recurso ou tentativa possível para um melhor viver por aqueles que habitavam as ruas do centro da cidade de Cabedelo/PB.

A organização da tese a partir de 04 partes intituladas de Momentos Etnográficos emerge como tentativa de evidenciar a dimensão temporal/espacial/relacional/corporal desse processo que leva a insurgência dos corpos nas ruas, as insistências e resitências em seu habitar, assim como do processo de feitura deste estudo. Para tanto, cada qual iniciado com a apresentação de um relato no formato de Etnocena, tendo esta como fio-condutor e trazendo situações-temas para análise, discussão e breves conclusões em um conjunto de capítulos subsequentes. No Momento Etnográfico I: Percursos etnográficos, temos então uma discussão sobre os caminhos teóricos-metodológicos deste estudo. Por meio da Etnocena 01, que traz um breve relato do primeiro dia de trabalho de campo, pudemos observar alguns desses aspectos que foram discutidos ao longo dos seus dois capítulos subsequentes: dos interesses profissionais e acadêmicos à construção de um tema, justificativa e delineamento da pesquisa; das afetações e inquietações aos deslocamentos epistemológicos e referencial teórico de base.

Além de um conjunto de métodos, técnicas e estratégias de acesso ao saber local, pautados em um arcabouço teórico-metodológico e ético próprio da antropologia, trazemos pensamentos e afetos dessa interação construída no trabalho de campo, apontando para o papel das experiências pessoais da pesquisadora na construção de um conhecimento etnográfico. Há assim uma discussão do fazer pesquisa etnográfica na rua, peripatética, a dimensão corporal nesse fazer, o lugar do testemunho em contextos de intensa desigualdade, violências e injustiças, o lugar da morte, ética na pesquisa e o papel de sua produção visual no conhecimento sobre o tema. Constitui-se, portanto, rastros de um processo que explicitam não só uma descrição e contextualização processual do modo como se deu o estudo, mas, fundamentalmente, um exame teórico-metodológico-político-ético-estético desse fazer.

Já no Momento Etnográfico II: Corpos insurgentes no espaço urbano, disparado por fragmentos de história de vida de Plácido, principal interlocutor da pesquisa, e disposto na Etnocena 02, vimos como reminiscências do processo sócio-histórico, cultural, político e econômico na constituição das cidades brasileiras vem atuando nos processos que levam a insurgência de corpos habitando suas ruas, especialmente o corpo masculino, nordestino, negro e pobre. A partir de uma perspectiva que vai do global ao local, do passado ao presente, do coletivo ao singular/particular, temos uma discussão sobre alguns aspectos e particularidades da constituição de Cabedelo, sua configuração e dinâmica que estariam relacionados a presença

de pessoas habitando suas ruas, em especial, do centro da cidade. Destaca-se aqui a importância das suas águas na geografia, cultura, economia e modos de vida local, desde sua fundação como ponto estratégico na economia colonial aos dias atuais enquanto cidade-porto.

Observa-se que, desde a colonização, passando pelos projetos de modernização, industrialização e desenvolvimento, a cidade está submersa em uma dinâmica perversa, pautada numa política socioeconômica e modelo de ocupação caracterizada pela invasão dos territórios e extração dos seus recursos, despossuindo a população local, explorando-a e expulsando-a. Mais que reminiscências que ligam o passado ao presente, observamos que esses processos históricos são atualizados, fazendo parte das trajetórias de vida dos interlocutores e cotidiano local, incidindo não só na configuração socioespacial da cidade, mas nos processos de subjetivação. As múltiplas desigualdades socioculturais aliadas à noção moral do mundo em família, no espaço da casa e da vida privada, assim como a do trabalho, vieram servindo, até aos dias de hoje, como parâmetros de organização societária e erigindo as formas hegemônicas do habitar. Elas delimitam papéis sociais, principalmente a partir dos papéis de gênero e recorte racial, forjando subjetividades, percepções de si e identidades, incidindo nos modos de interações, práticas, possibilidades de circulação e modos de habitar a cidade.

A partir dos diversos fragmentos de histórias de vida, pudemos observar três dimensões processuais envolvidos no movimento de ida e permanências intensas e/ou integrais nas ruas: o processo sócio-histórico, político e econômico de base da organização social do país, a saber, privatista, patriarcal, sexista e racista; o modo como se deu a constituição, configuração e dinâmica do centro da cidade de Cabedelo; e as experiências corporificadas das trajetórias particulares de vida dos sujeitos interlocutores. Esses processos se articulam, emaranhando os modos possíveis de se relacionar com trabalho e família, incidindo e forjando a saúde mental dos interlocutores, possibilidades de habitar a cidade e que, por sua vez, engendraram um movimento centrípeto em direção às ruas do centro da cidade, especialmente em torno do mercado público de Cabedelo. Local este onde se entrecruzam complexas redes emaranhadas de recursos, afetos, apoio, proteção e possibilidade de autonomia.

Desse modo, aquilo que despontaria como motivações particulares e causalidade macroestruturais para vida nas ruas revela-se um saber-fazer-viver e habitar a cidade. Um processo de deslocamento da noção de um corpo “fora do lugar” e em “falta”, para um fazer possível sua existência, por meio de um continuum de táticas e astúcias, utilizando-se do próprio corpo, elementos tangíveis e situações viáveis. A itinerância de “Meter a mola”, “pular de casa em casa”, contar seu testemunho, pedir auxílio, pernoitar nas ruas, ocupar e apropriar-se dos espaços públicos de forma integral emergem como expressões táticas desse saber-fazer,

possibilitando erosões, habitar “entrelugares”, situar-se nas fronteiras, construindo modos inventivos e particulares de viver e habitar essa cidade. Nesse sentido, nos deparamos com a dificuldade de apreender e fixar em categorias esses modos de habitar em constante transformação, em constante movimento, apenas evidenciar as maneiras de se relacionar com as ruas do centro em vivências duradouras, intermitentes e/ou cíclicas e as situacionais.

Na sequência, no Momento Etnográfico III: Habitar fronteiras, pudemos observar, a partir das formas de interação entre os diferentes sujeitos, como à noção moral do mundo em família, no espaço da casa e da vida privada, assim como a do trabalho, aliado a outras formas de desigualdade sociocultural e econômicas, emergem na vida cotidiana desse habitar nas ruas do centro. Essas interações desvelam aspectos da intersecção dos marcadores sociais da diferença nas relações de reconhecimento, solidariedade, conflitos e violências, especialmente no que tange aspectos de gênero, sexualidade, étnico-raciais e institucionais, em diferentes espaços de circulação desses sujeitos. Nesse cenário destaca-se o papel das políticas públicas voltadas para a presença de pessoas vivendo e habitando as ruas das cidades e como seus avanços e retrocessos vem incidindo nas relações locais, assim como os sujeitos as reelaboram e as respondem, especialmente entre os anos de 2010 e 2021.

Abarcando o campo do planejamento urbano, socioassistencial e da saúde, vimos como as intervenções de requalificação do centro, seus impactos na configuração e dinâmica local, vem resultando na tentativa de expulsão dessas pessoas em ambiente público e a eliminação de suas existências. Processo esse que também pôde ser observado na relação desses sujeitos com algumas instituições de cuidado e assistência que, a partir de parâmetros morais, de higiene e abstinência, assim como estruturação do seu funcionamento e lógica de cuidado não atenta às especificidades da dinâmica das ruas, produzem um movimento que dificulta a assistência ou nega o acesso. Vistos como ações e/ou espaços de humilhação e, conseqüentemente, de evitação, tais parâmetros e lógicas vem engendrando um processo de produção de mortes desses sujeitos a partir da não garantia do direito à saúde, cidadania, circulação, benefícios assistenciais etc.

Ainda nesse momento etnográfico, vimos como esses marcadores sociais são articulados e fazem emergir processos de identificação, diferenciação, classificação e hierarquização entre aqueles que habitam as ruas, culminando numa miríade de categorizações êmicas. Os imaginários acerca de papéis de gênero, família e divisão social do trabalho atuam nas relações locais, evidenciando as relações de poder e demarcando atitudes e modos específicos de se estar e circular nesse ambiente para homens e mulheres: das formas de sustento às possibilidades de ser cônjuge, filho, mãe ou pai nas ruas. Nesse ambiente destaca-se as experiências de violência

e sofrimento em uma perceptiva relacional, ou seja, como esses corpos se relacionam entre si nas ruas, os tipos de violência mais comum, assim como as táticas de proteção. Disso, extraímos a performance masculina como um lugar inteligível do estar na rua em contraposição aos corpos que trazem consigo signos da feminilidade.

Observamos também, em um ambiente constituído em grande maioria por pardos, o papel do colorismo nas relações raciais em campo, apagando possibilidades identitárias não branca e erigindo percepções estereotipadas sobre o “outro”, aquele muito branco, indígena e negro. Nesse ambiente, não emergem declarações de identidades negras, a percepção de si como preto aparece como exceção na cor da pele e a branquitude se desponta como referência entre a maioria parda. Teríamos assim a percepção de uma comunidade de brancos em diferentes tons, entre encardidos e queimados. As discriminações raciais aparecem assim veladas por outras condicionantes morais e signos como sujeira, embriagues e a própria pobreza, complementando assim as discussões sobre racismo já trazidas ao longo da tese.

Outro ponto de destaque, que aponta para uma particularidade dessas vivências em uma cidade de menor porte, é a familiaridade das pessoas com o espaço de relação que concerne o centro (espaço, pessoas e práticas locais). Essas pessoas não apareceriam como anônimas, não estariam invisíveis, pois elas ocupariam vários papéis sociais e pertencentes a complexas redes de relações neste espaço. Tais características propiciavam não só a tecitura de laços sociais mais amplos, fácil identificação das pessoas (seja pelo parentesco, relações de vizinhança, local de trabalho, por ser “conhecido” de alguém etc.), reconhecimento e pertencimento, como também a sensação de uma cidade mais segura para quem vive nas ruas.

Se no momento etnográfico II vimos que a lógica moral família/casa/trabalho, aliada desigualdade de gênero, étnico-racial e econômico, engendra um processo de ida às ruas, no momento etnográfico III, vimos como essa mesma lógica moral e desigualdades continuam negando direitos e produzindo mortes no cotidiano daqueles que já vivem nas ruas. Já o Momento Etnográfico IV: Das provocações iniciais, algumas considerações finais, trouxemos o modo como a chegada do coronavírus e a pandemia da Covid-19 incidiu nas relações locais, desvelando de forma evidente, intensa e conclusiva aspectos já discutidos ao longo do texto. Esse acontecimento mundial ensejado pela crise sanitária fez emergir, em tempo real, uma discussão não só em torno do acesso à saúde, mas sobretudo, acerca dos impactos das desigualdades sociais no seu enfrentamento, suas causas e o futuro por vir, assim como, o modo como percebemos o espaço da rua e lidamos como os corpos que a habita.

Vimos que os espaços públicos e de aglomeração se consolidariam como lugares de circulação do vírus, tornando tema central dos poderes estatais, tendo o isolamento social como

estratégia bio-geo-política de controle desses espaços e restrição dos corpos, especialmente dos mais pobres. Nesse cenário, mais uma vez, a rua torna-se um espaço ameaçador, enquanto a casa se consolidaria como o espaço de proteção. Pudemos testemunhar que as várias estratégias amplamente empregadas para lidar com este acontecimento mostraram-se inadequadas para a realidade daqueles que vivem nas ruas, resultando, inclusive na morte do principal interlocutor da pesquisa. Nesse cenário, essas mortes pareciam ser “aceitáveis” não só porque tais corpos estariam “fora do lugar” e “em falta” com a sociedade, ocupando as ruas, desobedecendo às regras e contribuindo para o aumento do contágio, mas porque suas vidas teriam sido consideradas menos humanas, menos importantes, menos dignas.

Conclui-se que essa superioridade moral, revestida de um saber sobre o outro, ou melhor, de como o outro deve viver (e morrer), exerce uma dominação de poder simbólico, incidindo não só como percebemos aqueles que habitam as ruas, mas que se faz concretamente modos de cerceamento de seus corpos. Trata-se de uma superioridade moral assentada na retórica da “falta” desses corpos, fomentando medidas para um ordenamento social por meio de instituições influenciadoras, educativas e, sobretudo, punitivas. Como nos alerta Schuch e Gehlen (2012), isso ocorre em parte porque foi atribuída moralmente à rua local apenas de circulação, mas fundamentalmente pelo que representa seus corpos. Vimos que os espaços públicos surgiram da necessidade da circulação das pessoas e como espaço de encontro e convivência na cidade, portanto, tidos como espaço de todos e por isso não deve ser apropriado por ninguém, restringindo seus usos de forma momentânea e com fins determinados pelo planejamento urbano. Todavia, esse lugar de circulação e encontro não estaria destinado a todo e qualquer corpo.

A rua, um lugar físico socialmente construído, é fruto de processos históricos, políticos, culturais e econômicos de diversos projetos urbanísticos frente as necessidades e aspirações daqueles que detiveram o poder sobre o espaço. Criada para atender os anseios do homem branco, do mundo eurocêntrico masculino, a rua se revela então como expressão da hierarquização social cidadina, manifestando as relações de poder em uma ordem patriarcal, heteronormativa, patrimonialista e racista, marcada pela discriminação econômica, étnico-racial e de gênero, autorizando ou não a coexistência das pessoas. Desse modo, as pessoas que insurgem, resistem e insistem em fazer da rua um lugar de existência, mesmo que temporariamente e diante das restritas possibilidades, facilmente sofrem reprovação e ações de controle, não só nos espaços em que vivem, mas no próprio corpo.

Observa-se que muitas das ações voltadas para as pessoas que vivem em situação de rua, apesar da denúncia às condições de violência, pobreza e discriminações diante das

desigualdades e violências estruturais, estão pautadas numa proposta de repressão moral. Mesmo aquelas entidades, instituições e serviços sensíveis às questões da vivência nas ruas estão, muitas das vezes, pautadas nessa retórica dos corpos em falta, e orientadas por um discurso protetor e salvador dessas populações, tentando impor suas concepções morais e suas crenças, revelando assim o exercício do seu saber-poder sobre esses corpos. E com o avanço de políticas públicas conservadoras, patrimonialista e excludentes, alicerçadas em discurso moral-religioso condenatório, de valorização da família tradicional burguesa e com interesses econômicos explícitos de manutenção da concentração de renda por parte de uma determinada fatia populacional, observamos um importante retrocesso na condução junto a esse fenômeno das vivências nas ruas na atualidade.

Após décadas de avanços nos direitos humanos, testemunhamos o expoente crescimento de discursos discriminatório que respaldam ações deliberadas de expulsão, desaparecimento e eliminação dos corpos que emergem como expressão radical dessas estratégias político-econômica e sociocultural excludentes a que estamos submetidos ao longo da história. Os corpos daqueles que vivem e habitam as ruas, constituído por “emaranhado simbólico de estigmas e preconceitos”, por sua vez, aparecem como os que mais despertam forte incômodo social (Toledo et al, 2017). E diante dele vemos todo um aparato estratégico de eliminação, seja a partir da “guerra estrutural” ou confronto direto. Portanto, ao considerarem as ocupações das ruas e suas práticas como um ato imoral ou indigno, deixam de enxergar ou negam as possibilidades das vidas nas ruas como necessária e um empoderamento espacial desses sujeitos para o acesso a renda, serviços e suporte em geral, na busca de uma melhor qualidade de vida. Mesmo que nelas, não a encontre de forma plena.

Vimos que, enquanto materialidade do próprio viver na cidade, com suas diferentes ordens, percepções e domínios de poder, a rua não constitui uma entidade ou espaço unívoco. Cada qual, ao seu modo, faz a cidade a partir dos recursos e acessos possíveis, ao mesmo tempo que se refaz nela. Desse modo, as ruas foram para aqueles “sem lugar” na estratificação cidadina, especialmente os negros e pobres, um lugar não só de passagem, mas de sustento, apoio e produção de vida. Um lugar de existência, habitar e de “fazer a vida”, a partir de um saber lidar com o mundo, por meio de seus próprios corpos e elementos do meio. Trata-se de um saber-fazer-viver a partir do movimento inventivo de abrir possibilidades, tornar viável habitar a cidade, tendo as ruas do centro como o único lugar vislumbrado onde isso seria possível. As ruas do centro emergem então como possibilidade de ultrapassar uma determinada condição de vida (restrições de acesso a renda, bens e direitos de diversas ordens) em direção a novas experiências viáveis na cidade.

É também uma maneira de dizer que o projeto de uma vida institucionalizada não tem sentido, que a restituição de uma vida à margem da cidade e apartada do bem comum não é suficiente e não atende suas necessidades, desejos e interesses. Que uma vida sem fonte de renda conciliada ao exercício da autonomia, como expressão da liberdade e satisfação não é possível. Desse modo, a ocupação dos espaços públicos por esses interlocutores dá a entender que está reivindicando para si não só a cidade, mas reivindicando a própria vida. Uma nova vida na cidade. Uma outra cidade. Assim, para que se barre esse processo socioeconômico que levam às pessoas a habitarem as ruas, seria necessário promover uma inversão da lógica excludente, pautada numa superioridade moral e hierarquização na distribuição dos recursos e direitos, em direção a outros modos de convivência e produção de bem comum.

Este estudo, elaborado a partir de uma perspectiva antropológica urbana e da saúde, forjada de forma interdisciplinar, atenta às especificidades das cidades de menor porte e do que elas podem nos ensinar, somada à produção já existente, vem, portanto a contribuir para maior sensibilização e compreensão do fenômeno social acerca das vivências e o habitar as ruas da cidade. As pegadas aqui deixadas podem servir como rastros para os novos estudos e apontar caminhos futuros nos modos como vivemos e gerimos as cidades, em especial no que tange as políticas públicas voltadas ao tema.

REFERÊNCIAS

ABA. Associação Brasileira de Antropologia. Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga. 2011/2012 [1986-1987]. Acesso em 27 de dezembro de 2023. <https://portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução e revisão Alfredo Bosi et al. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Normas ABNT 2024: Como Estruturar seu Trabalho nas regras ABNT atualizadas. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/normas-abnt-2024/> Acessada em fevereiro de 2024.

ABREU, Deidvid de. Pessoas em situação de rua, uso de drogas e o consultório de rua (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. L'invenzione di un'epidemia. *Quodlibet*. 26 febraio 2020. Disponível em: <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>. Acesso em: jun. 2022.

AGIER, Michel. O “acampamento”, a cidade e o começo da política. In: CORDEIRO, Graça Índias e VIDAL, Frédéric Vidal (orgs.). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p.17-26.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, Dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000300483&lng=en&nrm=iso Acesso em: maio 2020.

AGIER, Michel. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. Tradução Bruno Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Yann Hamonic, 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: EDUFAL, 2015.

AGUIAR, Maria José Gomes de. Moradores de rua na cidade do Guarujá/SP: condições de vida, saúde, emoções e riscos. 2014. 180 f. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Santos, Santos, 2014.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Quem é frouxo não se mete: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino*. Projeto História, São Paulo, v. 19, p.173-188, 1999.

ALCANTARA, Stefania Carneiro; ABREU, Desirée Pereira; e FARIAS, Alessandra Araújo. Pessoas em situação de rua: Das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. *Revista Colombiana de Psicología*, vol. 24, núm. 1, enero-junio, 2015, pp. 129-143.

ALLES, Natália Ledur. Boca de rua: Representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. In: *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996: 161-189.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Feminismos plurais. Belo horizonte: letramento, 2018 2020, p. 122-162

ALVES, Ygor Diego Delgado. Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

AMOROSO, Daniela. Etnocologia: conceitos e métodos a partir de um estudo sobre o samba de roda do Recôncavo baiano. Anais ABRACE. Trabalho apresentado no VI congresso de pesquisa e pós-graduação em artes cênicas. 2010. Disponível em:< <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/abrace/article/view/3233>>. Acesso em: abril de 2022.

ANDRADE LP, COSTA S.L; MARQUETTI F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. Saúde Soc. [periódico na internet]. 2014 [acesso em 04 fev. 2017];23(4):1248-1261. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401248 Acesso em: agosto 2019

ANDRADE, Daniela; FREITAS, Urânia. Políticas públicas para população em situação de rua, nacional e no DF, com foco na população Negra. Módulo II. Material didático do curso de especialização para Profissionais da Saúde Envolvidos com a População em Situação de Rua, com Foco na População Negra. Brasília, 2019.

ARAÚJO, C. I. R. Como o direito à cidade poderia ressignificar a experiência da população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19?. Humanidades Em diálogo, 11, 43-53. 2022. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2022.177340> Acesso em: janeiro. 2023.

ARAÚJO, Marta de Oliveira; MELO, Josemar Henrique. O Arquivo da Santa Casa de Misericórdia como fonte para a construção da história dos hospitais da Paraíba. Revista do Arquivo. São Paulo, Ano IV, Nº 8.p.32-49, abril de 2019.

ARAUJO, Roberto Jorge Chaves. Estado e município: considerações históricas sobre a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e a capital paraibana (1835-1989). JOÃO PESSOA: Escola do Legislativo/Fórum Legislativo/Estudos Legislativos, 2015 (Artigo). Disponível em: < <http://www.al.pb.gov.br/elegispb/wp-content/uploads/2013/08/A-ALPB-E-ACAPITAL-PARAIBANA-com-resumo-e-abstract-win2003.pdf> >. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

ARGILES, Mariglei dos Santos. População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito de ter direitos. (dissertação) Mestrado em políticas sociais, Universidade católica de Pelotas, Pelotas, 2012

ARRUDA, Amanda; MODESTO, Ana; DIAS JUNIOR, Cláudio Santiago. Trajetória em narrativas: loucuras e a cidade de Belo Horizonte. *Ciência & Saúde Coletiva*, Apr 2018, Vol.23(4)

ATKINSON, Paul. *The ethnographic imagination: textual constructions of reality*. London e New York: Routledge, 1990.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Tradução: Bruno Cesar Cavalcanti, Rachel Rocha de Almeida Barros; revisão: Maria Stela Torres B. Lameiras. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

AUGÉ, Marc. *Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução Maria Lúcia Pereira. 9º ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

AZEVEDO, Aina. Desenho e antropologia: recuperação histórica e momento atual, *Cadernos de Arte e Antropologia* [Online], Vol. 5, No 2 | 2016, posto online no dia 01 outubro 2016, consultado o 16 abril 2022. URL: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/1096>; DOI: <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.1096>

BACKES, Dirce Stein, et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista O mundo da saúde*, São Paulo: 2011;35(4):438-442.

BAPTISTA, Luís Vicente. Territórios, imagens e poderes. In: CORDEIRO, Graça índias; BAPTISTA, Luís Vicente; COSTA, António Firmino da. *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta Editora, 2003. p.35-52.

BARBOSA, Aline ramos. *Vida nua: biopolítica na gestão da população de rua*. Tese de doutorado. São José dos Campos: PUC, 2017

BARRANCO, Anaïs Varo. Ante el dolor de los demás una relectura de Susan Sontag. *El Genio Maligno: revista de humanidades y ciencias sociales*, nº 22, Marzo, 2018. Pp. 35-41.

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-69.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. *EURE* (Santiago), Santiago, v. 28, n. 84, p. 133-144, sept. 2002. Disponible en <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: out. 2019.

BAUDRILLARD, Jean. *A troca simbólica e a morte*. Tradução Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. Edições Loyola: São Paulo, 1996.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Tradução José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?. Cadernos Pagu [online]. 2018, n. 53 [Acessado 31 outubro 2022], e185305. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>>. Epub 11 Jun 2018. ISSN 1809-4449. Acesso em: janeiro 2017.

BENTO, CIDA. O pacto da branquitude. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERGER, Zackary et al (2020). “Covid-19: control measures must be equitable and inclusive”. BMJ, 368: m1141. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/368/bmj.m1141>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC/UNESP, 1998.

BIÃO, Armindo Jorge de Carvalho. A presença do corpo em cena nos estudos da performance e na Etnocologia. Revista brasileira de estudos da presença, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 346-359, jul./dez., 2011. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/presenca>. Acesso em: out 2019.

BIASE, Alessia. Insistência Urbana: ou como ir ao encontro dos “imponderáveis da vida autêntica”. Revista Redobra, n.12. ano 4. 2013. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EX2_alessia.pdf. Acesso em: jan.2017.

BISCOTTO, Priscila Ribeiro. Viver em situação de rua: experiências de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar. Dissertação programa de pós-graduação em enfermagem da Universidade de São Paulo, 2015.

BISCOTTO, Priscilla; JESUS, Maria; OLIVEIRA, Deíse; MERIGHI, Miriam. Understanding of the life experience of homeless women. Revista das escola de enfermagem da USP. 2016;50(5):749-755.

BISCOTTO, Priscilla; JESUS, Maria; OLIVEIRA, Deíse; SILVA, Marcelo; CONZ, Claudete; MERIGHI, Miriam. Viver em Situação de Rua na Perspectiva de Mulheres: uma abordagem compreensiva. Atas - Investigação Qualitativa em Saúde, v. 2, 2016.

BORYSOW, Igor da Costa, e FURTADO, Juarez Pereira. Acesso e intersectorialidade: O acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental. *Physis*, 23(1), 2013. Pp. 33-50. <https://www.scielo.br/j/physis/a/9hS93srJcFSHxk8bYs5SLvc/>

BOTTIL, Nadja et al. Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental,1(2):162-76, 2009.

BOTTI, N. C. L., CASTRO, C. G. de, SILVA, M. F. da, SILVA, A. K., OLIVEIRA, L. C. de., CASTRO, A. C. H. O. A. de ., e FONSECA, L. L. K.. Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. *Jornal Brasileiro De Psiquiatria*, 59(1), 10–16. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0047-20852010000100002>>. Acesso em: março 2017.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p.107-131.

BOURDIEU, Pierre. *Senso prático*. Tradução de Maria Ferreira; revisão da tradução. Odaci Luiz Coradini. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006. pp.329-376.

BRANDÃO, Deyse; e PAZ, Ana Carolina. O fazer antropológico, a produção visual e as experiências da/na cidade. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 7, n. 13, p. 1-12, 7 jul. 2020.

BRASIL. Ministério dos Direitos humanos e da cidadania. População em situação de rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf Acesso em: set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico especial. Doença pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Semana Epidemiológica 38: 18/9 a 24/9/2022. Brasil. Secretaria de Vigilância em Saúde. 30 setembro 2022. Disponível em: file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/Boletim_COVID_132_30set22_voc.pdf. Acessado em: 01/10/2022.

BRASIL. Senado Federal. CPI da Pandemia. Relatório Final PARECER (SF) Nº 1, DE 2021. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. 26 de Outubro de 2021. Disponível em: < <file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/DOC-P.S%2012021%20-%20CPIPANDEMIA-20211027.pdf>>. Acesso em: out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil confirma primeiro caso da doença. Publicado em 26 de Fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL. Nota Técnica nº 5/2020/CGRIS/DEPEDH/SNPG/MMFDH. Orientações gerais sobre atendimento e acolhimento emergencial à população em situação de rua no contexto da pandemia do Covid-19. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-54-de-1-de-abril-de-2020-250849730>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico: População em situação de rua e violência: uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. N.14, v 50, junho de 2019. Disponível em: < <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Populac%CC%A7a%CC%83o-em-situac%CC%A7a%CC%83o-de-rua-e-viole%CC%82ncia-uma-ana%CC%81lise-das-notificac%CC%A7o%CC%83es-no-Brasil-de-2015-a-2017.pdf>> Acesso em: fevereiro 2022.

BRASIL. Ministério da saúde. Nota técnica Nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS.

BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 3588, de 21 de dezembro de 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Consultório de Rua. 2017. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php Acesso em: 26 de Set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para populações em Situação de Rua (Centro POP) e serviços especializados para pessoas em situação de rua – 1ª reimpressão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, v.3, 2017.

BRASIL, Ministério da saúde. Manual de estrutura física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA como lugares da atenção psicossocial nos territórios. 2017. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/sistemas/sismob/manual_ambientes_caps_ua.pdf> Acesso em: 17/11/202.

BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde da população em situação de rua, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf Acesso em: 24 Set. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua, 2012a. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em: 24 de Set. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 131, de 26 de janeiro de 2012. Institui o incentivo financeiro de custeio [...] de serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as comunidades terapêuticas [...]. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/>

BRASIL, Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2011a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 17/11/2021

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011b. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua [citado 23 jun. 2017]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.h

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2011c. 288p

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre populações em Situação de Rua. Brasília, 2009a.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, Brasília, 2009b.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS. Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. 13. ALTERADO E REVISADO 12/06/2012. Brasília: MDS/Sagi, abr. 2008. Pp. 95-99. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/C13%20n104%20->

%20PRIMEIRO%20CENSO%20E%20PESQUISA%20NACIONAL%20SOBRE%20A%20POPULACAO%20EM%20SITUACAO%20DE%20RUA.pdf> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. DECRETO DE 25 DE OUTUBRO DE 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI. Brasília, 2006

BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: abril 2021.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo, 2001.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm#:~:text=Art.,o%20atendimento%20%C3%A0s%20necessidades%20b%C3%A1sicas.>. Acesso em: abril 2021.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em:< [lanalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm#:~:text=L8080&text=LEI%20N%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Dispõe%20sobre%20as%20condições%20para,correspondentes%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm#:~:text=L8080&text=LEI%20N%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Dispõe%20sobre%20as%20condições%20para,correspondentes%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Art.)>. Acesso em: abril 2021.

BRUNO, Fabiana. Imagens, palavras e montagens: a potência da experimentação das grafias no fazer antropológico. Trabalho apresentado na 31º Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília/DF, 2018.

BULL, Sandra. Histórias de trabalho e outras histórias no trecho. 2010.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Cadernos Pagu (11), 1998. pp. 11-42

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes Louro (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução: Tadeu Lamarão e Arnaldo Cunha. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019b.

CAIAFA, J. *Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CAMPANELLA, Lara Maria Matos. Contexto de saúde de Mulheres em situação de rua. 2020. Monografia (Graduação em Enfermagem) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário da Brasília, Brasília, 2020.

CAMPOS, Dalvan Antonio de; e MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. *Revista Estudos Feministas*, 26(2). Florianópolis, 2016

CAMPOS, Maria Antônia Rodrigues. Sob o céu da cidade: representações sociais da população em situação de rua no município de Araguari. 151 f. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea; SPINELLI, Luciano. (orgs.) Uma cidade de Imagens. Produção e consumo visual em meio urbano, Lisboa: Mundos Sociais, 2011.

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do posfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. 6.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo et al. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. *Saúde e Sociedade*, v. 7, p. 47-62, 1998.

CARRARA, S; e SIMÕES, J.A. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cad Pagu* [Internet]. 2007Jan;(28):65–99. Disponível e: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100005>. Acesso jan. 2016.

CARVALHO, J. Do império marítimo ao proveito da terra, uma cultura territorial em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654). *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, 7(1). 2008. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/3554>

CARVALHO, Sandra Maria Moreira Costa de et al. Os ditos sem acesso a saúde da população em situação de rua. 2014.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de; ROCHA, Samilla Mendes. A população em situação de rua enquanto uma expressão da questão social: avanços legais x desafios reais. *Revista Praia Vermelha*, v. 25, n. 2, 2015.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: Da vulnerabilidade à desfiliação. *Caderno CRH* [online]: Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan/dez, 1997.

CASTRO, Ana; MELLO, Joana. Cultura urbana sob novas perspectivas: entrevista com Adrián Gorelik. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 84, p. 235-249, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000200013>.

CAVALCANTI, Maria Helena Pereira et al. *Uma história de Cabedelo*. João Pessoa: Ed. UFPB, 1996.

CAUSEY, Andrew. *Drawn to See. Drawing as an Ethnographic Method*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, nº 19, pp: 33-62. 2010
<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>

CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de análise de discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3.ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2004.

CHIA, Aleena. Access and Agency of Women Ethnographers in Technical Leisure Cultures. Nov 12, 2019. Disponível em: < <https://thenewethnographer.com/the-new-ethnographer/2019/11/12/access-and-agency-of-women-ethnographers-in-technical-leisure-cultures>> Acesso em: abril 2021.

CLAUDINO, Lívio Sergio Dias. Além do utilitarismo: a rua como espaço de continuidades e afetividades. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 01 June 2015, Vol.3(1)

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2. ed. Tradução Patrícia Farias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CLIFFORD, James. Introdução: verdades parciais. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Tradução Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições/Eduerj, 2016.

COFANI, Alessandra. *Juventude e consumo de álcool entre jovens de distintos grupos sociais* (dissertação). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDEIRO, Graça; VIDAL, Fédéric. Introdução. In: CORDEIRO, Graça; VIDAL, Fédéric.(org.) *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 09-16.

CORREA, M. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Antropologia, 1987.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. In: *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2006. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/993/773>. Acesso em: abril 2016.

COSTA, Luiza Elena da; MESQUITA, Vânia Maria de; CAMPOS, Ana Paula. Moradores de rua, quem são eles? Um estudo sobre a população de rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão

Vendramini” de Três Corações. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 285-297, 2015.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4º ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Manuela Ivone P. da. Formalidade e informalidade: questões e perspectivas. *Etnográfica*, Vol. X (2), 2006, pp. 219-23.

CURVO, Daniel. Que pode o consultório na rua? Considerações a partir da clínica da atividade. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

DAMATTA, Roberto. Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p.58-85

DAMATTA, Roberto. Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. *Boletim Museu Nacional. Antropologia*, nº7. Rio de Janeiro, 1978.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DO RIO, João. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

DOUGLAS, Mary (1996) *Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de Poluição e Tabu*. Traduzido por Sónia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70. (col. Perspectivas do Homem, n.º 39).

DUCRUET, César. Typologie mondiale des relations ville-port, *Cybergeog: European Journal of Geography* [En ligne], Espace, Société, Territoire, document 417, mis en ligne le 27 mars 2008. Disponível em: URL : <http://journals.openedition.org/cybergeog/17332> ; DOI : 10.4000/cybergeog.17332 Acesso: Acesso em: novembro 2019.

DURÃO, Susana. A rua dos polícias: visão itinerante. In: CORDEIRO, Graça; VIDAL, Fédéric. (org.) *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008. Pp.79-96.

ELIAS, Nobert. *A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer*. Tradução Plínio Detzeien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John (2000). Introdução. In: ELIAS, Nobert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 21-50.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, propriedade privada e do Estado*. Tradução Leonardo Konder; Aparecida Maria Abranches. 9ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2021.

ESCOREL, Sarah. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Editora FIOCRUZ, 1999.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo. Pessoas em situação de rua de Fortaleza: a expressão da pobreza e modos de enfrentamento. Tese (doutorado em psicologia). Centro de humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021.

Esquina, Michelle Marie Méndez. Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República (dissertação). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

FALCÃO, S. M. et al. Alterações na Paisagem da Orla Marítima de Cabedelo em Decorência da dinâmica de ocupação da área. 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2005.

FATELA, João. *O sangue e a rua: Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*. Nouvelle édition [en ligne]. Lisboa : Etnográfica Press, 1989 (généré le 29 août 2022). Disponível em : <<http://books.openedition.org/etnograficapress/1641>>. ISBN : 9791036516290. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.1641>. Acesso em : nov. 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. In: Cadernos de campo. n.13, p. 155-161. São Paulo: USP, 2005.

FEATHERSTONE, Mike. Moderno e pós-moderno: definições e interpretações sociológicas (Colaboração Especial). 1990. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/907> Acesso em: fev. 2023.

FERNANDES, Bruno Guilhermano. A Gente Vai Continuar se Escondendo da Sociedade? – Notas Etnográficas Sobre a Situação de Rua, a Violência e a Discriminação em Espaços Urbanos. Ponto Urbe, 05 September, 2015.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Resenha BORRILLO, Daniel. Homofobia. Espanha: Bellaterra, 2001. In: Revista Bagoas, n. 03 | 2009 | p. 213-219. Disponível em: https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v02n03res02_fernandes.pdf. Acesso em: set. 2022.

FERNANDES, Luís. Imagem predatória da cidade. In: CORDEIRO, Graça Índias; BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino da (orgs.) Etnografias Urbanas.. Oeiras: Celta Editora, 2003. p.53-62

FERNANDES, Luís. Trabalhos de margem no centro da urbe: o arrumador de automóveis. Etnográfica [Online], vol. 16 (1) 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/1363>. Acesso em: jan. 2022.

FERRARI, Carlos K. B. Resposta brasileira à pandemia de Covid-19: o ministério da saúde acertou, a presidência da república errou. Boletim de Conjuntura (BOCA). v. 3, n. 7, Julho de 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/6543-24923-1-PB.pdf>. Acesso em: agosto 2019.

FERREIRA, Cinthia. Priscila da Silva. Consultório na Rua em Maceió/AL: O olhar de pessoas em situação de rua (dissertação). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2015.

FERREIRA, Cíntia; ROZENDO, Célia Alves; e MELO, Gilvânia Bezerra. Consultório na Rua em uma capital do Nordeste brasileiro: O olhar de pessoas em situação de vulnerabilidade social. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(8), 2016. p1-10

FERRO, Lígia. *Da rua para o mundo. etnografia urbana comparada do Graffiti e do Parkour*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

FIPE, Prefeitura de São Paulo. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo: resultados [Internet]. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf Acesso em: dez. 2018.

FLEISCHER, Soraya Resende; BONETTI, Alinne. Etnografia arriscada: dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. *Teoria & Pesquisa* v. 19, n. 1, p. 7–17, 2007.

FONSECA, C. e CARDARELLO, A. “Direito dos mais e menos humanos”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83 - 122, maio de 1999*. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf Acesso em: set. 2017.

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Claudia. Que ética? Que ciência? Que sociedade? In: *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica* / Soraya Fleischer, Patrice Schuch (Organizadoras); Rosana Castro, Bruna Seixas, Daniel Simões (Colaboradores) – Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FORTUNA, C. As Cidades e as Identidades: patrimônio, memória e narrativas sociais. In *cultura & economia*. Coordenação Maria Lourdes dos Santos. Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, Estudos e investigações 4. Lisboa, 1994. p.209 - 230

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 285–315. <https://ppgjs.uff.br/wp-content/uploads/sites/81/2021/06/Em-defesa-da-Sociedade.pdf>

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Conferência 4. Sociedade Disciplinar. In: FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU/PUCRio, 1996, pp. 158, pp. 79 – 102. Disponível em: www.institutoveritas.net/livros-digitalizados.php?baixar=145. Acesso em: março 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FRANGELLA, Simone Maziara. *Corpos urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneio* [1907/1908]. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Volume IX. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1969. p. 145-158.

FREUD, Sigmund. *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* [1908]. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Volume IX. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1969. pp. 183-208.

FREUD, Sigmund. *O Ego e o ID*. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1969. pp. 13-83.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente* [1905]. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Volume VII. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1969.

FRY, Peter. *Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil*. In: Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, pp 87-115.

FRY, Peter. Nas redes antropológicas da escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual. *Revista Iluminuras*, v. 12, n. 27. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/20854/11987>> Acesso em: maio 2022.

GARCIA, Marcelo. SUAS: Sistema Único de Assistência Social. *Cadernos Travessia* – Edição 2. Novembro, 2009.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: maio 2022.

GARCIA, Tanize Machado; e BEZERRA, Daniele Borges. Uso do desenho como ferramenta de percepção e transmissão: Construção social do Mercado Público de Pelotas (RS). *Equatorial: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 1–29, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/19973>. Acesso em: 26 abr. 2022.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. 3ª ed. pp.11-49. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2009. Disponível em: <https://ppga.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/2018/Geertz,%20C.%202009.pdf> Acesso em: jun. 2022.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. In: *A interpretação das culturas*. 1ªed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GELL, Alfred. Introduction: Notes on seminar culture and some other influences. In *The art of anthropology – Essays and Diagrams*. Edited by E. Hirsch. Londres: The Athlone Press, 2006. Disponível em: https://monoskop.org/images/4/48/Gell_Alfred_The_Art_of_Anthropology_Essays_and_Diagrams_1999.pdf>. Acesso em: abril de 2022.

GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. 5ª Ed. São Paulo: EdPArspectiva, 1996, pp. 13 – 108. Disponível em: www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Manicomios-prisoas-e-conventos.pdf Acesso em: dez. 2018.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica* [en línea]. 2006, 10(1), 161-173. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=372339147008> Acesso em: agosto 2021.

GOMES DE OLIVEIRA, M. R. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação!. *Revista Periódicus*, 1(9), 161–191, 2018.

GOMES, Inês Belo. “Deixei o desenho enterrado” ou como ressuscitar o grafismo enquanto metodologia antropológica: um caso prático, *Cadernos de Arte e Antropologia* [Online], Vol. 5, No 2 | 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cadernosaa/1122>. Acesso em: maio 2021.

GOMES, Janaína Dantas Germano; SALATINO, Laura Cavalcanti; REYNA, Mariana Nascimento. Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama: Reflexões acerca do Direito à Convivência Familiar a partir da pesquisa ‘Infância e Maternidades nas Ruas de São Paulo’. *Brazilian Journal of Empirical Legal Studies*, 01 January 2019, vol.5(3)

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: maio 2019.

GRANADO, Karina. *Pessoas em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos: a água nas interações do cotidiano*. 199f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

GROSSI, Miriam Pillar. A dor da tese. *Revista Ilha*. Florianópolis. Vol 6, n. 1 e n. 2. Julho de 2004, pp. 221-232.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. In: GROSSI, Miriam Pillar (org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. p 07-18. Florianópolis: UFSC, PPGAS, 1992.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237-265.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLAIS, J.A.S.; BARROS, N.F. Consultório na rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. *Cadernos de Saúde Pública* 31(7):1497-1504. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000701497&lng=en. Acesso março 2019.

HAMMES, Bruno dos Santos. “Prefiro um filho morto do que um filho viado”: algumas implicações de quando a homofobia é familiar. In, *Anais do 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Organização Carmen Rial e Elisete Schwade. ABA Associação Brasileira de Antropologia, 2014.

HARVEY, David. A liberdade da cidade: In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013. p.27-34.

HAIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Parte I. Coleção Pensamento Humano. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

HIRANO, Tatiana Helena Lotierzo. *Erosão num pedaço de papel*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: Zanini, Maria Catarina Chitolina. (Org.). *Por que "raça"? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia*. Santa Maria: EDUFMS, 2007, v. , p. 151-188.3. Disponível em: https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf Acesso jul. 2018.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “Raça” e o ideário do “branqueamento” no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e pesquisa* 42 e 43. Janeiro – Julho de 2003. p. 63 – 93.

HONORATO, Cezar Teixeira. Portos e cidades portuárias: algumas considerações historiográficas. *Dossiê História Marítima e Portuária*. Almanack, Guarulhos, n. 21, p. 63-97, abr. 2019

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOYLE, Brian. Cities and ports - concepts and issues. *Vegueta*, n. 3, p. 263-278. 1997. Disponível em: < https://accedacris.ulpgc.es/bitstream/10553/2363/1/0234500_00003_00016.pdf> Acesso em: fev. 2016.

IANNI, Octávio. *Histórias do Brasil moderno*. In: IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Ressignificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; FILHO, Jorge Pereira (Orgs),

Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016a.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Conversatório sobre o Bem Viver: desafios do fazer político em nosso tempo. *Ponto de Debate*, nº 04, janeiro de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016b. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Ponto_debate_ed4_15jan_Web.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2023. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. 1º trimestre de 2022. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: < https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202201_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: jul. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Algumas características da força de trabalho por cor ou raça. Rio de Janeiro, 2017a.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por amostra em Domicílio Contínua. V 4.3.18.0. 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabedelo/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais - Informações territoriais. Notas técnicas. Rio de Janeiro: 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Volume 19. Rio de Janeiro, 2008.

INGOLD, Tim. *Antropologia: para que serve?* Petrópolis: Vozes, 2019.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.* Petrópolis, RJ: Vozes. 2015.

INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In: STEIL, Carlos Albert; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (orgs.). *Cultura, percepção e ambiente: Diálogos com Tim Ingold.* São Paulo: Terceiro Nome, 2012a. p. 15-29.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012b.

JONES, David (2020). History in a Crisis - Lessons for Covid-19. *The New England Journal of Medicine.* April 30, 2020; 382: p. 1681-1683. Disponível em:

<https://www.nejm.org/doi/pdf/10.1056/NEJMp2004361?articleTools=true> Acesso em 28 de julho de 2020.

JULLIEN, François. Pensar a partir de um fora (a China) Periferia, vol. 2, núm. 1, janeiro-junho 2010, p. 1-20 Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/download/3462/37943> Acesso: agosto 2020.

JUSTO, J. S.; NASCIMENTO, E. C. Errância e delírio em andarilhos de estrada. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (2), pp. 177-87, 2005.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. The Appeal of Experience; The Dismay of Images: Cultural Appropriations of Suffering in Our Times. *Daedalus*, vol. 125, no. 1, 1996, pp. 1–23. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20027351>. Acesso em: abril 2022.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 163-167, June, 2000.

LACERDA, Tammy Ferreira de. Bioética e diversidade: condições de saúde da população adulta em situação de rua do Distrito Federal. 2012. 144 f., il. Dissertação (Mestrado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LAGROU, Elsje Maria. Uma experiência visceral. Trabalho de Campo e subjetividade. In: GROSSI, Miriam Pillar (org.). Pp19-40. Florianópolis: UFSC, PPGAS, 1992.

LANCETTI, Antonio. *Clínica peripatética*. São Paulo: Hucitec, 2008.

LANDA, Mariano Báez. Imagen e investigación social. In: FERRAZ, Ana Lúcia Camargo; MENDONÇA, João Martinho de (Orgs.). *Antropologia visual: perspectivas de ensino e pesquisa*; Brasília- DF: ABA, 2014.

LANGDON, Esther Jean. Performance e sua Diversidade como Paradigma Analítico: A Contribuição da Abordagem de Bauman e Briggs. *Ilha revista de antropologia*. v. 8 n. 1,2. 2006 . Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18229>>. Acesso em: maio 2021.

LANNA, Marcos. Além das coisas; o elogio da alienabilidade de Marcel Mauss. *R@U - Revista de antropologia da UFSCAR*, 6 (2), jul./dez. 2014: 34-56 Disponível em:< http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/03/03_rauAO06206.pdf> Acesso em: maio 2022.

LATOUR, Bruno (2020). “Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise”. *N-1*Edições. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/008-1> Acesso em: abril de 2020.

LATOUR, Bruno. Crise. In: LATOUR, Bruno. *Jamais formos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 7-17

LATOUR, Bruno. Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. *Ilha*, v. 17, n. 2, p. 123-146, ago./dez. 2015.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEAL et al. Mulheres em situação de rua: uma análise das políticas públicas para as mulheres. Anais do 14º Congresso Internacional da Rede Unida. Trabalho nº 10237. Saúde em Redes, v. 6, supl. 3 (2020). Autores: Márcia Helena Leal, Maria Fabiana Damásio Passos, Marcelo Pedra Martins Machado, Guilherme Augusto Pires Gomes, Rosana Ballestero Rodrigues

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. A ideia de Brasil moderno, de Octávio Ianni. Revista Economia & Tecnologia (RET) Volume 8, Número 3, p. 20-40, Jul/Set 2012.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Rev. bras. Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, p.115-134, Junho/2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200008> Acesso em: abril 2016.

LEITE, Rogério Proença. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. Revista Crítica [Online], 83, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/436> Acesso em: abril 2019.

LEMÕES, Thiago. Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. Cadernos LEPAARQ. Textos de Antropologia, arqueologia e Patrimônio. V. IX, nº 17/18. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2012. Pp.67-87

LEMÕES, Thiago. A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua. Cadernos do LEPAARQ, Jan-June, 2014, Vol.11(21), p.46(16)

LEMÕES, Thiago. Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela “verdade” sobre a “violência estatal”. In Antropologia e direitos humanos 7. Organização Lucía Eilbaum, Patrice Schuch, Gisele Fonseca Chagas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2017.

LEMÕES, Thiago. A cidade subvertida: vínculos, negociações e reinvenções urbanas. Ponto Urbe, 28 June, 2019.

LEON, Adriano de. A república dos cínicos. Blog Desqualifica: escrita criativa. 30 de março de 2021. <https://www.desqualificada.com/2021/03/30/a-republica-dos-cinicos/>

LIMA, Helizett Santos. Consultório na rua em Goiânia: atenção a pessoas em situação de rua e em usos de substâncias psicoativas (dissertação), Programa de Pós-graduação em processos de desenvolvimento humano e saúde, universidade de Brasília. Brasília, 2013.

LIMA, Wendel Pereira. Parque Natural Municipal de Cabedelo/PB: Atividades Humanas e Impactos Ambientais. (Monografia), Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. 2015. Disponível em: <<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1290/1/WPL26092016.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

LONDERO, Mário Francis; CECCIM, Ricardo Burg; e BILIBIO, Luiz Fernando. Consultório de/na rua: Desafio para um cuidado em verso na saúde. Interface (Botucatu), 18(49), 2014. p 251-260.

LOPES, Paulo Victor Leite. “Homens autores de violência doméstica”: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação de Estado. 269f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2016.

MACEDO, Yuri; ORNELLAS, Joaquim, e BOMFIM, Helder. “Covid – 19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, [S.l.], v. 2, p. 01-10. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em julho de 2020.

MACERATA, Iacã; SOARES, José Guilherme; e RAMOS, Júlia Florêncio. Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Interface (Botucatu)*, 18, 2014. p. 919-930.

MACRAE, Edward. Afirmação da identidade homossexual: seus perigos e sua importância. In: TRONCA, Ítalo. *Foucault vivo*. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 81-88,

MAGGIE, Y. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia": as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, pp. 225-234. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio9788575415177.epub> Acesso em fev.2021.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos* [online]. 2009, v. 15, n. 32, pp. 129-156. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200006> Acesso em: agosto 2021.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 17, no. 49, junho de 2002.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o Campo é a Cidade. In. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP,1996.

MAGNI, Claudia Turra. Habitantes de rua: Um caso de nomadismo urbano. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, (27), 34–37. 1997. <https://doi.org/10.48213/travessia.i27.594>

MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006

MALINOWSKI, Bronislaw. Crime e costume na sociedade selvagem [1926]. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

MALUNGO DE SOUZA, R. Um panorama sobre as discussões sobre Gênero, Masculinidade e Poder. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (34). 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2013.0i34.a41514> Acesso: abril 2018.

MARCIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. Anos 90. *Revista do programa de pós-graduação em História*. Porto alegre, n. 11, julho de 1999. p 121-143.

MARCUS, George. Etnografia Multisituada. Entrevista com o autor. MANA 21(2): 407-423, 2015.

MARICATO, Erminia in: CASTRIOTA, L.B. (org.) *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: editora Arte, 2003. p. 78-96.

Marx, Karl. Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção José Arthur Giannotti. Tradução José Carlos Bruni. 2ª ed. São Paulo Abril Cultural, 1978.

Marx, Karl; e Engels, Friedrich. O manifesto comunista [1948]. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MATIAS, L. M. M. Portos como âncora de desenvolvimento territorial das pequenas e médias cidades portuárias com canais: Porto e cidade de Aveiro. A: Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. "X Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Córdoba, Junio 2018". Barcelona: DUOT, 2018.

MATOS, Ana Carolina. A atuação dos consultórios na rua (CnaR) e a atenção à saúde da população em situação de rua. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Rio Grande do Norte. Natal, 2016.

MATTOS, Ricardo; FERREIRA, Ricardo. O idoso em situação de rua: Sísifo revisitado. Estudos de psicologia. Campinas: 22(1). Janeiro-março, 2005. p. 23-32

MAUSS, Marcel. As técnicas do Corpo. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2001. p.399-422.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MÁXIMO E MELO, Natália. A esmola e a rede de proteção: um estudo de instituições assistenciais para pessoas que vivem nas ruas. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCNEIL-WILLSON, Richard. The Murky World of 'Extremism' Research. Apr 15, 2020. Disponível em: <https://thenewethnographer.com/the-new-ethnographer/the-murky-world-of-extremism-research>. Acesso em: 21/08/2021.

MELO, Carlos; CABRAL, Sandro. A grande crise e as crises brasileiras: o efeito catalizador da Covid-19. *Gestão e Sociedade*, v. 14, n. 39, p. 3681-3688, 1 jun, 2020. Disponível em: <https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/3259/1469>. Acesso em julho de 2020.

MERHY E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido [Internet]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense;. Disponível em: <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-02.pdf>. Acesso em: 2004 ago 2017.

MERLEAU-PONTY, M. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: *Textos escolhidos/ Merleau-Ponty*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.193-206.

MERLEAU-PONTY, M. *O olho e o espírito*. Tradução Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 1ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone; e SOUZA, Ednilsa. Os múltiplos tentáculos da violência que afeta a saúde. *Novas e velhas faces da violência no século XXI: revisão da literatura brasileira do campo da saúde*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2017. Pp. 39-61

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

MIRANDA, Fabiana Almeida. Direito à saúde da população em situação de rua. (dissertação) Mestrado em políticas Sociais, Universidade Católica de Salvador. Salvador, 2014.

MIRRAJIZ, Pablo G. Gayoso. LUMPEMPROLETARIADO: Conceito e Perspectiva. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2018.

MITCHEL, Jonh. A moment with Christ: the importance of feelings in the analysis of belief *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 3, No. 1 (Mar., 1997), pp. 79- 94 Published by: Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland Stable Disponível em:
file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/A_moment_with_Christ_The_importance_of_f.pdf. Acesso em: fev. 2011.

MITCHELL, Clyde. A dança Kalela: Aspectos das relações sociais entre africanos urbanos na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. P. 365-436.

MNPR, Movimento nacional da população de rua. Conhecer para lutar. cartilha para formação política. Outubro de 2010. Disponível em:<
https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf>.

MOLIÉ, Frédéric e VASCONCELOS, Flavia Nico. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. *Dossiê Portos, cidades e regiões*. N 15, 2012. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/7685>> Acesso em maio 2016.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, nº 17 (48), 2003. Pp. 07-20. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/PcfwPvTcqcT7P4vS8KFZYjQ/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em fevereiro de 2018.

MONTIEL, José Maria; BARTHOLOMEU, Daniel; CARVALHO, Lucas de Francisco; e PESSOTTO, Fernando. Avaliação de transtornos da personalidade em moradores de rua. *Psicologia, Ciência e Profissão*. 35(2), 2015. P. 488-502.

MOREIRA, Marcelo Rasga; FERNANDES, Fernando Manuel Bessa; RIBEIRO, José Mendes; NETO, Thereza de Lamare Franco. Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack: contribuições para a agenda política. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2015, Vol.20 (4), p.1047(32).

MORIN, Edgar. *O Homem e a Morte*. São Paulo: Imago, 1997.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5ª edição. (Coleção Cultura e Identidade) Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NADER, Laura. A pilhagem e o estado de Direito. In: Ugo Mattei e Laura Nader. *Pilhagem: quando o estado de direito é ilegal*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 15-58.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do Negro brasileiro: processo de um racismo mascarado [1978]. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Silvana. A cidade no corpo. Ponto Urbe [Online], 19/ 2016, posto online no dia 31 Dezembro 2016. Disponível em: < <http://pontourbe.revues.org/3316>. Acesso em: jan. 2017.

Elementos para uma estimativa da população em situação de rua no Brasil. ESTUDO TÉCNICO N.º 10/2016. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. 2016b.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. Texto para discussão 2246. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990-2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf. Aceso em 29 de julho de 2020.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Nota técnica N° 73. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipea: Brasília, Julho de 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em: janeiro de 2021.

NEIVA, Eduardo. *Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia*. São Paulo: Publifolha, 2013.

NEVES, Delma Pessanha. O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais. BIB. São Paulo. n. 55, p. 73-98, 1º sem. 2003.

NEVES, Thiago. Controlo social formal e definições de normalidade em territórios psicotrópicos. In: CORDEIRO, Graça; VIDAL, Fédéric(org.) *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Oeiras: Celta Editora, 2003. pp. 93-100.

NOBRE MT, MORENO NS, AMORIM AK DE MA, SOUZA EC DE. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. *Psicologia Sociedade* [Internet]. 2018;30:e175636. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30175636>

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil). In: NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OLIVAR, José Miguel Nieto. difícil saber... Ética, antropologia, desigualdade e desenho. Revista Mundaú, n.2, 2017, p.119-134. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/3579-12889-1-PB.pdf>> Acesso em: abril 2021.

OLIVEIRA, Adriana; LUCAS, Thabata; e IQUIAPAZA, Robert. “O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução?”. Texto contexto – enfermagem. Florianópolis, v. 29, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072020000100201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de junho de 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A Viagem de Volta – Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. IN: FLEISHER, Soraya Fleischer; SCHUCH, Patrice (Org). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. Pp. 25-38.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. Revista da USP. Dossiê Antropologia do Direito. Universidade de São Paulo, v. 53, n. 10, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/36432/40414> Acesso em dez. 2023.

OLIVEIRA, Marília Melo de. “Acham que brotamos das fontes dessa cidade?”: uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Nata/RN. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. Almanack braziliense, nº01, maio 2005. p. 120-127. São Paulo:USP, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11610> Acesso em: maio 2017.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil. Brasília: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.619). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1133/1/TD_1743.pdf> Acesso em: agosto 2014.

PAING, Chu May. Ethnography: Rethinking from the Interstice. The New Ethnographer. Gender Apr 20, 2020. Disponível em: <https://thenewethnographer.com/the-new-ethnographer/ethnography-rethinking-from-the-interstice>. Acesso em: jan.2019.

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Cortez, 2003.

PALEPU, Anita; HUBLEY, Anita M; RUSSELL, Lara B; GADERMANN, Anne M; CHINNI, Mary. Quality of life themes in Canadian adults and street youth who are homeless or hard-to-house: A multi-site focus group study. Health Qual Life Outcomes. 2012; 10: 93. Published online 2012 Aug 15. doi: 10.1186/1477-7525-10-93. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3462681/pdf/1477-7525-10-93.pdf>> Acesso em: outy. 2020.

PARK, Robert. A cidade sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In:VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

PÁSSARO, J. The persistence of homelessness: reflections on gender, class and race. in: Homelessness. Richmond (Austrália): Dulwich Centre Journal, 1999. p. 45-49.

PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora, 2003.

PAZ, Ana Carolina Amorim. A evolução das cozinhas brasileiras. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Design de interiores). 70 f. Instituto Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

PAZ, Ana Carolina Amorim. Entre “papudinhos” e “noiados”: uma etnografia sobre o cotidiano e sociabilidades em espaço de consumo de substâncias psicoativas na região de Cabedelo/PB. Dissertação apresentada ao PPGA/ UFPB: João Pessoa, 2016.

PAZ, Ana Carolina Amorim. Entre a rua e a casa: notas sobre o fazer etnográfico e uma escrita enlutada. In: Etnografando na pandemia. BOLETTIN, Paride; SANABRIA, Guillermo Veja; TAVARES, Fátima. Padova: Coop. Libreria Editrice Università di Padova, 2020. p 23-42. Disponível em: https://www.cleup.it/cdn/dl_view.php/BOLLETTIN_Sanabria_Tavares_Etnografando+na+pandemia_3.pdf?documentID=60c21f115fb8e010d657fb91 Acesso em: janeiro 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos. Ano 20, n. 42, p. 377-391. Porto Alegre, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Luciano Schaefer. A paisagem cultural da Capitania da Parahyba, Brasil, na ótica da iconografia do período colonial. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 15 N.o 1. Págs. 139-162. 2017. <https://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/1244/Schaefer%20-%20A%20paisagem%20cultural%20da%20Capitania%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In P. Ariés & G. Duby (Orgs.), História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra (Vol. 4, pp. 284-302). São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2009. Disponível em: < file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/429119794-PERROT-Michele-Maneiras-de-Morar.pdf >. Acesso em: fev. 2022.

PIMENTEL, Altimar. *Cabedelo*. Vol I. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2015a.

PIMENTEL, Altimar. *Cabedelo*. Vol II. João Pessoa: Gráfica São Mateus, 2015b.

PINHEIRO, Z.A.C. Vidas infames: uma etnografia das masculinidades, identidades de gênero e sobrevivências de homens que moram nas ruas [tese]. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências: Marília; 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157355> Acesso em: maio 2018.

PINHO VA, GRANDO BS, PINHO AM. Jovens negros e negras em situação de rua em Cuiabá: um estudo das experiências em direitos humanos. In: Guimarães STL, Carvalho CCF, Passos LA, Marín J, organizadores. RuAção: das epistemologias da rua à política da rua [Internet]. Cuiabá: EdUFMT, Editora Sustentável; 2014. p.147-162. Disponível em: http://www.editora.mt.br/download/ebook_RuAcao.pdf Acesso em: maio 2019.

PIRES, Fátima Lauria. Discriminação na cidade: a mobilidade como direito social. Discriminação na cidade: a mobilidade como direito social. Urbana: Rev Eletrônica Cent Interdiscip [Internet]. 2016 jan-abr;8(1):95-120. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8642601> Acesso em: junho 2019.

POCHMANN, Marcio. O desemprego no capitalismo. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 52, p. 165-167, 1996.

PRADIER, Jean-Marie. Etnoscénologie, manifeste. *Théâtre-Public, Paris, Théâtre Public*, n. 123, p. 46-48, maio/jun. 1995.

PRADIER, Jean-Marie. Manifesto da Etnocenologia (Trecho). Tradução de Adalberto Palma. In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (Org.). *Performáticos, Performance e Sociedade*. Brasília: UnB, 1996. P. 21-22.

PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia: as encarnações do imaginário. Unidade da espécie. Diversidade dos olhares. *Revista de antropologia, São Paulo, USP*, 2013, v. 56 n° 2.

PRIORI, Josimar. *A construção da cidade: a vida nas ruas, religião, voluntariado e Estado*. Tese de doutorado. Maringá: UFSCAR, 2018.

PULIDO, Constanza Forero; PINEDA, Álvaro Giraldo; HERNÁNDEZ, Johana Victoria Martínez. Homeless children: Experiences and meanings of the environments they construct. *Investigación y educación en enfermería*, 2016, Vol.34(1), pp.9-17

PUSSETTI, Chiara. Quando o campo são emoções e sentidos. Apontamentos de etnografia sensorial. In: MARTINS, Humberto; MENDES, Paulo (org.). *Trabalho de campo: envolvimento e experiências em antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil; a Revolta Malê (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. In: *Revista Usp, São Paulo*, n. 18, pp. 8-29, 1993.

REIS, João José. De escravo a rico liberto: a trajetória do afro-brasileiro Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. *Revista de história (São Paulo)*, n. 174, p. 15-68, jan.-jun., 2016.

RIBEIRO, Bruna Farias. *A saúde mental de mulheres em situação de rua*. Dissertação de mestrado em Programa de Pós- graduação em Enfermagem – Universidade federal de São Paulo. São Paulo, 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Global, 2015.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. “Deixados na esquina da morte: população em situação de rua, bio (geo) política e covid-19. In: *Revista Ensaios de Geografia, Niterói*, vol. 5, n° 9, p. 81-86, maio de 2020. Submissão em: 05/05/2020. Aceite em: 26/05/2020.

ROBERTO, Ana Carla Junqueira Meirelles. *Processo de rualização: resistências e aquiescências de crianças, adolescentes e adultos*. 2016. 244 f. + 92 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROCHA, Ana Luiza e ECKERT, Cornélia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Iluminuras*. V. 4, n° 7. 2003. <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160/5258>

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. *O que é etnocentrismo?* São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROCHA, SP., GUIMARÃES, MS. O mundo do trabalho na sociedade escravocrata brasileira: um panorama sobre a Paraíba escravista. In: OLIVEIRA, TB. (org.). *Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba*. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p. 23-56

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

RODRIGUES, Paula Graciele. Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2009.

ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface*, Botucatu, v. 19, n. 53, p. 275-285, June, 2015.

ROSALDO, R. *Cultura y verdad: nueva propuesta de análisis social*. Ciudad de Mexico: Editora Grijaldo, 1991.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro nome, 2014.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. Introdução. *Novas faces da vida nas ruas*. EdUFSCar, 2022. (pp. 15-22)

SAMBU, Ansumane. De volta para a casa: análise de uma política pública voltada à assistência social das pessoas em situação de rua em João Pessoa, Paraíba. (Dissertação) Programa de Pós-graduação em Ciências sociais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2014.

SALDANHA, Ricardo Manoel Berto. Dormitório urbano: “Uma problemática social (in)sustentável” (dissertação). Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, o direito e a questão urbana. *Revista Crítica de Ciências sociais.*, nº9. 1982, pp. 9-86.

SANTOS, C. N. F.; e VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.

SANTOS, Cristiano Cabral. Contribuição ao estudo dos impactos e condições ambientais das praias do município de Cabedelo (PB) / Cristiano Cabral Santos. – João Pessoa, 2013. 56p. : il. – Monografia (Bacharelado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba.

SANTOS, Poliana dos. O povo e o paraíso dos abastados – Rio de Janeiro 1900/1920.(Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio). Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2017.

SARMENTO, Caroline Silveira. Gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre / Caroline Silveira Sarmento; orientação Patrice Schuch. – Porto Alegre: UFRGS / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

SARMENTO, Caroline Silveira. “*Por que não podemos ser mães?*”: *tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. Caderno de pesquisa, São Paulo, n 91, p.46-53. Nov. 1994.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: BADER SAWAIA (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Bader Sawaia (Org.). Petrópolis: Vozes, 1999. p.7-15.

SCHECHNER, Richard. O que é performance. Revista O Percevejo, Rio de Janeiro, UNIRIO, n. 12, p. 25-50, 2003.

SCHUCH, Patrice. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In. *Ciência, identificação e tecnologias de governo* [recurso eletrônico] / organizadoras Claudia Fonseca e Helena Machado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SCHUCH, Patrice; FURTADO, Calvin, e SARMENTO, Caroline. Covid-19 e a População em Situação de Rua: da saúde à segurança pública?. UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/Covid-19-e-a-populacao-em-situacao-de-rua-da-saude-a-seguranca-publica>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, Aline; OBST, Júlia; SILVA, Marta Borba. *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Organizadores: Aline Espindola Dornelles, Júlia Obst e Marta Borba Silva. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. Cadastro de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e estudo do mundo da população adulta em situação de rua de Porto Alegre/RS. Relatório Final. UFRGS/FAURGS – FASC. Porto Alegre 2008.

SCHUCHMANN, Alexandra Zanella. “Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19”. *Brazilian Journal of Health Review*. Curitiba, v. 3, n. 2, p.3556-3576 mar./apr. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/9128-23802-1-PB.pdf>. Acesso em: agosto 2019.

SCHÜRMAN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. *Textos de História, Brasília*, v. 7, n. 1-2, jan. 1999. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/view/5899/4878>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em Preto e Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARCZ, lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados USP*. 8 (20), 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Texto original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. TRADUÇÃO: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso em: agosto 2021.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, Apr. 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008. Acesso em: jan. 2019.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução: Marcos Santarrita. 16ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SETENTA, JS. *O fazer-dizer do corpo: dança e performatividade*. Salvador: EDUFBA, 2008. 124 p.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. 4, p. 662-679, out. 2018.

SIEBER, Tim. Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa. In: In: CORDEIRO, Graça; VIDAL, Fédéric.(org.) *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 47-64.

SILVA, N. V. Cor e processo de realização sócio-econômica. In: HASENBALG; C.; SILVA. N.V.) *Estrutura Social, Mobilidade e Raça*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988. p. 144-163,

SILVA, Cristina Maria. Entre o ensinar e o aprender: caminhos metodológicos para a compreensão de experiências urbanas. *Revista Espaço Acadêmico*, 01 December 2014, Vol.14(163), pp.01-08

SILVA, Rosimeire; COSTA, Alderon. Direitos Humanos da População em Situação de Rua? Paradoxos e Aproximações à uma Vida Digna. *Revista direitos humanos e democracia*. Editora Unijuí, ano 3, n. 6, p.117-135. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocraci> Acesso em: maio 2020.

SILVA, I. C. N., SANTOS, M. V. S., CAMPOS, L. C. M., SILVA, D. de O., PORCINO, C. A., & OLIVEIRA, J. F. de. Representações sociais do cuidado em saúde de pessoas em situação de rua. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 52, e03314, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017023703314>

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. “População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais”. Nota técnica nº 74. Diest Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia Disoc Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf. Acesso em: nov. 2019.

SILVEIRA, Mônica Yumi Jardim. O cuidado à saúde das pessoas em situação de rua: Invisibilidade das ações intersetoriais na cidade de São Carlos – SP (dissertação). Programa de Pós-graduação em Gestão da Clínica, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental [1903]. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O aspecto urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOARES, B. B. Os homossexuais na história: relações de poder e a classificação do gênero na historiografia contemporânea. In: XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017, Brasília. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: Universidade de Brasília - UnB, 2017. p. 1-17. Disponível em: http://snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502143042_ARQUIVO_Oshomossexuaisnahistoria_ANPUH_07.08.2017.pdf. Acesso em: 17/07/2021.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Brasileira de História v. 8. Nº 16. Pp.107-142. São Paulo, março/agosto de 1988. Disponível em: < file:///C:/Users/Ana%20Carolina/Downloads/luizcarlossoares.pdf >. Acesso em: abril 2021.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

SOUSA, Marília de Oliveira de; SIRELLI, Paula Martins. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 326-345, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200326&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Jun. 2020.

SOUZA, Edinilsa, e NJAINE, Kathie. Violência estrutural e Covid-19. ABRASCO. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtviolenciaesaude/2020/05/19/violencia-estrutural-e-Covid-19/>. Acesso em: junho de 2020.

SOUZA, Elivan Arantes de. Mata da AMEM, Cabedelo – PB: possibilidades de Co-Gestão / Elivan Arantes de Souza. João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 2000. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba.

SOUZA, Eduardo Sodré; SILVA, Sandra Regina; e CARICARI, Ana Maria. Rede social e promoção de saúde dos “descartáveis urbanos”. Revista da Escola de Enfermagem da USP, 41(n spe), 2007. p. 810-814.

SOUZA, Nelsa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Welison. "O Cuidado às Pessoas em situação de rua de Maceió-Alagoas: um estudo de caso". Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2016.

TARDE, Gabriel. *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TAUSSIG, Michael. *I Swear I Saw This: Drawings in Fieldwork Notebooks, Namely My Own*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/37261391/349867163_Michael_Taussig_I_Swear_I_Saw_This_Drawings_pdf. Acessado em janeiro de 2029.

TELLES, V. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 115, Sept. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300003&lng=en&nrm=iso Acesso em: jan. 2023.

TINLAND A, BOYER L, LOUBIÈRE S, GREACENT T, GIRARD V, BOUCEKINE M, FOND G, AUQUIER P. Victimization and posttraumatic stress disorder in homeless women with mental illness are associated with depression, suicide, and quality of life. *Neuropsychiatr Dis Treat*. 2018 14:2269-2279. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6129029/pdf/ndt-14-2269.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

TONDIN, Mara Cristina; BARROS NETA, Maria da Anunciação P.; PASSOS, Luiz Augusto. Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua. *Revista de Educação Pública, Cuiabá*, v. 22, n. 49, supl. 02, p. 485-501, 2013. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972013000300007&lng=pt&nrm=iso>.

TOLEDO, Lidiane; GONGORA, Andrés; BASTOS, Francisco Inácio P.M. A margem: uso de crack, desvio, criminalização e exclusão social uma revisão narrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2017, Vol.22(1), p.31(12)

TRASK, R.L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Trad. Rodolfo Ilar.; Revisão técnica Ingedore Koch e Thaís Silva. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua Nova, São Paulo*, n. 87, p. 139-165, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000300007&lng=en&nrm=iso Acesso em: jul. 2020.

TSAI, Jack, e WILSON, Michal. Covid-19: a potential public health problem for homeless populations. *Lancet Public Health*. 5(4): e186-e187, 2020 04. <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2468266720300530>. Acesso em: junho de 2020.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos, *Ponto Urbe* [En línea], 11 | 2012, Publicado el 14 marzo 2014, consultado el 21 agosto 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/pontourbe/300_ Acesso em: abril 2019.

VALENCIO, NFLS; PAVAN, BJC; SIENA, M; MARCHEZINI, V. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Rev Bras Sociol Emoção* [Internet]. 2008; 7(21):556-605. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf> Acesso em: dez. 2022.

VAN DER LINDEN, Marcel. Proletariado: conceito e polêmicas. *International Institute for Social History*. nº 21. Amsterdam/Holanda. Outubro/2013

VAN DER LINDEN, Marcel. O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. *Sociol. Antropol.* [online]. 2016, vol.6, n.1, pp.87-110. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752016v6i1>. Acesso em: dez. 2019.

VAN VELSEN, Jaap. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado [1967]. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 437-469.

VARANDA, Wagner. Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: Funções e significados entre moradores de rua (tese). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

VARANDA, Wagner; e ADORNO, Rubens. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde soc* [Internet]. 2004. Jan;13(1):56–69. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100007> Acesso em: set. 2021.

VASCONCELOS, Flavia Nico. *A voz da cidade portuária: a presença do porto urbano em Vitória / ES. Interseções*. Rio de Janeiro, 2014. v. 16 n. 2, p. 409-424.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.121-132.

VERNAGLIA, Taís Veronica Cardoso; VIEIRA, Regina Amélia de Magalhães Senna; CRUZ, Marcelo Santos. Usuários de crack em situação de rua – características de gênero. *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1851-1859, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601851&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 Jun. 2020.

VIDAL, Frédéric. A rua como lugar de referência: identificando domicílios em Lisboa. In: CORDEIRO, Graça Índias e VIDAL, Frédéric Vidal (orgs.). *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte, 2008. p.65-78

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. População de rua: quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1994.

VIETH, Rine. Dis/ability to do Fieldwork. *The New Ethnographer*. Helping make fieldwork safer, healthier, and more ethical. October 4, 2018. Disponível em: <https://thenewethnographer.wordpress.com/2018/10/04/dis-ability-to-do-fieldwork/>

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2017.

WAGNER, Roy. A Pessoa Fractal. *Ponto Urbe*. 8, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/ana%20carol%20paz/Desktop/pontourbe-173%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ana%20carol%20paz/Desktop/pontourbe-173%20(1).pdf)

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012: A Cor dos Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: mortes matadas por arma de fogo*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2015a.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2015b.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2016.

WEBER, Leanne; e BOWLING, Benjamin. Valiant beggars and global vagabonds: Select, eject, immobilize. *Theoretical Criminology*. Vol. 12(3): 355–375; 1362–4806. SAGE Publications, 2008

WELZER-LANG D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2001; 9(2):460–82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008> Acesso em: set. 2022.

WERMUTH Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. *Rev Direito Práx* [Internet]. 2020Oct;11(Rev. Direito Práx., 2020 11(4)):2330–58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45137> Acesso: agosto 2020.

WERNECK, Guilherme Loureiro e Carvalho, Marília Sá (2020). “A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada”. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. v. 36, n. 5. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>. Acesso agosto de 2019.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

World Health Organization. Discurso de abertura do Diretor-Geral da OMS na coletiva de imprensa sobre a COVID-19 - 11 de março de 2020. 2020a. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 10 de junho de 2020

World Health Organization. Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public. 2020b. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

ZACARIAS, Vinícius Santos da Silva. Etnografia da Fecharção: gênero, raça e performance dos viados de fanfarras na Bahia. *Revista Tessituras*, v9, n1 jan-jun 2021. Pelotas/RS

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 12, n. 35, Oct. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: outubro 2019.

Reportagens

"Cracolândia" expande os seus domínios. Folha de S. Paulo. Caderno Cotidiano. São Paulo, domingo, 03 de setembro de 2006

REDUTO DO CRACK. "Cracolândia" ganha repressão e ações sociais RICARDO BRANDT DA REPORTAGEM LOCAL Folha de S. Paulo. Caderno Cotidiano. São Paulo, quarta-feira, 09 de março de 2005. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0903200516.htm>>

Crack - Parte 1. Profissão repórter. 24 min. Exibição em 30 jun 2009. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/1071498/>>